

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**A trajetória de um Dispensário de Puericultura em Campinas nas décadas de
1930 e 1940**

LÚCIA PEDROSO DA CRUZ

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LÚCIA PEDROSO DA CRUZ

**“A TRAJETÓRIA DE UM DISPENSÁRIO DE
PUERICULTURA EM CAMPINAS NAS DÉCADAS DE 1930
E 1940”**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Educação, na área de concentração de Ensino e Práticas Culturais.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA: LÚCIA PEDROSO DA CRUZ
E ORIENTADA PELA Profa. Dra. MARIA HELENA SALGADO BAGNATO**

Assinatura da Orientadora

**CAMPINAS
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gildenir Carolino Santos - CRB 8/5447

C889t Cruz, Lúcia Pedroso da, 1956-
A trajetória de um dispensário de puericultura em Campinas nas décadas de 1930 e 1940 / Lúcia Pedroso da Cruz. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Maria Helena Salgado Bagnato.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação - História. 2. Campinas - História. 3. Políticas públicas. 4. Puericultura. 5. Ensino profissional. I. Bagnato, Maria Helena Salgado, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The path of a childcare dispensary in Campinas in the 1930's and 1940's

Palavras-chave em inglês:

Education - History

Campinas - History

Public policy

Childcare

Vocational education

Área de concentração: Educação

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora:

Maria Helena Salgado Bagnato [Orientador]

Maria de Fátima Guimarães

Cristiane Pessoa da Cunha Lacaz

Dirce Djanira Pacheco e Zan

Mara Regina Martins Jacomeli

Data de defesa: 25-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

A TRAJETÓRIA DE UM DISPENSÁRIO DE PUERICULTURA
EM CAMPINAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Autora: Lúcia Pedroso da Cruz
Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato

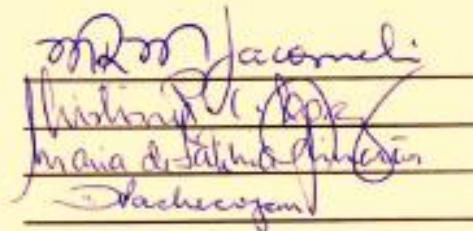
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por LÚCIA PEDROSO DA CRUZ e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Data: 25/02/2014

Assinatura:


Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:



2014

RESUMO

A pesquisa investiga aspectos históricos de um Dispensário de Puericultura que esteve em atividade desde outubro de 1933, até o final dos anos de 1959, no município de Campinas, São Paulo. Para este estudo, delimitou-se um recorte temporal abrangendo as décadas de 1930 e de 1940. Criada durante o Governo de Getúlio Vargas, a instituição funcionava em salas do então Instituto Profissional Bento Quirino, o qual oferecia à população carente diversos cursos profissionalizantes. O acompanhamento do crescimento das crianças matriculadas na referida instituição, prescrições para as mães de comportamentos e atitudes quanto a alimentação e higiene pessoal dos filhos e da família, promoção de concursos de robustez infantil, entre outras medidas, fazia parte da propagação da chamada “consciência sanitária”, de acordo com as políticas higienistas da época. As escolas de ensino profissional, planejadas para atender a população pobre que precisava ser moralizada pelo trabalho, eram, portanto, um ambiente bastante propício para que se implantassem os eixos do Governo Vargas: raça fortalecida; povo forte; povo produtivo. Produzir uma versão da história do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Bento Quirino, desde sua inauguração, em outubro de 1933, até sua desativação e problematizar as possíveis razões que levaram à desativação deste anexo da Escola Profissional, mediante articulação com as políticas públicas educacionais e de saúde do período delimitado, são objetivos deste estudo. Fotografias, atas, relatórios, recortes de jornais, livros de registros estão entre os principais documentos que serviram de fontes para a pesquisa. Aportes do campo da História e sobre fotografia como documentos e instrumentos políticos contribuíram para as análises.

PALAVRAS-CHAVE: Educação – História; Campinas – História; Políticas públicas; Puericultura; Ensino profissional.

ABSTRACT

The research investigates historical aspects of a Childcare Dispensary that operated from October 1933 to late 1959 in Campinas, São Paulo. This study focused in a timeframe spanning the 1930s and 1940s. Established during the administration of President Getúlio Vargas, the dispensary worked inside the former Bento Quirino Professional Institute, which offered various professional courses for unprivileged. The growth monitoring of children enrolled, prescriptions of behavior for mothers and nutritional orientations and personal hygiene of children and families, promoting contests of kids robustness, among other measures were designed to spread the concept of “sanitary conscience”, according to the policies of the hygienists at that time. The vocational schools, designed to meet the unprivileged needs to be moralized by working, were therefore a very conducive environment to achieve the main proposes of Vargas administration: stronger race, strong people, productive people. Produce a version of the story of the Professional School Bento Quirino’s Childcare Dispensary, since its inception in October 1933 until its deactivation and discuss the possible reasons for deactivation as an attachment of the Professional School, through liaison with the educational policies and health in the above-mentioned timeframe are objectives of this study. Photographs, minutes, reports, newspaper clippings and archives are among the key documents that serve as sources for research. Contributions in the field of history and about photography as documents and policy instruments contribute to the analysis.

KEYWORDS: Educational – History; Campinas – History; Public policy; Childcare; Vocational education.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	xvii
Lista de Tabelas	xix
Prólogo	1
Parte I – Retomando algumas Considerações	3
Introdução	3
Delineando o problema	7
Justificativa	15
Objetivos da pesquisa	16
Procedimentos metodológicos de investigação e de análise	16
Sobre o material coletado	27
Coletâneas de Notícias (com recortes de jornais)	28
Jornal - Alguns percalços adicionais	36
As fotografias	38
Outras fontes.....	38
Folheando jornais	38
Parte II – Contextualizando a trajetória e Estudando as Coletâneas	43
Dispensário de Puericultura: (Algumas) inter-relações com o contexto político, econômico e social	43
Dispensários e Puericultura: Sobre cuidados às crianças e às mulheres	43
Eugenia: o aprimoramento da raça	75
Higienismo: a educação pelo hábito	86
O Ministro Capanema	98
Notícias, Palestras e Discursos nas Coletâneas: Prescrições e Conflitos	105
Coletânea de Notícias 1933-1940	105
Coletânea de Notícias 1941-1946	134
Parte III – Memória fotográfica: Encantamentos e questionamentos	184
Parte IV – O Dispensário Desativado: o fim de um serviço de saúde	213
Primeira situação: As questões profissionais	213
A questão da consciência sanitária.....	216
Considerações sobre primeiro curso de Enfermagem em São Paulo	221
Um desfecho para os conflitos profissionais?	222
Segunda situação: Os problemas estruturais e financeiros	223
E finalmente	229
Referências	235
Apêndice	247
Anexo: CD-rom acompanha exemplar impresso	

*Dedico este trabalho a meu pai,
Vicente Pedroso da Cruz, o soldado da FEB que esteve nos campos
italianos durante a II Guerra e de lá retornou, trazendo para
todos nós, grandes lições de vida e de respeito ao outro.*

*À memória de minha mãe, Lína Desenzi da Cruz, mulher
corajosa, firme em suas decisões, grande exemplo de
perseverança e dedicação.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Maria Helena Salgado Bagnato, professora e grande amiga, por sua paciência e sabedoria e determinação, incentivando sempre para que se procure e se vislumbre os melhores caminhos.

Às Professoras Maria de Fátima Guimarães Bueno e Cristiane Pessoa da Cunha Lacaz, pela avaliação cuidadosa e pelas sólidas contribuições trazidas no Exame de Qualificação.

Uma deferência especial à Professora Maria Carolina Boverio Galzerani, por suas contribuições preciosas como componente da banca da Qualificação e, sobretudo, pela presença marcante como professora competente e dedicada “ao ofício” de mestra.

Ao Diretor da Escola Técnica Estadual “Bento Quirino”, Professor Renato Nogueira Saldini, que autorizou a pesquisa nos acervos do Centro de Memória da instituição, assim como a utilização de câmera fotográfica e scanner para a coleta de dados.

Ao pessoal da biblioteca do Centro de Memória da ETEC Bento Quirino pela extrema dedicação e cuidado no atendimento, ao longo do processo de escavação das fontes.

A todo o pessoal da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, pelo apoio prestado ao longo desta jornada.

Às equipes das Bibliotecas da Faculdade de Educação e, especialmente do IFCH, onde centrei minhas buscas, por sua extrema competência em auxiliar na pesquisa em seu acervo.

Ao senhor Antonio João Boscolo, pelo auxílio imprescindível nas investigações realizadas nos arquivos do jornal Correio Popular.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP - pelo apoio financeiro.

A cada um dos meus mais recentes colegas do PRAESA – Márcia Schott, Érika Ciacchi, Érika Ferrí, Eunice Almeida, Márcia Selva, Thiago França, Carolina Valeriano – a quem agradeço pelas importantes contribuições que ofereceram, graças a suas experiências pessoais e profissionais. Aos colegas das turmas anteriores à do período do Doutorado também deixo minha gratidão.

A Cristiane, que além de contribuir como membro da banca, vem trazendo um relevante apoio por sua amizade, atenção e presteza.

A Maria Cristina Bahia Wutke, a amiga que, no decorrer de mais de 25 anos, tem sido o apoio fiel para todas as horas, a presença certa em todos os momentos, a ouvinte, confidente, paciente, leal e sincera.

À minha irmã, Lucila, e a meu pai, pela generosidade constante, suporte seguro e incondicional, carinho e compreensão incomensuráveis.

A Raquel, minha filha, meu grande presente de Deus, fonte de ânimo incontestável, surpreendendo sempre com seu interesse, sua responsabilidade e determinação e de quem tenho muito orgulho.

Ao Jefferson, pela enorme atenção e cuidado no trabalhoso processo de revisão do texto e das configurações finais do trabalho.

Ao Daniel, pois seu carinho, paciência e generosidade, aliados a um refinado senso prático foram de importância inquestionável em todas as etapas deste trabalho, desde o processo de buscas nos acervos até as etapas finais da elaboração do texto.

Sem dúvida alguma, durante minha trajetória de vida, um grande número de pessoas surge por instantes, outras por mais tempo e vão deixando impressões, cooperando das mais variadas formas para compor o ser humano que me tornei. Seria impossível listá-las todas, até porque muitas apareceram de forma anônima e velada, com gestos, sorrisos ou mesmo com olhares de reprovação e deixaram sua marca e seu auxílio neste meu caminhar.

Registro aqui minha homenagem e meus agradecimentos a elas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	7
Figura 2	29
Figura 3	53
Figura 4	55
Figura 5	57
Figura 6	59
Figura 7	61
Figura 8	63
Figura 9	65
Figura 10	67
Figura 11	109
Figura 12	121
Figura 13	123
Figura 14	137
Figura 15	145
Figura 16	147
Figura 17	149
Figura 18	189
Figura 19	191
Figura 20	193
Figura 21	195
Figura 22	197
Figura 23	199
Figura 24	201
Figura 25	203
Figura 26	205
Figura 27	207
Figura 28	209
Figura 29	211
Figura 30	233

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	33
Tabela 2	115

PRÓLOGO

Descrevo aqui a maneira que escolhi para apresentar minha pesquisa.

Ainda que possa parecer um tanto abrupto, acredito que esse formato torna mais prático para o leitor acompanhar a trajetória que me propus a expor.

A pesquisa está dividida em quatro partes e uma seção com aspectos conclusivos.

Na parte I, incluo considerações sobre a origem do projeto, seus objetivos e a justificativa, assim como a relevância do trabalho e suas contribuições. Por se tratar de um estudo com abordagem histórica, trouxe alguns referenciais sobre concepções de história e o conceito de fonte. Procurei esclarecer também, com o apoio de alguns autores, o tratamento a ser dado para o uso de jornais e de fotografias como fonte. Isto porque encontrei no acervo pesquisado coletâneas de recortes de jornais e álbuns de fotografias, que serviram como pistas para que eu reconstituísse uma versão da história do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Bento Quirino, nas décadas de 1930 e de 1940. Acrescentei ainda considerações sobre o material coletado.

Na parte II, apresento elementos da revisão bibliográfica, abordando informações sobre os contextos político, econômico e social do período delimitado para este estudo. Em um primeiro bloco, delineei quatro subtemas para facilitar a exposição, mesmo existindo constantes intersecções entre eles. Os subtemas são: 1) Dispensários e Puericultura; 2) Eugenia; 3) Higienismo; e 4) O Ministro Capanema. Este último, pelo fato de ter ocupado a o Ministério da Educação e Saúde durante onze anos, de 1934 a 1945, por indicação do Presidente Getúlio Vargas. No bloco seguinte, foram adicionadas imagens de alguns dos recortes de jornais que compõem o conjunto de fontes do trabalho, seguidas de análises.

Na parte III, “Memória e Fotografia: encantamentos e questionamentos”, retomo a revisão bibliográfica sobre a fotografia como fonte em estudos históricos, ampliando um pouco mais as considerações trazidas por pesquisadores do tema. Neste segmento estão doze fotografias do acervo consultado, com especificações acompanhando cada uma delas.

Na parte IV, abordo toda a complexidade do processo de desativação do Dispensário de Puericultura. Discorro sobre duas situações que contribuíram para o encerramento das atividades da instituição, lembrando que as razões para se chegar a esse termo são múltiplas e que se imbricam entre si.

Por fim, em “E finalmente” apresento reflexões gerais sobre esta pesquisa e possibilidades que se desvelam a cada encontro com as fontes.

Ao longo do texto há várias citações, inclusive aquelas menores, que têm em torno de três linhas, onde estão reproduzidos trechos de documentos originais. Ressalto, portanto, que foi mantida a grafia original em cada caso.

Um detalhe sobre esta observação é que no decorrer do período delimitado para a pesquisa, houve mudanças na ortografia, como ocorreu, por exemplo com a palavra “criança”. A forma “creança” é a usada nos primeiros documentos. Por vezes, na mesma página de recortes de jornais aparecem as duas maneiras, conforme o jornal e o autor da matéria.

PARTE I – RETOMANDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Introdução

Uma fotografia. Determinada fotografia. Este foi o documento que aguçou minha curiosidade e me estimulou a voltar ao processo de escavação iniciado durante o Mestrado. Antes de chegar à imagem que suscitou questionamentos, são relevantes algumas considerações que venham a esclarecer os caminhos trilhados para a construção do novo projeto de pesquisa.

Inicialmente interessada em estudar as práticas pedagógicas de docentes de uma escola pública, de um curso técnico de nível médio de Enfermagem, na cidade de Campinas, eu me vi, durante as primeiras etapas da pesquisa empírica, diante de uma variada série de documentos que acabaram por me fazer percorrer um instigante trajeto pelo campo da História. Assim, fui adentrando por ofícios, processos, relatórios, livro de atas, artigos de jornais e revistas, fotografias – datados de uma época bem anterior àquela que havia planejado investigar.

O trabalho produzido foi, então, uma leitura de aspectos históricos de duas escolas de ensino profissional, que ocuparam, em tempos diferentes, um mesmo edifício, na região central do município de Campinas, no Estado de São Paulo.

Em 1915, no endereço da Rua Culto à Ciência, 177, o Instituto Profissional Bento Quirino começou a ser construído sob o comando do engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo, o responsável pelo projeto. As primeiras aulas já começaram a ser ministradas em 1917, tendo inclusive o próprio Ramos de Azevedo compondo o quadro docente. A escola permaneceu ali até 1965, quando foi transferida para outro endereço, na Avenida Orosimbo Maia, onde permanece atualmente.

Uma publicação datada de 31 de janeiro de 1934 exhibe um Relatório dos Trabalhos de 1933¹, realizados na Escola Profissional Bento Quirino. Preparado pelo então Diretor do estabelecimento, José Minervino, o documento reúne entre outras informações, um

¹ Relatório dos Trabalhos de 1933: Escola Profissional Secundária “Bento Quirino”. Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario da Educação e da Saúde Publica, pelo Diretor da Escola. Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada). São Paulo. Caieiras. Rio. 1934.

histórico que remonta às origens da instituição e aos fundamentos de sua criação. Consta o que se segue, observando-se que foi mantida a grafia original do texto:

A generosa idéia, lançada numa das disposições testamentárias do venerando campineiro Bento Quirino dos Santos, qual foi a fundação, em Campinas, de um estabelecimento de ensino profissional masculino, gratuito, recebeu os necessários impulsos, afim de que se tornasse uma bela realidade, como atestado do desenvolvimento da cidade” (p. 13).

O autor referiu-se ao bastante significativo legado de mil contos de réis² que Bento Quirino dos Santos deixou registrado em testamento de 8 de março de 1912, com a finalidade específica de se construir um instituto de ensino profissional masculino. Embora não caiba questionar o cunho humanitário da doação e as boas intenções do doador, também é importante ter em mente os aspectos de interesse político, econômico e social envolvidos na decisão de Bento Quirino.

Ele era um comerciante de projeção e um homem ligado a diversos segmentos da cidade de Campinas no final do século XIX e início do século XX. Líder político, um dos fundadores e depois presidente do PRP (Partido Republicano Paulista), membro de destaque na maçonaria (Loja Maçônica Liberdade) exerceu, entre outras funções, as de: fundador e presidente da Companhia Campineira de Águas e Esgotos; fundador e um dos diretores da Companhia Campineira de Iluminação a Gás; fundador e diretor (juntamente com Ramos de Azevedo) da Companhia Campineira de Matadouro Municipal; diretor e também presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro; fundador da Associação “Culto à Ciência”, responsável pela construção e instalação do colégio de mesmo nome, onde estudavam os filhos dos membros da elite da cidade.³

Observa-se, portanto, a presença de Bento Quirino nos vários setores básicos, diretamente relacionados ao cotidiano e ao desenvolvimento da cidade, exercendo forte influência e controle apurado, mesmo agindo “com doçura de modos” e possuindo “fala doce e sempre a mesma, quer se dirigisse a um amigo” ou a uma criança (CRUZ, 2008, p. 31).

² A título de esclarecimento, para se ter uma ideia do montante, documentos referentes ao final do século XIX indicam que, com a quantia de 300 contos de réis era possível adquirir uma fazenda incluindo a casa grande e seus anexos, o mobiliário, cafezal e máquinas de beneficiamento de café.

³ FONTE: Revista de Ciências, Letras e Artes de Campinas. 18 de dezembro de 1938. Centro de Memória. Campinas. ETE Bento Quirino.

Durante o Mestrado, o percurso realizado na busca por arquivos, seja nos centros de memória, seja em arquivos e bibliotecas, foi revelando relações de poder e embates centrados em vantagens políticas de um grupo hegemônico, ao longo de todo o tempo delimitado na pesquisa – de 1915 a 1970.

Desde o início de seu funcionamento (oficialmente em 1918) até a desocupação do edifício, em 1965⁴, a escola de ensino profissional *Bento Quirino* passou por momentos de grande projeção e também por inúmeras situações de desafios e sérias dificuldades financeiras, que colocavam em dúvida sua continuidade.

As décadas de 1930 e 1940 foram períodos em que se registraram situações favoráveis à escola profissional Bento Quirino, diante do surgimento e implementação de políticas públicas relacionadas a setores da economia, da saúde e da educação.

Até os anos 1930, ainda não havia um órgão governamental responsável especificamente pelas questões educacionais, Romanelli (2003) esclarece, por exemplo, que o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi criado pelo Decreto nº. 19.402, de 14 de novembro de 1930 e que meses mais tarde, o Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931, institucionalizava a criação do Conselho Nacional de Educação. Saviani (2004) considera que a Educação vive um período de regulamentação nacional e do ideário pedagógico renovador que se estende da década de 1930 até 1961.

E foi na década de 30, no ano de 1933, que ocorreu – nas dependências da Escola Profissional Mista “Bento Quirino”⁵ – a inauguração de um Dispensário de Puericultura. Uma das fotografias deste evento, apresentada a seguir, fez surgirem inquietações, perguntas e dúvidas que acabaram por originar a ideia de um novo trabalho: a pesquisa para o Doutorado.

⁴ Depois de permanecer fechada por um ano, sob risco de ser demolida por problemas de ordem estrutural, causados por alterações pouco criteriosas, eis que a construção neoclássica passa por uma reforma ampla e vem a sediar a própria Reitoria da Universidade de Campinas, que nascia nos anos 1960. Logo em 1966, o Colégio Técnico da Unicamp começava a funcionar naquele edifício e ainda permanece ali, até os dias atuais (CRUZ, 2008).

⁵ A instituição teve diversos nomes ao longo do período estudado, mantendo-se em todos os casos, a homenagem a seu patrono. O nome acima referido foi atribuído quando a escola passou a ser administrada pelo governo do Estado de São Paulo e foi reinaugurada. A Lei nº. 2.228, de 20 de dezembro de 1927 criou então a *ESCOLA PROFISSIONAL MIXTA “BENTO QUIRINO”*. (CRUZ, 2008, p. 64-65).

Delineando o problema

Figura 1



Inauguração do Dispensário de Puericultura: grupo de mães e crianças matriculadas, Rua Culto à Ciência, 15/10/1933.

Ao me deparar com essa fotografia, fiquei olhando para a imagem por vários minutos e o gesto se repetiu muitas vezes, durante as visitas que fazia ao Centro de Memória da ETE Bento Quirino, ainda enquanto cursava o Mestrado.

Ficava intrigada, porque a fotografia disparou questionamentos e me levou ao interesse de entender a história do Dispensário e dos sujeitos que ajudaram a construí-la. Afinal, essa foi uma instituição que ocupou espaço de destaque na cidade de Campinas nas áreas da Saúde, da Educação e na elaboração de políticas públicas referentes à saúde da criança e dos cuidados materno-infantis. Portanto, tentar recuperar sua trajetória seria muito importante.

As perguntas abaixo foram surgindo na medida em que eu olhava para a fotografia, e procurava problematizá-la na fase inicial do projeto. Assim, representaram o ponto de partida para a pesquisa e as respostas adquiriam forma, conforme as leituras das fontes avançavam.

Ao final deste trabalho, apresentarei as respostas que fui esboçando ao lançar um olhar sobre a trajetória deste Dispensário de Puericultura de Campinas, nas décadas de 1930 e 1940.

- Quem são essas mulheres? E as crianças que trazem no colo? Algumas das crianças parecem não estar com as respectivas mães. São filhos de operários e pessoas mais simples ou há aquelas pertencentes a famílias da elite social da cidade?
- Que critérios teriam sido utilizados para reunir estas mulheres para a foto? Teria sido uma escolha aleatória, convidando todas as que tivessem comparecido à inauguração?
- As mulheres que aparecem ao fundo, no alto da escada, sem crianças no colo, seriam as profissionais que trabalham no Dispensário? Ou poderiam ser alunas do Instituto Profissional, que participavam das atividades como estagiárias?
- Ladeado pelo grupo de mulheres que posa para a fotografia, há um homem de rosto longilíneo. Quem é ele? Seria o médico responsável pelo atendimento das crianças ou o Diretor da Escola Profissional?

- Que importância pode ter tido o Dispensário de Puericultura para a melhoria e/ou preservação da saúde das crianças ali atendidas?
- Que interesses estavam em jogo quando da criação deste espaço, em uma escola de ensino profissional, que tinha como público-alvo, alunos provenientes de famílias de poucos recursos?

Destaquei abaixo algumas informações sobre o momento em que o Instituto Profissional Bento Quirino foi inaugurado e sobre as políticas educacionais referentes ao ensino profissionalizante na época. Afinal, o Dispensário foi criado nas dependências do Instituto Profissional.

Lapa (1995) comenta que nos últimos anos do século XIX, após sucessivos surtos de febre amarela, já começava a se instalar na cidade de Campinas um conjunto de ações de caráter higienista, incluindo desde a desodorização de locais públicos até a reformulação da rede de água e serviços de limpeza e drenagem. Ainda segundo Costa (2004), “a higienização da família progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano” (p.35).

Médicos higienistas e sanitaristas, criadores do Instituto de Higiene de São Paulo, nos primeiros anos da década de 1920, organizaram-se de modo a desenvolver um novo modelo de política sanitária, desencadeando a Reforma do Serviço Sanitário, em 1925 (ROCHA, 2003).

Entre as deliberações da Reforma, estava a criação de cursos de educadores sanitários, os quais seriam os propagadores de ações que visavam à formação de uma “consciência sanitária” – o que representaria a solução para os sérios problemas na área da Saúde, que o país enfrentava na ocasião. Os educadores deveriam ser professores formados em Escola Normal do Estado, cuja atuação direta em salas de aula, contribuiria fortemente para o cumprimento dos objetivos traçados. Acreditava-se na potencialidade da criança para a disseminação de novos hábitos de higiene nos ambientes em que vivia.

Nas primeiras décadas do século XX, a criança era pensada como formoso capital humano, que deveria ser cuidado, cultivado, acompanhado, disciplinado, para que pudesse frutificar como bom cidadão do futuro. Da atenção na família até a idade escolar, muitas eram as promessas, mas também os perigos para que o pleno desenvolvimento das crianças fosse alcançado. Considerava-se que o avançar da idade da criança era inversamente proporcional às possibilidades de moldar seu corpo, seu espírito, sua moral. Assim, era preciso iniciar sua educação desde a mais

tenra idade, de modo a corrigir-lhe os possíveis desvios antes que fosse tarde para isso (BASTOS; STEPHANOU, s/d).

As autoras ainda acrescentam que, diante de tais premissas e buscando atingir as crianças o mais cedo possível, desenvolveram-se vários tipos de práticas educativas, entre as quais: a orientação de mães em espaços como os dispensários de puericultura e enfermarias de pediatria.

Assim, é interessante refletir sobre o que Costa (2004) põe em destaque a respeito da distinção apresentada por Foucault, quanto aos “agentes responsáveis pela criação dos padrões de comportamento social”: os legais e os normativos. Em uma síntese de ideias, diz:

A lei, através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais (COSTA, 2004, p. 50).

Diferente dos pontos de vista de Costa e Foucault, Kuenzer (2007) entende que a finalidade da legislação é a repressão, deixando claro que, no Brasil, as escolas de formação profissional criadas na primeira década dos anos 1900, antes de pretenderem atender às demandas de um desenvolvimento industrial em fase inicial, “obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho” (KUENZER, 2007, p. 27).

Cunha (2000), por sua vez, acredita que o ensino profissional objetivava imprimir a homens pobres e livres, a motivação para o trabalho, de modo a evitar que desenvolvessem ideias contrárias à ordem política vigente.

Quando o Dispensário foi inaugurado, nas dependências da Escola Profissional Bento Quirino, circulou a seguinte informação: durante a Revolução Constitucionalista de 1932, foi montada uma enfermaria, para atender a possíveis feridos. Terminados os

confrontos, pensaram em aproveitar as instalações, criando-se ali o dispensário. Porém, diante das políticas públicas educacionais e de saúde que tomavam corpo no governo de Getúlio Vargas, pode-se considerar a hipótese de que o funcionamento do serviço de assistência à criança, naquele espaço, não se limitou apenas a um mero e quase casual aproveitamento de instalações.

O conjunto de normas que teve sua origem ainda na década de 20, durante o movimento higienista, continuou como paradigma e despontou com muita intensidade nas décadas de 30 e 40, servindo como respaldo às políticas de caráter eugênico, objetivando o aperfeiçoamento da raça.

Raça fortalecida. Povo forte. Povo produtivo. As escolas de ensino profissional – planejadas para atender a população carente que precisava ser moralizada pelo trabalho – eram, portanto, um ambiente bastante propício para que se implantassem os eixos do governo Vargas.

Os dizeres de Laurindo (1962, *apud* Corrêa, 2006) corroboram o interesse das instituições governamentais de instalar um dispensário vinculado a escolas profissionais, onde são oferecidos cursos de Economia Doméstica e Puericultura:

A alçada estadual arcava com as escolas profissionais primárias e secundárias, com as escolas noturnas de aprendizado e aperfeiçoamento, com as escolas agrícolas, com os cursos pré-vocacionais e vocacionais, com os cursos de aperfeiçoamento de mestres para o ensino profissional, e de mestras de educação doméstica e auxiliares em alimentação nos cursos regulares de educação doméstica, nos quais se incluía a instalação de dispensários de puericultura (p. 58).

A participação da imprensa⁶ de Campinas divulgando e contribuindo para a circulação do discurso oficial também é digna de nota:

Este Dispensário, como já é do conhecimento geral, foi criado tendo como escopo principal o ensino absolutamente prático de Puericultura às alunas que fazem o curso de Economia Doméstica nesta escola, portanto, às futuras mães; e, secundariamente, para o ensino e educação sanitária das mães que o desejarem, sem distinção de classe ou posses (Correio Popular, 15 de outubro de 1941).

O título seguido dos tópicos desenvolvidos na reportagem publicada pelo mesmo jornal, em 7 de outubro de 1945, por ocasião das comemorações dos doze anos da

⁶ Nos trechos extraídos das reportagens, notas e trechos de entrevistas, foi mantida a grafia original dos textos, ao longo de todo o trabalho.

instituição, também aparecem em uníssono com as deliberações ou objetivos das políticas vigentes:

O Dispensário de Puericultura da Escola Industrial Bento Quirino é um empreendimento que honra a terra campineira. Como se desenvolve a sua obra de assistência à infância e à lactante – Onde mães ricas e pobres se encontram, em busca dos mesmos sábios conselhos que ajudarão a consecução de uma **raça forte** – O Concurso de Saude Infantil, que se realiza por ocasião da Semana da Criança, é uma campanha das mais eficientes **em pról do aperfeiçoamento da raça** [Os grifos em negrito são meus] (Correio Popular, 7 de outubro de 1945).

No plano educacional brasileiro, houve um movimento que teve suas primeiras manifestações ainda na década de 1920 e deixou marcas que se expandiram na década subsequente: foi o Escolanovismo.

As concepções positivistas na educação haviam despertado uma série de críticas e protestos tanto da parte de educadores e intelectuais, como Rui Barbosa, quanto da própria Igreja – que associava o ideário positivista ao ateísmo. Tal conflito pautava-se no fato de que a Constituição Republicana de 1891 havia determinado a separação entre Igreja e Estado e a laicização do ensino nas instituições públicas. A mesma Carta atribuía à União a responsabilidade pelos ensinos secundário e superior, enquanto o propedêutico e o profissional ficavam a cargo dos estados (ARANHA, 1996).

Terminada a I Guerra, com o início de crescimento da indústria e do capitalismo, o operariado começou a requisitar melhor escolarização, pressionando para que houvesse ampliação da oferta de ensino.

Para Nagle (1974), as ideias escolanovistas foram responsáveis pela principal transformação no campo educacional na Primeira República. Era proposta uma revisão ampla dos métodos pedagógicos, diversificação e expansão de experiências educativas, contribuindo para a formação da personalidade integral da criança. Além da reformulação de metodologias, também deveria ser considerada uma revisão de currículos e oferta de novos componentes, como ginástica, trabalhos manuais e desenho. O autor usa as expressões “otimismo pedagógico” e “entusiasmo pela educação” para caracterizar este momento da educação.

O conhecimento, em lugar de ser transmitido pelo professor para memorização, emerge da relação concreta estabelecida entre os alunos e esses objetos ou fatos,

devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais (VIDAL, 2003, p. 509).

No bojo desse movimento, funda-se a ABE (Associação Brasileira de Educação), no ano de 1924, que reúne educadores e realiza conferências e apresentações pelo Brasil. Dentre os nomes de destaque envolvidos no movimento, estão os de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que trouxeram contribuições de Dewey e Durkheim para os debates e as propostas de renovação no cenário educacional do país (ARANHA, 1996).

O movimento iniciado nos anos 20 culminou com a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, assinado por um grupo de 26 intelectuais de destaque na área da Educação, como: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Mario Casassanta, Cecília Meirelles, Lourenço Filho, Almeida Júnior. Segundo os responsáveis por este documento, 43 anos após a proclamação da República, não havia sido criado ainda um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas do país (ARANHA, 1996 e ROMANELLI, 2003).

De acordo com os escolanovistas, a educação deveria reconhecer que, independente de motivos de ordem econômica e social, todo indivíduo tem o direito de ser educado, respeitando-se apenas os limites de suas aptidões naturais. Em outras palavras, a diferença entre um indivíduo e outro reside na capacidade cognitiva de cada um e não em diferenças sociais ou étnicas. Esta é a noção de democracia educacional e ela vai ao encontro das expectativas do governo populista de Vargas, que prometia ampliar o número de escolas e, portanto de estudantes (LAGE, s/d).

Uma interessante crítica a esse novo ideário foi tecida por Carvalho (1998). Para ela, as propostas modernizadoras da década de 1920 não privilegiavam a educação como caminho para a ascensão social das classes populares, mas como instrumento de conformação dos indivíduos ao ideário da elite, como a efetivação do seu projeto particular de sociedade, distinguindo-se da educação tradicional apenas pela incorporação de novos métodos e técnicas, segundo o paradigma da fábrica. Portanto, a ênfase na qualidade do ensino, sobretudo a partir dos anos 20, não foi decorrente de razões pedagógicas, mas políticas, como instrumento de controle social.

Apesar de indicar uma preocupação com a formação geral das crianças e posterior preparo para o trabalho numa sociedade urbano-industrial e também de manter classes

mistas nas escolas, o ideário escolanovista não buscou dissipar a distinção de gênero, pois, as meninas eram encaminhadas para cursos de bordado, costura, roupas brancas e os meninos para a marcenaria, a mecânica ou tarefas agrícolas. Para Moraes (2002), “à medida que o discurso racionalizador invade o espaço social, propondo-se a domesticar a classe operária, surge uma nova concepção do papel a ser desempenhado pela mulher trabalhadora: o de esposa e mãe” (p. 188).

A presença de meninas na Escola Profissional Bento Quirino nos cursos a elas designados, a implantação do curso de Economia Doméstica e Puericultura, a criação do Dispensário, que servia como uma espécie de campo de estágio para as alunas matriculadas – são evidências que confluem no sentido daquilo que era designado pelas políticas públicas oficiais.

Justificativa

O levantamento bibliográfico iniciado durante a pesquisa do Mestrado não apontou trabalhos que objetivassem uma reconstrução histórica desta escola de ensino profissional – o Instituto Bento Quirino – sob a perspectiva das políticas públicas educacionais e de saúde da época. O resultado obtido representou uma contribuição às áreas da História da Educação, do ensino profissional e da própria instituição.

Nesta pesquisa, o recorte delimita como objeto de estudo o Dispensário de Puericultura, unidade que foi incorporada ao Instituto e que teve grande projeção na cidade de Campinas, nas décadas de 1930 e de 1940. Um estabelecimento com estrutura similar a este anexo da Escola Profissional Bento Quirino surgiu na cidade de Campinas apenas em 1945: o Dispensário do Cambuí⁷, fundado e mantido principalmente pela iniciativa particular. E a ele, além da atenção a crianças, serviço de lactário e cozinha, foi acrescido posteriormente atendimento a gestantes.

⁷ De acordo com informações obtidas no jornal Correio Popular, de 02 de outubro de 1941, inaugurou-se em Campinas, naquela data, o Dispensário Dom Francisco de Campos Barreto. Segundo consta, o caráter desta instituição era caritativo, pois a nota jornalística dizia: “A finalidade é auxiliar mensalmente os pobres de Campinas”.

Porém, a grande peculiaridade do Dispensário, objeto deste trabalho, é o fato de ter sido o único existente na cidade que contava com o respaldo da Escola Profissional, cujas alunas tinham aulas práticas e prestavam serviços auxiliares, em um processo pedagógico marcado pelo diálogo entre teoria e prática.

Um maior aprofundamento nas questões de caráter histórico, buscando interlocução com diferentes fontes, poderá permitir explicar processos mais amplos, tais como diferentes relações entre aqueles que estiveram envolvidos direta ou indiretamente em sua concepção, organização, funcionamento e entre os que faziam uso de seus serviços – trazendo à luz as diversas transformações ali ocorridas ao longo do tempo e contribuindo com elementos que ajudem a compor a história da cidade.

Objetivos da pesquisa

- Produzir uma versão da história do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Bento Quirino, de Campinas – SP, desde sua inauguração, em outubro de 1933, até sua desativação.
- Problematizar possíveis razões que levaram à desativação deste anexo da Escola Profissional, mediante articulação com as políticas públicas educacionais e da saúde do período delimitado para o estudo.

Procedimentos metodológicos de investigação e de análise

Investigações efetuadas no decorrer da pesquisa a respeito do Dispensário da Escola Profissional Bento Quirino apontaram a existência de documentos de natureza diversa, entre os quais: notícias em jornais da época, álbuns de fotografias, livros de registros de matriculados no Dispensário, livros de matrícula de alunas dos cursos oferecidos a mulheres, além de relatórios de atividades e balanço anual de despesas. Tal diversidade de fontes é muito estimulante para o trabalho, mas também exige certo cuidado.

Em virtude da abordagem histórica da tese, cabe esclarecer que vários dos referenciais teóricos do campo da História, escolhidos para suporte são constituídos de um grupo de autores que trouxeram perspectivas diferentes sobre o modo de se “fazer história”. Eles propunham uma história questionadora – a “história-problema” – sem

respostas definitivas, em oposição à produção de uma história real, objetiva e acabada, com um encadeamento linear de causas e efeitos. Os historiadores adeptos da Escola dos *Annales*⁸ valorizam, em suas investigações, a história do homem comum, do operário, da mulher, da família. Ampliaram a noção de documento, considerando que a fonte escrita não é a única possibilidade de resquício da ação humana a ser utilizada pelo pesquisador. Para Marc Bloch, qualquer documento tem uma intenção e anunciá-la, faz parte da análise inescapável do pesquisador que trabalha sob a perspectiva do campo da História. Diante da impossibilidade de se colocar no passado, o pesquisador precisa se perguntar qual a rede de relações em que determinado testemunho está inserido. Isto é, um testemunho é sempre uma perspectiva e como tal, precisa ser analisado nas intenções do sujeito (BLOCH, 2001).

Le Goff (2005) reafirma o cuidado que o historiador deve ter ao lidar com documentos e sugere que se atente também para o que estes não revelam, não declaram, dizendo que “[...] é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas; interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos” (p. 109).

Outro historiador, Carlo Ginzburg, em seu trabalho intitulado *O queijo e os vermes*, apresentou uma reconstituição da trajetória de um moleiro, julgado e condenado pelo Tribunal da Inquisição, no século XVI, na Itália.

O estudo realizado por Ginzburg procurou mostrar **como** as fontes podem ser interpretadas. Isto é, analisou o processo judicial deste réu de modo a que se visualizassem informações que escapavam do assunto sobre o qual o documento versava diretamente. O autor propõe uma ampla reflexão sobre os desafios, barreiras e possibilidades na escrita da história, ou melhor, história(s) – porque, em seu entender, cabe ao historiador revelar verdades possíveis sobre homens do passado, fazendo a leitura das fontes a contrapelo ou às avessas, como sugere Marc Bloch.

Mais um alerta do mesmo pesquisador: ao consultar fontes escritas, o historiador se depara com deformações e interferências decorrentes das interpretações

⁸ A revista ANNALES foi fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre na França, em 1929, apresentando inovações marcantes nos estudos do campo da História.

daqueles que redigiram os tais registros. Ginzburg não trabalhou com o conceito de certo ou errado; não quis julgar e sim, interpretar as razões que fizeram com que o protagonista agisse da forma como o fez.

Pelo fato de eu ter como material de consulta, duas coletâneas de recortes de jornais sobre as notícias relacionadas ao Dispensário de Puericultura, busquei o suporte de autores que incluem este material como fonte de pesquisa.

A despeito do alargamento da concepção de fonte na escrita da história, nas últimas décadas do século XX, surgiu uma polêmica sobre o uso do jornal com tal função. Os jornais foram, durante muito tempo, desacreditados como fontes historiográficas por serem considerados representantes de ideologias e interesses políticos (BEZERRILL, 2011, p. 1).

A autora acredita que essa fonte

tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade dos gêneros (BEZERRILL, 2011, p. 2).

A pesquisadora Maria do Carmo Aguiar (AGUIAR, 2010) realizou um trabalho em que defende a importância da imprensa como fonte de estudos para construção e reconstrução da história, pois segundo ela, os jornais permitem desvendar aspectos do social, do político e do econômico dentro de um período delimitado, assim como seus agentes, no processo de transformação social e sua participação para a construção da história. A autora recorre a Nóvoa (2002), quando, referindo-se aos jornais, ele explica que:

As suas páginas revelam, quase sempre a “quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam. (NÓVOA, 2002, p. 31 *apud* AGUIAR, 2010, p.2).

Aguiar (2010) também lembra que historicizar a fonte requer ter em conta o contexto social, político e econômico no qual o objeto do estudo está inserido, pois a análise de um fato isolado pode se tornar superficial.

Sobre os jornais do início do século XX, Bezerril (2011) tece comentários sobre a riqueza que eles representam como fonte, pois, de acordo com a autora, permitem estudos sobre novos costumes e os novos espaços de sociabilização, que se constituíram ao longo do processo de urbanização do país. Ela cita como exemplo o fato de os anúncios publicitários fornecerem indícios positivistas na educação francesa no vestuário e mesmo na forma de desenvolvimento urbano das cidades.

A pesquisadora Maria Juraci Maia Cavalcante conta que sua iniciação na pesquisa histórica ocorrida na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Meneses Pimentel, em Fortaleza foi tão significativa que decidiu escrever o artigo que utilizo agora como apoio para “oferecer algumas pistas metodológicas sobre o uso de jornais como fonte de pesquisa para historiadores da educação” (CAVALCANTE, s/d, p.1). E segue descrevendo sensações, pelas quais eu também fui tomada quando me deparei com as Coletâneas de Notícias do Dispensário de Puericultura:

Desde o início, ficou claro para mim que o jornal possibilitava uma espécie de retorno ao passado, que poderia ser caracterizado pela nítida sensação de estar a vivê-lo. O próprio ato de folhear um jornal de época me parecia ter o efeito de criar um vínculo testemunhal ou vivencial com os acontecimentos ali narrados. O amarelecido das folhas e o bolor empoeirado nelas inscritos pelo tempo como que deixava pouco a pouco de incomodar e eram substituídos pela surpreendente impressão de ver renascer pessoas e acontecimentos, em princípio, tão apartados de uma leitora egressa do futuro. (...) Era infinita a galeria de nomes que eu via saltar da condição necrológica de alvo de homenagens insípidas - porque ignoradas e distantes da maioria da população em seu significado histórico - para a atuação viva da elite a construir a sociabilidade política e intelectual de uma composição mosaica de tempo, que veio depois a se constituir naquele todo compacto, que designamos "passado" (CAVALCANTE, s/d, p.1).

Maria Juraci expõe as pistas metodológicas que construiu, inspirada muitas vezes por Braudel.

Lembra que embora o jornal se apresente como reconstrução cotidiana do passado, vivemos no tempo presente, um tempo curto, que se esvai rapidamente e o que historiador tenta compreender “sob as luzes e as trevas dos acontecimentos idos”.

Aquele que trabalha com jornais em sua pesquisa precisa ficar atento ao fato de que a linearidade cronológica implícita neste artefato não significa que um simples somar de acontecimentos publicados, sejam grandes ou pequenos, permitirá a compreensão do passado.

[...] o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência - o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas da vida econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como, política (BRAUDEL, 1992 b, p.45/46 *apud* CAVALCANTE, s/d, p. 2).

Cavalcante sugere que o pesquisador faça também um recorte espacial de suas buscas, pois o jornal, ao trazer acontecimentos de outros locais, pode fazer com que se perca de vista os locais menores e mais ermos, elementos muito importantes na construção da história.

O recorte temático também é indicado por Maria Juraci Cavalcante. Isto não isenta o historiador de buscar uma visão abrangente dos conteúdos do jornal, pois é o contraponto entre o local e o global “que permite compreender o lugar e o valor dos fatos específicos nele pesquisados” (CAVALCANTE, s/d, p. 3).

Trabalhando com o jornal completo, a autora propõe que sejam feitas anotações sobre as notícias em cadernos, fichas ou no computador, de modo a organizar uma seleção em acordo com o tema definido e com os objetivos da pesquisa (CAVALCANTE, s/d).

Outra orientação refere-se ao entendimento de como é feita classificação temática e espacial das notícias, porque isso depende do volume de notícias disponíveis, do tipo de leitor do periódico e da capacidade técnica e financeira em questão e também da época em que o jornal foi produzido. Destaca ainda que a leitura da primeira página seja muito criteriosa, sem que se cometa o descuido de ignorar pequenas notícias aparentemente sem importância, que podem ocultar informações preciosas (CAVALCANTE, s/d).

Sobre a suposta neutralidade das notícias, lembra também que:

Os que duvidam do valor dos jornais de época como fonte de pesquisa historiográfica alegam a interferência das ideologias no ato de noticiar. De fato, as ideologias perpassam todas as páginas de qualquer jornal. Não há como ignorá-las ou fugir delas. Contudo, as ideologias não interferem apenas na veiculação de notícias jornalísticas, já que integram todo processo de produção e divulgação de idéias, em todos os tempos e lugares. O estranho seria, justamente, se os jornais fossem isentos ou neutros. Além disso, tais veículos de informação acabam por espelhar múltiplas ideologias em confronto porque estão sempre a trazer conflitos existentes naquele meio social específico onde eles são produzidos (CAVALCANTE, s/d, p.4).

Depois de transcrever integralmente as notícias consideradas principais e de organizá-las de modo a criar um nexo entre elas, caberá ao pesquisador tentar “identificar o sentido possível em que cada uma delas correrá, pois trata-se afinal de entender o mundo da política subjacente a todos aqueles conteúdos”. Contudo, a autora recomenda que também se leve em conta a força do acaso na análise comparativa dos fatos em questão, “pois na vida de uma cidade, há uma pluralidade de acontecimentos, que escapam à razão e ao controle das autoridades e das elites” (CAVALCANTE, s/d, p.6).

As notícias precisam também ser trabalhadas de tal modo a constituir uma teia bem articulada, repleta de sentidos e significados e que apresente possibilidade de interpretação. O pesquisador deverá ainda demonstrar a adequação de seu enredo e produzir um texto com a interpretação proposta, a qual será colocada em confronto constante pelos leitores (CAVALCANTE, s/d).

No caso desta tese, as fontes referentes às notícias de jornal foram compiladas segundo os critérios de quem organizou as Coletâneas. Assim, tenho a tarefa de investigar nos meandros daquelas páginas amareladas as razões de alguém ter selecionado aquelas notícias e não outras. Tentar compreender o que teria sido ocultado e tecer uma teia que permita reconstituir uma versão da história do Dispensário de Puericultura.

A autora Maria Juraci Cavalcante abriu seu trabalho com palavras do historiador Eric Hobsbawn (1995), a respeito da imprensa como fonte. Peço licença para reproduzi-las aqui:

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais (...)

Nenhuma história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas duas fontes (HOBSBAWN, 1995).

Além de seu significado como fonte, a importância da imprensa também pode ser destacada como “um dos espaços de gestação e manifestação de novas significações e projetos sociais”, segundo aponta a historiadora Heloísa de Faria Cruz (2000), em seu trabalho *São Paulo, papel e tinta*. Ela nos convida a refletir sobre as relações entre cultura e cidade, mais especificamente sobre a “cultura letrada, periodismo e vida urbana no processo inicial de formação da metrópole paulistana”. Considera ainda que naquele

período do final do século XIX e início do século XX, a imprensa começava a ser compreendida como relevante veículo de formação cultural e moral do povo e não simplesmente como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites.

A disseminação das práticas da escrita e da leitura e a expansão da imprensa periódica, como momentos fundamentais da expansão da cultura letrada para além dos circuitos das elites paulistanas tradicionais, constituem dimensão importante dos novos modos de viver e pensar da Paulicéia como metrópole de formação. (...) A centralidade da imprensa nos processos de “letramento do povo” e de difusão de imaginários sociais a constitui como campo extremamente dinâmico de reconstituição das relações culturais no período (CRUZ, 2000, p. 135).

Antonio Arnoni Prado (2008) situa historicamente o conjunto de mudanças que conquistavam espaço em uma nova rotina que se delineava, entre o fim do século XIX e o início do século XX, rotina essa na qual a imprensa adquiriu função sobressalente.

É preciso ter presente que o período em apreço foi marcado pela final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, extensão da malha ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial, circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação de informação. Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade e, nos anos 1920, o rádio – , delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração (PRADO, 2008, p. 148).

Em contraponto à urgência e à pressa que se instalavam no cotidiano popular, abrindo possibilidades para meios de comunicação, Tania de Luca (2008) comenta que a relação entre a imprensa e o Estado Novo não foi tranquila. Segundo a pesquisadora, como o regime necessitava de instrumentos para propagar seu projeto e suas concepções em larga escala, investiu consideravelmente no setor. Porém, o que interessava difundir era uma imagem positiva do regime e para tanto, era preciso vincular os meios de comunicação em massa ao executivo, sujeitando-os a ele.

O famoso artigo 122 da Constituição de 1937, que trata dos direitos e garantias individuais, considerava a imprensa um serviço de utilidade pública o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo. (...)

O direito individual de livre manifestação, por sua vez, subordinava-se a condições e limites prescritos em lei. Em nome de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, justificava-se a censura prévia à imprensa, teatro, cinema e radiodifusão, além de se facultar às autoridades competência para proibir a circulação, a difusão ou a representação do que quer que fosse considerado impróprio. Comprometia-se, portanto, a liberdade de expressão e dotavam-se os agentes do Estado de meios para punir os infratores. Tentava-se tanto cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder quanto enfatizar as realizações do regime e sua adequação à realidade nacional, sem se descuidar da promoção pessoal e política do chefe do governo (LUCA, 2008, p. 172).

Luca explica que houve embates gerados pela obrigação de se construir e divulgar uma imagem positiva de Vargas e que, em muitas das vezes, o processo de sufocar a oposição ao governo, era bem sucedida. No entanto, a partir de 1942, teve início uma alteração no cenário, porque parte considerável dos órgãos da imprensa que apoiava o presidente apenas devido ao rigoroso controle exercido, foi pouco a pouco desafiando o amordaçamento imposto na época.

(...) quando a batalha no interior do círculo governista foi ganha pelos defensores dos Aliados (...). A contradição entre a luta a favor da democracia nos campos de batalha e as restrições à liberdade no âmbito interno não poderia persistir indefinidamente. E a imprensa tomou parte ativa no desgaste que acabou levando à deposição de Getúlio Vargas em 1945 (LUCA, 2008, p. 173).

Mais uma vez lembrando Marc Bloch (2001): “O historiador não observa diretamente os fatos que estuda”. “Das épocas que estudamos, só podemos falar a partir de testemunhas” (p.69). O conhecimento ocorre por meio de vestígios, pois os fatos não “pululam” nas fontes. É preciso, portanto, saber interrogar os documentos; fazê-los falar. Para isso, é fundamental que se amplie o conceito de fontes (não se limitando apenas àquelas escritas e em documentos oficiais). Qualquer tipo de vestígio da atividade humana pode servir como elemento capaz de informar a respeito da experiência humana.

Desse modo, além de diversos tipos de fontes escritas, também serão analisadas na tese fontes iconográficas⁹. Para Le Goff (2005, p. 460), “a fotografia revoluciona a

⁹ A parte III deste trabalho foi chamada de Memória fotográfica. Ali, antecedendo um conjunto de fotografias que selecionei dos arquivos, fiz mais algumas considerações sobre esse tipo de fonte.

memória, multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”. Diversos autores porém, discutem sobre a maneira atenta para se utilizar imagens visuais como fontes documentais.

Maria Emília Sardelich (2006) apresenta um estudo em que aponta para a necessidade de uma alfabetização visual, de modo a permitir a “leitura de imagens e compreensão crítica visual” (p. 452). Afirma também que: “na medida em que a imagem passa a ser compreendida como signo que incorpora diversos códigos, sua leitura requer o conhecimento e a compreensão desses códigos” (*idem op.cit.*). Especialistas citados pela autora dizem que para se ler uma imagem historicamente é importante considerá-la como uma construção histórica, plena de intenções, desprovida de neutralidade e elaborada para atender a determinados interesses. A imagem por si só não pode ser desconectada de uma situação ou contexto, sendo primordial investigar quem a gerou, em que condições, por que motivos e com quais objetivos.

Gisèle Freund (1974, p. 204) também propõe que se tenha um olhar cuidadoso diante de fotografias, pois: “En s’adressant à la sensibilité, la photographie est douée d’une force de persuasion qui est consciemment exploitée par ceux qui s’en servent comme moyen de manipulation”¹⁰.

E ainda a respeito do uso de fotografias como fontes, tem-se em Kossoy (1999) uma orientação valiosa para o pesquisador. Ele explica que só é possível aproveitar da melhor maneira o recurso se:

(...) esses fragmentos forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais, enfim) que circunscreveu no tempo e no espaço o ato da tomada do registro. Caso contrário, essas imagens permanecerão estagnadas em seu silêncio: fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações ‘artísticas’ do passado (KOSSOY, 1999, p.22).

Cabe ressaltar um comentário de Martins e Luca (2006) sobre a relação entre fotografia e imprensa, elementos-chave desta tese. Dizem as autoras:

¹⁰ “Por tocar a sensibilidade, a fotografia é dotada de uma força de persuasão que é conscientemente explorada por aqueles que se servem dela como meio de manipulação”. Tradução livre do texto original em francês, feita por mim.

À fotografia coube a dimensão mais abrangente como recurso de ilustração, invadindo progressivamente o periodismo. Era o recurso ideal para documentar a transformação das cidades, as cerimônias de impacto nos âmbitos político e social, a serviço da nova modalidade jornalística: a reportagem fotográfica.

Com seu poder manipulador – instrumento ideal para “vender” a imagem do país civilizado e moderno – a fotografia potencializou a informação, levando aos mais diversos públicos a informação até então subtraída às multidões, em especial às camadas desfavorecidas e analfabetas que configuravam o país (MARTINS; LUCA, 2006, p.46).

Embora o Dispensário de Puericultura tivesse sido um órgão público mais diretamente relacionado à área da Saúde, estava instalado no interior de uma escola de ensino profissional e mantinha com ela um estreito diálogo, envolvendo, por exemplo, a formação dos profissionais que atuavam nos serviços que o dispensário prestava à população. Assim, é procedente lembrar Sanfelice (2007), quando se refere aos modos de um pesquisador entrar em uma instituição escolar, dando ênfase à multiplicidade de caminhos e da necessária interação a ser construída entre eles.

Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participam, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia pré-existente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, sons e outras). O que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interdito (SANFELICE, 2007, p.77).

Sobre as fontes de pesquisa, também é interessante recorrer aos estudos de Nunes e Carvalho (2005), relativos às relações entre historiografia da educação e fontes. As autoras comentam sobre as diversas vertentes contempladas em livros que tratam sobre História da Educação: alguns se dedicam mais a questões relacionadas à organização escolar, outros são mais relacionados a aspectos pedagógicos e ainda existem aqueles que procuram articular ambos os temas. No entanto, permanecem entre as perguntas em aberto, algumas a se destacar: “que tipo de história está sendo produzida?” “Quais são os objetos dessa história?” “A partir de que fontes produzi-la?” E ainda declaram: “Queríamos avançar na perspectiva de compreender as fontes não apenas como instrumento manipulado pelo pesquisador, mas como problema que remete diretamente ao campo da própria história da Educação” (NUNES; CARVALHO, 2005, p.18).

Segundo a análise do historiador Edward Carr (1892 – 1982), a preocupação em ver a História como ciência, levou os positivistas a separarem sujeito de objeto, acreditando que os fatos se impõem de fora e são independentes da consciência do observador: uma vez de posse dos fatos, estes deveriam ser compilados e divulgados. Por exemplo, para Hanke (1830), o historiador deve "apenas mostrar como a história se passou".

Discordando deste ponto de vista, Carr considerou o historiador como um selecionador, porque precisa identificar fatos realmente importantes, que possam ser transformados em fatos históricos e descartar os insignificantes. Lembrou também que os fatos não falam por si e uma coletânea de fatos acumulados não é História. Conforme os critérios utilizados no século XIX, os documentos eram um verdadeiro “sacrário do templo” de fatos. No entanto, Carr advertiu para a importância que o historiador precisa dar à interpretação desses documentos, pois eles não revelam, por si só, fatos que aconteceram. A construção a ser elaborada depende das perguntas feitas aos documentos e da leitura dos silêncios que eles contêm; depende ainda da constante interação entre o historiador e seus fatos e de um diálogo permanente entre o presente e o passado.

Diante das palavras de Gardiner (1984) sobre as múltiplas interpretações cabíveis no processo de se “dar sentido” ao passado, é possível retomar os ensinamentos de Marc Bloch que vê a história como uma ciência em marcha, em que o tempo “é por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança”.

Leituras recentes dos trabalhos de Walter Benjamin (2002, p. 40) também trouxeram à luz indícios sobre sua forma de pensar a história, em que deixa clara sua posição contrária à ideia de progresso, vindo ao encontro dos fundamentos sobre os quais este estudo se apoia,

Há uma concepção da história que, confiando na infinitude do tempo, distingue apenas o ritmo dos homens e das épocas que rápida ou lentamente avançam pela via do progresso. A isso corresponde a ausência de nexos, a falta de precisão e de rigor na exigência que ela faz ao presente. A consideração que se segue visa, porém, um estado determinado, no qual a História repousa concentrada em um foco, tal como desde sempre nas imagens utópicas dos pensadores. Os elementos do estado final não afloram à superfície enquanto tendência amorfa do progresso, mas se encontram profundamente engastados em todo presente como as criações e os pensamentos mais ameaçados, difamados e desprezados [...] Esse estado [...] só pode ser apreendido em sua estrutura metafísica, como o reino messiânico ou como a ideia da Revolução Francesa (BENJAMIN, 2002, p. 40).

Walter Benjamin também lança a concepção de um tempo não linear, dinâmico, assinalado por descontinuidades e, portanto, incompleto e inacabado. Segundo a análise de Konder (2003), Benjamin acreditava que se o determinismo prevalecesse não haveria o que buscar no passado, uma vez que:

Se a história fosse um processo linear evolutivo, subordinado aos ditames de um tempo homogêneo e vazio, os sujeitos humanos não teriam como intervir nele. Nossos projetos seriam vãos, inócuos. Benjamin repelia o determinismo rígido e a resignação dele decorrente (KONDER, 2003, p. 169).

Diante desses pressupostos e afastada, portanto, da pretensão de fazer algum tipo de “resgate” da “verdadeira” história do Dispensário, proponho-me a tentar estabelecer um constante diálogo com diferentes fontes, cuja análise deverá contribuir para subsidiar as interpretações sobre os rumos do Dispensário de Puericultura da Escola Bento Quirino – valendo-me também dos aportes dos campos da História da Educação e História da Educação Profissional e da Saúde Pública no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940.

Sobre o material coletado

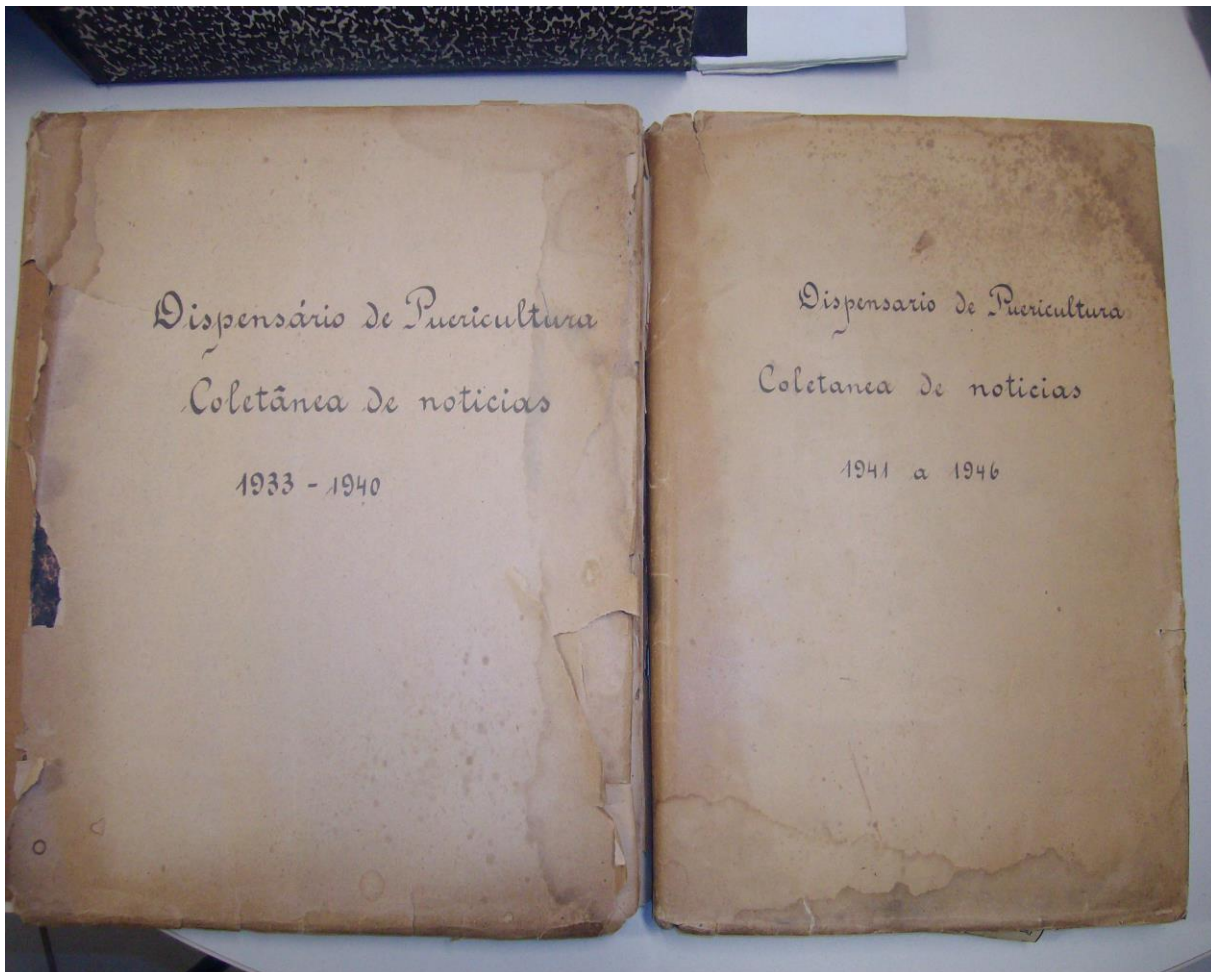
No acervo do Centro de Memória existente na ETE Bento Quirino, encontrei vários tipos de documentos, as fontes primárias para a pesquisa. Apesar do enorme trabalho envolvido na organização do material quando do desenvolvimento do projeto de criação do Centro de Memória, são incontáveis as dificuldades para sua manutenção/preservação.

Ali funciona a biblioteca da escola e também é o local onde ficam os computadores para uso dos alunos da instituição. O espaço é pouco apropriado, pois há problemas com umidade e ventilação. Só recentemente, há questão de dois anos (considerando o período de minhas primeiras visitas em 2011), é que foi designado um bibliotecário para permanecer em atendimento nos períodos em que a escola funciona. Ainda assim, no período noturno, há um funcionário “emprestado” de outro setor que cuida do atendimento. Desse modo, a tarefa de buscar o material de interesse, ler, selecionar só foi possível devido à imensa boa vontade e atenção dos funcionários.

Coletâneas de Notícias (com recortes de jornais)

Os livros utilizados para dispor os recortes eram originalmente livros-caixa e em suas páginas foram coladas, ao longo do tempo – desde a inauguração do Dispensário até o término de suas atividades (entre o final da década de 1950 e início da de 1960) – as notícias que eram publicadas nos jornais da cidade, anunciando ou comentando algo sobre o Dispensário ou sobre a Escola Bento Quirino. O livro dos anos de 1933 a 1940 tem 137 páginas com diversos recortes em cada uma. O referente aos anos 1941 a 1946 possui 157 páginas (e inclui algo de 1950 a 1960), apresentando também vários recortes em cada uma delas.

Figura 2



Estes são os livros que serviram para que se colassem os recortes de jornais contendo notícias, informes e outras publicações relacionadas às atividades do Dispensário, nos períodos de 1933 a 1940 e 1941 a 1946, respectivamente.

É possível observar que as capas estão bem danificadas, inclusive pela ação do tempo, pois o material utilizado é o papel pardo grosso e isto dificulta a manipulação.

As duas Coletâneas estão entre as fontes desta pesquisa.

Foi preciso escanear ou fotografar o conteúdo das grandes Coletâneas de Notícias, para que fosse possível fazer a leitura posteriormente.

Por se tratar de recortes de jornal afixados com cola nas páginas dos livros, a ação do tempo vem se tornando cada vez mais evidente e dificultando bastante o trabalho de manejo e leitura. A proposta que fiz à direção da Escola é que, ao concluir minha tese, disponibilizarei para a biblioteca todo o material que digitalizei. Levei meu scanner pessoal, porque não havia condições de usar o da escola. Afinal foram necessários vários dias de trabalho, o que causaria imenso transtorno à rotina da biblioteca.

O trabalho do escaneamento também foi bastante difícil, por fatores variados. O peso de cada um dos livros exigiu um esforço suplementar. O estado de desgaste dos recortes dos jornais também demandou cuidado extremo, porque qualquer desatenção faria rasgar o material. Várias páginas precisaram passar pelo escâner mais de uma vez, ou porque havia recortes dobrados na folha do livro e era necessário abrir para se ver o conteúdo ou devido ao posicionamento da notícia na folha da Coletânea, pois ao se colocar uma em foco no equipamento, a outra fugia do campo da máquina. Foi preciso também segurar cada um dos livros de modo a não abrir demais e causar danos indesejáveis. Só foi possível chegar ao fim desta atividade, trabalhando em dois (meu marido e eu).

Uma vez que as informações contidas nos recortes de jornais constituíram a principal fonte desta pesquisa, foram organizadas tabelas para dar noção mais clara dos conteúdos. Estes dados estão disponíveis no Apêndice da tese.

Nas duas páginas seguintes, estão disponibilizadas uma tabela geral contendo um resumo das informações, seguida de uma legenda explicativa.

Para a construção das tabelas foram listados e numerados sequencialmente todos os recortes de cada uma das duas Coletâneas de Notícias. Então, a primeira coluna corresponde a tal numeração. Na coluna seguinte, está a data do recorte, no formato dia/mês/ano (Exemplo: 06/10/1936). Em vários dos recortes a data estava incompleta ou apagada, devido à ação do tempo, ou até mesmo inexistente, por não ter sido colocada. A estratégia utilizada foi substituir o dado faltante por pontos de interrogação. Assim: 20/09/????; ??/??/1940; ??/??/?????. Em algumas situações, a leitura da matéria permitia inferir qual o dado ausente naquela data e em outras, não.

Tabela 1

As tabelas apresentam uma interpretação matemática dos recortes disponíveis no Apêndice.

A primeira corresponde ao período de 1933 a 1940, a segunda ao intervalo de 1941 a 1946 e a terceira engloba o intervalo total ou seja de 1933 a 1946.

Estatísticas de 1933 a 1940

Total	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
113	1	42	28	17	7	15	4
	0,9%	37,2%	24,8%	15,0%	6,2%	13,3%	3,5%

Estatísticas de 1941 a 1946

Total	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
167	4	45	86	7	1	28	0
	2,4%	26,9%	51,5%	4,2%	0,6%	16,8%	0,0%

Estatísticas de 1933 a 1946

Total	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
280	5	87	114	24	8	43	4
	1,8%	31,1%	40,7%	8,6%	2,9%	15,4%	1,4%

Legenda

- Imagem: número da imagem correspondente ao recorte, em ordem cronológica.
- Data: data de publicação do recorte.
- Destaque: o recorte está inserido na primeira ou última página do jornal, sugerindo a importância da notícia.
- Concurso: o recorte faz referência ao Concurso de Robustez, evento incorporado às comemorações da Semana da Criança.
- Nota: pequeno recorte, com cerca de 10 ou 15 linhas, cujo conteúdo traz algumas breves informações sobre o Dispensário ou algum aviso.
- Sobre: notícia específica sobre o Dispensário, não referente a eventos e/ou comemorações nos quais estivesse inserido.
- Palestras: artigos explicando algum assunto em foco nas palestras ministradas no Dispensário.
- Evento: notícias em que o dispensário figura como participante de eventos, geralmente externos e comemorativos.
- Aulas: recorte com informação sobre aulas ministradas no Dispensário.
- Tot: total de recortes analisados.

As demais colunas foram construídas em função da informação que mais se sobressaía no respectivo recorte, a saber: Destaque, Concurso, Nota, Sobre, Palestra, Evento e Aula. O detalhamento de cada categoria está apresentado na legenda que se segue à imagem da tabela resumida. A mesma legenda foi colocada na página após a última das tabelas completas, no Apêndice da tese.

Na Coletânea de 1933 a 1940 havia 113 recortes de jornais e na de 1941 a 1946 foram contados 167, num total de 280 recortes, sendo que todos foram lidos para o desenvolvimento desta pesquisa.

No caso da segunda Coletânea, é necessário fazer um esclarecimento. Depois de 1946 foram colados neste livro vários outros recortes de jornal, porém a delimitação de tempo do trabalho foi estabelecida para as décadas de 1930 e 1940. Contudo, como será explicado mais adiante, os jornais foram ali colados de maneira um tanto desorganizada. Havia até informações sobre eventos do Dispensário, onde busquei informações adicionais, mesclados a outros com assuntos gerais. Os recortes de datas bem esparsas, depois de 1946, não foram computados para a elaboração das tabelas.

A estatística mostra que na Coletânea de 1933 a 1946, as notícias sobre o Concurso de Robustez apareceram em 37,2% do total de recortes. Em geral, estas publicações estavam na segunda ou terceira página do jornal e, mais raramente (0,1% do total), ocuparam a primeira ou a última página. As notas, 24,8% dos recortes desta etapa, traziam muitas vezes, lembretes para que as mães comparecessem para os exames que precediam os concursos, convidando para buscar fotografias (após algum concurso), anunciando algum evento ou data relativa às comemorações da Semana da Criança. Portanto, a maior parte do material dos recortes era datada de outubro de cada ano. Fora deste mês, era mais comum ver notícias menores, abordando temas relacionados à saúde infantil ou convidando para palestras eventos ou aulas: 6,2%, 13,3% e 3,5%, respectivamente, em relação ao total de recortes encontrados no livro.

Na Coletânea de 1941-1946, observa-se um aumento do número de notas (51,5%) e uma diminuição das notícias sobre o Concurso de Robustez (26,9%), quando se compara com o livro anterior. Nos anos de 1939 e de 1941 não houve concursos e os jornais não trataram do tema.

Na categoria Eventos também foi registrado aumento, em relação à Coletânea anterior.

Não houve aulas anunciadas no referido período e apenas uma palestra (0,6%). Quanto aos destaques (2,4%), referiam-se a reportagens com fotos das crianças contempladas nos concursos e vinham na contracapa das edições de domingo.

Na categoria Sobre (4,2%) havia recortes anunciando as dificuldades financeiras do Dispensário e solicitando providências.

Vários recortes não traziam identificação do jornal ou mesmo da data. Do total de 280 recortes, em 105 podia-se ver de que jornal se tratava. Dos jornais identificados nos recortes das Coletâneas foram encontrados: O Correio Popular (55); Folhas (identificados como Folha (11); Folha da Manhã (12) e Folha da Noite (1)); Diário do Povo (14); Gazeta (4); Diário de São Paulo (2); A Defesa (2); Correio Paulistano, Diário da Noite, A Notícia, O Município, com um (1) recorte em cada. Identificado como “Jornal de hoje” havia três recortes. Não foi possível saber se foi uma maneira descompromissada de colocar a identificação ou se era o nome de algum jornal.

Jornal - Alguns percalços adicionais

Fui em busca de exemplares de alguns dos jornais completos, cujos recortes compunham as Coletâneas de Notícias. A proposta era que, ao examinar o periódico inteiro, fosse possível visualizar a posição que aquele fragmento ocupava no jornal e fazer uma inferência sobre a importância daquela notícia em um contexto mais geral. Como boa parte das notícias traziam um tom mais elogioso ao papel do Dispensário, talvez, em outras sessões pudessem existir críticas ou comentários de caráter opositor à maneira como a instituição funcionava.

Procurei pelo Arquivo Edgard Leuenroth¹¹ (AEL), que faz parte do Instituto de

¹¹ O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) iniciou suas atividades em 1974 com a chegada da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth, pensador anarquista, militante das causas operárias, linotipista e jornalista por ofício e paixão. A partir dos anos 80 do século XX – em decorrência da redemocratização da sociedade brasileira – foram incorporados documentos relativos aos chamados novos movimentos sociais (feminista, homossexual, estudantil etc.), à repressão política sob a ditadura militar (1964-1985), à formação da opinião pública, à história cultural e agrária do Brasil republicano, bem como documentos produzidos no século XIX, a saber: jornais, revistas, livros, folhetos, legislação, relatórios ministeriais, entre outros, adquiridos da Fundação Biblioteca Nacional e de instituições congêneres.

Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH). Esperava encontrar alguns exemplares dos jornais Correio Popular ou Diário do Povo, de onde provinha a parte mais significativa do material das Coletâneas. Havia disponíveis apenas dois números, ambos em papel, sendo um do Diário do Povo de abril de 1933 e outro do Correio Popular, de maio de 1934. Não foi encontrada qualquer alusão ao Dispensário ou a questões da saúde em Campinas. Ali, recebi a sugestão de procurar diretamente o acervo do próprio jornal.

Fiz contato com o grupo RAC (Rede Anhanguera de Comunicação)¹², para agendar consulta a alguns dos exemplares de interesse para a pesquisa. O grupo RAC inclui também o Diário do Povo, outro dos jornais onde aparecem notícias. Porém, nos recortes em que o nome do periódico aparece identificado, o Correio Popular corresponde à grande maioria. Soube que existe atualmente na sede da empresa, apenas uma máquina leitora de micro filmes disponível para pesquisadores. Além disso, as consultas só podem ser realizadas entre nove horas e meio-dia, de terça a sexta-feira, ao preço de dez reais por dia. Com isso, somente um pesquisador de cada vez pode trabalhar no setor de arquivos do jornal. A leitura dos exemplares é difícil porque as páginas já tinham o desgaste do tempo quando foram micro filmadas. E como elemento complicador, esse tipo de máquina não possui o recurso do zoom. Imprimir esta ou aquela página de interesse foi impossível, porque havia problemas de incompatibilidade entre o toner e o equipamento leitor... Perguntado sobre o motivo de não se digitalizar um material tão precioso, o assistente de arquivo, senhor Antônio João Boscolo¹³, que me recebeu, falou que os custos são altos e o grupo gestor acaba desistindo da empreitada. Fiquei a refletir: mas se este é o “Maior conglomerado de mídia impressa do interior do país”, quem mais teria condições de arcar com despesas para que se preserve este tipo de acervo? Que interesses estariam acima da importância da memória coletiva de uma cidade ou grupo de cidades?

Disponível em: <<http://goo.gl/INIEaB>>. Último acesso em: 02.12.2013.

¹² Maior conglomerado de mídia impressa do interior do país, o Grupo RAC (Rede Anhanguera de Comunicação) publica os jornais Correio Popular, Diário do Povo, Notícia JÁ, Notícia JÁ Ribeirão, Gazeta de Piracicaba, Gazeta de Ribeirão, revista MetrÓpole, Panorama RAC, Panorama Ribeirão e o portal Rac.com.br. Também fazem parte do grupo a Agência Anhanguera de Notícias (AAN) e a gráfica e bureau GrafCorp. Disponível em: <<http://www.gruporac.com.br/>>. Último acesso em: 09.12.2013.

¹³ O senhor Antônio trabalha no Correio Popular desde 1958, há 55 anos, portanto. Exerceu diversas funções na empresa e atualmente tem um cargo chamado Assistente de arquivo. Ele tem organizado o material do jornal para a guarda e mantido em ordem toda a seção.

As fotografias

No que se refere às fotografias, esclareço que várias delas estavam fixadas em álbuns. Com isso, no caso de existirem informações ou dedicatórias anotadas no verso, não foi possível acessar. As datas que cito em algumas das selecionadas para compor este trabalho ou apresentavam informações na parte da frente ou havia réplicas avulsas que permitiam ler o verso.

Não havia legendas de identificação acompanhando as fotografias coladas em álbuns. É possível que o organizador deste material tenha tido a intenção de não deixar espalhado aquele conjunto de imagens iconográficas. Por outro lado, por ocasião das visitas que realizei, diversas fotografias estavam simplesmente soltas em gaveta de armários-arquivo e outras colocadas dentro de envelopes ou caixas, sem identificação. Observei que entre elas, algumas eram iguais às já coladas e outras eram as mesmas publicadas em notícias de jornais, presentes nas Coletâneas de Notícias.

Outras fontes

Como apresentado em comentário anterior, também foram encontrados nos arquivos do Centro de Memória livros de registros de matriculados no Dispensário, livros de matrícula de alunas dos cursos oferecidos a mulheres, além de relatórios de atividades e balanço anual de despesas.

Folheando jornais

O objetivo desta visita pelas páginas de jornais completos não é a de elaborar um estudo detalhado sobre o jornal e sim, situar as notícias relacionadas ao Dispensário de Puericultura no contexto geral do periódico. A ideia era examinar alguns periódicos entre o ano de 1933 – quando o Dispensário de Puericultura começou a funcionar – e 1949, época delimitada no recorte desta pesquisa.

Assim, conduzida ao acervo, vi que os microfimes relativos ao jornal Correio Popular estão armazenados dentro de arquivos com gavetas, em caixas de papelão rígido, identificados e datados por períodos de quatro meses e numerados sequencialmente. O

senhor Antonio João Boscolo abre cada caixa que solicito, coloca na máquina leitora e me explica como manusear os comandos para ver cada página integralmente, como avançar e retroceder ao longo do exemplar, conforme a necessidade.

Optei por examinar o jornal Correio Popular, porque foi o que mais apareceu nos recortes das Coletâneas, sendo que muitos deles não traziam a identificação

O Correio Popular era publicado de terça-feira a domingo, neste com doze páginas e nos outros dias, com oito, na época de interesse (entre 1933 e 1948). Não saía às segundas-feiras, pois aos domingos não havia expediente. Procurei os jornais de algumas datas específicas, correspondentes às datas dos recortes. Iniciei com o rolo de microfilme cuja data de início era 01 de Janeiro de 1933.

Na capa das diversas edições há manchetes e notícias gerais, mas não aparece um panorama do conteúdo integral do jornal. Algumas seções são constantes em diferentes exemplares, como: Vida Religiosa, informando sobre missas e eventos nas diversas paróquias de Campinas e ainda a seção Pelas Escolas, com informações diversificadas sobre professores e escolas da cidade, tais como transferências e reuniões. Páginas com anúncios classificados, indicações de sessões de cinema, informações sobre contas e orçamento do município também compõem o corpo do jornal. O exemplar de domingo tem sua última página dedicada às leitoras (Página das Leitoras), com vários poemas, textos voltados à sensibilidade das mulheres (como “A Lágrima”), segundo os padrões da época, além de propaganda de loja de moda e de medicamento de uso exclusivamente feminino, como por exemplo, *Apiol Sabima Arruda*, indicado para falta de menstruação.

No decorrer do processo de “folhear” alguns exemplares do jornal Correio Popular fui encontrando algumas matérias, colunas ou notas que despertaram interesse, mas não estavam presentes nas Coletâneas de Notícias que me serviram como fonte. Embora existissem entre os recortes arquivados, alguns que não versavam sobre o Dispensário, não é difícil compreender que o objetivo dos livros e de quem concebeu a ideia dos arquivos foi registrar ou tentar perpetuar os informes que tivessem a instituição como foco principal, com seus serviços explicitados e enaltecidos, em grande parte das vezes. O ponto de partida para a Coletânea de 1933 a 1940 foi, portanto, o evento da inauguração oficial do Dispensário, em 15 de outubro de 1933.

Discurso brevemente sobre algumas das matérias não disponíveis nos livros de

registro.

Na edição de domingo, 23 de julho de 1933, chamou atenção a matéria assinada por Antenor Nascentes, intitulada “A Alimentação Racional”, disposta na página 10. Diante de constantes prescrições sobre a melhor alimentação para que as crianças cresçam fortes e todos sejam saudáveis, o autor toma posição ao criticar fortemente a política de se querer ensinar o pobre a cuidar de si e de seus filhos, partindo da premissa de que é a ignorância o fator responsável pela má alimentação e não as péssimas condições gerais de vida a que a população carente é submetida. Eis alguns fragmentos da coluna [Foi mantida a grafia original]:

A Inspetoria da Educação Sanitaria encetou uma campanha em prol da racionalização do nosso modo de alimentação.

(...) Não nego que a campanha seja útil nas casas ricas e nas abastadas. Na classe popular, porém, o problema é outro.

(...) O pobre que come seu feijão, seu arroz e sua carne seca, quando tem dinheiro não deixa de comprar um peixe, uma gallinha, uma dúzia de ovos. Elle não se alimenta sempre assim, não é porque não queira, é porque não pode.

Deem-lhe recursos, que ele mudará a sua alimentação.

Leite é produzido longe e percorre longas distancias pelos vagões da Central do Brasil. Por isso é caro.

Há poucas hortas na periferia da cidade.

Frutas importadas são carissimas e as demais são sazonais e caras tambem.

(...) Faltam-nos entrepostos para a venda de peixes nos arrabaldes. As aves e os ovos são caros pela escassez devida ao reduzido número de granjas avícolas. (...)

E diante de uma situação dessas venha a Inspetoria ensinar o povo a comer. Comam legumes, ovos, frutas, bebam leite. Muito bem. Mas a que preço estes generos alimentícios

(...) Produzamol-os em abundancia para que eles fiquem ao alcance de todos.

Venham depois os conselhos. [Grifo meu]

Outras notícias que compunham as Coletâneas tratavam de eventos relativos a estabelecimentos com finalidade semelhante, qual seja, dar assistência à infância. Então, o Hospital Infantil Álvaro Ribeiro; a inauguração do dispensário do Cambuí e todo o

processo que levou a ela, visitas de autoridades.

Dentre os assuntos que me intrigaram, estava uma sequência de notícias, em dias subsequentes, abordando um ponto nevrálgico para a cidade de Campinas: a mendicância.

Na primeira, publicada em 27 de outubro de 1933 (quatorze dias depois da inauguração oficial do Dispensário) estava anunciado:

Vae ser reiniciada a campanha contra a mendicância em nossa cidade.

As autoridades políticas da cidade continuam a estudar meticulosamente os meios com os quaes pretendem dar proficuo combate à mendicancia que se ALASTRA pela cidade.

Convocados: Sociedade Amiga dos Pobres, Asylo dos Invalidos, Associação do Pão de Santo Antonio e Damas de Caridade.

Reunião marcada para 2ª. feira, 30 de outubro.

Saudações. Gal. Juvenal de Toledo Ramos. Delegado Regional de Polícia.

[Grifo do autor do texto]

Na segunda, de 02 de novembro de 1933, lê-se a chamada: “**Campanha contra mendicancia segue victoriosa. Mais sete mendigos detidos.**”

No dia 07 de novembro de 1933, saiu a seguinte nota:

“Já não se encontra pelas ruas de Campinas nenhum mendigo recorrendo à caridade pública”, afirma o Delegado Regional em officio ao Chefe de Policia.

Os mendigos estão presos.

Os menores foram encaminhados para o Juizado de Menores e conduzidos ao respectivo abrigo. Alguns foram para o Asylo de Invalidos.

O único órgão público convocado para discutir o problema foi a Polícia. Fica exposta, como em um ferimento grave, a contradição entre ações caritativas, filantrópicas a que as demais instituições convidadas se prestavam (ou deveriam se prestar) e o que de fato foi colocado em prática. O incômodo mendigo, adulto ou criança, teve a punição “merecida” devido à condição precária em que vivia. Ao que parece, nenhuma iniciativa que não a da prisão surgiu durante a reunião dos grupos tão dedicados à assistência e ao amparo aos necessitados.

Destaco ainda que a partir de 1933, ano em que a pesquisa teve início, há notícias que delineiam cada vez mais intensamente a proximidade da II Guerra Mundial, como por exemplo, a que se intitula “Quem realmente governa a Alemanha?” Nos anos posteriores, quando o conflito internacional avançou e envolveu inclusive o Brasil, o espaço reservado ao tema, foi ampliado no jornal.

PARTE II – CONTEXTUALIZANDO A TRAJETÓRIA E ESTUDANDO AS COLETÂNEAS

Dispensário de Puericultura: (Algumas) inter-relações com o contextos político, econômico e social

As entranhas, as intenções boas ou nem tanto, os conluios, trapaças, alianças, tentativas, lutas, objetivos, obstinações, convicções, ilusões são as manifestações humanas daqueles envolvidos nos projetos de construção e elaboração de leis ou decretos, de receitas, prescrições ou tabelas de dados para relatórios. Tais manifestações se revelam de formas diversas, às vezes fazendo com que uma seja tomada por outra. Daí o cuidado com o esmiuçar das fontes ao longo do processo de produção do trabalho.

Procurei delimitar alguns subtemas, para facilitar a exposição das ideias trazidas por autores vários.

Dispensários e Puericultura: Sobre cuidados às crianças e às mulheres

Crianças órfãs, abandonadas ou aquelas cujos pais estivessem presos ou doentes encontravam instituições que as acolhiam, desde que estivessem relativamente sãs. Isto no final do século XVI e no decorrer do século XVII, em Paris. Mas não havia um lugar específico para cuidar das crianças doentes as quais, quando muito, ocupavam leitos em alguma enfermaria improvisada. Em casos mais graves acabavam compartilhando espaços em hospitais para adultos ou até em hospícios. Apenas mais tarde, em 1802, o Hospital de Crianças Enfermas começou a funcionar na cidade de Paris porém, mesmo assim, registravam-se ali taxas consideráveis de mortalidade. As condições precárias de saúde das crianças internadas, doenças como tuberculose, escorbuto, varicela, varíola, entre outras contribuía para o agravamento da situação e com isso, as famílias pobres tinham medo de encaminhar seus filhos para lá. Somente no final do século XIX é que hospitais especializados em cuidados infantis começaram a surgir na França, oferecendo atendimento mais adequado, recuperando a confiança dos pais para confiarem à instituição o tratamento de suas crianças (BEAUVALET-BOUTOUYRIE, 2003).

Isto é, há um binômio família-criança que precisa ser considerado, quando se trata de cuidados voltados à saúde infantil.

A pesquisadora Pat Thane (1991), em estudo a respeito da proteção materno-infantil na Grã-Bretanha, entre 1860 e 1918, comenta que essa categoria de proteção tornou-se objeto de interesse social e político, no último quarto do século XIX. Um dos fatores para explicar isso seria o permanente aumento da taxa de mortalidade infantil, ao mesmo tempo em que outras categorias de mortalidade estivessem diminuindo, com exceção da mortalidade materna. Também foram observadas outras situações na época: a queda na taxa de natalidade desde 1870; o número significativo das crianças sobreviventes apresentando problemas de saúde, assim como muitos dos adultos. Acreditava-se, mesmo sem provas, que a causa de tal degeneração física era a vida urbana. Os maus tratos aplicados a crianças tanto pelos pais como por outros com quem elas conviviam também podem ter desencadeado o súbito interesse por prestar cuidados a mães e crianças.

De outro lado, a autora chama atenção para um questionamento levantado naquele momento: seria ou não interessante uma diminuição da natalidade em um país que não disponibilizava empregos e alimentos para todos?

O professor João Aprígio Guerra de Almeida, ao prefaciар o trabalho de Marília Bernardes Marques (2000) tece comentários sobre o binômio mãe-filho, considerado por ele como uma das construções “mais criativas e engenhosas”, decorrentes da aliança entre os interesses do Estado e os da medicina. Diz ele:

Com essa equação, o movimento higienista inaugurou uma nova fase na história da medicina, voltada para a modulação do comportamento da “mulher-mãe” em favor da saúde da criança. Adotando a responsabilidade materna como elemento estratégico central para a produção da saúde infantil, a medicina chamou a mulher ao centro da cena para informa-la e conscientizá-la de seu novo papel social – o de guardiã da saúde de seu filho (ALMEIDA, 2000 p. 9 *in* MARQUES, 2000).

Antes de se consolidar o interesse pela saúde infantil e de se dar ênfase às relações entre as mães e seus filhos, a criança (e mais ainda o adolescente) era vista como um ser de importância muito reduzida. Recebia alguma atenção em fase muito inicial da vida, quando servia até como fonte de diversão para os adultos, da mesma forma que um animalzinho de estimação. Não havia etapas de transição entre a criança e o adulto. Tão logo conseguisse

certa autonomia física, já era colocada junto aos adultos aprendendo a reproduzir suas atividades, independente de riscos ou privações (ARIÈS, 2011).

Com o advento da escola, a criança foi separada dos adultos e, no entender de Philippe Ariès, a escolarização representou “um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas), que se estenderia até nossos dias (...)”. Considera ainda que a separação “deve ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado” (ARIÈS, 2011, p. X e XI).

Marques (2000) comenta que a partir do momento em que o fenômeno da industrialização começou a tomar o lugar da economia rural, em países europeus, “a segurança e a riqueza de uma nação eram consideradas a partir de sua capacidade de gerar numerários e de colocá-los em circulação no comércio” (p. 25). Com isso, o Estado lança o alerta de que o aumento de produção depende de estímulos ao crescimento populacional, o que também serviria para ampliar a mão de obra disponível e o contingente militar do país.

França e Inglaterra, entre outros países europeus, ao contabilizarem e verificarem que o absurdo índice de mortalidade de crianças pequenas (chegava a atingir valores alarmantes da ordem de 80 a 90%) estava vinculado à significativa redução no número de futuros trabalhadores e/ou soldados, começaram a dirigir o foco de preocupações e interesses não apenas ao aumento da população, mas à sobrevivência e ao bom desenvolvimento das crianças. E desse modo, com a saúde da população sendo interpretada como questão social, acaba por adquirir importância estratégica para as políticas de Estado (MARQUES, 2000).

Quando a infância passou a ocupar posição destacada no novo discurso burguês que era, ao mesmo tempo, legislador, ético e pedagógico, a medicina não permaneceu alheia ao processo. Novas regras e normas foram institucionalizadas em conjunto pela medicina e pela pedagogia, com o objetivo de disciplinar o relacionamento dos adultos com as crianças. Foi em meio à ampla transformação experimentada pela medicina no século XVIII que ocorreu a tentativa, bem sucedida, de carrear para o seu interior práticas sociais que, até então, apenas parcialmente as integravam. De modo gradativo, as crianças pequenas e suas mães passariam a ser alvos prioritários da Medicina (Marques, 2000, p. 28).

Marília Marques (2000), assim como Beauvalet-Boutouyrie (2003), acima citada – ambas apoiadas em Foucault – observam que o hospital passou por modificações

relevantes, pois foi sendo abandonada a condição de depósito de enfermos e morredouro de pobres para que se transformasse em instituição dotada de novos recursos de tecnologia.

No correr das modificações no significado social da criança, na organização do hospital e na relação do Estado com a questão da saúde, a noção de doença também se transformou, pois o corpo, antes visto como um suporte para as doenças, passou a ser considerado indispensável para compreendê-las.

A medicina, ao abandonar o pensamento da doença como abstração que se sobrepõe ao corpo, passaria a perceber a vida como processo harmônico e contínuo, no qual o patológico significava o aumento, diminuição ou alteração¹⁴. Desse modo, ao alterar-se a vida segundo uma ordem objetiva, a doença perdeu a dimensão de essência e passou a ser interpretada como desvio (MARQUES, 2000, p. 29).

Seidler (1976, p. 206) *apud* Marques (2000, p. 30) afirma que “por razões puramente econômicas, o Estado se viu obrigado a proteger a vida dos recém-nascidos (estabelecimento de maternidades) e a educação das crianças pobres, abandonadas ou órfãs”. Cita ainda o caso de uma instituição criada em 1784, na Alemanha, onde eram oferecidas tanto proteção ao parto de mulheres solteiras, quanto uma creche para evitar o abandono de crianças. E completa: “Esta combinação de maternidade, creche e procura de cuidados externos é um bom exemplo, ainda que não o único, da política sanitária, filantrópica-racional da época”.

A autora conduz a discussão de modo a expor as relações que foram se estabelecendo pouco a pouco entre a Saúde e a Educação, desde o final do século XVII, pois, segundo ela, na obra de John Locke, “Alguns Pensamentos Relativos à Educação”, já despontam conceitos básicos de práticas educativas das crianças (MARQUES, 2000, p. 31).

Inspirada na obra de Rousseau, a medicina vê na criança o elemento ideal para propagar normas, conceitos morais, religiosos e ainda bons hábitos e cuidados com o corpo, desde que receba a educação apropriada. Daí a importância da criança receber o amparo de médicos e de pedagogos.

Artefatos de larga aceitação junto ao público em geral, os almanaques de farmácia, produzidos no Brasil entre 1920 e 1940 foram objetos de estudo dos pesquisadores Moysés

¹⁴ Ver mais detalhes em CANGUILHEM, 2010.

Kuhlmann Jr e Maria das Graças Sandi Magalhães (2010). Os autores demonstram que, além da propaganda de medicamentos, os almanaques também divulgavam “ideias relacionadas com o projeto de modernização da sociedade brasileira” (p. 327). Examinaram 155 exemplares, incluindo farmácias e laboratórios brasileiros e estrangeiros, além de sete edições do Almanaque Nestlé, que tratava de alimentos. No período delimitado, foram encontradas várias alusões à infância, representadas pela inclusão de jogos, passatempos e atividades de caráter pedagógico, artigos abordando campanhas de alfabetização, manutenção de escolas e afins, tendo a mulher/mãe cuidadora e dedicada como interlocutora.

Distribuídos gratuitamente em todo o Brasil, os almanaques de farmácia traziam também calendários religioso, cívico, agrícola, tópicos de educação sanitária, fazendo o papel do médico inacessível e funcionando como material de leitura e entretenimento para um público bem diversificado (KUHLMANN Jr.; MAGALHÃES, 2010).

O estudo dos exemplares mostrou que a indústria de medicamentos, tanto a nacional quanto a estrangeira, incorporou e divulgou as ideias relativas ao movimento sanitário do período, vinculadas à questão da nacionalidade e à modernização do país. O estilo de propaganda com entretenimento, utilidades e generalidades colocava em circulação, para o grande público leitor de diferentes regiões e classes sociais, ideias sobre a raça brasileira, o progresso e a ciência, além de regras de higiene para a população (KUHLMANN Jr.; MAGALHÃES, 2010, p. 328).

Segundo os estudos de Maria Carolina Bovério Galzerani (1998) o almanaque apareceu em Campinas no século XIX e teve grande importância no processo de modernização da cidade. Ele transmitia hábitos e valores necessários para as alterações de comportamento vinculadas aos novos ideais desta sociedade.

Margareth Brandini Park (1998) considera, apoiando-se nas palavras dos próprios leitores deste tipo de material, que o almanaque traz uma cultura válida, advinda do cotidiano, da resolução de problemas, da diversão e da utilidade.

A pesquisa de Kuhlmann Jr. e Magalhães revelou aspectos interessantes com relação à amamentação. Até os primeiros anos do século XX, há um declarado incentivo ao aleitamento materno e uma crítica ao uso das amas-de-leite. Depois, na década de 1920, já aparecem propagandas estimulando a alimentação artificial, com a produção de leite em pó conquistando mercado internacional. “O aumento da oferta dos leites industrializados no

Brasil, a partir da década de 1930, produziu mudanças nos discursos médicos relacionados à amamentação” (KUHLMANN Jr.; MAGALHÃES, 2010, p. 330).

Nas palavras de Marques (2000):

Apesar do custo proibitivo das fórmulas, a ampla e, geralmente, pouco criteriosa oferta das mesmas passaria a ser sistematicamente denunciada, na segunda metade do século XX, como o principal fator de declínio da amamentação ao seio (...) (MARQUES, 2000, p. 48).

Os exemplos destacados por KUHLMANN Jr. e MAGALHÃES ratificam os comentários acima:

Nos almanaques de farmácia brasileiros, na década de 1920, podiam-se encontrar anúncios de alimentos infantis, principalmente leites e farinhas, como a *Infantina Granado (farinha lactea malto-phosphatada)*, que era anunciada, em 1926, no exemplar de *O Pharol da Medicina*, como substituta do leite materno, “sempre que fosse necessário recorrer à alimentação artificial”. O almanaque do mesmo ano do Laboratório Nutrotherapico divulgava o *Creme Infantil* e a *Nutramina*, produzidos até a década de 1940. O anúncio da também nacional *farinha nutritiva Wittrock* podia ser encontrado nas últimas páginas do *Guia das Mães*, de 1947 (KUHLMANN Jr.; MAGALHÃES, 2010, p. 328).

Os autores comentam ainda que: “Os argumentos a favor da alimentação artificial vão desde os ligados à eugenia, que difundia a ideia de transmissão das limitações de uma raça miscigenada, via amamentação, até o apelo aos valores cristãos” (KUHLMANN Jr.; MAGALHÃES, 2010, p. 330).

Os almanaques não descuidavam do público feminino, ao oferecer material de interesse à mulher da época, a quem se atribuíam as responsabilidades sobre a qualidade de vida não só dos filhos, mas do marido também. Segundo comentário dos autores:

Somando-se à importância atribuída à amamentação e à saúde, os almanaques colocaram em relevo outro aspecto da maternidade e dos discursos sobre os fundamentos das nações modernas: a educação. Os editores buscavam orientar as mulheres leitoras sobre as atividades domésticas, os cuidados médicos ou como se comportar em relação aos homens, como a seção do Almanack do Biotonico intitulada: **O que interessa às mulheres** (1929, p. 9). Havia também artigos e seções que propunham atividades para as crianças. Era a mulher a intermediária para disciplinar e socializar as crianças, tanto com a adoção de horários corretos para a alimentação ou do aprendizado das tarefas domésticas, quanto em relação à educação pré-escolar e primária (KUHLMANN Jr.; MAGALHÃES, 2010, p. 332). [Grifo meu]

A divulgação de folhetos escritos por médicos anunciando a necessidade da atenção ao parto, repudiando com veemência práticas e crendices populares, desqualificando a atividade de parteiras e aias, dando ênfase aos cuidados de alimentação e higiene para com crianças recém-nascidas e pequenas, expondo registros da alta taxa de mortalidade entre menores de cinco anos teve “impacto considerável e despertou o sentimento favorável ao bem-estar da criança pequena” (MARQUES, 2000, p. 32).

Dentre os textos produzidos na época mereceu destaque o trabalho escrito pelo médico William Cadogan (1711-1797), intitulado *Um ensaio sobre a amamentação e o manejo das crianças do seu nascimento até os três anos de idade*. No estudo, o autor defendeu os direitos da criança à vida e à liberdade e confirmou algumas regras empíricas sadias para amamentação, alimentos, vestimentas e exercícios (SANTOS, 2008, p. 128).

E como lembra Donzelot (1986), referindo-se ao que vinha ocorrendo na França:

Desde a década de 1840 até o final do século XIX, as leis que editam normas protetoras da infância se multiplicam: lei sobre o trabalho de menores (1840-41), lei sobre a insalubridade das moradias (1850), lei sobre o contrato de aprendizagem (1851), sobre a vigilância das nutrizes (1876), sobre a utilização de crianças pelos mercadores e feirantes (1874); sobre a obrigatoriedade escolar (1881) etc. Se quisermos compreender o alcance estratégico desse movimento de normalização da relação adulto-criança, é preciso entender que o que essas medidas visavam era de natureza indissociavelmente sanitária e política, que elas procuravam, sem dúvida, corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças das classes trabalhadoras, mas também, na mesma medida, reduzir a capacidade sócio-política dessas camadas, rompendo os vínculos iniciáticos adultos-criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias (DONZELOT, 1986, p.76).

Mas foi em Londres, na Inglaterra, em 1769, que George Armstrong inaugurou a primeira instituição não hospitalar para crianças pobres: *Dispensary for the Relief of the Infant Poor*. (MARQUES, 2000 e SANTOS, 2008).

Registra-se pela primeira vez o termo **Dispensário**, referindo-se ao local para prestar assistência a crianças e explicitamente direcionado para os pobres da capital inglesa. Rosen (1994, p.118-119) *apud* Santos (2008, p.128) informa que pouco tempo depois, em 1770, o médico John Letson e um grupo de associados criaram o Dispensário Geral que oferecia cuidados médicos em nível domiciliar aos incapacitados de irem ao dispensário.

O estímulo à amamentação volta a se intensificar no século XVIII e, de outro lado,

surgiria a condenação moral ao abandono do aleitamento materno e a 'responsabilidade materna' torna-se central: se as mães amamentarem, os filhos sobreviverão, os pais farão seu papel de preceptores, a família será unida, a sociedade virtuosa e o Estado rico e poderoso (MARQUES, 2000, p.34) [grifo original da autora].

No momento em que a medicina intensificava o controle dos cuidados destinados à criança, o médico francês Alfred Caron utilizou um novo termo em uma publicação de 1865: **Puericultura**. Ele criou a palavra a partir de dois vocábulos em latim: *puer* que significa criança e *cultura*, que quer dizer cultivo ou cuidado (CORDERO VALDIVIA, 2008, p. 70).

O conceito logo é incorporado à linguagem médica e largamente difundido por meio dos trabalhos do Dr. Adolphe Pinard (1844-1934), obstetra e deputado francês, atuante na área de saúde materna e perinatologia.

E de acordo com Stepan (2005),

As crianças, especialmente, eram vistas como recursos biológicos-políticos da nação, e considerava-se que o Estado tinha a obrigação de regular a saúde delas. Como a puericultura estava arraigada na visão profundamente tradicional do papel da mulher na família e na reprodução, os puericultores concentravam-se na necessidade de manter as mulheres na reprodução, criando saudavelmente seus filhos, segundo modernos princípios médicos para o bem do país (STEPAN, 2005, p.86).

Na França, as questões ligadas ao nascimento e ao cuidado de crianças e atenção às mães estavam sob o comando de Adolphe Pinard. Segundo Patrícia Fortunato Dias (2008), o médico:

já trazia, através dos seus estudos em Puericultura, a idéia de que uma quantidade maior de nascimentos era necessária, mas, sobretudo, uma qualidade melhor era requerida. Assim, na tentativa de promover a melhoria da raça, pensando em aumentar os níveis populacionais com qualidade, o cuidado se direcionou para a relação sexual e a mãe, além da vida da criança (DIAS, 2008, p. 7).

Pinard resolveu criar cursos para a formação de técnicos em puericultura, capazes de oferecer serviços de qualidade exemplar na área de proteção materno-infantil. Fundou assim, no ano de 1920, a Escola de Puericultura, como um órgão da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris. Médicos dessa escola dirigiam novas instituições que foram

sendo criadas de acordo com o modelo de puericultura estabelecido por Pinard: os dispensários.

Três dispensários entram em funcionamento: dispensário de higiene da mulher em período de gestação, sob a direção do Dr. Couvelaire; dispensário de higiene de nutrição, sob a direção do Dr. Marfan; e dispensário de higiene das crianças em idade pré-escolar e escolar, sob a direção do Prof. Leon Bernard. Esses dispensários tinham o objetivo de controlar a higiene e alimentação das futuras mães e das crianças.

O papel dos dispensários é, acima de tudo, prestar um serviço social. O serviço era também organizado pelo *Office d'Hygiène Sociale du Département de la Seine* (Escritório de Higiene Social do Departamento do Sena), responsável pela vinda das mães, com visitas a domicílio na tentativa de orientá-las, para que os dispensários não funcionassem apenas como um socorro acidental e existisse a possibilidade de um controle sistemático da infância em todos os níveis (DIAS, 2008, p.8).

Novaes (1979) cita a definição de **Puericultura** dada por Joaquim Martagão Gesteira, pediatra brasileiro que foi Diretor do Departamento da Criança do Estado da Bahia:

Parte das ciências médicas que se ocupa em cultivar a vida e a saúde das crianças, esforçando-se por que cheguem ao mundo sadias e fortes e se desenvolvam normalmente, amparando-as e defendendo-as contra os múltiplos perigos que as ameaçam, em consequência da ação maléfica dos fatores ambientais e sociais (GESTEIRA, 1945, p.16 *apud* NOVAES, 1979, p. 2).

A autora também esclarece que houve variações na compreensão do termo, “de acordo com a época e com o sujeito que fala. (...) No entanto, é a criança em início de vida o seu objeto principal, centralizador de sua teoria e de sua prática” (NOVAES, 1979, p. 3).

E prossegue a explicação:

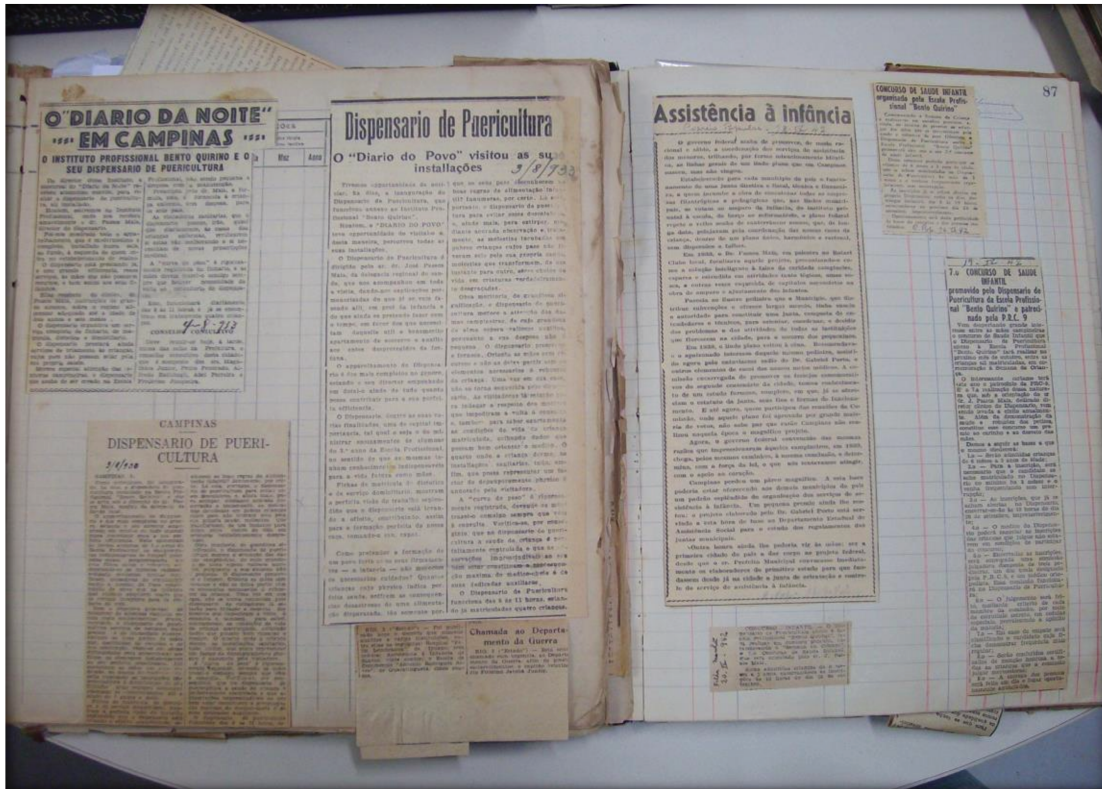
Todavia, com uma característica muito importante, específica da pediatria: a criança é vista, ouvida e orientada através da mãe. Portanto, a puericultura fala, de fato, com a mãe, sobre a criança. Esta mediação torna ainda mais complexa uma relação que, mesmo quando direta – como aquela entre o médico e o paciente – está já, de início, investida de múltiplos significados (NOVAES, 1979, p. 3). [Grifos originais da autora]

Foi o pediatra Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) quem trouxe, em 1890, as ações da puericultura para o Brasil, depois de uma viagem à França. Nove anos mais tarde, ele fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro,

instituição de caráter filantrópico, cuja finalidade era amparar e proteger a infância necessitada. O Instituto oferecia os serviços de um lactário (leite para crianças carentes) e fazia a divulgação da puericultura em jornais, com o intuito de sensibilizar, principalmente as senhoras da elite, para a divulgação dos preceitos higiênicos (NOVAES, 1979 e BONILHA, RIVORÊDO, 2005).

Abro aqui um parêntese para exibir alguns recortes de jornais da cidade de Campinas, da época em que funcionava o Dispensário de Puericultura, objeto desta pesquisa, pois ao que parece, os moldes lançados pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro aparecem ressignificados em instituições similares, criadas durante a era Vargas.

Figura 3



Na página 86 da Coletânea de Notícias relacionada às atividades do Dispensário, no período de 1933 a 1940, há quatro recortes. Os três maiores são: um do Diário do Povo, de 3/8/933; um do Diário da Noite, de 4/8/933; um com a data de 03/8/938, em que não se identifica qual o jornal.

Tratam de visitas feitas pelos representantes dos jornais às dependências do Dispensário de Puericultura.

Um pequeno recorte no final da folha traz duas chamadas do jornal Estado (de São Paulo, possivelmente): uma anuncia um decreto que concede auxílio a algumas instituições, como para a Assistência à Infância de Santos; a outra é do Departamento de Guerra, para que o capitão veterinário Firmino Jatobá Júnior se apresente, com urgência, para prestar esclarecimentos.

A página 87 é da Coletânea de Notícias de 1941 a 1946.

Os quatro recortes são, respectivamente: da Folha da Manhã, de 20-IX-42, do Correio Popular, de 16-IX-42, de jornal não identificado, de 19-IX-42, comentando sobre a Semana da Criança e o VII Concurso de Saúde Infantil, a ser realizado no Dispensário.

Figura 4



Coletânea de Notícias 1933-1940. Folha 12. 17/10/1933. Jornal CORREIO POPULAR
A fotografia que ilustra esta reportagem sobre a inauguração do Dispensário é a mesma que me despertou atenção para o tema da tese.

Ela fazia parte de um dos Álbuns encontrados no Centro de Memória da ETE Bento Quirino.

Aqui aparece também uma foto com as autoridades presentes ao evento.

O texto inclui declaração do Diretor do Dispensário, Luiz Minervino, dizendo: “ (...) Ha muitos anos, já esse velhinho [referindo-se a Bento Quirino] sonhou com uma escola diferente das demais de sua terra: uma escola na qual os seus alumnos se preparassem não para as batalhas do pensamento, mas sim para os trabalhos práticos da vida, não para o exercício diário da pena, mas sim para o manejo. (...) Delle [do trabalho nas oficinas] sairá o operário do futuro, alicerce das indústrias, riqueza da nossa Pátria (...).” Fica evidenciada a ruptura entre teoria e prática e a quem se destinam, respectivamente, o pensar e o fazer. Bento Quirino, homem de negócios e político de destaque não “sonharia” com a escola no sentido idílico da palavra. Havia objetivos sólidos e políticas de governo circundando os sonhos.

Figura 5

Jornal de hoje 5-10-1933

DO ENSINO E PARA O ENSINO

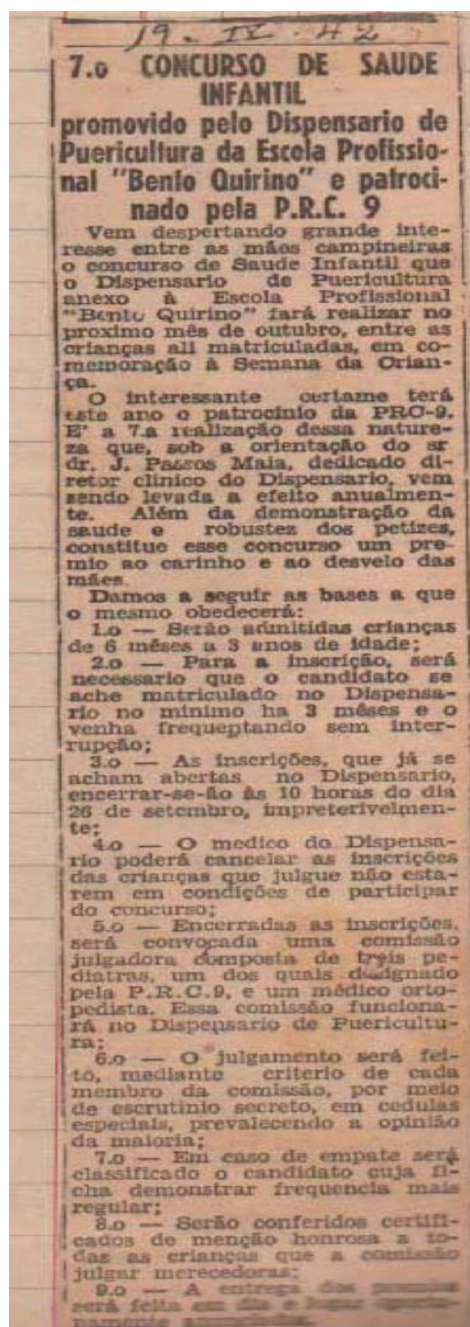
Escola Profissional Bento Quirino

<p>DISPENSARIO DE PUERICULTURA</p> <p>Resumo dos trabalhos realizados durante o mez de Setembro ultimo:</p> <p><i>Consultorio:</i></p> <p>Crianças matriculadas 31 Crianças frequentes 115 Crianças attendidas 146</p> <p>Das 31 matriculadas durante o mez são:</p> <p>do sexo masculino 31 do sexo feminino 18 de menos de 1 mez 3 de menos de 3 mezes 4 de menos de 6 mezes 7 de menos de 1 anno 9 mais de um anno 8</p> <p><i>Estado de nutrição:</i></p> <p>Eutrofico 15 Distrofico 12 Atrofico 4</p> <p>Dos frequentes, augmentaram de peso 77 Diminuiram 21 Estacionaram 2</p> <p>Das 31 crianças matriculadas, procuraram o dispensario por se acharem doentes:</p> <p>com coqueluche 1 com gripe toxica 1 com bronquite 3</p> <p>Injecções applicadas - 20ª sendo:</p> <p>Vitaminas 9</p>	<p>Actualmente recebem alimentação 26 crianças</p> <p><i>Alimentação fornecidas</i> 3.229</p> <p>Trascos, sendo:</p> <p>na 1.ª semana (3 dias) 263 na 2.ª semana 648 na 3.ª semana 735 na 4.ª semana 819 na 5.ª semana (6 dias) 764</p> <p>Total, por especie, do fornecimento:</p> <p>Butira farinaceo 977 Mingau 777 Leite acido 698 Leiteinho 126 Leite albuminoso 67 Sopa de Keller 45 Diversos 539</p> <p>Demonstrações practicas 14 Palestras individuais 18 Farinhas distribuïdas 4</p> <p><i>Visitas domiciliares:</i></p> <p>Das 73 visitas effectuadas durante o mez, fora por:</p> <p>Propaganda 23 Motivo secundario 26 Notificadas por cartorios 29 Systematica 1 Solicitada 1</p> <p>Das notificadas por cartorio, 5 tinham endoçero errado e duas estavam ausentes.</p> <p>Crianças encaminhadas 37 Comparecimentos 18</p>
---	--

Coletânea de Notícias (1933-1940). Folha 2. 03/09/1933 (Jornal não identificado)

A publicação traz um relatório dos trabalhos do Dispensário do mês de agosto de 1933. A inauguração festiva aconteceu em outubro daquele ano, mas o funcionamento teve início em agosto, como consta na nota. Estão discriminados os nomes dos componentes da equipe diretora. Há também uma solicitação de auxílio em dinheiro ou espécie, pois alega que as verbas provenientes das matrículas e mensalidades pagas pelos pais são exíguas. Divulga o quadro de atendimentos, o estado de nutrição dos atendidos, as visitas feitas, os alimentos entregues. O propósito de instituição como o Dispensário é o atendimento de crianças carentes. Portanto, famílias não carentes deveriam pagar pelos serviços recebidos.

Figura 6



Coletânea de Notícias (1941-1946). Folha 4. 19/09/1942. Jornal não identificado.

O concurso de Saúde Infantil é anunciado pelo jornal.

São fornecidas as informações para as inscrições.

Entre as normas, está a de que o candidato esteja matriculado no Dispensário.

Avisa também que o médico poderá cancelar a inscrição da criança que não estiver em condições adequadas de participar.

Isto significa que esta deverá satisfazer a um padrão de controle determinado pelas autoridades em saúde da época.

Figura 7

CONCURSO INFANTIL
PATROCINADO POR "VIDA DOMESTICA",
PHOTO PAULISTA E "DIARIO DO POVO"

VOTO

Idade
Peso
Filiação
Residência

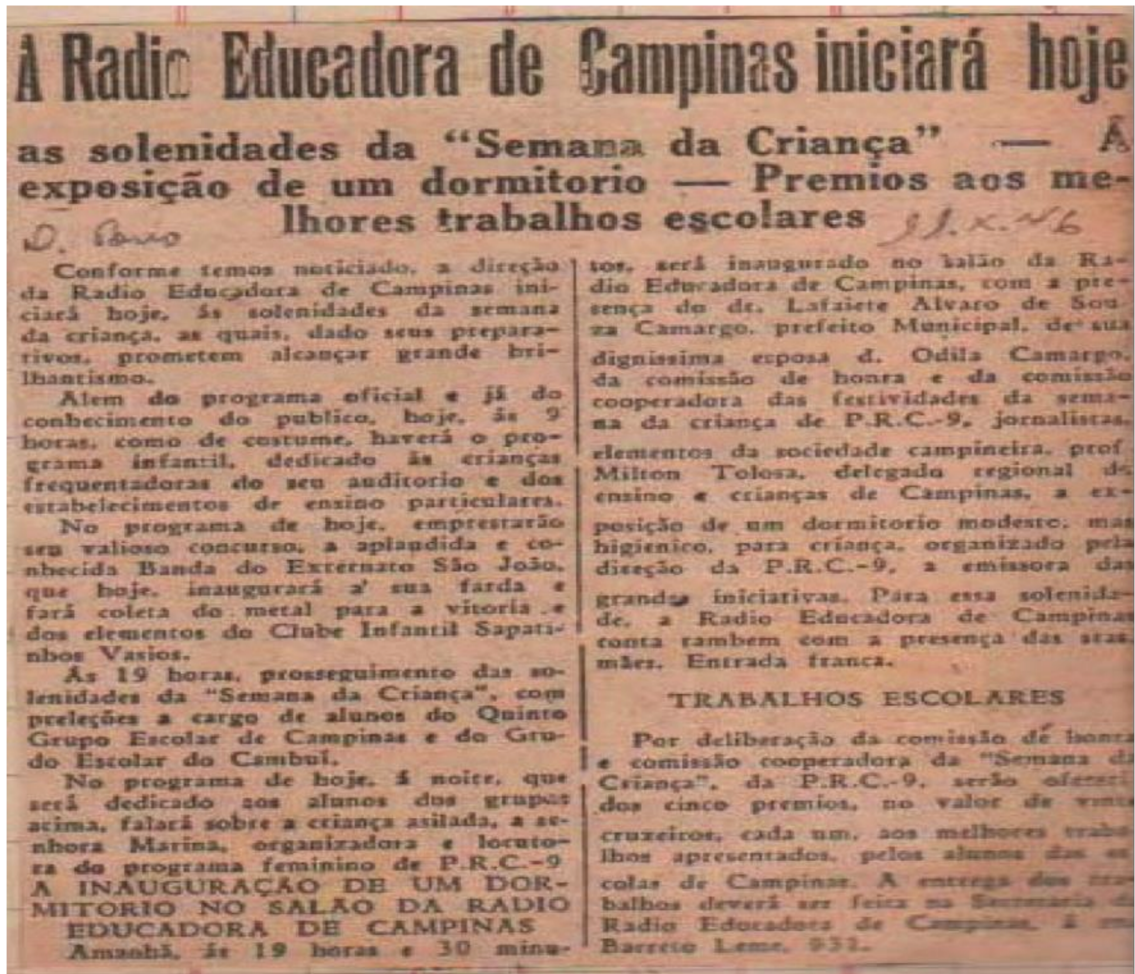
Façamos 'conhecidas a beleza e a
robustez da criança campineira
inscreva o seu filhinho — O resultado
da apuração de hontem

Coletânea de Notícias (1933-1940). Folha 21. 04/08/1934. Jornal DIÁRIO DO POVO. Compondo a mesma reportagem, aparece a ficha de inscrição para o Concurso Infantil, com os respectivos patrocinadores em destaque e também um texto (não incluído aqui) em que estão explicitados o resultado parcial das apurações e algumas considerações, como a que se segue:

“Nos moldes actuaes das coisas pediátricas, a beleza infantil, do ponto de vista **eugênico, (que é o que unicamente deve interessar)**, é uma realidade quase material, que até certo ponto, se mede e se pésa, de accôrdo com as normas conhecidas e reconhecidas (...).”

Pode-se perceber a noção de saúde considerada na época e os critérios para a *beleza científica* imposta à população.

Figura 8



Coletânea de Notícias (1941-1946). Folha 5. 11/10/1946. Jornal DIÁRIO DO POVO.
A Rádio Educadora patrocinando o evento que o jornal ajuda a divulgar.
A interação das mídias da época como importante estratégia de envolver a população em decisões oficiais, o que contribui para legitimá-las.
Faz parte da programação anunciada, a exposição de um dormitório modelo no Salão da Rádio.
Consta que o dormitório é “modesto, mas higienico”, destinado a crianças. [Grifo meu]

Figura 9



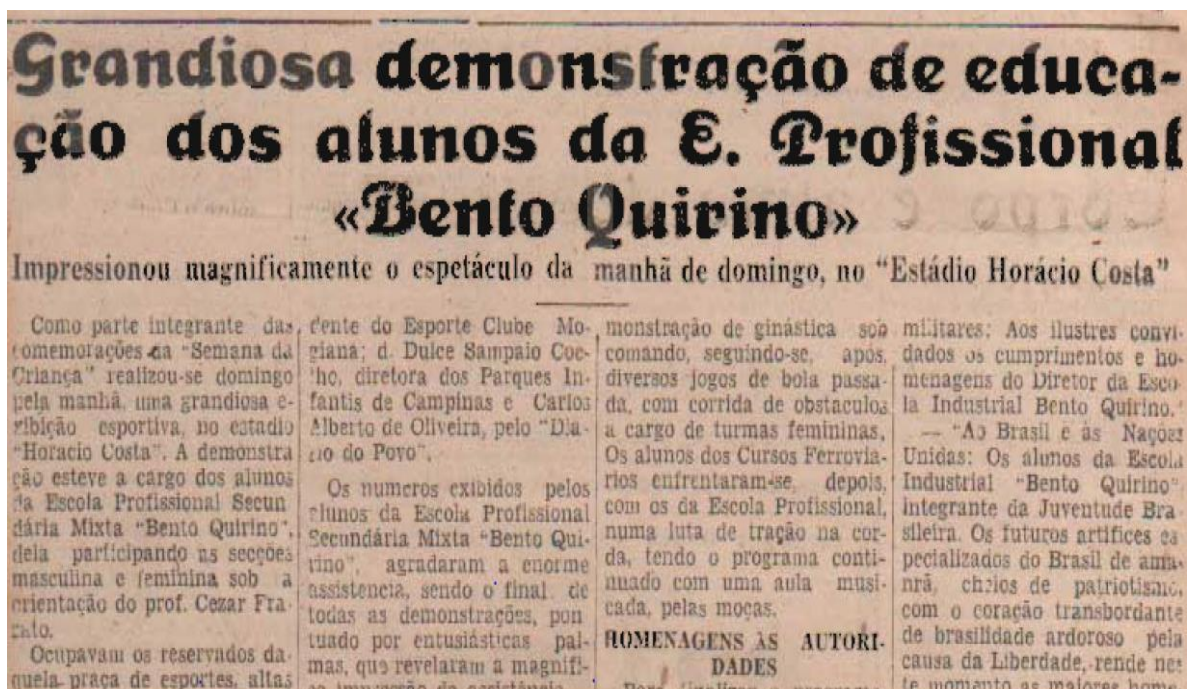
Coletânea de Notícias 1941-1946. Folha 127. 13/10/1946 (provável). Jornal não identificado.

Mesclada às diversas comemorações alusivas à Semana da Criança, está o DIA DA RAÇA.

Afinal, segundo os preceitos da eugenia, é preciso cuidar da raça, para conter a degeneração.

Eventos dedicados à data em “estabelecimentos escolares da cidade” sugerem o papel da escola em prol do aperfeiçoamento requerido.

Figura 10



Coletânea de Notícias (1941-1946). Folha 51. Ano provável 1943. Jornal não identificado.

No bojo das acepções educacionais em circulação na época e das preocupações voltadas ao aperfeiçoamento da raça, a festa anunciada exhibe ao público que a instituição está cumprindo o seu dever, levando a seus alunos princípios de educação, saúde, moral e organização racional do trabalho.

O texto ressalta que o desfile de “rapazes e moças”, que cantavam o Hino Nacional, foi seguido da soltura de pombos, em um “magnífico espetáculo”.

Além de Moncorvo Filho, outros nomes da pediatria brasileira tinham abraçado a causa do direito à saúde de mães e crianças. Entre eles estavam Pedro de Alcântara, Raul Briquet e Fernando de Magalhães. Em suas publicações denunciavam a mortalidade infantil como um flagelo social.

Acontece que “sobravam motivos para que, no começo do século XX, discursos médicos fossem movidos pela emoção: a taxa de mortalidade infantil verificada na cidade de São Paulo, no ano de 1929, indicava 156 óbitos ocorridos durante o primeiro ano de vida, para cada mil crianças nascidas vivas” (MARQUES, 2000, p.58).

Antes, em 1918, Moncorvo Filho já alertava para os altos índices da mortalidade e considerava que as falhas da alimentação, a sífilis e o alcoolismo eram as causas do problema. As medidas propostas por ele para combater o mal foram retiradas dos *Archivos de Assistência à Infância, Anno X, Janeiro-Julho, 1918* e citados por Novaes (1979, p. 99):

- a) Criação, por parte do Estado, como fizeram os Estados Unidos, do Departamento da Criança;
- b) Combate ao analfabetismo;
- c) Propagação larga-manu, no seio de toda a população, de noções, práticas e conselhos de higiene infantil;
- d) Cuidados de puericultura e sobretudo assistência às gestantes, parturientes e puérperas;
- e) Auxiliar-se fartamente a manutenção das instituições da verdadeira caridade científica à infância;
- f) Aumento do número de Gotas de Leite, com suas consultas de lactentes; de creches etc.;
- g) Providenciar para que as famílias pobres possam adquirir bom leite e barato;
- h) Combate à sífilis, tuberculose e alcoolismo.

Diante do descaso das autoridades públicas brasileiras, Moncorvo Filho criou uma instituição privada com o nome de Departamento da Criança do Brasil e por intermédio dele organizou os Congressos Brasileiros de Proteção à Infância (NOVAES, 1979 e BONILHA, RIVORÊDO, 2005).

Novaes (1979), comentando sobre o conteúdo do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro, em 1922, destaca o foco no discurso moralizador e o fato de se desconsiderar a origem social dos problemas, além de se crer que a educação redentora tudo solucionará. Examinando rapidamente os termos das propostas de Moncorvo Filho acima citados, é possível visualizar os comentários da autora.

Em 1930, com a posse de Getúlio Vargas, mudanças administrativas incluindo as do setor da saúde, trazem definições mais claras das responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal. Destaco a seguir, alguns decretos relevantes aos assuntos referentes à saúde da mulher e da criança.

O Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública¹⁵, desvinculando as questões da saúde (e da educação) do Ministério do Interior e da Justiça, como ocorria até então.

Desse modo, segundo Novaes (1979), isto

pode ser considerado indicativo de que os problemas da saúde não podem mais ser tratados como simples “casos de polícia” e são suficientemente importantes no plano político e econômico, de forma a merecerem o seu lugar próprio, na definição das prioridades governamentais (NOVAES, 1979, p. 117).

Dois anos mais tarde, o Decreto nº 21.417/A, de 17 de maio de 1932, “Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriaes e commerciaes”.¹⁶ Aqui foi dada ênfase aos direitos das mulheres grávidas, estabelecendo o pagamento de auxílio no período da licença, a não demissão pelo fato de estar grávida e o direito à amamentação. Ficaram definidos também o repouso e assistência financeira em caso de aborto. Às mulheres trabalhadoras na indústria e no comércio, o decreto limita a jornada de trabalho e proíbe que atuem em subterrâneos, pedreiras ou em tarefas consideradas insalubres. Definiu ainda, em seu Artigo 1º: “Sem distincção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde salario igual”.

¹⁵ Disponível em: <<http://goo.gl/vqgdy3>>. Último acesso em: 18 mar. 2012.

¹⁶ Disponível em: <<http://goo.gl/ULcExR>>. Último acesso em: 18 mar. 2012.

O Decreto nº 24.278, de 22 de maio de 1934¹⁷ “extingue a Inspetoria de Higiene Infantil da Saúde Pública; cria a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e dá outras providências”. Merecem destaque alguns artigos:

Art. 1º A Inspetoria de Higiene Infantil, a que se refere o art. 317 do decreto n. 16.300, de 23 de dezembro de 1923, passa a constituir a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, destinada a promover em todo o País o bem da criança, preserva-lhe a vida e a saúde, assegurar-lhe o desenvolvimento normal e prestar-lhe assistência e proteção.

Art. 3º § 1º, b) Instituto de Higiene e Medicina da Criança, compreendendo o atual Hospital Artur Bernardes, uma maternidade e uma escola de puericultura, com ambulatórios, laboratórios, coleções, e outros anexos, onde se manterão cursos diversos para servirem, de um lado, ao estudo e pesquisas sobre as particularidade e condições de vida da criança e sua patologia em nosso meio, e, de outro, à habilitação do pessoal de diretoria, e ao ensino e divulgação da puericultura, da higiene infantil e da pediatria;

Art. 12. O regulamento da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância será submetido à aprovação do Chefe do Governo pelo ministro da Educação e Saúde Pública e dele constará a tabela do pessoal fixo e mensalista, cuja despesa deverá ser incluída nos orçamentos futuros.

Art. 13. Serão mantidas pela Saúde Pública a colaboração das enfermeiras da Saúde Pública nos serviços da rua e nos centros e postos de puericultura, e a cooperação dos centros de saúde nos diversos serviços de higiene pre-natal, infantil e assistência da Diretoria; e será promovido um acôrdo quanto à situação do pessoal.

A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937¹⁸ “Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública”. Ressaltei alguns artigos:

Art. 1.º O Ministério da Educação e Saúde Pública passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Compete ao Ministério da Educação e Saúde exercer, na esfera federal, a administração das actividades relativas:

- a) á educação escolar e á educação extra-escolar;
- b) á saúde pública e á assistência médico-social.

Art. 14. O Departamento Nacional de Saude compor-se-á do gabinete do director geral, de um serviço de expediente e das quatro seguintes divisões, cada uma a cargo de um diretor reconhecidamente especializado:

¹⁷ Disponível em: <<http://goo.gl/MFVoxE>>. Último acesso em: 18.03.2012.

¹⁸ Disponível em: <<http://goo.gl/xOf2H6>>. Último acesso em: 19.03.2012.

- a) Divisão de Saude Publica;
- b) Divisão de Assistencia Hospitalar;
- c) Divisão de Assistencia a Psychopathas;
- d) Divisão de Amparo á Maternidade e á Infancia.

Art. 54. Fica creado o **Instituto Nacional de Puericultura**, destinado a realizar estudos, inquéritos e pesquisas sobre os problemas relativos á maternidade e á saude da criança. [Grifos meus]

Wahrlich (1983, p. 18), apresenta trecho do discurso de Getúlio Vargas, em que ele justifica a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, um dos primeiros atos do Governo Provisório. Disse o presidente:

Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde pública só admitem solução comum.

O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar, no sentido de eficiência social, se por efeito de causas congênicas ou adquiridas estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, inapto à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva.

Em obediência a esse princípio, geralmente aceito, o Governo Provisório resolveu unificar todos os serviços que dizem respeito ao desenvolvimento da instrução e da assistência sanitária, constituindo com eles o Ministério da Educação e Saúde Pública.

A pesquisadora Cristina Oliveira Fonseca (2007), estudando a “Saúde no Governo Vargas (1930-1945)”, entende que há uma relação direta entre as bases fundadoras das políticas sociais e suas implicações posteriores. Segundo ela:

Três fatores precisam ser levados em conta na análise sobre as características apresentadas pelo sistema de proteção social brasileiro implementado a partir da década de 1930: em primeiro lugar, as mudanças que vinham ocorrendo na esfera econômica durante os anos antecedentes, em particular aquelas decorrentes da crise de 1929; em segundo lugar, o agravamento das dissidências regionais após a vitória do movimento revolucionário, em que se explicitaram as divergências de interesses no interior da hierarquia agrária; e, finalmente, a instabilidade política derivada tanto da disputa pela hegemonia de poder como da definição quanto ao futuro do país. A política social pós-1930 deveria, portanto, responder ao novo quadro de relações sociais que se desenhava em consequência da recomposição de interesses político-econômicos e explicitar o papel do Estado nesse rearranjo de interesses em disputa (FONSECA, 2007, p. 32).

Desse modo, interessava para o governo expandir sua área de ação por meio de órgãos públicos, cujo atendimento abrangesse grande parte da população. A saúde pública tornou-se o instrumento mais eficaz para disseminar e fazer impor as aspirações do poder executivo e assim, foram constituídos os três grandes pilares do governo federal: a própria saúde pública, a assistência médica e a atenção às mães e às crianças (FONSECA, 2007).

Entre os diversos pontos de conflito político a respeito da área da saúde, um deles se referia à criação ou não de um órgão específico para assistência e atenção materno-infantil. Enquanto uma ala defendia que o serviço fosse prestado nos centros de saúde, outra argumentava ser descabido e inaceitável permitir às crianças compartilharem o mesmo espaço de portadores das mais variadas doenças, inclusive as transmissíveis. No texto final da lei, ficou decidido que a atenção a mães e crianças seria gerenciada por setores específicos (FONSECA, 2007, p. 32).

O Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940¹⁹ “Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País”:

Art. 4º Fica criado, no Ministério da Educação e Saude, o Departamento Nacional da Criança, diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

Parágrafo único. Fica criado, no quadro I do Ministério da Educação e Saude, o cargo em comissão, padrão P, de diretor do Departamento Nacional da Criança.

Art. 5º Será o Departamento Nacional da Criança o supremo órgão de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

A Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância foi eliminada, pois as funções do Departamento Nacional da Criança passaram a ser bem mais abrangentes. A seguir, os três artigos que compõem a Capítulo I do Decreto-Lei, explicitando o olhar do governo com relação à saúde de mães, crianças e adolescentes:

Art. 1º Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao

¹⁹ Disponível em: <<http://goo.gl/Sh3RxQ>>. Último acesso em: 19.03.2012.

desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida.

Art. 2º Para o objetivo mencionado no artigo anterior, far-se-à, nas esferas federal, estadual e municipal, a necessária articulação dos órgãos administrativos relacionados com o problema, bem como dos estabelecimentos ou serviços públicos ora existentes ou que venham a ser instituídos, com a finalidade de exercer qualquer atividade concernente à proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Art. 3º Os poderes públicos, para o mesmo objetivo, estimulação, em todo o país, a organização de instituições particulares que se consagrem, de qualquer modo, à proteção à maternidade à infância e à adolescência, e com elas cooperarão da maneira necessária a que tenham as suas atividades desenvolvimento progressivo e útil.

Novaes (1979) ressalta o inédito nos termos deste Decreto-lei, ao se referir à saúde como direito da população e não pela ausência de doença. Outro aspecto inovador é a inclusão do adolescente, grupo este raramente mencionado, mas com características específicas a serem abordadas pela medicina.

O Decreto-Lei nº 12.784, de 24 de junho de 1942²⁰, de São Paulo, “Reorganiza o Serviço do Interior, do Departamento de saúde”. Define também as atribuições dos Centros de Saúde do Interior do Estado de São Paulo, quando se registra uma alteração no papel dessas instituições. A atividade educadora perde espaço para a atividade de assistência médica.

Ocorreu o seguinte: foi criado o Departamento Estadual da Criança (DEC), vinculado à Secretaria da Educação e Saúde Pública. A Secção de Higiene da Criança e o Serviço de Puericultura saíram do Departamento da Saúde (responsável pelos Centros de Saúde): a primeira se torna a Divisão de Higiene da Criança e o segundo transforma-se no Instituto de Puericultura do DEC (NOVAES, 1979).

Entre as prerrogativas do DEC estão: “promover, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento e bem estar da criança, desde o período pré-natal, a sua **defesa eugênica** até a adolescência, estimulando e orientando neste sentido a ação dos municípios e as iniciativas particulares”; “organizar e manter em bairros proletários e zonas industriais, postos de puericultura, creches, clínicas infantis, lactários, maternidades, hospitais para crianças, abrigos, casas e cantinas maternas, câmaras de aleitamento, clínicas dentárias e outros serviços congêneres”; “incentivar a educação médico-higiênico-

²⁰ Disponível em: <<http://goo.gl/mFxCM8>>. Último acesso em: 21.03.2012.

social, especialmente das mães, parteiras e professoras, visando a preservação da vida e da saúde da mãe e da criança”.

Para fazer cumprir suas atribuições a estratégia utilizada pelo Departamento Estadual da Criança é por meio de campanhas de mobilização da população, estimulando a arrecadação de fundos para a construção de postos de puericultura. Observa-se a mudança de foco: é a própria população que deve se mobilizar se quiser o serviço (de saúde).

Refletindo sobre o conjunto de mudanças envolvendo a puericultura, Novaes apresenta a seguinte síntese:

A transmissão das regras de puericultura, no seu aspecto mais educativo, que tinha sido assumida pela saúde pública, depois de iniciada nas instituições filantrópicas, também deixou de ser um objetivo tão importante (...). Ensinar a boa puericultura não deixou de ser uma forma importante de controle social, mas esta função passou a ser desempenhada em muitos outros lugares, além dos veículos de comunicação, como as revistas e a televisão, de uma forma agora mais subliminar, também através de entidades como o Mobral²¹, as Creches, Centros Sociais Urbanos, escolas etc. Ou seja, a puericultura, ou pelo menos os seus pressupostos básicos, se difundiu de tal forma que, em certo sentido, até perdeu a sua especificidade como um saber mais ou menos fechado, passando a fazer parte de um “conhecimento comum” (ainda que frequentemente de forma truncada, imprecisa, ou mesmo invertida) da maioria das pessoas minimamente expostas a alguma forma de instrução e informação (NOVAES, 1979, p. 128-129).

Eugenia: o aprimoramento da raça

Eugenia. Termo polêmico, cujo estudo historiográfico foi prejudicado pela conotação que adquiriu por ter sido vinculado às ações da Alemanha fascista. Segundo os estudos de Nancy Stepan,

equiparar a eugenia à Alemanha fascista é problemático por dois motivos. Primeiro, ao fazê-lo ocultam-se continuidades na eugenia entre os períodos fascista e pré-fascista. Segundo, os historiadores ficam tentados a evitar uma discussão sobre o envolvimento de muitas outras nações no experimento eugênico. (...) Os historiadores da ciência, especialmente, têm forte tendência a desprezar, considerando-as “pseudocientíficas”, ideias que posteriormente parecem obviamente tendenciosas ou irremediavelmente ultrapassadas. Chamar eugenia de pseudocientífica é uma forma conveniente de deixar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes em sua elaboração, e de ignorar questões difíceis

²¹ MOBREAL (1967 – 1985) - O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Os militares tinham todo o controle do que seria ensinado. Suas ações de alfabetização começaram a ter ênfase no fim de 1970, quando seus projetos foram iniciados em grande escala. Seu objetivo era erradicar o analfabetismo no Brasil num curto espaço de tempo. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>>. Último acesso em: 17.05.2012.

sobre a natureza política de boa parte das ciências biológicas e humanas (STEPAN, 2005, p. 12).

A obra “A Origem das Espécies”, escrita por Charles Darwin, teve sua primeira edição em 1859 e apresentou uma teoria que gerou grande polêmica, ao contrariar as crenças religiosas do Criacionismo. Darwin procurou demonstrar que a diversidade biológica é o resultado da ação da seleção natural, processo que permite aos indivíduos melhor adaptados a seu ambiente que sobrevivam e deixem descendentes.

Francis Galton, fundamentando-se nas pesquisas de Darwin, publica em 1865 um livro intitulado “O Gênio Hereditário”, no qual procura discutir sobre o controle da reprodução humana e o papel da seleção social na preservação das “boas gerações”.

Com base nessas ideias lançou, em 1883, o termo EUGENIA, de origem grega e que significa “bem nascido”. De acordo, com Stepan (2005), a eugenia pode ser entendida tanto como movimento social, no que se refere às constantes tentativas da sociedade para atingir uma constituição cada vez mais perfeita ou como uma ciência, cujo objetivo é melhor compreender as leis que regem a hereditariedade humana.

Nancy Stepan explica que “nas últimas décadas do século XIX, a ideia de eugenia emergiu em muitas áreas da América Latina como parte dos debates sobre evolução, degeneração, progresso e civilização”. Em seu entender, a eugenia teve grande importância, pois “ocupou o espaço cultural no qual se deu a interpretação social, e porque articulou novas e poderosas imagens da saúde como questão de hereditariedade e raça” (STEPAN, 2005, p. 15).

Souza (2006) complementa, dizendo:

Além das discussões sobre raça, gênero, matrimônio, imigração e a formação das identidades nacionais, a eugenia apresentou noções “cientificamente fundamentadas” que procuravam justificar as diferenças entre os indivíduos biologicamente superiores e inferiores, entre os “aptos” e os “inaptos” (SOUZA, 2006, p. 14).

Para se conquistar a regeneração racial, os eugenistas consideravam três possibilidades: a eugenia positiva (pensada por Galton), a negativa e a preventiva. Na primeira, aqueles considerados adequados para deixar descendentes receberiam incentivos (até mesmo financeiros, na forma de bolsas) enquanto os inadequados deveriam ser discriminados. A eugenia negativa considerava que a reprodução dos inadequados (as

classes inferiores que habitavam favelas e cortiços; desempregados, alcoólicos pobres, doentes mentais) deveria ser evitada (cogitando-se até mesmo a esterilização). A preventiva seria concretizada por meio de obras de saneamento urbano e rural, combate ao alcoolismo e às doenças, divulgação de práticas de higiene (STEPAN, 2005 e SOUZA, 2006).

Stepan (2005) também discute as relações entre a eugenia e a puericultura, lembrando que o obstetra francês Pinard “concentrava a atenção dos médicos na importância para o futuro da nação dos cuidados com as mães e as crianças” (p.86). Ele advertia sobre o quanto fatores como fadiga, dieta inadequada, doenças venéreas, nicotina, álcool (os chamados venenos raciais²²) poderiam ser prejudiciais, inclusive no momento da concepção da criança.

A puericultura colocava a unidade mãe-filho como ponto especial da atenção médica e fazia da obstetrícia, da ginecologia e da pediatria as principais especialidades da medicina. (...)

Além disso, os países latino-americanos compartilhavam com a França várias características políticas que apoiavam a noção de puericultura: uma ênfase na agricultura e a ressonância das metáforas agrícolas sobre o cultivo, um pró-natalismo baseado nas altas taxas de mortalidade materna e infantil e a consequente preocupação sobre crescimento inadequado da população e uma visão pró-família essencialmente conservadora (STEPAN, 2005, p. 86).

No Brasil, o movimento eugênico teve suas primeiras manifestações por ocasião do final da I Guerra Mundial (1914-1918). Médicos, educadores, advogados e higienistas estiveram envolvidos no movimento, mas, entre eles, o nome de maior destaque foi o do médico Renato Ferraz Kehl (1889-1974), o fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo²³ (no ano de 1918) – a primeira da América Latina. Além dos sérios problemas sociais,

²² “Venenos raciais”: um termo que os eugenistas usavam para referir-se a coisas como álcool, nicotina, morfina, doenças venéreas e outras drogas e infecções. Esses venenos eram chamados “raciais” porque, embora os hábitos e doenças fossem adquiridos pela primeira vez durante a vida de um indivíduo, acreditava-se que levassem a degenerações permanentes, hereditárias que, no longo prazo, poderiam afetar populações ou nações inteiras (STEPAN, 2005, p. 92).

²³ Renato Kehl, organizador e concomitantemente, secretário da Sociedade, convidara Belisario Penna para que atuasse como um dos três vice-presidentes honorários. Respeitado, conhecido, especialista em saneamento, e carioca, Penna propiciaria a projeção da Sociedade para além das fronteiras paulistas (STEPAN, 2004). O médico e diretor da nova escola de medicina de São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho, foi nomeado presidente da Sociedade. Alguns membros de destaque: o bacteriologista e diretor do Instituto Butantã, Vital Brasil; o microbiologista, Artur Neiva (companheiro de Penna, na expedição aos sertões brasileiros); o médico e positivista, Luís Pereira Barreto; o educador, Fernando de Azevedo e o psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Austregésilo. Ver KOBAYASHI; FARIA e COSTA (2009).

relacionados à saúde pública, ao saneamento, à higiene e à educação, a eugenia brasileira também foi pautada na constituição da nacionalidade brasileira e nas questões raciais, uma vez que estávamos entre as nações mais miscigenadas do mundo (Souza, 2006).

Inicialmente fundamentado no conceito da “eugenia preventiva”, nos últimos anos da década de 1920, Renato Kehl e alguns eugenistas brasileiros passaram a adotar as concepções da “eugenia negativa”, isto é, pretendiam que fossem assumidas as seguintes medidas: exames médicos pré-nupciais obrigatórios, controle dos casamentos e restrições para a imigração, somadas a esterilização dos inaptos e segregação racial, o que desencadeou críticas intensas por parte daqueles profissionais ligados à tradição médico-sanitarista (Souza, 2006).

Uma das publicações de Renato Kehl (1920), “Eugenia e Medicina Social – os problemas da vida” teve seu prefácio escrito por Belisario Penna²⁴, encerrado com a seguinte frase: “É este um livro que deve ser lido por todos aqueles que se interessam pelos destinos da nossa nacionalidade, e a quem forte, rica e respeitada” (p. IV). Tais dizeres conduzem, portanto, aos eixos adotados pela eugenia no Brasil, vindo ao encontro das observações de Souza (2006) e Stepan (2005).

Selecionei alguns trechos²⁵ e destaquei em negrito determinados termos do livro de Renato Kehl, acima citado, que contribuem para elucidar os princípios propostos para o desenvolvimento da eugenia no Brasil e que virão a enriquecer discussões posteriores.

Para atingir esse elevado escopo, [referindo-se ao estudo da Eugenia e da Medicina Social] estuda os meios pelos quaes se evita o **abastardamento das raças**, determinando as vias pelas quaes se perpetua a geração de indivíduos sãos, robustos e belos (p.V).

Eugenizar quer dizer selecionar a espécie humana, fazendo com que o planeta se povôe de gente sã, moral e somaticamente. Quando ella se **expurgar** dos indivíduos doentes, criminosos e amoraes; quando a terra for habitada por – bem gerados, eugenizados, – o que não é utopia, então **os descendentes de Adão** viverão no Eden terrestre depois de haver tão cruelmente e por milênios, pago o **pecado original** (p.10).

²⁴ Nome de grande destaque na Saúde Pública brasileira: foi inspetor sanitário da Diretoria Geral de Saúde; trabalhou na Inspeção de Profilaxia da Febre Amarela; organizou o controle da malária ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil; dirigiu o então Serviço de Profilaxia, da Diretoria Geral de Saúde Pública e também os serviços de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalando posto de profilaxia em vários estados brasileiros. Era sogro de Renato Kehl.

²⁵ O livro é uma compilação de artigos, discursos e conferências realizadas por Renato Kehl desde a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo.

A Eugenia quer a uniformidade dos homens segundo um **padrão**, com índice optimo de robustez (p.12).

Instruir o povo é desvendar-lhe o palco roseo da vida, é mostrar-lhe o valor da saude, o caminho da honra e do trabalho. As idéas pregadas pelos **evangelistas da harmonia social**, só encontra terreno semeavel onde reinar a saude, em terras de indivíduos eugênicos (p. 14).

Ella [a eugenia] é, no dizer de Pinard, a puericultura antes da procriação, de escopo elevado, porque vem, com suas **regras**, aperfeiçoar, não só physicamente como mentalmente, o homem (p. 30).

Os eugenistas não visam a despolação sem discernimento, o seu fito é alevantado, é impedir a prolifcação sempre crescente dos **inuteis**, dos **incapazes**, que constituem os **parasitas innocentes**, cooperadores das dificuldades da vida. (...) A Eugenia, porém, occupa-se não só do indivíduo, senão tambem da prole, da raça, em summa (p. 43).

E o **legislador** de hoje não pode ignorar os phenomenos biologicos da hereditariedade. E a Eugenia é a **religião** nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a tornal-a mais bella, mais moralizada, mais inteligente (p. 46).

Até os dez primeiros annos de idade, as creanças vivem quase exclusivamente sob as vistas maternas, portanto, cabe uma **enorme responsabilidade nos obitos**, que se dão nessa primeira phase da vida (p.64).

Felizmente, começa-se pelo **saneamento** a praticar seriamente a **eugenização** da nossa terra. Com a criação do Departamento Nacional de Saude Publica se inicia uma vasta campanha de higienização nacional (p.121-122).

Proteger a **mulher grávida** é cultivar a **sementeira nacional**, é proteger o fructo é, diremos nós, proteger **nossa nacionalidade** (p.191).

Vários dos pressupostos que subsidiaram a noção de eugenia no início do século XX, tiveram espaço e até mesmo ganharam reforço na década de 1930, repleta de conflitos de ordem econômica, política e social.

No final da década de 1920, registrou-se uma redução da imigração europeia para o Brasil e, no entender de alguns, menor influxo de sangue branco, o que acabaria por prejudicar a miscigenação racial construtiva. Em 1933, Renato Kehl externa sua preocupação com os rumos raciais do país em um novo livro (“Aparas eugênicas: sexo e civilização”). Na opinião dele, o Brasil precisava menos de exercício, educação e higiene geral e mais de esterilização em degenerados e criminosos, de imposição de exames pré-nupciais compulsórios e de leis sobre controle da natalidade. A eugenia brasileira passou de

uma proposta mais moderada para outra mais acirrada, similar à alemã e à americana (STEPAN, 2005).

Stepan (2005) observa que, durante a era Vargas, a eugenia estava explicitada na legislação. Os atos de proteção legal às mulheres trabalhadoras podem então ser entendidos como “contribuição eugênica à aptidão nacional”. A autora também comenta que:

No novo Ministério do Trabalho criado por Vargas em 1934, os eugenistas também encontraram um lugar para suas ideias sobre adequação e aprimoramento nacional. Pode-se ver nesta e em outras instituições os primórdios de um lento deslocamento de volta à puericultura e preocupações com a saúde infantil na década de 1940. A eugenia continuou a ser invocada nas organizações dedicadas à delinquência juvenil, à patologia social e à criminalidade (STEPAN, 2005, p.178).

Em estudo relacionando a eugenia com a atuação da Fundação Rockefeller no Brasil, dizem os autores:

Já nas primeiras iniciativas do Governo Provisório, instituído logo após a Revolução, Vargas manifestava sua preocupação com a saúde e a proteção à infância, assuntos já bastante discutidos pelos eugenistas desde a década de 1920. Para ele, essas questões se ligavam diretamente ao crescimento do país, bem como ao aperfeiçoamento da raça. O desafio era exorcizar o grande fantasma da mortalidade infantil. O período Vargas vai ao encontro das aspirações dos eugenistas ao fixar como objetivo a construção de “uma nação composta de cidadãos fortes e capazes” (KOBAYASHI; FARIA e COSTA, 2009, p. 344).

O trecho abaixo foi extraído de uma obra originalmente publicada em 1942 (LOBATO, 2008), durante a II Guerra Mundial, quando o Brasil entrou no conflito. A situação escolhida ocorreu quando a personagem Emília, decidida a visitar os países envolvidos e conversar com os respectivos governantes, chega à Alemanha. Consegue localizar Hitler e lhe diz o que se segue:

– Não se assuste, Excelência. O Visconde é o maior gigante do mundo, mas também é milho – um vegetal extremamente pacato. Além disso, um grande sábio, hoje o *maior* sábio do mundo. E não é judeu, não, Excelência. Não tenha medo. O Visconde é arianíssimo. Quando estive no milharal que foi seu berço, o vento dava na sua linda cabeleira louro-platinada. (...) Cheguei até cá para dizer uma coisa só – que o tamanho morreu. E quem acabou com o tamanho eu sei quem foi, e sei também que essa pessoa é a única que pode novamente restituir aos homens o antigo e querido tamanho – aquele tamanho malvado, porque se não fosse ele os homens não teriam sido maus como foram, fazedores de guerra, incendiadores de cidades, afundadores de navios, judiadores de judeus. Mas esse misterioso alguém só restaurará o tamanho perdido se tiver a certeza de que Vossa Excelência vai fazer

a paz e botar fora todas as horrendas armas que andou amontoando [...] (LOBATO, 2008, p. 101).

Observando a forma como a boneca se refere ao Visconde (arianíssimo, não judeu) e também sobre os comentários a respeito dos atos de guerra deflagrados por Hitler, interpreto as palavras do escritor como severas críticas aos acontecimentos e também às alusões às questões sobre pureza da raça e ao antissemitismo. Sendo o livro endereçado ao público infanto-juvenil, entendo que Lobato procurou, em linguagem simples, chamar a atenção para os acontecimentos que abalaram o mundo, naquele período.

Termo repetido de maneira frequente na literatura e na legislação referentes ao período delimitado nesta pesquisa, RAÇA é um conceito polissêmico sobre o qual cabem alguns esclarecimentos.

Segundo Sérgio Pena (2005),

Ao longo dos anos, o conceito de ‘raças’ humanas tornou-se parte integral do arcabouço canônico da medicina, e sua adequação não tem sido suficientemente questionada. Mas esse conceito tem sido usado não só para estudar e sistematizar as populações humanas, como também para criar um esquema classificatório que parece justificar a ordem social e a dominação de alguns grupos por outros. Assim, a persistência do conceito de raça está ligada à crença atávica de que os grupos humanos existem em uma escala de valor (PENA, 2005, p. 323-324).

Sidney Aguiar Filho (2011), estudando aspectos da educação brasileira no período de 1930 a 1945 argumenta que um grupo de cinquenta meninos (“meninos do Romão Duarte”), objeto da pesquisa, foi vítima de uma política do Estado brasileiro, pois, no entender do autor, o artigo 138 da Constituição de 1934, estimulava a educação eugênica, propiciando a discriminação de crianças e adolescentes.

Nos trechos abaixo, Aguiar Filho expõe algumas questões sobre conceito de raça, a forma como se difundiu pelo mundo e o suporte científico buscado pelos segregacionistas em suas ações, muitas das quais institucionalizadas e legitimadas.

Sobre a noção de raça, o autor explica:

A noção de “raça” em seu sentido “científico” foi introduzida aos debates acadêmicos por Georges Cuvier [1769 – 1832] e a de “degeneração da raça” por Arthur de Gobineau [1816 – 1882]. Estes homens defenderam a supremacia do noroeste da Europa por uma pretensa superioridade racial. Esta presunção serviu de justificativa para imperialismo do capital europeu e estadunidense sobre o mundo. Formou-se um campo conceitual em que setores das elites econômicas e seus

intelectuais elaboraram novos conceitos a serviço da perpetuação, por uma modernização conservadora, de uma sociedade de exclusão e de exploração (AGUIAR FILHO, 2011, p. 16). [Dados em itálico incluídos por mim, para situar a época em que os termos foram apresentados por seus respectivos mentores]

Comentando sobre as teorias racistas no Brasil e o cunho científico da segregação, diz Aguiar Filho:

No Brasil do fim do século XIX e início do XX as teorias racistas, quase sempre, tinham fundamento “científico” no “lamarckismo–social”: o aperfeiçoamento da(s) raça(s) passaria(m) pela moralidade e por um progresso civilizatório que seria transmitido hereditariamente. Da mesma forma, a imoralidade e o regresso à barbárie também seriam transmissíveis às gerações futuras, criando assim uma relação direta entre moralização dos costumes e evolução das raças (AGUIAR FILHO, 2011 p. 15).

No Brasil da segunda metade do século XIX as teorias das raças de orientação “científica” foram acompanhadas das teorias do “progresso e da evolução dos povos”, principalmente do positivismo comteano brasileiro que associou republicanismo com escravismo, o que gerou a contestação dos republicanos comteanos franceses. A eugenia foi adotada como discurso também entre os ultraliberais antiabolicionistas do Partido Conservador que defendiam a prerrogativa do “direito absoluto do proprietário sobre sua propriedade privada” e por isso contrários ao fim da escravidão por decreto (AGUIAR FILHO, 2011, p.17).

O racismo sustentado na ciência possuía um forte componente classista. Na Europa da Segunda Revolução Industrial (sobretudo na Inglaterra, Bélgica, França e Alemanha) as idéias eugenistas de Galton de “superioridade” da elite econômica, a burguesia capitalista de sua época, fazia sucesso entre os mesmos. A pretensa inferioridade recaía, dessa maneira, sobre os trabalhadores mais empobrecidos, de maneira geral, e sobre os camponeses e operários com histórias e culturas diferentes das elites: sobretudo estrangeiros e minorias culturais e religiosas. Na concepção racista/eugenista a inferioridade eugênica era acompanhada de menor direito político e jurídico ou da ausência deles. Essa concepção justificou o Estado Autoritário (“liderado pelo gênio, expressão maior da raça”) ou o Estado Oligárquico (tido como “aristocrático”). Ao mesmo tempo, fortaleceu a exploração sobre a classe trabalhadora empurrando a base da pirâmide salarial para baixo e desvalorizando a remuneração do trabalho em detrimento da acumulação capitalista. Nessa lógica capitalista e preconceituosa, a “liberdade dos detentores da propriedade e da superioridade” suplantava a igualdade de direitos entre os seres humano (AGUIAR FILHO, 2011, p.16).

E, ao criticar os mentores das políticas de segregação, afirma:

Segregacionistas ou não, os racistas de modo geral, concordavam que o mais importante seria fazer com que todos acreditassem e buscassem o modelo estabelecido como o supostamente “mais evoluído”, mais adequado para introduzir o país na modernidade, cabendo ao Estado adotar mecanismos de políticas públicas

para promover a evolução da(s) “raça(s)-nação”, delegando às elites políticas e intelectuais a missão. Entre os segregacionistas o importante era isolar, transferir ou eliminar indivíduos ou grupos sociais fora das normas, considerados menos úteis e incapazes, priorizando os “dentro da ordem do processo evolutivo-civilizatório” (AGUIAR FILHO, 2011 p. 19).

A autora Lilia M. Schwarcz traz contribuições importantes, ao discutir a miscigenação no Brasil, as doutrinas relativas ao assunto e as maneiras como os cientistas (os *homens de ciencia*) e algumas instituições brasileiras – como os museus, os institutos históricos e geográficos, as faculdades de direito e de medicina – se apropriaram do tema em suas práticas. A seguir, uma síntese dos modos de ver o assunto em questão, sob os diversos prismas estudados pela autora.

A visão mestiça do país, registrada largamente por artistas, naturalistas e viajantes estrangeiros, também se manifestava em nível local, reproduzindo diferentes pontos de vista. Nos censos, nos jornais, nas pinturas, na visão de políticos e cientistas, raça aparecia como um argumento partilhado, uma interpretação interna bastante consensual. “Formamos um paiz mestiço” (...) “somos mestiços se não no sangue ao menos na alma”, definia o crítico literário Silvio Romero (1888), da Escola de Recife, ao comentar “a composição étnica e anthropologica singular da população brasileira ” (SCHWARCZ, 1994, p. 137).

O que se questionava, com base nos modelos evolucionistas que valorizavam o progresso e a civilização, era se a mistura de raças tão heterogêneas não seria um erro, que conduziria a uma fatal degeneração do indivíduo e da coletividade no Brasil (SCHWARCZ, 1994 e SCHWARCZ, 2011).

Desse modo, afirma a autora:

Evidenciava-se a defasagem entre as teorias deterministas que chegavam de fora quando pensadas em função da *realidade mestiça de dentro* e a rigidez da teoria quando o objeto em questão era a nação brasileira. A saída foi então preconizar a adoção do ideário científico, porém, sem seu corolário teórico — aceitar a idéia da diferença ontológica entre as raças sem a condenação à hibridação — à medida que o país, a essas alturas, encontrava-se irremediavelmente miscigenado (SCHWARCZ, 1994, p.18).

Quanto aos museus²⁶ brasileiros, foram criados no período compreendido entre 1870 e 1930. Tais instituições nasciam com objetivos bem delineados: servir à pesquisa etnográfica e estudar as ciências naturais, incluindo o homem, além da flora e da fauna. Os dizeres de Emílio Goeldi expressam a crença de que a população brasileira passará por um processo evolutivo, progressista rumo à perfeição. "A **perfectibilidade** humana fará seu papel no Brasil, assim como a natureza não cessa de agir nas espécies vegetais e animais" (SCHWARCZ, 1994 e SCHWARCZ, 2011). [Grifo meu]

Os Institutos Históricos e Geográficos também se estabeleceram com papel definido: recriar um passado e construir uma história da nação; dar solidez aos mitos de fundação, “ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.” “Colligir, methodizar e guardar (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839/1*) documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais” (SCHWARCZ, 2011, p. 99).

Sobre as concepções adotadas para o desenvolvimento das atividades dos institutos, a pesquisadora Lilia Schwarcz esclarece:

Nos institutos históricos (...) a entrada tardia dos modelos deterministas levou à utilização de explicações variadas: uma visão otimista, católica e patriótica, paralela a uma concepção determinista e evolutiva da nação. O resultado foi um modelo que acomodou explicações de teor monogenista — que concebia a humanidade enquanto uma em sua origem e desenvolvimento —, mas que não se furtou a recorrer a argumentos darwinistas sociais quando se tratava de justificar hierarquias sociais consolidadas (SCHWARCZ, 2011, p. 114).

E conclui que: A História produzida ali deveria então ser “católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial”, generalizando assim, a história de certos grupos regionais influentes (idem, p. 117).

As escolas de Direito eram outro reduto dos *homens de ciencia* da época. As Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo tinham algumas divergências quanto a concepções teóricas,

²⁶ Museu Paulista, Museu Nacional no Rio de Janeiro e Museu Paraense de História Natural (hoje Museu Emílio Goeldi).

porém, “revelaram possuir projetos bastantes coincidentes e harmônicos ora quando se tratava de defender a hegemonia da prática do Direito, ora quando se buscava garantir uma certa hierarquia social. Nesse caso, o argumento escorregava da cultura para a natureza, do indivíduo para o grupo, da cidadania para a raça (SCHWARCZ, 1994, p. 142).

Finalmente, as faculdades de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro) são o espaço em que “a figura do médico e do cientista social se confundem, dando lugar à imagem do higienista e do perito criminal, ambos intelectuais de intervenção política e social. Esse contexto é marcado pela ascensão de uma nova personagem — o *médico político* (...)” (SCHWARCZ, 1994, p. 142).

Instalou-se uma divisão de áreas nas duas escolas: na da Bahia o foco principal era a antropologia criminal e no Rio de Janeiro, a medicina tropical teve maior destaque. Entre os médicos baianos, o doente era o grande alvo e a eugenia deveria ser entendida como a ciência que informa a maneira de se cuidar da raça, poupando-a de maior degeneração; no Rio de Janeiro, a meta era a doença, portanto eugenzar é sinônimo de higienizar ou “prevenir é curar” (SCHWARCZ, 1994 e SCHWARCZ, 2011).

O trecho extraído da Gazeta Médica da Bahia (GMB) e apresentado em SCHWARCZ, (2011, p. 216) especifica as prerrogativas em que se fundamentou a escola:

A mestiçagem deve ser até certo ponto encarada psicologicamente como fator de degeneração. Entre nós, é constituída de elementos de procedências portadores de caracteres etnicos diversos e condições especiaes que sob as influencias mesológicas devem trazer uma perturbação innevitavel na organização do equilíbrio inobstavel. A mestiçagem extremada aqui encontrada... retarda ou dificulta a unificação dos typos, ora perturbando traços essenciaes, ora fazendo reviver nas populações caracteres atavicos de indivíduos mergulhados na noite dos tempos. **É preciso mudar as raças...** (GMB, 1923:256).

Na revista *Brazil Medico* (BM), produzida pela escola do Rio de Janeiro – também analisada por Schwarcz (2011, p. 231) – o artigo escrito pelo prof. Dr. João Henrique discute as aplicações e vantagens da eugenia:

Nova ciência a eugenia consiste no conhecer as causa explicativas da decadencia ou levantamento das raças, visando a **perfectibilidade** da especie humana, não só no que respeita o físico como o intelectual. Os métodos tem por objetivo o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual. Impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Fazer exames preventivos pelos quais se determina a siphilis, a tuberculose e o alcoolismo, trindade provocadora da

degeneração. Nesses termos, a eugenia não é outra coisa senão o esforço para obter uma raça pura e forte... Os nossos males provieram do povoamento, para tanto basta sanear o que não nos pertence (BM:118-9). [Grifo meu]

Lilia Schwarcz construiu a síntese que segue abaixo, reunindo as duas áreas de conhecimento em se registraram mais conflitos em nome da hegemonia intelectual: a medicina e o direito:

ora o remédio, ora a lei; o veneno para uns, o antídoto na mão dos outros. Se para os homens de direito a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, para os profissionais médicos somente de suas mãos saíam os diagnósticos e a cura dos grandes males que assolavam a nação. Enquanto os profissionais médicos pretendiam curar as doenças e nossas heterogeneidades, bacharéis acreditavam encontrar no direito uma prática acima das diferenças sociais e raciais observadas. (SCHWARCZ, 1994, p. 146).

Com relação à continuidade ou não da história da eugenia, Stepan (2005) comenta que embora tenha se tornado um termo “de má reputação”, seus preceitos ainda permaneceram embutidos na área que surgia depois da II Guerra Mundial: a genética humana. As informações que chegaram à América Latina a respeito das políticas de eugenia aplicadas pelos nazistas desencadearam rejeição vigorosa seguida de um “conveniente” desmentido de que os latino-americanos nunca teriam se apoiado em referenciais eugenistas.

Conveniente porque, terminada a guerra, a esterilização forçada pelos nazistas a mais de 350 mil pessoas em nome da eugenia e o extermínio que fizeram de milhões de judeus em nome da inferioridade racial causaram repulsa tão profunda que a própria palavra “eugenia” tornou-se um tabu (STEPAN, 2005, p. 209).

Higienismo: a educação pelo hábito

O termo Higiene tem origem grega e significa “*aquilo que é são*”. Ao longo do tempo, costumes e comportamentos passaram por transformações, mas, segundo Patrícia F. Dias, “a higiene se passa sempre na relação do corpo conjuntamente a práticas de intervenção sobre ele. A noção de higiene se faz na medida em que a noção de corpo também se transforma” (DIAS, 2007, p. 1).

Em seu trabalho, a pesquisadora acima citada trata a respeito das novas concepções de higiene, puericultura, higiene social na França, nos primeiros quarenta anos do século XX. Os novos conceitos e a nova ordem sobre higiene social quanto aos cuidados com a criança, com a mãe, a relação sexual e o parto foram propagados pelo Dr. Adolphe Pinard, que chamou a nova ciência de puericultura antes da procriação ou eugenética (DIAS, 2007, p. 1).

A autora explica que, entre 1750 e 1780, em cidades como Paris, ocorreu um considerável aumento populacional e intensa urbanização, acompanhados da necessidade de renovados espaços habitacionais, em face de um novo sistema econômico que se instalava. As práticas higienistas começam então a tomar vulto (DIAS, 2007).

Diante dos problemas com a cólera em 1832 e as revoluções em 1848 foi preciso investigar as condições da cidade tanto com relação à salubridade, quanto pela contenção de ordem política e social. Neste cenário foi lançado o livro “Classes trabalhadoras e Classes perigosas”, de Louis Chevalier, onde o autor propõe uma associação entre crimes e doenças e a classe trabalhadora (DIAS, 2007).

Todo o projeto de urbanização de Paris desenvolvido pelo Barão de Haussman teve a finalidade de permitir a intensa circulação de ar – daí a criação de áreas amplas – a distribuição de água tratada, a construção de rede de esgotos e também impedir que se fizessem barricadas, como ocorreu no período das revoltas. Mas a ascensão da Microbiologia e a constatação de que micróbios podem estar em qualquer lugar e não contaminam apenas as pessoas pobres fez definir outra política de regulamentação populacional, fundamentada na nova perspectiva higienista “e também no pensamento eugenistas na França que num primeiro momento surge com a ideia da Puericultura” (DIAS, 2007, p. 2).

A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) também representou uma séria ameaça aos índices demográficos, com a redução significativa na população, o que fez surgirem novas estratégias de disciplina e de controle. Segundo Dias (2008):

A guerra, de uma maneira geral, impõe travas para o desenvolvimento da população. Miséria, fome, doenças e, principalmente, a saída dos homens para lutar são um lado do problema, do outro lado situa-se a mortalidade infantil (DIAS, 2008, p. 7)

Foi a partir deste momento que os discursos higienistas e eugenistas se misturam, conforme explica Dias (2007):

A preocupação com a mãe, e principalmente, com a criança se coloca como uma constante. Pode-se dizer que o cuidado com a criança, e conseqüentemente com a mãe, é a **espinha dorsal tanto para os higienistas quanto para os eugenistas**. A eugenia parte sim, das mesmas problemáticas da higiene, no entanto ela nasce como uma ciência nova que se estabelece, primordialmente, com olhar atento à procriação humana, a saber, a relação sexual, a gravidez, o parto, e ainda, o desenvolvimento da criança (DIAS, 2007, p. 4). [grifo meu]

Pensar o discurso eugenista na França é também se reportar às práticas higienistas de individualização, pois estas se desdobram nas noções de saúde, e, por conseguinte, na construção da idéia de raça pura. Esta prática de individualização envolve uma reconfiguração do espaço da cidade e dos corpos, sendo esta última dada como foco o cuidado com a criança. É através da criança que a França destaca seus esforços para a manutenção da raça, ou seja, é nela que estarão depositadas todas as esperanças quanto ao futuro de uma nação (DIAS, 2007, p. 7).

Ideias trazidas da França influenciaram as autoridades sanitárias e administrativas brasileiras. A pesquisadora Marta M. Chagas de Carvalho destaca a sucessão de instituições, como a Sociedade Brasileira de Higiene, criadas em um período no qual o Brasil vivenciava epidemias constantes em um cenário de urbanização crescente. O analfabetismo vinha pontuar a situação e desencadear determinadas atitudes por parte das referidas autoridades. Diz a autora (CARVALHO, 1998):

Na década de 20, na intensa efervescência ideológica que a caracterizou, são constituídos, na dispersão de movimentos aparentemente díspares, discursos sobre o país, que neles se disseminam. Tal é o caso da larga circulação que tiveram – em organizações cívicas como a Liga da Defesa Nacional e a Liga Nacionalista de São Paulo, em movimentos literários e especificamente nacionalistas, em movimentos partidários e em associações, como a **Sociedade Brasileira de Higiene**, a Liga Brasileira de Higiene Mental e a Associação Brasileira de Educação – encenações de um povo brasileiro que privilegiam imagens da doença, do vício, da degenerescência, da ausência de caráter, muito frequentemente sintetizadas na amorfia em que o país é figurado como organismo. (...) Afirmar a importância da educação era, muitas vezes, espécie de exorcismo de angústias alimentadas por doutrinas deterministas que, postulando efeitos nocivos do meio ambiente ou da raça, tornariam infundadas as esperanças de progresso para o Brasil, país de mestiços sob o trópico (CARVALHO, 1986, p. 91). [Grifo meu]

O médico Miguel Couto proferiu uma conferência intitulada: “No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo”, na Associação Brasileira de Educação (ABE). O texto foi publicado no Jornal do Comércio (1927, p.14) e, a partir dele, a autora destaca alguns termos, que não deixam dúvida sobre a forma de se vincular a Educação e a Saúde como solução dos problemas do país:

(...) a ignorância é caracterizada como calamidade pública equivalente à guerra, à peste, a cataclismos; a falta de educação é comparada ao câncer que tem a volúpia da tortura ao corroer célula a célula, fibra por fibra, inexoravelmente, o organismo, levando a nação à subalternidade e à degenerescência (CARVALHO, 1986, p. 98).

A autora Heloísa H. Pimenta Rocha vem ao encontro de Carvalho (1986), afirmando: “No bojo desses movimentos, vai se constituindo, na formulação dos problemas nacionais, a articulação entre educação e saúde, como possibilidade de *regeneração* da população brasileira” (ROCHA, 2003, p.232). [Grifo da autora]

Prossegue a autora:

No campo da saúde, a Sociedade Brasileira de Higiene, fundada em 1923, com os propósitos de orientar as autoridades no tratamento das questões de saúde pública, constituiu-se um dos espaços privilegiados para a discussão de uma política sanitária que respondesse aos intentos de regeneração do povo, considerado como doente e improdutivo. Configurou-se, desse modo, em *locus* de difusão do modelo paulista, gestado no âmbito do Instituto de Higiene (ROCHA, 2003, p.232).

Sidney Chalhoub (1996) tece comentários a respeito da ação policíesca deflagrada contra a população pobre, acusada de contribuir fortemente com a tão temida degenerescência do povo brasileiro. Para ele, o higienismo foi ponto fundamental nas discussões a respeito e na construção de políticas de saúde pública – que acabava por relacionar as ações de saneamento na cidade com um modelo de civilização oriundo da Europa.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres também ofereciam perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, (...) a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Gilberto Hochman também chama a atenção sobre o setor da higiene infantil que começou a ganhar notoriedade junto ao Legislativo e aos médicos-sanitaristas. Foi criada uma Seção de Higiene Infantil e Assistência à Infância, em 1920, com atribuições no Distrito Federal. Mais tarde, um novo regulamento do Departamento Nacional de Saúde

Pública (DNSP) – Decreto nº 16.300, 31/12/1923 – veio estabelecer uma Inspeção de Higiene Infantil “e a possibilidade de acordos com a Diretoria do Serviço de Profilaxia Rural (DSPR) para serviços de assistência, orientação e fiscalização nessa área” (HOCHMAN, 1998, p. 186).

Recorrendo mais uma vez a Heloísa Rocha, ela destaca o papel que foi designado à escola para incrementar a tarefa de propagação dos bons hábitos. Hábitos esses, cujas prescrições – se fossem seguidas à risca – garantiriam o processo de prevenção de doenças. Portanto, as práticas fundamentadas nos ensinamentos higienistas presumiam a necessidade de se alterar o modo de vida das pessoas pobres, por meio de informações sobre determinados hábitos de higiene e cuidados. Tal abordagem salienta a ideia de que a responsabilidade pela saúde tem cunho individual e se restringe ao repasse de ensinamentos.

Eliminar as atitudes viciosas e inculcar hábitos salutaríssimos, desde a mais tenra idade. Criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a natureza infantil, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância de debilidade e das moléstias. Eis as tarefas de que se deveria incumbir a escola primária, no bojo da reforma que redefiniu o eixo da política sanitária paulista, na década de 20. Concebida como cenário privilegiado de um conjunto de práticas disciplinares, a escola seria chamada a oferecer a sua poderosa colaboração para o sucesso da ampla *reforma de costumes* visada pelos *homens de ciência* (ROCHA, 2003, p. 179). [Grifos da autora]

E Sonia Camara, em trabalho sobre o I Congresso de Proteção à Infância afirma que a finalidade do evento era reunir os “homens de ciência” de várias regiões do país e servir “como foro privilegiado de intercâmbio institucional e propaganda de ideias instituidoras do Brasil de amanhã” (CAMARA, s/d, p. 757).

Imbuídos da ideia de proteção e assistência à infância, os intelectuais envolvidos nessa “cruzada” de benemerência tinham nos modelos de intervenção higienista e pedagógico os parâmetros de sustentação das ações de controle e normatização das famílias e das crianças vindas da pobreza. As iniciativas organizadas com o aporte científico e racional, não descuidavam da matriz moralizante a que todas as medidas e propostas deveriam ancorar-se, constituindo-se como referência na identificação das crianças, carecedoras da proteção e do amparo do Estado (CAMARA, s/d, p. 759).

Para Schwarcz (2001, p. 34), “nas grandes cidades a entrada desse ideário cientificista difuso se faz sentir diretamente a partir da adoção de programas de

higienização e de saneamento.” Desse modo, desvela-se a intenção de se desenvolver “projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, interditar a loucura e separar a pobreza”.

Nos anos de 1920, alguns dos fatos importantes que marcaram o processo de institucionalização da educação sanitária no Brasil foram: a reforma sanitária de 1925, com a participação ativa da Fundação Rockefeller; a criação do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES), órgão orientado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. A reforma de 1935 trouxe mudanças nas diretrizes da saúde pública, pois a educação sanitária substituiu a polícia sanitária, em estava em ação desde o século XIX. Outras ações marcantes foram: a criação do especialista em higiene e saúde pública, a realização de cursos de formação de enfermeiras em saúde pública e a inauguração de Postos de Profilaxia e Saneamento Rural (HOCHMAN, 1998 e SOUZA, 2011).

Hochman (1998) ressalta ainda a liderança do Estado de São Paulo no que se refere às políticas de saúde pública. O autor afirma que, desde 1917, São Paulo coloca em prática sua própria reforma sanitária, “preservando-se da intervenção sanitária da União” (p. 211). Com o apoio de Blount (1971), explica:

A expansão da economia cafeeira e os esforços da industrialização produziam uma configuração que demandava ações públicas permanentes, capazes de promover políticas coercitivas e amplas de proteção à saúde da população no território paulista. A crescente estadualização dos serviços sanitários, a partir da década de 1890, convenceu os fazendeiros e seus representantes no Legislativo estadual de que os gastos com saúde pública os beneficiariam, estabelecidos os limites de interferência sobre suas propriedades (HOCHMAN, 1998, p. 214).

Isto é, ao contrário das questões relacionadas à política econômica no setor da cafeicultura, as elites paulistas não recorriam ao Governo Federal quando o assunto era a área da saúde pública e as questões de saneamento.

Dois dos ícones da era do saneamento foram citados por Hochman (1998), quando se referiram à saúde no Estado de São Paulo: Belisario Penna e Artur Neiva:

O mais ardoroso defensor do saneamento do Brasil e da centralização administrativa e técnica da saúde pública reconhecia que São Paulo, por desenvolver ações em **saúde e educação**, se constituía em “[...] um povo à parte na comunhão nacional” (PENNA, 1923, p. 30) [Grifo meu].

O próprio diretor dos serviços sanitários paulistas, Artur Neiva, em texto redigido para o então candidato à Presidência da República Rodrigues Alves, escrevia orgulhoso que [...] o Brasil, com exceção de São Paulo, onde o serviço de higiene se acha muito adiantado, vive desamparado, pois nos restantes estados pouco ou nada se faz em matéria de higiene (NEIVA, 1918, p. 22 *apud* HOCHMAN 1998, p. 222).

Segundo Rocha (2003, p. 242), “a ‘experiência pioneira de São Paulo’ converte-se em uma experiência produtora de múltiplos significados”. Hochman (1998) acrescenta que as medidas que vinham sendo tomadas levariam a um aumento na centralização do poder, pois o Estado passou a colocar em prática políticas públicas de modo cada vez mais independente do aval das elites políticas. Com isso, a partir de 1930, ocorreu um processo acelerado de criação do Poder Público, como resultante da era do saneamento.

Nas palavras de Dias (2008):

O advento da secularização da saúde (...) reforça o papel do Estado como aparelho essencial de legitimação e de funcionamento burocrático das medidas para promover a saúde da população. Se por um lado, ela tem o aparato médico científico para avaliar, medir, hierarquizar e qualificar, por outro, ela contém o burocrático que assegura seu funcionamento em todos os níveis da população (DIAS, 2008, p. 2).

Conforme explicação acima nas palavras de Gilberto Hochman e Heloísa Pimenta, o Estado de São Paulo mostrava autonomia e pioneirismo nos assuntos relacionados à saúde, conseguindo até mesmo deixar de apelar ao apoio do governo federal.

A cidade de Campinas, onde se localizava o Dispensário de Puericultura, fica a 96 quilômetros a oeste da cidade de São Paulo e chegou a disputar com a última a condição de Capital do Estado, pois seu desenvolvimento econômico avançava mais rapidamente, nos anos dos séculos XVIII e XIX. Depois de passar à categoria de vila, entre 1797 e 1842, e ser chamada de Vila de São Carlos, rompeu a dependência de Jundiaí. Os avanços na economia foram mantidos e a vila foi reconhecida como cidade (ANANIAS, 2000, p.14 e CRUZ, 2008, p. 16).

Silva (1996) chama atenção para fatos ocorridos em meados do século XVIII. Com o intuito de exercer controle mais acirrado na produção agrícola e de metais, Portugal tem interesse em fundar novas vilas, em terrenos com melhor escoamento e boa ventilação. Campinas estava entre elas, assim como Piracicaba-SP e Curitiba-PR.

Para compreender a relação entre a saúde e a cidade, segundo Silva (1996), é interessante lembrar que, os cuidados com a saúde eram domiciliares e familiares e, na falta de profissionais especializados, recorria-se aos práticos.

Como muitas localidades não dispunham nem sequer dos práticos, a solução era aplicar os conhecimentos caseiros para tratar os doentes e tentar eliminar as frequentes epidemias. Este saber era herança indígena, africana ou europeia (no caso das rezas). A ação dizimadora das epidemias no Brasil só não era maior do que na Europa, porque aqui não havia grandes núcleos de concentração urbana e a população rural era naturalmente mais dispersa. As formas de tratamento da população com poucos recursos ficaram incorporadas no cotidiano do brasileiro até o início do século XX, mesmo no Estado de São Paulo (Silva, 1996). Na verdade, a medicina popular e a acadêmica mesclam-se, hoje, em pleno século XXI, por razões as mais diversas, entre as quais, seguramente, a dificuldade (constante) de acesso aos serviços públicos de saúde.

Entre outras vilas da época, Campinas era um centro de trocas comerciais para tropas que circulavam pela região, pois estava localizada às margens do antigo caminho que levava às minas de Goiás. Ou seja:

(...) o surgimento da trilha que deu origem ao Caminho dos Guaiases, na época do bandeirantismo (século XVII), que, partindo de São Paulo, definiu o grande eixo de penetração em direção ao interior do país, rumo a Goiás. Aos poucos tal eixo torna-se o indutor da ocupação de toda a área adjacente a seu percurso.

(...) É importante frisar que o desenvolvimento da rede de caminhos é precedida pela ocupação e produção de novas terras, fato este impulsionador da urbanização e da consolidação de núcleos urbanos, em razão do surgimento de pequenos comerciantes e de prestadores de serviços, sediados nas cidades. Por outro lado, com a economia local já constituída, faz ampliar o papel indutor da rede de transportes, através da afirmação dos núcleos urbanos, à medida em que colabora com a centralização do comércio e de serviços nos referidos núcleos, auxiliando na consolidação e no desenvolvimento futuro dos mesmos (SILVA, 1996, p. 46 e 47).

A circulação de dinheiro e a ampliação de negócios reforçaram o caráter polarizador que a cidade de Campinas vinha apresentando. A implantação de serviços públicos como iluminação a gás e elétrica, bondes, construção de rede pública de água e esgoto, obras de saneamento, pavimentação de ruas, serviço de telefonia são elementos primordiais para a fixação da população. A aristocracia rural transfere suas residências para a região urbana. Um dos serviços a ganhar amplitude diante das novas condições é o de saúde e a Santa

Casa de Misericórdia é o primeiro hospital de Campinas, inaugurado em 1876. Esta entidade começou a manter, dois anos mais tarde, o Asilo das Meninas, para abrigar aquelas que perderam as famílias durante as severas epidemias (SILVA,1996 e CRUZ, 2008).

O Asilo dos Morféticos (1863), o hospital especializado em doentes com varíola (1874), o hospital da Beneficência Portuguesa (1879), o hospital do Circolo Italiani Uniti (1886, hoje Casa de Saúde) constituíram uma rede de assistência à saúde que fizeram de Campinas um centro polarizador também na área da Saúde. Até 1864, quando foi criado o Centro de Saúde de Campinas, somente a Santa Casa era destinada à população pobre. E os habitantes das cidades vizinhas, de todas as classes sociais deslocavam-se para cá, em busca de tratamento.

O transporte de mercadorias e produtos como o café trouxe o desenvolvimento de uma grande malha ferroviária. “Campinas firma-se definitivamente como grande centro regional e nó do sistema ferroviário paulista, por ela obrigatoriamente passando toda a produção de vasta região do Estado, tornando-se também, ainda mais atrativa para os imigrantes” e também uma das localidades do Estado de São Paulo mais favorável a investimentos (SILVA, p.51 e p. 52).

O grande impacto a este processo de desenvolvimento ascendente foi dado pelas grandes epidemias de febre amarela, em 1888 e 1892. A cidade teve sua população reduzida de 30.000 a 40.000 para 3.000 habitantes tanto pela perda por morte quanto por mudanças abruptas para outras localidades. A doença atingia indiscriminadamente qualquer pessoa, independente de seu nível social. Segundo Bertucci (1997):

A capital de São Paulo com população estimada em 60.000 habitantes passou para 70.000 graças ao êxodo de campineiros, cuja saída de cidade, com destino variado, chegou a 450 seres humanos por dia no período mais agudo da doença. (...) Chegaram a faltar medicamentos – por não haver quem os manipulasse – e comida (BERTUCCI, 1997, p.37).

Tal situação aliada a perdas nos setores agrícola e comercial da cidade fez mobilizar os responsáveis pelo setor da saúde, tendo início um amplo trabalho sanitário por iniciativa municipal e estadual.

Assim, o Estado nacional oligárquico de então, preocupado com a possibilidade de desestabilização econômica, provocada pelas constantes epidemias, organizou um

conjunto de procedimentos que, definiriam, no futuro, as políticas públicas na área da saúde, como constituir-se-ão no embrião do sistema nacional de saúde (SILVA, 1996, p.52)

Na época, a Secretaria do Interior era responsável pela elaboração e implantação das políticas de saúde pública e instrução pública. Foi o Decreto n. 233, de 2 de março de 1894²⁷, que estabeleceu o Código Sanitário para organizar os serviços de saúde pública na República e regulamentar, por meio de capítulos endereçados a cada caso: ruas e praças públicas, habitações em geral, habitações coletivas, hotéis e casas de pensão, habitações das classes pobres, habitações insalubres, fábricas e oficinas, escolas, teatros, alimentação pública, padarias, botequins e restaurantes, açougues, mercados, matadouros, abastecimento de água, cocheiras e estábulos, casas de banho, barbeiros e cabeleireiros, lavanderias públicas, latrinas e mictórios públicos, esgotos, hospitais e maternidades, necrotérios, acidentes nas ruas, enterramentos, cemitérios.

Dos vinte e sete capítulos do Decreto, há um específico sobre precauções imediatas contra moléstias epidêmicas e transmissíveis, que determina isolamento domiciliar ou hospitalar, entre outras medidas e também um capítulo dedicado a vacinação e revacinação.

O Decreto foi assinado no Palácio do Governo do Estado de São Paulo, por Bernardino de Campos e pelo médico Cesário Motta Júnior.

Quando foi feita uma reorganização do código em 1896, Campinas fazia parte da zona 2 das três que foram instituídas. Assim: Zona 1 – Capital, com doze distritos sanitários, chefiados por inspetores sanitários; Zona 2 – Santos e Campinas, com três distritos sanitários em cada cidade e Zona 3, o restante do Estado de São Paulo, dividido em doze distritos. Mais tarde, Emílio Ribas determinou a expansão do número de distritos sanitários no Estado, subdivididos em circunscrições e também criou, entre outros: o primeiro serviço de atenção materno-infantil, o Instituto Serunterápico; o sanatório de Campos de Jordão para tratar tuberculose e o Serviço Especial de Tracoma (SILVA, 1996).

No ano de 1933 foi criado o Departamento de Educação e a ele ficou vinculado o Serviço de Higiene e Educação Escolar. Mais tarde, em 1938, surgiu o Departamento de Saúde na Secretaria de Educação e Saúde Pública. Algumas das determinações da Reforma de 1925 são relançadas, como a educação sanitária e os centros de saúde. As Inspetorias de

²⁷ Disponível em: <<http://goo.gl/5nDBcZ>>. Último acesso em: 02.12.2013.

Higiene Escolar e da Educação Sanitária e ainda Higiene e Assistência Dentária ficaram vinculadas ao recém criado Departamento de Educação (SILVA, 1996).

Campinas se beneficiou do conjunto das iniciativas na área da saúde e conseguiu desenvolver ações de combate às epidemias. O engenheiro Saturnino de Brito implementou um plano de saneamento de grande vulto, em áreas urbanas.

A seguir, apoiada nas informações de Kleber Pinto Silva (1996), enumero estabelecimentos da cidade de Campinas, relacionados aos setores da saúde e da proteção social.

Década de 1910

- Sociedade Amiga dos Pobres (1904)
- Hospital de Socorros Mútuos (1904)
- Asilo dos Inválidos (1905)
- Sociedade São Vicente de Paulo e Casa da Criança (1907)
- Creche Bento Quirino (1914)
- Maternidade de Campinas (1916)

Década de 1920

- Instituto Penido Burnier (1920)
- Seção de Assistência Médica da Prefeitura Municipal (1922)
- Sanatório Cândido Ferreira (1924)
- Hospital Irmãos Penteado (subordinado à Santa Casa) (1926)
- Patronato São Francisco (para meninas) (1927)
- Instituto Brasileiro de Medicina e Cirurgia (1927)
- Orfanato Nossa Senhora do Calvário (1928)
- Instituto Dom Néri (antigo Abrigo de Menores)

Década de 1930

- Hospital Bierrenbach de Castro (1930)
- Instituto Campineiro de Cegos Trabalhadores (1933)
- Hospital de Isolamento Dr. Francisco Arruda Rosso (1934)
- Associação Protetora da Infância (depois Hospital Álvaro Ribeiro) (1936)

- Clínica de Otorrinolaringologia do Instituto Penido Burnier (1957)

Décadas de 1940 e 1950

- Hospital Psiquiátrico Santa Isabel (1939/1940)
- Instituto Pardo Meo-Muraro (sem data definida)
- Dispensário Dom Barreto (1941)
- Casa dos Pobres (1941)
- Hospital Vera Cruz (1943)
- Posto de Puericultura – anexo à Escola Técnica Industrial Bento Quirino* (1944)
- Ambulatório do IAPETC²⁸ (1947)
- Posto de Puericultura do Bairro Cambuí (1948)
- Casa de Saúde Dr. Modena (1948)
- Posto de Puericultura anexo ao Patronato São Francisco (1950)
- Clínica de Olhos Dr. Ozório Alves (1950)

A listagem de instituições não incluiu o Dispensário, na época em foi inaugurado em 1933, considerado um diferencial na região, na área de atenção à criança e o primeiro serviço deste tipo em todo o interior paulista. Só apareceu em 1944, como Posto de Puericultura*, como se sua criação tivesse ocorrido apenas naquele momento, depois de onze anos de funcionamento.

Sobre o posto do Cambuí, a pesquisa para esta tese mostrou que a inauguração aconteceu em 6 de maio de 1945, tendo recebido bastante atenção da imprensa desde a sua concepção em 1943.

É muito provável que, por ocasião do trabalho de Kleber Silva, na década de 1990, ele não tenha tido acesso a informações mais detalhadas sobre o Dispensário. Quando realizei os levantamentos para o Mestrado e agora, para o Doutorado, só encontrei determinados dados em acervo específico da Escola Profissional Bento Quirino, conforme relato anterior.

A pesquisa de Silva (1996) trouxe à luz o diálogo entre o desenvolvimento socioeconômico de uma cidade e a estruturação dos serviços públicos, como o da saúde.

²⁸ IAPTEC - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas.

Foram estudadas as origens socioeconômicas do processo de povoamento do Estado de São Paulo, como meio de identificar o complexo de variáveis estruturadoras que estão nas bases organizacionais da rede urbana regional de Campinas. Estas origens socioeconômicas definiram uma tripla determinação, de um lado a estruturação da rede urbana regional, propriamente dita, (...) e de outro, as características das estruturas urbanas da região, bem como certos aspectos dos modos de vida de suas populações. Estas três variáveis compareceram como elementos definidores da rede regional de equipamentos de saúde.

Identificou-se também o relevante papel desempenhado pela evolução da rede de caminhos e estradas estaduais nos processos de povoamento e urbanização [estudados] (SILVA, 1996, p.115).

O Ministro Capanema

Voltar aos tempos de Capanema é voltar, de alguma forma, às matrizes de valores, ideias e instituições que ainda perduram em nosso inconsciente, encarnados em nossas leis e instituições, e que nos impedem de saber se realmente ainda as queremos, ou se devemos procurar outros rumos e alternativas (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 25).

O senhor Gustavo Capanema (1900-1985), mineiro da cidade de Pitangui, recebeu destaque aqui neste subtítulo pelo que significou no processo político de institucionalização nas áreas da educação e da saúde no Brasil.

Ocupou o cargo titular no Ministério da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945, tendo sido nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas. Foi o agente responsável por articular e colocar em prática um projeto cívico-pedagógico conjecturado pelo governo federal, com o propósito de conceber um novo homem brasileiro. Este ideário de cunho nacionalista deveria estar alicerçado em três suportes: educação, saúde e cultura.

A área educacional foi marcada por disputa agressiva entre uma ala renovadora, favorável ao ensino laico e universalizante e sob a responsabilidade do Estado, e a ala católica, que apoiava um ensino livre da interferência estatal. A última acabou suplantando a primeira na política ministerial.

Com relação aos embates, Schwartzman; Bomeny; Costa (2000) esclarecem que havia ponto de intersecção entre os grupos conflitantes:

Naqueles anos, quando ainda não se falava de subdesenvolvimento e dependência, e sim de atraso e civilização, acreditava-se que, pela educação, se formariam o caráter moral e a competência profissional dos cidadãos, e que isto determinaria o futuro da

Nação. Os movimentos e a disputa pela educação, e sobretudo seu controle pelo Estado ou pela Igreja, eram vividos como uma luta pela própria alma do país. Leigos e católicos concordavam que, sem educação, essa alma não existiria. Ela precisava ser construída, tirando-se o país da barbárie, do atraso e da indigência moral. O que se disputava era quem cuidaria da criança que aprendia suas primeiras letras, o que fatalmente a destinaria para o Bem ou para o Mal, segundo a visão de mundo de cada um (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000 p. 19).

Tendo redigido o prefácio da obra *Tempos de Capanema*, escrito pelos autores acima citados, Afonso Arinos Filho fez algumas considerações sobre a atuação do ministro na área da Educação e considera que:

A educação reformada por Capanema, que permanece até os nossos dias, pode sintetizar-se nos seguintes princípios: o sistema educacional do país deve ser unificado, e ministrado em língua portuguesa; o governo organiza e controla a educação em todos os níveis; a lei regula as profissões, estabelecendo monopólios ocupacionais para cada qual; aos diferentes ofícios correspondem tipos diversos de escolas profissionais; o Estado deve financiar a educação pública e subsidiar a privada; os defeitos do sistema são sanados por aperfeiçoamentos sucessivos da legislação e da fiscalização.

(...) A consciência permanente e militante do papel primordial da educação no aperfeiçoamento moral e no disciplinamento e no desenvolvimento material da sociedade, para a integração e unidade nacionais, foi a glória do ministério Capanema (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 14).

Arinos Filho também colocou em evidência as palavras do próprio Gustavo Capanema, em carta dirigida ao Presidente Vargas, na qual o ministro expressou como via a missão que lhe foi incumbida: “O Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o Ministério do Homem.” Porém, Afonso Arinos observa que a Saúde foi o setor ao qual Capanema dedicou menor atenção. Por outro lado, em sua opinião, este ministério deveria ter a Cultura agregada ao nome, porque, “no seu tempo, não correspondia a pasta ministerial autônoma, [e no papel de ministro da Cultura] esteve entre os maiores que já tivemos (...) sendo “comparável à de Rio Branco no Itamaraty” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 14).

Sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, a Reforma Capanema (ROMANELLI, 2003 e ARANHA, 1996) foi efetivada a partir de 1942 e, em termos gerais, promoveu o ensino técnico e profissionalizante, pois, reformou o ensino comercial e criou Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), estruturou o ensino industrial, trazendo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, com a implantação de convênios com entidades empresariais. Ocorreram ainda mudanças no ensino secundário não profissionalizante.

SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (2000) explicam que a Reforma Capanema tinha claros objetivos sobre a quem se destinava cada segmento criado no ensino secundário. Ela se caracterizava:

(...) pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e, através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria. Através dela também, esperava-se produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 218).

Portanto, segue discriminado abaixo o conjunto de Decretos-lei referentes ao secundário:

- Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial.
- Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI.
- Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos.
- Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.

Outras obras na área educacional²⁹ foram implantadas durante “os tempos de Capanema”, entre as quais, a criação da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e – sob a égide de ideais nacionalistas – efetivou-se a

²⁹ Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_10.html> e <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema>. Último acesso em: 05 out. 2012.

nacionalização de cerca de duas mil escolas localizadas nos núcleos de colonização do sul do país, processo este intensificado por ocasião da declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Mais uma iniciativa relevante do ministério foi a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Segundo Schwartzman; Bomeny; Costa (2000), a gestão de Gustavo Capanema tornou-se um marco, pois aquele foi:

(...) um momento da história republicana em que política, educação e cultura estiveram associadas de forma singular e notável, e os arquivos revelaram um paradoxo que exigia um exercício cuidados de análise e interpretação. Aos decretos e procedimentos afinados com a política autoritária do Estado Novo, sobrepunham-se falas de uma correspondência privada e pessoal de uma intelectualidade de todos nós conhecida, identificada com as causas sociais e de modernização cultural, e admirada e cultivada como patrimônio cultural e afetivo do país. Entre os intelectuais e artistas estavam: Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Heitor Villa Lobos, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Gilberto Freire, Cândido Portinari, além de educadores que marcaram a história brasileira como pioneiros e formuladores dos projetos políticos e institucionais que deram vida ao debate educacional no país desde os anos 1920, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho [*Ver páginas 11-13 deste trabalho*] e o próprio Francisco Campos, envolvido com as reformas educacionais em Minas Gerais desde os anos 1920 e primeiro ministro a ocupar a pasta da Educação em 1930.

O grandioso projeto universitário de Capanema recebeu críticas ferrenhas feitas pela imprensa e que foram apresentadas na pesquisa de Schwartzman; Bomeny; Costa (2000). Dizia o ‘Diário da Noite’ de 16/09/1936 que “a prioridade deveria ser o combate ao analfabetismo”. O ‘Diário Carioca’, na edição de 29/09/1936, atacava a escolha do local para se instalar a Universidade do Brasil, por causa das desapropriações que seriam necessárias na Quinta da Boa Vista. Segundo a reportagem: “Capanema nasceu de si mesmo. Tomou conta de Minas Gerais e para deixar o governo de Minas para Benedito Valadares, ganhou o Ministério da Educação (...). Em dois anos não fez nada, agora está se virando. Quer ser o alcaide, guardar as chaves da cidade no bolso e dizer “*é minha*” [...]”. O periódico ‘O Jornal’ (de 22/09/1936) deixava evidente o quão absurdo seria o desperdício financeiro gerado pela construção da universidade, o que incorreria em prejuízos muito sérios para o ministério. Além disso, entendia que educação não poderia estar vinculada à política partidária e muito menos o ensino poderia ser centralizado. Já na edição de 18/09/1936, o foco da crítica era (pouca) atuação do ministro no setor da saúde:

“É notório que o ministro se interessa mais pelo plano universitário. A prova disso é que não liga tanto para a saúde, que está em sua pasta.” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 225).

Um ponto de conflito a ser ressaltado no campo da educação é o fato de Capanema dar menos atenção ao ensino profissional do que ao secundário e ao superior. O setor industrial se sobressaía ao comercial, embora o processo de industrialização ainda fosse tênue. Segundo os autores, embates entre ministério e empresários residiam na forma como cada grupo entendia esta área do ensino.

O ensino profissional no Brasil foi instituído na primeira década do século XX com o objetivo de reduzir os problemas sociais advindos do processo de urbanização. O Decreto nº 7.566, de 23/09/1909³⁰, trazia expresso em seu texto:

Considerando:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os **filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime**; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação:

Decreta:

Art. 1º. Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.
[Grifo meu]

O cunho caritativo do ensino profissional acompanhado de seu pouco ou nenhum significado econômico, características essas que persistiram desde 1909 até a época do Estado Novo, transformaram-se em obstáculos que se tornaram intransponíveis para Gustavo Capanema.

³⁰ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Último acesso em: 12 mar. 2012.

Schwartzman; Bomeny; Costa (2000) explicam a situação da seguinte forma: o ministro pretendia criar um grande sistema de educação profissional em que os candidatos passassem por um processo seletivo fundamentado em uma espécie de teste vocacional. Porém, as escolas profissionalizantes se mantiveram como opção para as classes economicamente pobres e Capanema não conseguiu que tais profissões fossem regulamentadas. Ele queria também que a responsabilidade dessas escolas ficasse a cargo de seu Ministério (Educação e Saúde), mas no embate com o Ministério do Trabalho e com a poderosa Federação das Indústrias, estes saíram vencedores, porque ofereciam um tipo de ensino profissional que atendia aos interesses mais imediatos dos empresários do ramo industrial, com a vantagem de não ter de prestar contas a Capanema. A tentativa de se implantar uma escola-modelo para o ensino industrial no Rio de Janeiro, contratando-se professores especializados vindos do exterior também foi um plano frustrado. Isto porque não foram levados em conta alguns fatores primordiais, entre eles: a falta de tradição no ensino técnico brasileiro, não se levar em conta os “reais processos de aprendizagem e a crença ingênua nos efeitos de grandes projetos”. Para os autores, “Capanema termina por conseguir implantar, na aparência, seus grandes projetos – a Lei Orgânica, a importação de especialistas estrangeiros –, mas somente para deixar que a própria realidade se lhe escape pelos dedos” (p. 268).

Schwartzman; Bomeny; Costa (2000) trouxeram as palavras de Capanema oriundas de uma conferência proferida pelo ministro. Os termos grifados são emblemáticos e evidenciam a mentalidade da época, traduzida depois em políticas públicas da saúde e da educação endereçadas às mulheres. Tais políticas integraram o Plano Nacional de Educação de 1937³¹.

Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo

³¹ “O Plano previa a existência de um ensino dito ‘doméstico’, reservado para as meninas entre 12 e 18 anos, e que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino. Seu conteúdo era predominantemente prático e profissionalizante, e fazia parte, no plano, do capítulo destinado ao ensino da “cultura de aplicação imediata à vida prática ou ao preparo das profissões técnicas de artífices”. Era, pois, destinado principalmente a mulheres de origem social mais humilde, ainda que pudesse atrair também mulheres de origem social mais elevada, que dessa forma poderiam manter-se em um regime escolar estritamente segregado (SCWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 124).

moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas, outrora retiradas de sua participação. **A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu.** Assim, se o **homem deve ser preparado com têmpera de teor militar** para os negócios e as lutas, a **educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar.** A família constituída pelo **casamento indissolúvel** é a base de nossa organização social e por isso colocada sob a **proteção especial do Estado.** Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. **Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para essa grave missão.** (Gustavo Capanema. Conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, 2 de dezembro de 1937. GC/Capanema, Gustavo 02.12.37, série pi. *In*: SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 123). [Grifos meus]

Os autores encerram sua visita aos Tempos de Capanema, dando ênfase à dedicação e fidelidade aos princípios que o ministro defendia, os quais pautaram suas atitudes e decisões. Sem ignorar as críticas, as impossibilidades, os radicalismos, as frustrações, as constantes divergências que resultaram em avanços e nos deixaram um legado, principalmente no campo da educação, dizem:

(...) o ministério Capanema tinha uma visão de futuro, um mundo que queria construir, e que, de alguma forma – frequentemente imperfeita, frequentemente contraditória – coincidia com outras visões que outras pessoas e grupos, dentro e fora do ministério, tratavam de realizar. Talvez seja esta grandeza de intenções o que explique uma certa mística que ainda hoje envolve os tempos de Capanema, e que hoje, mais do que nunca, nos faz falta. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 282).

A seguir, apresento o conteúdo dos recortes das Coletâneas de Notícias, acompanhando e discutindo a respeito daquilo que se divulgava sobre o Dispensário.

Notícias, Palestras e Discursos nas Coletâneas: *Prescrições e Conflitos*

As Coletâneas passaram a ser a principal fonte do trabalho. A partir do que ia sendo revelado nos textos dos recortes é que foi possível alinhar informações, refletir sobre as possíveis conexões e os embates envolvendo os sujeitos direta ou indiretamente vinculados aos serviços do Dispensário, assim como vislumbrar a origem e o desenvolvimento de determinadas iniciativas de cunho político e social nos campos da saúde e da educação na época estudada.

Nos momentos iniciais da pesquisa, foram as fotografias que vieram às minhas mãos, quando fazia as buscas nas gavetas e armários dos arquivos do Centro Memória da Escola Bento Quirino. O que vim a descobrir depois, é que aquelas eram fotos produzidas para divulgação, ou seja, para serem exibidas nos jornais, reafirmando a ordem política da época, durante um governo ditatorial, de modo a disseminar à população os bons resultados daquilo que se apregoava.

Com discursos ufanistas vinham também algumas críticas mordazes ao sistema vigente, que despertavam minha atenção e me faziam redobrar o cuidado para esboçar o curso da trajetória que eu buscava traçar.

Coletânea de Notícias 1933-1940

Foi publicado na edição do jornal campineiro *Correio Popular* de 14 de outubro de 1934, na página 9, o discurso do médico que dirigia o Dispensário naquela época, o doutor Passos Maia, sob o título: *Encerramento da Semana da Criança no Dispensário de Puericultura. A oração do Dr. Passos Maia*. Neste ano foi a primeira vez que se comemorou a Semana da Criança em Campinas. A etapa final dos festejos e atividades foi marcada pela premiação dos vencedores do Concurso de Robustez.

Após uma abertura em que descreveu os obstáculos para se organizar o evento, incluiu comentários contundentes a associações que, convidadas a participar com auxílio financeiro, não se deram ao trabalho de responder ao convite, ignorando assim, a importância do Dispensário de Puericultura na cidade. Em seguida, teceu amplos elogios ao esforço de todos os que se empenharam para que tudo fosse bem sucedido.

Destaco alguns trechos em que aparecem agradecimentos aos colaboradores do evento, o significado e a importância do certame, segundo o orador (foi mantida a grafia original).

(...) o apóio e estímulo que nos trouxeram alguma autoridades, associações e illustrados collegas; a dedicação com que a comissão julgadora do nosso “concurso” se entregou durante alguns dias ao estafante trabalho de julgamento e classificação dos concorrentes, oferecendo-nos um resultado conta o qual nenhuma voz insuspeita poderá se fazer ouvir; a generosidade com que a comissão organizadora e a culta sociedade campineira recebeu e prestigiou nosso baile que, confesso, ultrapassou a nossa melhor expectativa; o brilhante e consolador resultado do nosso concurso de robustez, este por si só capaz de encher de orgulho o mais despreocupado dos mortaes, [...] a gentileza com que a **Radio Educadora de Campinas**, demonstrando a intelligencia e larga visão dos seus dirigentes, nos trouxe a sua grande e eficaz cooperação levando não só a todos os recantos de Campinas como a todas as cidades onde chegam as suas ondas, os necessários e preciosos conhecimentos de puericultura; a contribuição decidida e útil da imprensa, não só da campineira, da qual devo destacar o **Correio Popular** que tão eficazmente contribuiu para a necessaria divulgação dos ensinamentos aqui professados, como a da Capital, por intermedio dos seus esforçados correspondentes; o apoio moral e pecuniario que trouxeram ao nosso “concurso” a **Associação Comercial**, o **Sindicato Médico**, a **Sociedade de Medicina e Cirurgia**, a **Delegacia de Saude**, todas da nossa bela cidade de Campinas, além de outros estabelecimentos commerciaes que nos enviaram belos presentes, cujas intelligentes administrações souberam tão bem compreender o elevado alcance social da nossa iniciativa; o gesto espontaneo e elegante de **A. Saidenberg**, que graciosamente ofereceu para fotografar cada um dos classificados, provando que bem conhece o grande valor de um verdadeiro “concurso de robustez”; outras e muitas outras cooperações sem falar dos daqui de casa, o que já poderia parecer elogio em boca propria, embora estivessem todos a altura das circunstancias, todos melhores que todos, agindo sempre harmoniosamente sob a competente batuta do *Professor José Minervino?* [Grifos meus]

Realcei em negrito os nomes das empresas e/ou instituições privadas, à exceção da Delegacia de Saúde, que deram suporte financeiro ou por meio de ações: “apoio moral ou pecuniário” à iniciativa do evento. O orador foi bastante enfático ao elogiar cada um dos colaboradores, não poupando o uso de qualificativos de efeito: inteligência e larga [visão]; culta [sociedade campineira]; grande e eficaz [cooperação]; necessários e preciosos [conhecimentos]; [contribuição] decidida e útil; belos (presentes); inteligente [administração]; competente [batuta].

O Dr. Pereira Passos não deixou de incluir em sua fala, a importância do evento da Semana da Criança no Dispensário de Puericultura anexo à Escola Profissional Bento

Quirino, quando agradece a quem contribuiu motivado por “tão bem compreender o elevado alcance social da nossa iniciativa”.

A idoneidade e a lisura do concurso também ganharam destaque quando ele dizia que o fotógrafo se dispôs a registrar, sem custos, “cada um dos classificados”, porque compreende e “bem conhece o grande valor de um verdadeiro ‘concurso de robustez’”. O termo “verdadeiro” naturalmente faz referência ao trabalho do Dispensário junto à população, à maneira como foi organizado o evento e à equipe que compôs a comissão julgadora.

O diretor da Escola Profissional Bento Quirino, o senhor José Minervino (grifado em itálico), também foi lembrado por sua “competente batuta”, a que vinha garantindo um trabalho eficiente e harmonioso entre a Escola técnica e o Dispensário, pois este era como um campo de estágio para as alunas do curso profissionalizante. Vale lembrar que nos cursos diurnos voltados à população feminina, havia aulas de Economia Doméstica ao longo dos três anos, além de Puericultura e Higiene, Química Geral e Alimentar e Contabilidade Doméstica (no 2º ano).

Na imagem da página seguinte, pode-se observar quais os componentes curriculares da escola, segundo o livro de registros de 1939³².

³² Os cursos diurnos da Escola Profissional Bento Quirino tinham duração de três anos e dispunham, além das Oficinas específicas a cada curso (Confecção e Corte, Bordado, Roupas Brancas, Chapéus), de todo um conjunto de disciplinas de formação geral, conforme se pode ver nas imagens da página subsequente). Os cursos noturnos duravam 1 ano e meio e só ofereciam as Oficinas.

Figura 11

76

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO PROFISSIONAL
Escola Profissional Mista "Bento Quirino"

Escola Profissional
Notas de aplicação e exames da aluna *Ursolina Joana Fiorano* Em 1939
CURSO DE *Confecções e Corte*
1.º ano em 1939

MATERIAS	APLICAÇÃO (TRIMESTRES)				EXAMES (SEMESTRES)		MÉDIA		2.ª EPOCA		OBSERVAÇÕES
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	1.ª	2.ª	SEM. GENS.	OFICINAS	EXAME	OFICINA	
Oficinas											
Português											
Aritm. Algebra e Geometria											
Geografia e Historia											
Desenho profissional											
Economia Domestica											
Plástica											
Médias de aulas gerais Média de Oficinas Média Geral											

2.º ano em 1939

MATERIAS	APLICAÇÃO (TRIMESTRES)				EXAMES (SEMESTRES)		MÉDIA		2.ª EPOCA		OBSERVAÇÕES
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	1.ª	2.ª	SEM. GENS.	OFICINAS	EXAME	OFICINA	
Oficinas	62,5	88,5	95	100	48	70		85			Diplomada pela Escola Prof. de Ursolina Joana Fiorano
Português	55	80	85	90	75	75					
Aritm. Algebra e Geometria	80	100	100	100	100	100					
Desenho Profissional	100	100	100	89,5	100	80					
Plástica											
Puericultura e Higiene											
Química Geral e Alimentar											
Contabilidade Domestica											
Economia Domestica	86	100	88	99	92	90					Aprovada
Média de aulas gerais 90 Média de oficinas 85 Média Geral 89,5											

3.º ano em 1940

MATERIAS	APLICAÇÃO (TRIMESTRES)				EXAMES (SEMESTRES)		MÉDIA		2.ª EPOCA		OBSERVAÇÕES
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	1.ª	2.ª	SEM. GENS.	OFICINAS	EXAME	OFICINA	
Oficinas	50		90	90	90	83					Apl.
Química aplicada	80		80	90	90	85					
Matemática	75		95	95	95	100					
Puericultura (Prática)											
Desenho Profissional	100		100	100	100	100					
Rec. Domestica	87		80,4	85,6	87,6	92,5					
Aprovada											

A imagem é uma foto feita por mim, de uma das páginas de um livro de Registros de Diplomas do Instituto Profissional Bento Quirino.

São informações referentes ao período de 1942 a 1946, nas quais se observam os resultados obtidos pela aluna Ursolina Joana Fiorano, matriculada no curso de Confecções e Corte (diurno).

O campo do 1º ano do curso está em branco, pois era comum que alunos viessem transferidos de outro estabelecimento de ensino. No 2º ano, em 1939, aparece a grade de disciplinas. Puericultura e Higiene; Química Geral e Alimentar; Contabilidade Doméstica e Economia Doméstica formam um bloco de notas. No 3º ano, permanece Economia Doméstica.

Note-se que o curso é de Confecções e Corte, porém fica patente o objetivo de oferecer à mulher a formação adequada para desempenhar seu papel de esposa e mãe.

Em outro trecho, o orador anunciou a fase final do discurso, dizendo que devia uma explicação à sociedade campineira. Comentou que sempre lhe é perguntado “como trabalhamos em um serviço official, ainda recorremos ao auxílio de particulares, aceitando donativos, dando bailes, etc. Não é então obrigação do Governo manter e melhorar os seus serviços?”

Esclareceu a dúvida, apoiando-se nas palavras do interventor federal, quando este se pronunciou sobre saúde pública e “nossos apavorantes índices de mortalidade infantil”, em Espírito Santo do Pinhal, município a 97 quilômetros de Campinas. Disse o interventor: “É indispensavel o esforço conjugado do povo, do Estado e dos Municipios, para que uma cruzada redemptora que faça descer gradualmente aqueles índices tão dolorosos e tão humilhantes”. O doutor Pereira Passos não apenas concordou com tais ideias como também afirmou que era exatamente o que vinha pregando há mais de dois anos e praticando há um ano (desde a inauguração official do Dispensário), “embora sem ter ainda conseguido o auxilio do município, mas na esperança de que o conseguiremos no próximo anno, pois nada mais pedimos do que o que justamente necessitamos e merecemos”.

A crítica quanto à omissão da prefeitura de Campinas em contribuir com verbas para o Dispensário prossegue quando o orador reafirma o significado do trabalho realizado e os benefícios para a população carente do município:

É bem verdade que para o fim precípua para que foi creado este Dispensario – o ensino pratico de puericultura ás alumnas do ultimo anno, bastar-nos-ia uma meia duzia de crianças matriculadas no nosso lactario e a media mensal de mais outra meia duzia de matriculas no consultorio. E para isto a nossa verba era mais que sufficiente...

Mas, tendo como temos hoje uma media superior a 70, dentre as quaes quasi diariamente recebemos criancinhas famintas, algumas cujos paes não podem nem siquer comprar 300 réis de leite de vaca, seria justo, seria humano, que recusássemos attendel-os e lhe dissessemos apenas, *tourt cout*, não ha vaga ou a lotação está completa?

Acrescenta que teme sobre o futuro do Dispensário diante de mudanças no Serviço Sanitário as quais, segundo “alguns boatos”, poderão comprometer seu funcionamento, com possível redução de verbas destinadas a esse tipo de instituição. Completa com apelo “caloroso”:

Eis porque, nobres sras e phylantropos da culta sociedade campineira, aqui vim hoje para entregar em vossas mãos magnanimas a sorte e o futuro do nosso Dispensario.

A todas aquellas pessoas de bôa vontade que quizerem comigo fundar uma liga de combate á mortalidade infantil, eu faço um appello caloroso para que deixando de commodismos, e lembrando-se tambem dos que precisam, enviem-me o mais cedo possível a sua corajosa adhesão.

Os dados divulgados, em 1933 e 1934³³, nos Relatórios de Atividades da Escola Profissional Bento Quirino, à qual o Dispensário está vinculado, indicam que este vinha desempenhando um papel significativo junto à população da cidade de Campinas, quanto ao atendimento destinado a crianças carentes, conforme palavras do diretor clínico Passos Maia, nos discursos acima citados.

A imagem visual a seguir corresponde à página 9 do Relatório de Atividades de 1934, onde se observa um quadro com dados dos anos de 1933 e 1934.

Na primeira coluna, temos registrados os períodos mensais de agosto de 1933 a julho de 1934. Nas segunda e terceira colunas estão os dados referentes ao número de matriculados. A terceira e a quarta colunas referem-se aos atendidos pelo Dispensário. Das duas últimas colunas consta a quantidade de frascos distribuídos.

³³ Na pesquisa realizada no Centro de Memória da ETEC Bento Quirino, não encontrei outros relatórios de atividades.

Tabela descritiva dos Relatórios de Atividades do Dispensário Bento Quirino –
1933 e 1934

Tabela 2

Mês/Ano	Matric.	% Matric.	Atend.	% Atend.	Frascos	% Frascos
Ago/1933	43		93		1225	
Set/1933	31	-28%	146	57%	3229	164%
Out/1933	55	77%	218	49%	4086	27%
Nov/1933	64	16%	319	46%	4709	15%
Dez/1933	33	-48%	260	-18%	5627	19%
Total/1933		-23%		180%		359%
Jan/1934	39	18%	260	0%	6278	12%
Fev/1934	28	-28%	240	-8%	5820	-7%
Mar/1934	27	-4%	265	10%	7017	21%
Abr/1934	131	385%	447	69%	6795	-3%
Mai/1934	121	-8%	545	22%	7143	5%
Jun/1934	89	-26%	597	10%	7584	6%
Jul/1934	80	-10%	620	4%	8125	7%
Total/1934		86%		567%		563%

A tabela apresentada foi construída utilizando-se os dados do Relatório, aos quais foram acrescentados valores expressos em percentagem calculados por mim e não disponíveis na imagem original. Seguem algumas observações:

- Número de crianças matriculadas (Matric.): apresentou um aumento de 385% em de Abril de 1934, expressivo em relação ao demais períodos. Se calcularmos a variação de matriculados entre agosto de 1933 e Julho de 1934, verificaremos um aumento de 86%.
- Número de crianças atendidas (Atend.): mostrou um período de pequena queda entre dezembro de 1933 e fevereiro de 1934. Em relação ao primeiro mês do tabelamento, registrou-se um aumento de 567%, tomando o mês de Julho de 1934 como parâmetro.
- Número de frascos distribuídos (Fracos): Houve um aumento de 359% no ano de 1933. Já no ano de 1934 o número de frascos aumentou gradativamente, mas de forma pouco acentuada, chegando ao fim de julho de 1934 no patamar de 563% em relação ao período inicial da tabulação.

Os custos para que um trabalhador pudesse manter a família eram bastante altos, em relação a seu salário. Mesmo que mulher e filhos maiores trabalhassem, ainda assim, a escassez era grande. Os frascos com alimentação reforçada representariam assim, uma alternativa para atender os filhos menores de (pequena parte) da população carente, cumprindo assim o Dispensário, sua função filantrópica.

No ano de 1935, quarta-feira, dia nove de outubro, o Correio Popular publicou matéria ocupando toda a página três, com o seguinte título: “**Concurso de Robustez Infantil**. Do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional “Bento Quirino”, patrocinado pelo “Correio Popular” – A opinião autorizada do Dr. Raul do Valle, distinto pediatra membro da comissão julgadora do concurso”. Há duas fotografias: uma com “as crianças após o exame médico, á porta principal do Instituto Profissional ‘Bento Quirino’” e a outra mostrando o pediatra (em sua mesa de trabalho) sendo entrevistado pelo repórter.

Em ambas, consta na legenda: Especial do Photo Saidemberg³⁴, especial para o Correio Popular”. Na foto maior, em primeiro plano, nos primeiros degraus da escada, predominam crianças – meninos e meninas – na faixa de dois e três anos, acompanhados de suas mães. Nos outros degraus, mães com suas crianças das faixas etárias aceitas³⁵ no concurso distribuem-se ao longo de toda a escadaria.

A reportagem esteve na Secretaria da Escola, onde havia intensa mobilização dos que organizavam o concurso. Inicialmente, especificaram os três prêmios aos vencedores e seus respectivos patrocinadores. O primeiro colocado receberia, em seu nome, um depósito de cem mil réis, em caderneta da Caixa Econômica do Estado instituído por Adhemar Ribeiro, diretor do “Correio Popular”. O segundo lugar deveria receber “uma bellissima oferta da Casa Ananate, estabelecimento de propriedade do sr. Salomão Ananate, á rua Cesar Bierrenbach n. 22, especialista em artigos para creanças”. O terceiro prêmio, também em dinheiro, no valor de cinquenta mil réis, foi o produto de uma cotização incluindo “o diretor clinico do Dispensario, dr. Passos Maia e suas dedicadas auxiliares Angelita Moreira Gomes, Dulce Pires de Camargo, Filinta Borelli e Ophelia Gini, que ainda hontem, a nossa reportagem teve ocasião de verificar o trabalho que estão tendo essas dedicadas moças”. Na edição do mesmo jornal, de sábado, 12 de outubro, o segundo e o terceiro prêmio apareceram em posição invertida. Parece que valores em dinheiro para os dois primeiros colocados fazem mais sentido.

Os patrocinadores são particulares, o jornal ou a loja (que mereceu uma sutil propaganda no texto) e ainda a equipe do Dispensário precisou se organizar para constituir o terceiro prêmio, sugerindo que, mais uma vez, a prefeitura permaneceu omissa, a despeito do apelo lançado no discurso do ano anterior. O estúdio fotográfico foi o mesmo que no ano de 1934 fez os registros “graciosamente”. Neste ano, pode ser que o trabalho de fotografia tenha sido remunerado pelo jornal, principal patrocinador do evento.

A matéria prossegue, informando sobre os dois exames de seleção das quarenta e três crianças, realizados pelos pediatras Eduardo de Almeida, Oswaldo Oliveira Lima e

³⁴ Apareceram nas legendas das fotografias e nos textos dos jornais, tanto a forma Saidemberg, quanto Saidenberg.

³⁵ No caso das crianças matriculadas no Dispensário, havia duas categorias ou séries no concurso: uma de quatro meses a um ano e outra entre as que tinham mais de um ano até três anos de idade. Para as crianças chamadas de estranhas ao Dispensário, porque não utilizavam de seus serviços rotineiramente, havia uma série única, dos quatro meses até três anos.

Raul David do Valle e pelo ortopedista Heitor Nascimento. Comunica também que as premiações ocorrerão no dia 12 de outubro, sábado, às dezesseis e trinta.

Em seguida, apresentaram a entrevista com um dos pediatras, doutor Raul David do Valle. O médico explica que este concurso “do Correio Popular” avalia crianças estranhas ao Dispensário, isto é, aquelas que não o frequentam com regularidade, porque “Com raras exceções, ellas pertencem a famílias mais abastadas”. Para ele, o fato de as mães inscreverem seus filhos em um concurso promovido por uma instituição à qual não estão “presas por nenhum laço” denota o grande interesse que têm pela saúde dos filhos. “Vivendo em melhores condições hygienicas, tendo uma alimentação mais vigiada e uma assistencia moral e espiritual melhor, taes crianças apresentam um coefferiente de mortalidade menor e um índice de robustez melhor”.

O pediatra declara também que as crianças frequentadoras dos dispensários de puericultura são, geralmente, oriundas de famílias pobres as quais buscam o serviço apenas para conseguir alimentação para os filhos. Segundo o médico, a ignorância (“irmã da pobreza”) desses pais não lhes permite tirar proveito de todos os conhecimentos sobre puericultura que lhes são transmitidos, com “tanta dedicação e competencia, pelas educadoras sanitarias” e toda a equipe da instituição. Afinal, explica o doutor, vivem de forma precária, em ambiente pouco favorável e as crianças não podem se desenvolver tão bem como as outras. Não podem então ser misturadas em um concurso.

O doutor Raul explica todo o rigor com que é realizado o julgamento. Cada um dos quatro médicos avalia cada criança separadamente e atribui uma nota de zero a cinco, conforme critérios de peso, estatura, perímetros craniano e torácico, turgor, cor, tônus muscular, funções locomotores, funções psíquicas, dentição, sistema ósseo. Depois da primeira fase eliminatória, é feito o segundo exame. “A votação, depois, para a classificação final, se faz pelo systema do voto secreto, em cabina indevassável... Como o senhor vê, não se pôde ser mais rigoroso”.

Finalizou a entrevista dizendo que o resultado do concurso das crianças matriculadas no Dispensário, realizado antecipadamente, estava guardado em “envelope lacrado, e que deverá ser aberto em tempo oportuno”. Ele disse que as crianças haviam apresentado um índice de robustez bastante apreciável, o que fazia recomendar o diretor do Dispensário e “as suas dedicadas auxiliares”.

Em 10 de outubro de 1935, página três, o Correio Popular apresenta matéria menor que a da edição anterior, cujo título é: “Concurso de Robustez Infantil **entre as crianças matriculadas no Dispensário de Puericultura da Escola Profissional “Bento Quirino”**”. [Grifo meu]

Foram colocadas duas fotografias. Na maior delas, estão as mães com suas crianças sentadas na mesma escadaria da entrada da escola. Aqui o número de bebês predomina e estão nus, pois acabaram de passar pelo segundo exame de avaliação, de acordo com a legenda da imagem. As escadas da entrada do Instituto Bento Quirino além de serem muito bonitas dispõem de espaço amplo para reunir maior número de pessoas. A outra imagem é a foto do doutor Passos Maia, então diretor clínico do Dispensário, em traje que pode ser o da sua formatura (com capa escura e capelo).

Os prêmios aos três primeiros classificados são: 1º lugar: Prêmio Rotary Club – Uma “Consolidada Paulista”³⁶; 2º lugar: Prêmio “Delegacia de Saúde” – 100 mil réis em dinheiro, 3º lugar - Prêmio “Delegacia de Saúde” – 50 mil réis em dinheiro. Também foram anunciadas as menções honrosas para os demais classificados, diplomas impressos “ofertados gentilmente” pela Casa Genoud Ltda., gráfica importante na cidade. Além destes, foram reservados prêmios às mães que se destacaram pela assiduidade ou número de comparecimentos ao Dispensário. A primeira colocada recebeu 50 mil réis, em dinheiro; a segunda, 25 mil réis e a cada uma das duas empatadas em terceiro lugar, coube um corte de vestido. Não constava informações de quem patrocinou estes prêmios.

Portanto, havia dois eventos separados: o concurso patrocinado e apoiado pelas mídias da época era para as crianças de famílias com recursos e que nem precisavam dos serviços do Dispensário. Este estava lá para acudir, apoiar e prescrever instruções e normas de como criar os filhos dos desfavorecidos, pois, nas palavras do médico Raul do Valle e de muitos dos seus pares na época, a pobreza e a ignorância são irmãs.

O jornal “Gazeta”, de São Paulo, publica em 10 de outubro de 1935, reportagem chamando atenção para a função social do Dispensário: “Campinas ampara suas creanças”. No recorte da Coletânea aparece apenas a fotografia com as mães e crianças do concurso dos matriculados. A mesma da matéria do Correio Popular.

³⁶ Trata-se de uma espécie de título do governo estadual, pois, em outro jornal havia o seguinte anúncio: “Compre uma Consolidada Paulista e concorra aos 1.200 contos do sorteio deste mês.”

Figura 12



Entrada principal do Instituto Profissional Bento Quirino.

A data em que esta imagem foi publicada é 09/10/1935.

É possível notar que todas as crianças que posam para a foto estão nuas, no colo ou ao lado de suas mães.

O concurso tinha dois grupos etários: um para bebês de quatro meses até um ano e outro de mais de um até três anos.

Estas crianças haviam passado pelo exame médico que avaliava os candidatos para o Concurso de Robustez Infantil.

Apesar da aparente descontração, a fisionomia das mães é bastante séria.

Figura 13



Esta fotografia foi publicada no dia 10/10/1935, em mais uma das matérias referentes à Semana da Criança.

As crianças estão nuas, por passaram pelos médicos que as avaliam para Concurso de Robustez Infantil.

Conforme as políticas públicas de saúde vigentes, as mulheres eram consideradas as grandes responsáveis pela saúde e bem estar não apenas dos filhos mas também dos maridos, devendo manter estes últimos longe de tudo o que pudesse conduzir ao desequilíbrio no lar (doenças e vícios).

Mais uma vez, a fisionomia séria das mulheres, que não esboçam qualquer sorriso, contrasta com a descontração dos pequenos.

Talvez o esboçar de sorrisos viesse a quebrar o semblante que traduz a responsabilidade que uma mãe de família deveria ter.

No sábado, 12 de outubro de 1935, ganha espaço, mais uma vez, a festividade do concurso de robustez promovido pelo jornal Correio Popular. Fotografias de três dos membros da comissão julgadora: doutor Passos Maia, doutor Raul do Valle e do pediatra Oswaldo de Oliveira Lima. O primeiro e o último com a capa e o capelo característicos de cerimônia de formatura. Raul do Valle com traje formal e gravata borboleta branca. Foram citados os prêmios e seus doadores e os nomes dos “47 petizes” classificados.

Aparecem ainda mais dois recortes pequenos sobre o mesmo evento, ambos de jornais não identificados: em um deles há com um apanhado geral sobre o final das festividades e o outro é uma chamada do estúdio “Photo Saidenberg” para os pais dos candidatos que receberam menção honrosa compareçam para retirar as respectivas fotografias.

O Correio Popular foi publicando em edições posteriores, ainda do mês de outubro, fotografias das crianças classificadas nos três primeiros lugares, tanto no concurso do jornal quanto no das crianças matriculadas no Dispensário. No domingo, dia 20 de outubro de 1935, saíram as fotografias dos que receberam menção honrosa.

Na Coletânea de 1933 a 1940, podem ser encontrados vários recortes de jornais não identificados e não datados, tratando da divulgação dos novos concursos de robustez, aquele para filhos de famílias mais abastadas e que não utilizam os serviços do Dispensário e o outro, dirigido para as crianças carentes. O ano deve ser portanto, 1936.

O diretor da escola técnica era o professor Antonio Villaça. O doutor Passos Maia continuava como diretor clínico do Dispensário e Angelita Moreira Gomes permanecia como a educadora sanitária responsável por atividades que garantiam o bom funcionamento da instituição. Os prêmios aos três vencedores da primeira série do concurso dos matriculados (dos quatro meses até um ano) eram, respectivamente: uma consolidada paulista, doada pelo médico Penido Burnier; uma caderneta da Caixa Econômica, no valor de 100 mil réis e um montante de 50 mil réis oferecidos pelos docentes e pessoal administrativo da Escola Bento Quirino. Para a segunda série (mais de um ano a três anos), foram instituídos dois prêmios: uma Consolidada Paulista oferecida pelo corpo clínico do Instituto Penido Burnier³⁷ e outros 50 mil réis da parte de docentes e outros funcionários da

³⁷ Em 1907, Dr. João Penido Burnier, fazia sua primeira viagem de estudo a Paris e já idealizava seu Instituto no Brasil. Em 1910, ao se estabelecer em Campinas, São Paulo, como médico da Companhia Paulista de

escola técnica. Os prêmios para os “estranhos” ao Dispensário não foram especificados neste comunicado, mas o principal patrocinador foi a Escola Normal Carlos Gomes.

Embora não apareça a data da reportagem, é possível inferir que é de 1936 a reportagem assinada por José Villagelin Neto, Diretor da sucursal do jornal Diário de São Paulo em Campinas. O título e o subtítulo são bem sugestivos: “A obra do Dispensário de Puericultura de Campinas. Interessantes informações transmitidas ao Diário de São Paulo pelo médico dr. Passos Maia”. A imagem utilizada foi a mesma das mães e filhos matriculados no Dispensário, após o segundo exame de avaliação do Concurso de Robustez de 1935.

Passos Maia explicou ao repórter que houve ampliação nas funções do Dispensário, desde sua inauguração oficial em 1933. Ao se tornar parte da Seção de Higiene Infantil da Delegacia Regional da Saúde, a instituição passou a ser responsável pelo serviço de higiene da primeira infância em toda a cidade. O objetivo era prevenir todas as doenças possíveis de serem evitadas, segundo os padrões da época, porque, de acordo com Passos Maia, muitas delas se originavam dos regimes alimentares errados. Diante disso, entre as tarefas executadas, foram “feitas 1.222 demonstrações praticas às mães”, ensinando-as como preparar diferentes tipos de mingaus, sopas e outros alimentos. Ele destacou também o trabalho intenso das visitadoras sanitárias que haviam realizado até o ano de 1935, o número de 2.204 visitas aos domicílios, levando orientações, receitas e conselhos. Lamentou o fato de estas visitas terem sido suspensas desde o ano anterior, por motivos diversos, sem especificá-los. É possível que a constante redução dos custos destinados a espaços como o Dispensário e o apoio limitado das instituições oficiais e da própria prefeitura esteja entre os motivos.

Comentou que, por outro lado, o número de matrículas continuou significativo e equivalente àquele do tempo em que as visitadoras encaminhavam crianças. Isto porque as próprias mães de crianças matriculadas recomendavam os serviços para conhecidas ou estavam levando o segundo filho ou iam até lá espontaneamente.

Em outro ponto da entrevista, Passos Maia apresentou ao repórter informações sobre as dificuldades de se estabelecer o Dispensário. Disse que o plano surgiu em 1933, quando

Estradas de Ferro, vislumbrou a criação do Instituto Oftálmico de Campinas, que fundou em 1920, e que recebeu o nome de Instituto Penido Burnier desde 1923.

Fonte: < http://www.penidoburnier.com.br/pg_frame_historico.aspx > Último acesso em: 30 out. 2012.

ainda era médico na Delegacia de Saúde, mas só dois anos mais tarde é que foi colocado em prática e contou com “esforços conjugados do prof. José Minervino, que recebeu a ideia com entusiasmo, constituindo-se o fator máximo da victoria e da educadora-chefe, srta. Angelita Moreira Gomes. Encontrámos sempre, também, a melhor boa vontade por parte do sr. Francisco de Arruda Roso, que nunca nos faltou com o seu amparo moral e material”.

Explicou que em menos de três anos de funcionamento, foram matriculadas 1.867 crianças e que são dadas cerca de vinte consultas por dia, em período de seis horas e meia de atendimento. O número de crianças que receberam mamadeiras prontas no lactário foi de 4.480. Não se tratava, de acordo com Passos Maia, de uma mamadeira diária, por criança e sim, o adequado para cada caso, o que representava cerca de 210 mamadeiras por dia, às quais eram acrescentadas farinhas, leite em pó, açúcares enriquecidos com medicamentos, ácido láctico, lactato de cálcio. A maior parte das crianças do lactário (313/443) recebiam atendimento gratuito. Os demais pagavam uma taxa de 10 réis³⁸ por mês.

Entre os outros serviços prestados, o médico citou as aplicações de injeções (3.224) e de raios ultravioleta (2.044), a distribuição de 438 vidros de remédios. Da parte da seção de Educação foram proferidas 194 palestras para mães; 45 aulas teóricas para as alunas e preparados e distribuídos 2.365 impressos com orientações para as famílias.

Além dessas declarações de Passos Maia, os dados dos Relatórios de Atividades de 1933 e 1934 exibidos anteriormente, evidenciam o papel assistencialista do Dispensário. O médico também disse na entrevista para o Diário de São Paulo que: “O Dispensario não recebe somente crianças pobres, o que visamos principalmente, além do ensino prático da puericultura às alumnas é ensinar às mães como devem criar seus filhos”.

Porém, é interessante retomar as palavras do pediatra Raul do Valle, membro da comissão julgadora do concurso de robustez, quando justificava a existência de dois concursos distintos: um para os matriculados e outro para os que não frequentavam o Dispensário. Dizia que as crianças provenientes das famílias mais abastadas tinham melhor alimentação, assistência moral e espiritual e assim, apresentavam melhor desenvolvimento e índice de robustez maior. Enquanto as famílias pobres frequentavam o local com o intuito de obter alimentação para as crianças. Portanto, são as mães das famílias pobres que não sabiam como criar seus filhos. Talvez porque lhes faltasse assistência moral e espiritual...

³⁸ O preço de um pão e um litro de leite era de, aproximadamente, 200 a 300 réis cada um.

Por outro lado, anunciar dados, mostrar resultados obtidos eram estratégias importantes para jogar luz ao trabalho desta instituição, aumentando a possibilidade de sensibilizar novos colaboradores e conseguir novas doações.

Quando começa a divulgação do concurso de robustez durante as comemorações da Semana da Criança do ano de 1936, é interessante observar em um dos recortes de jornal (não identificado e não datado)³⁹ os termos utilizados pela imprensa escrita para justificar a presença de outro grupo de crianças que não frequenta (ou não precisa frequentar) o Dispensário.

O Dispensario de Puericultura, desejando focalizar a atenção para o magno problema da creança, não quis restringir apenas aos petizes que frequentam o concurso de robustez infantil; ampliou essa iniciativa, dando a toda infância campineira a oportunidade de tomar parte num certamen de grande significação, sob todos os pontos de vista.

O texto dá a entender que a iniciativa da ampliação do concurso aos não frequentadores do Dispensário é uma novidade e também não explicita que são duas competições agendadas separadamente, para não haver mistura dos dois grupos – as crianças de famílias carentes e as de famílias de posses.

Mas há um recorte do jornal Correio Popular, datado de 10 de setembro de 1936, onde se divulga o concurso e suas regras e se pode ler o seguinte trecho [a grafia é a original]:

Consoante já noticiamos na nossa edição do dia 5 do corrente, dando cumprimento no seu programma e no intuito de premiar a dedicação das mães que zelaram pela boa saúde, nutrição e conseqüente robustez dos seus filhinhos, o Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Bento Quirino promove este anno, como nos anteriores, dois concursos de robustez infantil com os quaes commemorará a semana da criança a encerrar-se no dia 12 de outubro.

O primeiro concurso será somente entre as crianças matriculadas no Dispensario e o segundo entre todas as crianças de Campinas não matriculadas naquelle Departamento. Para ambos se acham abertas as inscrições desde o dia 1.º do corrente, no Dispensario de Puericultura, das 7,30 às 11 horas, devendo encerrar-se no dia 20.

Este jornal vinha participando com a doação de prêmios aos vencedores e contribuindo largamente com a divulgação (o certame de 1936 voltado aos não

³⁹ Não se trata do Correio Popular, pelo tipo de fonte utilizada no texto.

matriculados ficou conhecido como Concurso de Robustez Infantil do Correio Popular). Pode ser este o motivo de explicitar a existência de dois eventos, pois o patrocínio é endereçado ao concurso dos externos ao Dispensário.

Quando do início das comemorações da Semana da Criança do ano de 1936, uma reportagem de jornal (não identificado) ocupando mais de uma página anuncia todo o programa das festividades, incluindo palestras, baile beneficente, visitas a instituições voltadas à infância, como é o caso da Maternidade de Campinas. Ali o Rotary Club, de cunho particular, marcou presença com vários membros e também com doações de enxovais aos bebês filhos de famílias mais necessitadas. No dia 10 de outubro, a entidade promoveu um jantar como parte das comemorações da Semana da Criança.

Durante a solenidade, o doutor Passos Maia faz um discurso exaltando a associação, agradecendo pelas contribuições ao que chamou de cruzada em benefício da infância. Ao longo da fala, disse que reconhece que existem muitas instituições que se dedicam “a minorar as necessidades da infancia pobre ou abandonada de Campinas” e entre elas está o Dispensário de Puericultura. Disse o médico:

(...) o facto do Dispensario de Puericultura attender anualmente a uma quinta parte das crianças que nascem nesta cidade, este mesmo Dispensario ainda necessita de muita coisa, [e apesar] de existirem aqui varios asylos de órfãos, uma modestissima enfermaria para crianças da Santa Casa, um abrigo de menores onde, segundo fui informado a miséria é mais do que franciscana, mas por falta de auxilio e varias outras esparsas e até antagonicas iniciativas que visam o bem da criança, não quer dizer que em nossa linda cidade, já exista um efficiente aparelhamento de assistencia à Infancia. Para que este seja technicamente util e produza reais benefícios, muito ainda, mas... muito teremos a fazer.

Em seguida, Passos Maia comenta sobre a inauguração do Hospital Álvaro Ribeiro, no dia 17 próximo, destinado ao atendimento “de crianças pobres”, instituição esta que também demandará o auxílio caridoso da sociedade campineira.

Ainda a mesma reportagem detalha toda a programação da Semana de Criança e, ao anunciar a premiação dos vencedores do Concurso de Robustez do Dispensário, destaca que a “festa será honrada com a presença de d. Perola Byinton, Diretora Geral da Cruzada pró Infancia”.

Ao final da reportagem aparecem as listas das crianças classificadas nos dois concursos de robustez e ainda os nomes de particulares que doaram roupas e brinquedos

para o Dispensário e o donativo em dinheiro (50 mil réis) feito pelo médico Hermas Braga⁴⁰ ao lactário.

Na Coletânea de Notícias de 1933 a 1940, havia vários outros recortes de jornais, não identificados, fazendo a alusão aos diversos festejos e atividades da Semana da Criança de 1936. Alguns enfatizaram mais ou menos este ou aquele evento, como por exemplo, a homenagem à senhora Pérola Byinton ou a premiação dos vencedores dos concursos de robustez.

O IV Concurso de Robustez do Dispensário, do ano de 1937, apareceu registrado em notas, matérias ou comunicados mais extensos de jornais diversos, alguns com identificação (Folha da Manhã e Gazeta, de São Paulo e Correio Popular, de Campinas) e outros não. Alguns itens chamaram atenção. Em todos os recortes dispostos na Coletânea, houve referência a um só concurso endereçado aos matriculados e que contou com 95 inscritos. Apareceram os nomes de duas educadoras sanitárias na equipe: Angelita Gomes, presente desde a fase de implantação do Dispensário e Joanina Seixas Martinelli, que proferiu discurso na cerimônia de entrega dos prêmios, no dia 10 de outubro de 1937.

Outra novidade surgiu entre os patrocinadores: pela primeira vez, a Prefeitura de Campinas se fez presente, contribuindo com os três primeiros prêmios da primeira série (crianças com até um ano). Para os vencedores da segunda série, foram atribuídos quatro prêmios e não dois, como nos anos anteriores. Um foi ofertado por casa comercial (Casa Maia), outro pelo jornal Correio Popular; um terceiro proveniente da Delegacia de Saúde de Campinas e o quarto por particulares (Dr. Oswaldo Oliveira Lima e dona Maria Aparecida Passarino). Como de hábito, as fotos dos vencedores foram publicadas em edições do Correio Popular e Gazeta.

Entre o final do concurso de 1937 e as primeiras notas sobre as festividades de 1938 não há recortes abordando o trabalho do Dispensário. Ao que parece, o conjunto de solenidades alusivas à Semana da Criança, incluindo o concurso de robustez, funcionavam como vitrine para a exposição das atividades do Dispensário e como ponto de encontro das diversas autoridades ligadas aos serviços público e privado da cidade. Então, todo tipo de

⁴⁰ O doutor Hermas de Carvalho Braga foi o primeiro diretor clínico do Hospital Vera Cruz de Campinas, inaugurado em 1943 por um grupo de médicos do corpo clínico do Hospital Beneficência Portuguesa, interessados em atualização científica e melhorias no atendimento médico-hospitalar.

Fonte: <<http://www.hospitalveracruz.com.br/site/conheca-o-hvc/historia - lano=1943>>. Último acesso em: 13 nov. 2014.

divulgação ocorria nessa época. As diferentes cerimônias programadas fossem elas bailes, palestras, jantares, premiações, missas, homenagens, apresentações musicais ou procissões serviam de cenário para reunir prefeito, diretores de órgãos públicos e particulares, donos de estabelecimentos comerciais, representantes da igreja, de associações diversas e outros membros da elite da sociedade campineira, isto é, propiciavam momentos para trocar ideias, solicitar ou oferecer doações para instituições que dependiam delas para funcionar ou qualquer outro tipo de negociação.

A abertura da Semana da Criança em setembro de 1938, trouxe novo concurso além daqueles já divulgados anteriormente. Patrocinado pelo Rotary Clube, era dirigido às professorandas das Escolas Normais da cidade, que deveriam desenvolver uma tese sobre temas da puericultura. O primeiro lugar receberia 200 mil réis, doados pelo Rotary Clube; o segundo levaria 100 mil réis, doados pela Prefeitura de Campinas e o terceiro classificado receberia 50 mil réis, oriundos de doador anônimo.

A nota publicada no Correio Popular de 29 de setembro de 1938 incluía as regras do concurso para as normalistas e uma lista com nomes de pessoas que enviaram donativos ao Dispensário, de modo a garantir que entre as crianças participantes do Concurso de Robustez, “nenhuma delas e nem mesmo a de menor classificação deixará de receber uma roupinha ou um brinquedo que constituirá uma lembrança do interessante certame e, ao mesmo tempo, um attestado da generosidade da sociedade campineira e do altruísmo do Comercio desta cidade”.

A imprensa seguiu divulgando informações sobre as etapas do Concurso de Robustez e também sobre o certame para as normalistas, lembrando datas e prazos. À medida que os donativos iam sendo entregues ao Dispensário, a lista de beneméritos era atualizada.

Em 12 de outubro de 1938, quarta-feira, a edição do Correio Popular apresentou reportagem ocupando toda a última página da edição, exibindo uma fotografia das moças trabalhando no Lactário que tomava metade da página e que foi precedida da seguinte manchete: **As comemorações da “Semana da Criança”**. O “Dia do Lactante” – O 5º aniversário do Dispensario de Puericultura será festejado no proximo sábado – O secretario da Educação presidirá a solenidade no Theatro Municipal – Os prêmios – Varias notas.

Os subtítulos adiantaram o conteúdo abordado, que segue um padrão semelhante ao utilizado nas publicações dos anos anteriores, apresentando informações gerais sobre o concurso de robustez, o concurso das professorandas, a programação da semana, a lista de doadores e a exaltação às atividades do Dispensário, e, neste ano, principalmente, a do Lactário. A presença do secretário da Educação e Saúde, Álvaro Guião, (ainda que, segundo o texto, ele tenha vindo a Campinas em função de outro compromisso, mas aceitou participar da solenidade de premiações) conferiu mais destaque ao evento. O local das premiações também mudou para o Teatro Municipal, pois o número de participantes e convidados não era compatível com o salão nobre do Dispensário.

Até o dia 20 de outubro foram publicadas quatro matérias, inclusive com fotografias, em jornais diversos (Folha, Correio Popular e Correio Paulistano), comentando o evento do ano de 1938.

De acordo com o anunciado em recorte de setembro de 1940, provavelmente do Correio Popular, havia mobilização para o 6º Concurso de Robustez do Dispensário. A farta documentação de 1938 tratava do quinto concurso. Portanto, o evento deixou de ocorrer em 1939, exatamente quando Campinas comemorava 200 anos de Fundação. Seria de se esperar que entre as comemorações deste aniversário, o Dispensário, que tantos serviços vinha prestando ao município, fosse chamado a participar de maneira marcante. Provavelmente, atritos que tenham levado à falta de patrocínio, impediram a realização das festividades. A presença de determinado manuscrito⁴¹, em folhas avulsas, deixadas no interior da Coletânea de 1933 a 1940, pode ajudar a refletir sobre tais conflitos.

Trata-se de um discurso⁴² dirigido ao Secretário de Educação e Saúde Pública, Teotônio Maurício Monteiro de Barros Filho, pelo Diretor Clínico do Dispensário, Passos Maia. Ele falou em nome da Diretoria da Escola Bento Quirino, dos funcionários do Dispensário, das Comissões encarregadas da comemoração da Semana da Criança e em seu próprio. Comentou sobre as primeiras movimentações, em Campinas, no ano de 1933, para se tratar do problema da Assistência à Infância de modo mais centralizado, “debaixo da

⁴¹ Além do manuscrito comentado, havia dois outros na Coletânea: eram relatórios assinados, respectivamente, pelas educadoras sanitárias Angelita Gomes Moreira e Dulce Pires de Camargo. O primeiro sobre as atividades do dispensário e o segundo, especificamente sobre o Lactário.

⁴² O discurso foi proferido em 1942, de acordo com as indicações que o texto vai apontando. Mas traça um pequeno histórico dos caminhos do Dispensário e, por este motivo, foi escolhido para auxiliar na compreensão do que ocorreu em 1939.

orientação técnica de um órgão controlador. Era a semente que se lançava em terra fértil (...). Então, alguns acharam interessante e bela a ideia, mas...quase utópica”. E continua:

Em 1939, por ocasião do 2º Centenário da Fundação da cidade de Campinas, aquela semente lançada em 1933 criava raízes e deitava galhos. O parasitismo de alguns poucos interesses contrariados, a má cooperação de outros poucos, impedindo-lhe o desenvolvimento, fê-la quasi fenecer.

Em 1940, o Decreto-lei nº 2024 fazia vitoriosa a ideia de 1933. É a primavera radiosa das esperanças que estamos vivendo e, muito breve, com o outono, teremos a colheita dos frutos já bem sazoados”.

O médico lançou mão de metáforas para se referir àqueles que ofereciam resistência à criação de um órgão federal voltado à assistência à Infância. O decreto-lei de 17 de fevereiro de 1940 a que ele se refere é o que institucionaliza a proteção à maternidade, à infância e à adolescência e cria, no Ministério da Educação e Saúde, o Departamento Nacional da Criança, diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

Passos Maia encerra seu discurso com um trecho apresentado em uma conferência pelo doutor Roberto Berro, Presidente do Conselho Uruguaio da Criança e Diretor do Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância, do qual destaco um fragmento: “A proteção social da infância só pode ser completa quando considera os problemas da criança com um sentido unitário. O conceito americano, indiscutivelmente o mais moderno e avançado, é que a criança é um todo. A atenção que a ela devem os pais, os médicos, os mestres, os sociólogos e o Estado deve estar perfeitamente coordenada (...)”.

E conclui Passos Maia: “É por esta unidade, que há 9 anos nos batemos e havemos de nos bater enquanto nos restarem forças.”

Assim, pontos de vista contrários sobre as políticas públicas de educação e saúde podem ter prejudicado os eventos costumeiros da Semana da Criança de 1939.

Os recortes referentes ao concurso de 1940, que encerram a primeira Coletânea de Notícias, são bem mais tímidos do que os anteriores. As informações são pontuais e dão destaque ao estúdio que se prontificou a fotografar as crianças participantes (Photo-Studio Ricardo). Houve apenas 33 inscritos, contra os 95 do ano de 1938. Os prêmios em dinheiro foram ofertados pela Casa Maia (estabelecimento comercial); pelo Correio Popular e, para

o terceiro colocado, as alunas da Escola Bento Quirino providenciaram “valiosa e interessante lembrança”.

Coletânea de Notícias 1941-1946

Neste livro com recortes de jornais existe apenas uma reportagem do Correio Popular sobre as comemorações de oito anos do Dispensário da Escola Bento Quirino, publicada em 15 de outubro de 1941. A matéria ocupa toda a página, com uma fotografia em metade do espaço. A diagramação é muito semelhante a outras reportagens sobre o assunto, em anos anteriores. A imagem mostra uma dependência grande, onde se vê duas janelas de vidro bem altas e largas, mesas, bancada e outros equipamentos. Aparece uma equipe de oito mulheres em atividade, manipulando alimentos. Todas usam roupas e toucas brancas. Esta é a cozinha dietética do Dispensário.

A matéria apresenta um breve histórico da instituição inaugurada em 1933 e explica que, diante da existência de um novo local para tratar as crianças doentes e com poucos recursos, como é o Hospital Álvaro Ribeiro, o Dispensário pode retomar “suas verdadeiras finalidades”.

Dessa forma, o Dispensario somente atende, hoje, às mães que para lá se dirigem exclusivamente para aprender como criar os seus filhos e desejam sinceramente seguir uma orientação única para atingir este ‘desideratum’, portanto, com absoluta preferencia para as menores de seis meses. Isso explica e justifica a grande diminuição nas matrículas, e ainda porque, de acordo com as determinações da Superintendência do Ensino Profissional e para maior eficiencia nos seus resultados, estas matrículas não devem atingir um numero que venha prejudicar o ensino das alunas.

Não há recortes sobre concurso de robustez e outros eventos relacionados à Semana da Criança deste ano de 1941. É possível considerar que, com outras entidades para tratar crianças carentes e uma disponibilidade de verbas estreita, o Dispensário não tenha recebido recursos suficientes para manter o atendimento a maior número de matriculados. Afinal, não se comentou sobre prejuízo pedagógico às alunas em anos com grande número de matriculados.

Diferente do ano de 1941, em que não havia notícias arquivadas na Coletânea, em 1942 foram encontrados dezenove recortes, incluindo notas de poucos centímetros e

matérias maiores sobre o conjunto de solenidades da Semana da Criança. Entre os jornais identificados estavam Correio Popular, Diário do Povo e Correio da Manhã.

A divulgação dos critérios do certame, agora chamado de Concurso de Saúde Infantil e endereçado aos matriculados no Dispensário (crianças de seis meses – e não quatro como vinha ocorrendo – a três anos), convocações para os exames médicos, nomes de classificados, premiações⁴³, solicitações de donativos, listas com nomes de doadores e programação seguiram o mesmo padrão das comemorações anteriores.

Entre os colaboradores do concurso apareceram a Rádio Educadora de Campinas, estabelecimentos comerciais, laboratório e a Nestlé, empresa fabricante de produtos alimentícios, inclusive aqueles específicos para a alimentação infantil. A presença deste último patrocinador chama a atenção para as mudanças nas formas de alimentar as crianças que vinha ganhando espaço desde a década de 1930. Sem dúvida, este tipo de evento propicia interessante possibilidade de divulgar produtos e conquistar público.

A imagem da próxima página mostra uma das crianças frequentadoras do Dispensário em uma posição em que seu rosto não aparece, mas o produto da propaganda, sim.

⁴³ Os prêmios passaram a ser dados na nova moeda brasileira, o Cruzeiro. Foi adotado pela primeira vez em 1942, durante o Estado Novo, na primeira mudança de padrão monetário no país, com a finalidade de uniformizar o dinheiro em circulação. Um cruzeiro equivalia a mil réis.

Figura 14



A fotografia do menino Irineu, escolhida para ser enviada (ao Dispensário) como recordação, é bastante significativa. Ele aparece nu e de costas, exibindo aspecto vigoroso, conforme os padrões da época.

A criança está diante de produtos Nestlé, como leite e farinha láctea.

A pilha permite fazer inferências sobre a estatura do menino.

Mas também sugere que o uso de tais produtos teve papel relevante em seu (tão bom) desenvolvimento.

“A construção da aliança entre mulheres e médicos apresentou maior visibilidade no campo da alimentação infantil. No contexto da reorganização social que visava eliminar resquícios do passado colonial e escravista, e alcançar a modernidade, a defesa do aleitamento materno – e o combate às amas pretas – misturava-se à apologia do consumo de produtos alimentícios industrializados. A suposta iniciativa dos médicos na proposição de novas práticas revelou-se, na maior parte das vezes, resposta a prévias mudanças de atitudes ou a demandas específicas das mulheres” (FREIRE, 2009, p. 249).

Em 18 de setembro de 1942, o Correio Popular publicou uma coluna intitulada “Assistência à Infância” tocando no assunto que gerou polêmicas envolvendo Passos Maia, em 1939. Trata-se das ideias do diretor clínico do Dispensário sobre a criação pelo governo federal de um órgão centralizador das ações referentes aos cuidados com a infância, em cada município onde tais ações ocorressem. Diz o texto:

O governo federal acaba de promover, de modo racional e sábio, a coordenação dos serviços de assistência dos menores, trilhando, por forma minuciosamente idêntica, as linhas gerais de um lindo plano que em Campinas nasceu, mas não vigou. Estabelecendo para cada município do país o funcionamento de uma junta diretiva e fiscal, técnica e financeira, a quem incumbe a obra de concatenar todas as empresas filantrópicas e pedagógicas que, nas lindes municipais, se votam ao amparo da infância, do instituto pré-natal à escola, do berço ao reformatório, o plano federal repete o velho sonho de conterrâneos nossos, que, de longa data, pelem pela coordenação das nossas casas da criança, dentro de um plano único, harmônico e racional, sem dispersões e falhas.

Explica a matéria que, em 1939, o plano que parecia ter sido bem aceito foi ignorado, sem razões plausíveis.

Em 1939, o lindo plano voltou à cena. Recomendava-o o apaixonado interesse daquele mesmo pediatra [Passos Maia], assistido agora pelo entusiasmo sadio do Dr. Gabriel Porto, e outros elementos de escol dos nossos meios médicos. A comissão encarregada dos festejos comemorativos do segundo centenário da cidade, tomou conhecimento de um estudo formoso, completo, em que, já se ofereciam o estatuto da junta, seus fins e formas de funcionamento. E até agora, quem participou das reuniões da comissão, onde aquele plano foi aprovado por grande maioria de votos, não sabe por que razão Campinas não realizou naquela época o magnífico projeto.

O autor considerou lamentável o fato de Campinas perder a oportunidade de oferecer inclusive a outros municípios um padrão excelente de organização dos serviços de assistência à infância. O consolo, segundo o jornalista, foi que o plano gerado na cidade serviu de subsídio para o estudo dos regulamentos das juntas municipais, no Departamento Estadual de Assistência Social.

E conclui, atingindo o alvo:

Outra honra ainda lhe poderia vir às mãos: ser a primeira cidade do país a dar corpo ao projeto federal, desde que o sr. Prefeito Municipal [Lafayette Álvaro de Sousa Camargo, cujo mandato foi de julho de 1941 a julho de 1943] convocasse imediatamente os colaboradores do primitivo estudo para que fundassem desde já na cidade a junta de orientação e controle do serviço de assistência à infância.

O ano de 1943 é o que se comemora os 10 anos da inauguração do Dispensário de Puericultura. Foi anunciado como parte das comemorações especiais da data, um concurso “extra” para crianças de três a seis anos de idade frequentadoras da instituição há, pelo menos, doze meses. Consta que o concurso para esta faixa etária é inédito em todo o Estado de São Paulo.

No texto de divulgação publicado pela Folha da Noite de 15 de setembro de 1943, está escrito:

[O concurso] é uma realização do Dispensário de Puericultura anexo à Escola Profissional Bento Quirino. Tem por objetivo, conforme o está indicado o próprio nome, conferir prêmios às mães que exibirem filhos em melhor estado físico. O concurso é de “saúde infantil” mas no fundo a consagração pertence exclusivamente às mães. Premiando crianças robustas, sadias, premiamos na realidade as pessoas que se incumbem delas.

Ficam evidentes neste pequeno trecho algumas das ideias correntes na época: as mães são premiadas porque, seguindo rigorosamente as prescrições recebidas no Dispensário, só poderão ter os filhos sadios. Ela, mãe, é a total responsável pelo sucesso no desenvolvimento do filho. Se a criança não se tornar saudável e robusta, a mãe certamente falhou em sua missão e não merece ser premiada. Aliás, dentre as comemorações incluídas na Semana da Criança⁴⁴ estava o Dia das Mães.

Prosseguiu o jornalista em sua matéria:

Proteger a saúde das crianças, evitando que elas adoeçam. Alimentando-as convenientemente, e favorecendo-lhes o desenvolvimento desde o berço com medidas higiênicas simples e bem aplicadas, -- escreveu, em publicação oficial do Ministério da Educação e Saúde, o dr. Olyntho da Silveira -- é o melhor meio de preparar uma juventude forte e feliz. O Concurso de Campinas, em outubro próximo, cuidará, então, de trazer à luz da publicidade o nome das mães campineiras que se esforçam inteligentemente por preparar a “juventude forte e feliz” de que o Brasil vai precisar amanhã.

Este fragmento do texto também merece considerações. Para os teóricos, desde que se aplicassem corretamente medidas higiênicas simples e que se preparasse para a família a melhor alimentação possível, a mãe obteria êxito na criação de seu filho. Considerando que as famílias que frequentavam o Dispensário eram aquelas mais necessitadas e que, de

⁴⁴ Cada dia da Semana da Criança era dedicado a um tipo de homenagem: Dia da Raça, Dia da Lactante, Dia da criança que estuda, Dia da criança hospitalizada, Dia do menor que trabalha, Dia da Elevação Espiritual.

acordo com a mentalidade da época, pobreza e ignorância seriam irmãs, o desafio para que estas mulheres se esforçassem “inteligentemente” era imenso. Elas precisavam enfrentar toda a carência de recursos de seu meio para produzir a melhor mão de obra para um país que lhes atribuiu o peso da responsabilidade do sucesso, sem permitir, de fato, acesso a melhores condições de vida. Embora políticas públicas de caráter populista que estavam sendo elaboradas tivessem em vista oferecer algum direito ao trabalhador e minimizar sua situação de quase escravatura, a realidade apontava para restrições crescentes, inclusive devido à proximidade da II Guerra Mundial que já exibia suas garras e seus terríveis efeitos colaterais.

Na edição do Correio Popular de terça-feira, 12 de outubro de 1943, dois dias após o início das comemorações da Semana da Criança, na coluna Tópicos e Comentários, aparecem dois textos. O primeiro, chamado “Sem água e sem luz”, assinado por Adecastro. O segundo, “Semana da Criança – Habitações coletivas”, de autoria de Fernando M. Borges. Ambos tecem críticas contundentes que vêm ao encontro da consideração que escrevi acima.

No texto de Adecastro está exposta a situação alarmante de um cortiço situado na Rua Major Sólón, 694 (hoje, bairro do Cambuí, na região nobre de Campinas). O autor abre a coluna explicando que não é médico e nem professor e está “longe de entender e dar idéias a respeito do patriótico ‘amparo à infância’”, mas solicita que tais especialistas leiam seu texto até o fim. O cortiço é formado por oito casinhas “infetas e sujas pra dentro do mesmo portão e com o mesmo quintal, contando duas privadas e dois tanques, [onde] moram várias famílias de gente pobrezinha de verdade”. A questão é que o local, com muitas crianças de todas as idades, ficou sem água por quatro dias levando martírio aos moradores. Mas outro problema é também complexo e ainda não tinha tido solução: a falta de luz havia dois meses. As pessoas vinham usando velas de sebo a um custo de 5 centavos cada, onerando despesas e produzindo uma fumaça intoxicante. No cortiço há ligação elétrica e o preço do aluguel incluía a conta de luz. “Portanto...” acrescenta o autor, com reticências sugestivas.

E conclui com a ponta de ironia para cutucar a quem se deve: “Não seria possível, meus senhores, dar uma vista de olhos por aquelas bandas? Afinal, quem sabe, poderia bem sair daquele cortiço a criança melhor colocada no certame de puericultura. Então?”

A segunda coluna tratou sobre as habitações coletivas e a necessidade de eliminá-las, substituindo por moradias simples, mas dignas. Sugere até a formação de uma companhia construtora bem organizada que se dedicasse à construção de habitações populares. Comenta também sobre a falta de moradias para alugar de que padece a cidade e pergunta: “Todavia, quem teria coragem de falar em semelhante coisa, agora, durante esta grande guerra, e, especialmente agora depois da portaria da Caixa Econômica, proibindo as construções de modo geral?”

Prossegue, chamando a atenção dos que poderiam colaborar e propondo que ouça os interessados para que sejam tomadas providências adequadas a cada situação.

O amigo da criança, cooperando com o Departamento Nacional da Criança ou com a Legião Brasileira de Assistência, irá ao cortiço, para descobrir qual a medida mais fácil a ser tomada no sentido de proteger os menores das enfermidades e das consequências inevitáveis de certos erros morais. Ele irá com jeito, tratando com todo o carinho aquela pobre gente, que mora no cortiço, não porque queira viver assim em tamanho desconforto, mas porque não pode morar num bangalô... (...) Há muitos interessados em prestar o seu apoio às autoridades competentes para se FAÇA alguma coisa mais pelas crianças abandonadas, ou mesmo por aquelas, que tendo a companhia de seus pais, estão como que abandonadas pelo conforto, pela saúde, pela alegria, pelo saber, pela fé, por tudo quanto há de nobre e majestoso nesta vida. [Grifo do jornalista]

Incluída na agenda de eventos e comemorações da Semana da Criança de 1943, ano do décimo aniversário de Dispensário, estava a posse da Junta Municipal da Infância, em cerimônia no Teatro Municipal. Diz a nota de 17 de outubro: “De acordo com o que se viu no programa das solenidades de hoje, terá significação das expressivas, a posse da Junta Municipal da Infancia, criada há dias por portaria do dr. Perseu Leite de Barros [de julho de 1943 a maio de 1945], prefeito municipal.”

Após a crítica à pouca iniciativa ou falta de interesse do prefeito anterior (Lafayette Álvaro de Sousa Camargo), em matéria publicada no ano de 1942, só agora o então prefeito efetivou a criação da Junta que vinha sendo proposta desde 1939, por Passos Maia, diretor clínico do Dispensário. No entender do grupo proponente, a junta permitiria melhor organização e controle das ações envolvendo cuidados e atenção à infância em Campinas. Nas palavras do próprio Passos Maia, em discurso proferido durante a solenidade de encerramento da Semana da Criança de 1943 e publicado pelo Correio Popular de 17 de outubro:

A Junta ora criada, não visa interferir nem indiretamente, na vida administrativa das diferentes instituições. Por-se-á em contato com o Departamento Nacional da Criança e com o Departamento Estadual a ser brevemente criado e, recebendo as instruções e os modernos ensinamentos de Puericultura Social, procurará orientar tecnicamente, entrosar e melhorar as instituições existentes, visando alcançar para elas um máximo de eficiência, com um mínimo de dispersão de esforços.

Seguramente, as afinidades e discordâncias políticas são fator primordial para que se consiga colocar em prática ideias e concepções envolvendo instituições em uma cidade. E dirigindo-se ao Prefeito, o diretor clínico do Dispensário disse:

Senhor Prefeito Municipal.

Não será por certo uma mera coincidência, o fato de ter sido v. excia. mesmo quem, como Prefeito, presidiu a cerimônia da inauguração oficial do nosso Dispensário concedendo-nos então o primeiro auxílio municipal e hoje, no mesmo cargo que é honrado por v. excia. e ao qual vossa excia. empresta tanto brilho e operosidade, nos traz o seu decidido e generoso apoio às comemorações do 10º aniversário deste mesmo Dispensário.

Mais uma iniciativa de cunho privado, dirigida à criança carente, se organizava na cidade. Pérola Byinton, presidente da Cruzada Pró Infância de São Paulo foi uma das homenageadas na semana de festividades de 1943. A publicação de 16 de outubro no Correio Popular anunciou que esta senhora, idealizadora dos concursos de saúde infantil em São Paulo, soube que em Campinas não havia um lactário humano (banco de leite), importante para o tratamento de algumas enfermidades infantis, e ofertou os equipamentos necessários para a instalação de um. Este seria montado em caráter provisório no Dispensário da Escola Bento Quirino, mas deveria ser transferido posteriormente para o novo dispensário que seria construído no bairro do Cambuí: Dispensário da Sociedade de Assistência à Infância Nossa Senhora das Dores. Patrocinado pela entidade de mesmo nome, tinha sua construção já providenciada ao lado da respectiva igreja.

Também está anunciada na mesma matéria de 16 de outubro, a abertura da Exposição de Puericultura no salão do *foyer* do Teatro Municipal de Campinas. A seguir, uma sequência de três imagens mostra aspectos da exposição.

Figura 15



A série de três fotos a seguir exhibe diversos ângulos de uma sala de exposições montada por ocasião das festas da Semana da Criança de 1943 (23 de outubro).

É possível que o material em exibição (para venda?) tenha sido confeccionado pelas alunas dos cursos oferecidos pelo Instituto Profissional Bento Quirino (Bordados, Rendas, Confeções e Corte).

Os diferentes cartazes chamam atenção por evidenciarem não apenas relações de parceria (a Prefeitura Municipal e a Legião Brasileira de Assistência – LBA), como também os fundamentos das políticas públicas nacionais, nos setores da Educação e da Saúde, durante a era Vargas.

Identificam também quais os profissionais responsáveis pela divulgação dos cuidados com a saúde. No cartaz maior, as frases de efeito “Amparemos a infância abandonada” e “A criança de hoje será o cidadão de amanhã” trazem o alerta sobre o perigo à sociedade que um futuro delinquente poderá representar.

Do lado esquerdo do cartaz maior, lê-se, parcialmente, em placas menores: “O médico a educadora a visitadora ou a enfermeira que além da competência necessária para o cumprimento normal de suas obrigações (...)”.

Na placa menor da esquerda, com a imagem de um bebê com os braços estendidos, está escrito: “Quem cuida de mim?”

Na da direita: “A Obra do Berço (...) Liga da Ação Católica”.

Bem à frente do cartaz maior, em uma pequena mesa onde se vê garrafas de leite, funil, colheres e outros objetos, há um cartaz advertindo:

“A alimentação artificial exige cuidados especiais e só pode ser dada sob orientação médica”

Figura 16



Nesta segunda imagem da sequência, é interessante destacar:

- A placa grande no batente do lado esquerdo:

“A assistência à criança começa pelos cuidados pré-natais e se prolongam até a adolescência”,
deixando claro que não basta que se restrinjam os cuidados aos pequenos.

Os adolescentes são os adultos em formação.

- Os painéis grandes abaixo da placa descrita.

No maior, há cartazes menores, cuja leitura não foi possível. Mas há uma identificação da autoria:

“A Obra do Berço visita as crianças em suas casas e prove suas necessidades”.

O painel maior, mais ao fundo do lado esquerdo, refere-se ao Dispensário de Puericultura.

Entre uma série de fotografias (inclusive a que abre este trabalho), está a inscrição:

“O Dispensário de Puericultura difunde noções indispensáveis à conservação da saúde do bebê”.

- O cercado bem à frente na foto.

Nele estão, entre outros brinquedos, uma boneca vestida com uma roupa rica em detalhes e aplicações.

Mas o que se sobressai é o porte do corpo da boneca e as faces bem destacadas, reproduzindo o modelo considerado ideal de saúde de uma criança naquela época: robusta e bem corada.

Figura 17



Nesta fotografia, veem-se objetos diversos, dentre os quais, mesas e cadeiras em tamanho reduzido, para uso infantil.

Alunos da oficina de Marcenaria do Instituto Profissional Bento Quirino podem ter sido os responsáveis pela construção das peças.

A qualidade dos trabalhos da oficina era reconhecida na cidade e, para citar um exemplo, lá foram produzidos muitos dos componentes necessários à instalação das Lojas Americanas, em Campinas, em 1936.

Mas o que merece destaque é o cartaz colocado no alto do batente da larga porta, à direita:

“A criança abandonada é um futuro cidadão perdido para a Pátria”.

A frase cabalista evidencia uma vez mais o fato de que a sociedade deve se envolver no processo de prevenção contra aqueles que venham a ameaçar a ordem, a limpeza e a estética apregoadas e almejadas pelos dirigentes do país.

O segundo dispensário de puericultura de Campinas, cuja construção foi anunciada em outubro de 1943, ganha espaço em uma coluna chamada “A nota de hoje”, no jornal Diário do Povo de 5 de agosto de 1944. O título da nota é Proteção à Criança e foi assinada por Plínio do Amaral. O jornalista escreveu que o projeto do doutor Gabriel Porto tomou corpo pela contribuição filantrópica da Associação Beneficente Nossa Senhora das Dores, da paróquia do Cambuí e com o término da construção, representaria a célula inicial da Casa da Criança. Explicita o significado da nova instituição:

E o Posto de Puericultura não poderia deixar de receber a ajuda que merece, como órgão a que incumbe preservar a saúde da criança, protegendo-a desde antes do nascimento e acompanhando o seu desenvolvimento na época em que mais necessita de assistência médica. A difusão dos princípios da puericultura que se faz por intermédio do posto tem a mais alta finalidade social, porque é a luta contra a ignorância, as crendices e os preconceitos que causam terrível perda de vidas. E, além da parte educativa, de que necessitam pobres e ricos, auxilia também os necessitados, ajudando-os a oferecer aos seus filhos o regime alimentar correto.

O autor acrescentou que a construção do posto é apenas a primeira etapa das várias outras que se seguirão. Precisarão de mobília, equipamentos e depois, manutenção, implantação de “departamentos complementares que atenderão os diversos setores da assistência à infância, até que, com a instalação da creche, se complete a Casa da Criança.”

O colunista apela para que os órgãos públicos se façam presentes e a responsabilidade das despesas de “obra de tal vulto” não fique restrita à iniciativa privada. São chamados a participar: o Governo do Estado, o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência.

Em seguida, denunciou um problema sério que atingia o Dispensário do Bento Quirino.

E, relativamente ao Governo do Estado, não seria demais lembrar, nesta oportunidade, um outro auxílio que a criança campineira merece do sr. Interventor Federal. É a normalização do funcionamento do Dispensário de Puericultura anexo à Escola Profissional Bento Quirino que há **longos meses** não conta com assistência médica. A dispersão dos matriculados, que será fatal a continuar o atual estado das coisas, importará no risco de perder-se inteiramente o dedicado trabalho que naquela casa se desenvolveu durante dez anos seguidos. E esse é um problema cuja solução depende apenas de boa vontade. [Grifo meu]

Com isso, fica explicitada a saída do doutor Passos Maia e a não imediata substituição por outro profissional, denotando negligência considerável com o trabalho ali realizado. Entre as festividades da Semana da Criança de 1943 e esta denúncia de agosto de 1944 transcorreram dez meses.

Colada em uma folha do livro que abrigou a Coletânea de Notícias 1941-1946, havia um papel datilografado contendo um outro escrito do mesmo Plínio do Amaral, com data anterior ao da coluna citada anteriormente, 10 de junho de 1944. Na folha também estão identificados o jornal, Diário do Povo, a página (2) e a coluna (“A Nota de Hoje”).

É possível que a pessoa que arquivava os recortes tenha encontrado o jornal já em poucas condições de colar no livro e resolveu copiar a coluna para não perder o registro do texto chamado “Um médico para o dispensário de Puericultura”.

O autor faz um apanhado das funções do Dispensário e de sua relevância para a população de Campinas. Em seguida, escreve:

Com tais precedentes, é lastimável que no Dispensário tenha deixado de existir, de cerca de **seis meses** a esta parte, o serviço médico, fundamental para uma instituição dessa natureza. Semelhante situação de abandono inconcebível, já está comprometendo toda a magnífica obra ali desenvolvida, durante um decênio, pelo seu antigo diretor, o dr. Passos Maia, a quem, muito justamente se pode considerar um benemérito da infância campineira, pelo muito que fez em seu favor. Acostumadas à solícita e competente assistência que lhes era facultada pelo ilustre pediatra, as mães campineiras tinham por norma, recorrer ao Dispensário em busca de ensinamentos e de amparo à saúde dos seus filhinhos. Hoje, porém, vago como está o cargo do médico naquele estabelecimento, a sua frequência, conseguida com tantos sacrifícios, vai caindo desoladoramente. Apenas os serviços do lactário se mantêm, procurando os responsáveis, com toda a dedicação, fazer o que podem a favor das crianças levadas ao Dispensário, afim de que, pelo menos, parcialmente, se poupe à derrocada, uma instituição modelar. É inconcebível que essa situação tenha perdurado por tanto tempo, apesar dos ingentes esforços da diretoria da Escola Bento Quirino.

Plínio Amaral comentou com indignação o descaso do governo pois, ao mesmo tempo em que acabava de investir dez milhões de cruzeiros na criação de novos postos de puericultura, deixava à míngua este Dispensário, o único “que serve uma cidade como Campinas”. Finalizou o texto com apelo enfático ao Secretário da Educação, para que interferisse e evitasse a degradação do Dispensário.

Em 24 de setembro de 1944, uma publicação no Correio Popular trouxe um conjunto de informações sobre assuntos diversos (Dia da árvore, questões de

reflorestamento), entre eles “O Nosso Dispensario de Puericultura”. Os assuntos foram discutidos e registrados em ata, durante uma habitual reunião-almoço do Rotary Clube que ocorria todos os sábados no Clube Campineiro. Compondo a enorme lista de participantes estavam: Antonio Villaça (Diretor da Escola Bento Quirino), Plínio Amaral (médico que vinha escrevendo matérias sobre o dispensário para jornal), Azael Lobo, Carlos Stevenson, entre outros.

Durante sua fala, o professor Antonio Villaça “referiu-se aos preparativos da comemoração da Semana da Criança, em Campinas, particularmente sobre a situação do Dispensario de Puericultura, anexo ao Instituto Profissional Bento Quirino, do qual é diretor, e que há tempos se encontra sem um médico.” Consta que este assunto foi motivo de debates na reunião. A proposta para a solução do problema foi a de colocar um médico contratado pela Prefeitura, até que o governo do Estado apresentasse outra saída.

Em 28 de setembro de 1944, a sucursal da Folha em Campinas, anuncia que começam a ser organizadas as comemorações da Semana da Criança, promovidas pela Junta Municipal da Infância.

Adentrando o mês de outubro, no dia 5, sai uma pequena nota (na própria Folha, ao que parece) falando sobre a criação do Departamento Estadual da Criança⁴⁵, diretamente subordinado à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.

Observando a coleção de recortes deste livro de 1941 a 1946, reparei que o cuidado ao dispor e colar os jornais é menor do que o livro anterior. Os registros de data e identificação do jornal também foram feitos com menor apuro, de forma um tanto apressada talvez. Por outro lado, também foi possível notar que há recortes de outros jornais, principalmente de São Paulo, com notícias referentes a semanas da criança e outros eventos sobre puericultura, não apenas de Campinas.

Um deles, da Folha de 26 de setembro de 1944, tratou sobre uma reunião, ocorrida em São Paulo, congregando prefeitos de várias cidades do interior, inclusive Campinas, onde seriam abertos postos de puericultura. O encontro teve lugar na sede da Legião Brasileira de Assistência e foi organizado e dirigido pela senhora Lair da Costa Rego, presidente da Campanha de Redenção da Criança.

⁴⁵ Criado pelo decreto-lei nº 14.221, de 10 de outubro de 1944. Há um recorte da Folha da Manhã, de 11 de outubro de 1944, contendo o texto do decreto.

A verba de dez milhões de cruzeiros destinada ao projeto permitiria contemplar até mesmo um município como o de Guararapes, pequeno e com apenas sete anos de fundação. Não que crianças de todas as cidades do estado e do país não deveriam ser atendidas condignamente. A crítica se refere ao fato de haver dinheiro para essas novas construções e não haver o suficiente para se pagar um pediatra para atender o pioneiro Dispensário de Campinas, como Plínio Amaral discutiu em seu artigo.

Um recorte pequeno, colado isoladamente, bem no meio de uma folha da Coletânea de 1941 a 1946, vem de um jornal chamado O Município, da cidade de Americana. Em letras grandes e em negrito aparece o título da nota: “Honra ao Mérito”.

Abaixo destaco parte do texto:

Para o alto posto de médico-chefe do Dispensário de Puericultura anexo á Escola Profissional Bento Quirino de Campinas, foi nomeado o nosso conterraneo Dr. Domingos A. Boldrini [destacado em negrito e outro tipo de letra], distinto pediatra que apesar de muito jovem, vem firmando solidamente sua reputação profissional, tanto nesta cidade, como em Campinas.

O Prefeito Municipal daquela cidade, reconhecendo a capacidade e competencia do Dr. Boldrini nesse setôr da medicina, demonstrado pelo mesmo na direção dos serviços médicos dos parques infantis onde milita há mais de um ano, não trepidou em entregar-lhe a chefia da clínica do Dispensário de Puericultura, assegurando deste modo uma assistencia profícua á criança Campineira (...).

As características do médico foram colocadas em evidência pelo jornal, exaltando a conquista de um filho daquela cidade. Sem a intenção de questionar a competência do jovem médico, que depois permaneceu por bom tempo no Dispensário, fica a instigante pergunta: diante de tantos profissionais de Campinas conhecedores da instituição e colaboradores em suas atividades, por que a prefeitura teria ido buscar alguém de fora?

A resposta pode estar no fato de a prefeitura pagar um salário mais módico e um jovem aceitaria isso com mais facilidade. Afinal, a proposta oriunda daquela reunião do Rotary de se trazer um substituto, provisoriamente, às custas da prefeitura foi aceita e aplicada. Por outro lado, a saída do doutor Passos Maia, que fundou a instituição, dedicou pelo menos dez anos à frente dela, estabeleceu as bases de organização de seu funcionamento e enfrentou vários desafios, ficou bastante nebulosa, porque ele saiu e a instituição ficou quase um ano sem médico. Um homem que ali empenhou tanto esforço, abandonaria o local de trabalho, logo após vencer batalhas antigas (como a criação da Junta

Municipal da Infância)? Trazer um profissional de fora da cidade pode significar que tenha sido bem mais conveniente colocar à disposição da prefeitura alguém distante das redes de relações tão emaranhadas e repletas de conflitos envolvendo os velhos conhecidos.

O Diário do Povo apresentou, em 18 de outubro de 1944, uma reportagem grande com informações sobre as festividades da Semana da Criança em Campinas. O tema principal da matéria foi a exposição de Puericultura organizada no Teatro Municipal, a exemplo da que ocorreu no ano anterior. Mas foi comentado que, mesmo depois de um período de grande dificuldade e incertezas, o Dispensário permanecia contribuindo com as comemorações.

Em seguida, a matéria deu ênfase ao doutor Passos Maia, dizendo:

O dr. Passos Maia, fundador e diretor durante longo tempo do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Bento Quirino, foi um esclarecido pioneiro, tornando-se credor da estima e da admiração de todos os que se interessam pelo progresso da cidade e pela solução racional de todos os problemas que nos afligem.

Pela sua clarividência, entusiasmo e dedicação, quando à frente daquele Dispensário, o dr. Passos Maia tornou-se credor da admiração de todos quantos tomaram conhecimento de seus trabalhos. Isto é atestado excelente pela distinção que lhe foi conferida pelo Dispensário de Puericultura na Exposição da Semana da Criança, fazendo figurar seu retrato, numa artística homenagem, que é, ao mesmo tempo muito sincera e muito merecida.

Em 15 de outubro de 1944, o Correio Popular anuncia que a Junta Municipal da Infância de Campinas, acompanhada pelo prefeito Perseu de Barros fez uma visita, sem aviso prévio, ao Dispensário e consta que ficaram muito bem impressionados, mesmo depois da crise que a instituição vinha enfrentando. Observaram que o número de matriculados naquele momento era de trinta e três crianças e o número de mamadeiras fornecidas era de somente dezesseis – valores muito tímidos quando comparados a outros períodos (como mostra o quadro dos anos de 1933 e 1934). Foi registrado também que o novo diretor clínico, doutor Domingos Boldrini apresentou aos visitantes uma detalhada exposição dos serviços e da situação do Dispensário naquele momento.

Na Folha publicada no dia seguinte ao da visita (16 de outubro), havia solicitação urgente de verbas para que o Dispensário, em especial o Lactário, voltassem a continuar prestando serviços “a bem da coletividade”.

Pelo estado geral das coisas e diante da apenas recente contratação do pediatra, neste ano de 1944, deixou de ser realizado o concurso de saúde infantil. Os jornais chamaram atenção para a Exposição de Puericultura organizada pelo dispensário e pela escola técnica. O concurso que apareceu com destaque na Folha de 15 de outubro foi o que ocorreu em São Paulo.

O primeiro recorte do ano de 1945, 6 de maio, é uma reportagem de página inteira do Correio Popular sobre a inauguração do novo Posto de Puericultura do Cambuí. Toda uma comitiva de autoridades, a começar pelo Secretário da Educação e Saúde Pública, Sebastião Nogueira de Lima e ainda a presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) de São Paulo, Lair Costa Rego, o diretor do Departamento Estadual da Criança, doutor Dalmácio de Azevedo, o inspetor do Departamento da Criança, doutor Aldo Humberto Rizzi, entre outros. O prefeito de Campinas e outras autoridades municipais receberam o grupo que veio de São Paulo para as festividades. Segundo o jornal, quando a comitiva visitou o Dispensário da Escola Bento Quirino antes da inauguração do novo posto, foi recebida por Passos Maia.

O concurso de robustez infantil (também chamado de saúde infantil) do Dispensário, daquele ano de 1945, teve as inscrições abertas e as normas divulgadas pelos jornais. Todo o esquema de organização, agora elaborado pela Junta Municipal da Infância, manteve-se como vinha sendo adotado em anos anteriores. Incluído mais recentemente nas atividades, haveria também um concurso de monografias abordando questões da puericultura (o tema foi Alimentação) e destinado às alunas das Escolas Normais da cidade.

Um jornal novo em Campinas, A DEFESA (ano I, nº 11), publica em 28 de setembro de 1945, matéria sobre a participação do Dispensário na Semana da Criança. O conteúdo apresentando breve histórico e finalidade da instituição e suas instalações reapresenta o padrão de tantas outras publicações anteriores. Parece até que há um molde a ser seguido. No segmento que se refere à direção do Dispensário, há um comentário no mínimo curioso: “Após 10 anos de atividades, o Dr. Passos Maia **passou o cargo** de diretor clínico ao Dr. Domingos Boldrini, que com muita dedicação e competência vem desempenhando suas funções.” [Grifo meu]

Assim parece que tudo aconteceu em uma sequência tranquila com a saída de um e entrada do outro, em uma transmissão de cargos modelar. Não se toca no assunto da crise e

da falta de pediatra enfrentada pelo Dispensário. É possível que aquela homenagem ao médico Passos Maia, cujo retrato foi colocado na instituição que fundou, tenha sido uma forma de tentar minimizar o impacto do problema criado por desentendimentos que ocasionaram sua saída, explicitando reconhecimento pelos trabalhos realizados.

Em 7 de outubro de 1945, em jornal não identificado, encontra-se uma grande matéria sobre a Dispensário. Nesta não há fotografias, como em outras, muito semelhantes, anteriormente publicadas. Dividem espaço na página: um grande anúncio de medicamento (Bronchiserum, o amigo do peito), a propaganda de dois médicos (Luiz de Tella⁴⁶ e Rodolfo de Tella) que atendem no mesmo consultório e ainda uma propaganda de um negociante de móveis.

O conteúdo apresentado abrangeu um histórico do Dispensário, as atividades ali desenvolvidas, a relação entre as alunas da Escola Profissional e o Dispensário, a ideia de ampliações e informações sobre a direção dos estabelecimentos.

A respeito do projeto de ampliações, consta que:

O professor Horácio Silveira, superintendente do Ensino Profissional e um dos fundadores do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Bento Quirino, está envidando esforços, atualmente, no sentido de obter autorização para ampliações consideráveis naquele estabelecimento de assistência à infância, bem como recursos para extensão dos benefícios já concedidos à sociedade.

Quando o texto se referiu à direção do Dispensário, dedicou um parágrafo enaltecendo um dos seus fundadores, doutor Passos Maia e, depois, comentou sobre o atual, Domingos Boldrini. O diretor da Escola Profissional Bento Quirino era naquele momento, o professor Alcides Nascimento.

Na seção “A nota de Hoje” do jornal Diário do Povo, de 13 de outubro de 1945, Plínio Amaral teceu comentários sobre como compreender a Semana da Criança. Disse que muitas pessoas acham que não existem finalidades práticas na comemoração e tudo não passa de alguns dias de festas e discursos solenes, enquanto nas ruas da cidade seguem perambulando inúmeros “moleques que continuam a ser desviados para o vício e o crime”. Para o colunista, o problema é tão amplo que nem mesmo a iniciativa particular e os governos dão conta dele. Explica que a “Semana” não foi criada para se resolverem problemas sociais em sete dias e sim, para chamar atenção da opinião pública sobre a

⁴⁶ Foi prefeito de Campinas por apenas dois meses: Fevereiro e Março de 1947.

relevância da questão e “mobilizar todos os espíritos acessíveis para a grande cruzada que se exige em defesa do futuro da nacionalidade”.

Ele enumerou iniciativas dos últimos três anos, em andamento na cidade de Campinas, com o objetivo de conquistar melhorias relativas à proteção da saúde da criança: criação da Junta Municipal da Infância; instituição da “sopa escolar”, destinada a oito mil crianças das escolas primárias; ampliação do serviço municipal de assistência dentária; reforma da Creche Bento Quirino; remodelação da sociedade do antigo Abrigo de Menores, “em consequência do interesse que a Diocese tomou pela sorte dos meninos abandonados, apressando a construção do Instituto D. Néri, que dará melhor agasalho aos infelizes desprotegidos da sorte”; instalação do Posto de Puericultura do Cambuí, onde funciona o primeiro serviço de Higiene Pré-Natal em Campinas; instalação da Escola Senai; reorganização dos serviços médicos do Dispensário de Puericultura anexo à Escola Bento Quirino.

Concluiu dizendo que, se em cada cidade brasileira houvesse a mobilização que existia em Campinas, isto justificaria plenamente a Semana da Criança, quando se “multiplicam as iniciativas em prol da infância e se erigem obras duradouras, que, embora não tenham a extensão ideal, já vão se tornando uma contribuição estimável para a efetiva proteção da criança”.

Não cabe simplesmente criticar ações de entidades ou grupos que, de alguma forma, movidos por algum ideal, alguma concepção religiosa ou algum interesse, tomaram iniciativas em prol de uma questão social, como a da infância. O que se coloca em debate é o cunho moralista, controlador e compensatório imbricado em tais ações e atingindo a parcela mais exposta do problema.

A “sopa” na escola, por exemplo, é válida para saciar a fome da criança naquele momento. Em casa, provavelmente, não terá outra refeição, deficiência que se estende para os dias não letivos.

Toda a ação dos dispensários em pesar, medir, acompanhar o desenvolvimento infantil e dar receitas para alimentarem os filhos em casa ou a ensinar como construir um quarto “higiênico” parece bastante contraditória, quando se lembra que a dificuldade da família não permite que se sigam receitas, conforme apresentado anteriormente, diante da coluna jornalística que expunha os problemas de desabastecimento e de altos preços de

alimentos. Lembrando ainda que em 1945, com o fim da II Guerra, muitos pais ou jovens arrimos de família não retornaram ou o fizeram em condições muito precárias de saúde física e/ou mental.

O que acontecia com os desclassificados nos concursos de robustez? Quais críticas as mães ouviam, por não seguirem as prescrições tão bem elaboradas? Como eram tratadas as limitações daquelas famílias?

Os prêmios em dinheiro, brinquedos ou roupas eram distribuídos aos vencedores. Mas não seriam os perdedores os mais necessitados?

Outra maneira de se refletir sobre os significados que podem ter a Semana da Criança, é o interessante artigo escrito pelo médico Durval Rosa Borges⁴⁷, publicado pela Folha da Manhã de 12 de outubro de 1945, intitulado “O problema da criança no Brasil”. Ele discutiu a questão da saúde infantil, abrindo seu texto, com crítica mordaz aos eventos que se multiplicam sucessivamente e ainda nos reportam às imagens que acompanham os textos sobre as festividades, nos diversos jornais.

Ele diz que, nesta Semana da Criança, mais uma vez,

(...) as autoridades visitarão alguns centros de puericultura e hospitais infantis e farão oportunos e inspirados discursos sobre as crianças que ali se encontram em grupos mais ou menos festivos. Todos posarão para os fotógrafos, as autoridades ou seus representantes, elementos de destaque da nossa sociedade e também as criancinhas com o seu ar de inocente espanto...

Depois, passada a semana, o que deverá permanecer será o “lancinante problema médico-social no Brasil. O problema da Criança.” Explica que a questão é bastante complexa, porque a dimensão do território nacional e suas profundas desigualdades já constituem um grande desafio para se caracterizar o problema. Rosa afirma que o problema “comporta mais de uma interpretação e, portanto mais de um caminho para combatê-lo.”

⁴⁷ No artigo, logo abaixo de seu nome está escrito entre parênteses: Autor do livro Socialização da Medicina. Na década de 1940 publicou outros dois livros: Estudos sobre a Sífilis (Livraria Ateneu, 1941) e Seguro Social no Brasil (Livraria José Olympio Editora, 1948). No período de 1954 a 1963 foi assistente da cadeira de microbiologia e imunologia aplicadas da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Fonte: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/46/BIOGRAFIA-DURVAL-SARMENTO-ROSA-BORGES.pdf>>. Último acesso em: 02 dez. 2013.

Segundo o autor, se a questão fosse examinada pelo aspecto médico, os dados estatísticos poderiam auxiliar no entendimento do assunto.

Considera que à frente do problema da criança, estava a questão maternal, pois a gestante necessita de amparo e assistência durante toda a gravidez, de modo a evitar os abortamentos espontâneos, muitos deles evitáveis com um bom acompanhamento. Estes, de acordo com estudos, atingiriam a cifra de 1 milhão ao ano no Brasil. Outro dado preocupante era a quantidade de natimortos: 100 mil por ano no país. As precárias condições de vida de muitas das gestantes brasileiras que conviviam com subalimentação, sífilis e ausência de cuidados obstétricos estariam entre os fatores determinantes de tais perdas. Aliado a tudo isso ainda havia o gravíssimo quadro da mortalidade infantil que, em nosso país, estava próximo ao das regiões mais inóspitas do mundo. “Dando um trágico balanço do que perdemos em vidas por ano, alcançaremos cifras acima de 1.300.000 até um ano de idade.

Entre os que sobrevivem às etapas iniciais de desenvolvimento, a miséria que assola o país, as disenterias, as verminoses, a tuberculose, a malária se encarregam de elevar o número de mortos na população infantil. “O censo demográfico de 1940 foi, em última análise, uma triste prova dessa evasão demográfica que nos sangra todo, pois com uma natalidade elevada, esperávamos uma população de 50 milhões e o que tivemos foram apenas os magros 43 bem contadinhos.”

Durval Rosa acrescenta ainda que a população adulta é pouca e de baixa produtividade, em virtude dos problemas expostos.

Sobre o que se deveria ou se poderia fazer, o autor entende que haveria de se desenvolver um trabalho duro e muito sério por longos anos, pois as soluções diretas e imediatistas não trariam resultados satisfatórios.

Considera que as iniciativas dos centros de puericultura, ambulatórios ou hospitais para crianças que incluam as gestantes são medidas louváveis, a despeito da pouca abrangência e o fato de contemplarem alguns setores privilegiados, mesmo mobilizando recursos de todos.

Assim, os órgãos brasileiros de seguro social (Caixas e Institutos) deveriam criar regulamentos para aplicarem capital para disponibilizar benefícios. O Governo e a

iniciativa privada também teriam seu espaço. Muitas vezes, segundo Rosa, perdem-se boas ideias e boa vontade por falta de um bom planejamento.

O comentário final tratou das relações entre a Criança e a Política. “Como se poderá planejar uma grande obra assistencial (...) sem ordem política – condição inicial de prosperidade econômica e continuidade administrativa?” O povo precisa confiar nos membros do governo e não se sentir enganado. “Nossos erros políticos vêm de longe e nossos homens dirigentes seguem trilhas que o tempo condenou.”

Conforme o médico, sem as imprescindíveis mudanças:

Continuaremos com a insinceridade, com a propaganda enganosa, com os apelos ao povo puramente eleitorais, com os gastos sem finalismo social, com as soluções de continuidade, com a dispersão de esforços, com o personalismo político, com a falta de confiança, com a miséria, com a mesma mortalidade infantil e... com as Semanas da Criança!

Instituída em todo o país, a programação da Semana da Criança de Campinas, do ano de 1946, começou a ser divulgada nos jornais, trazendo um conjunto de atividades dedicadas à “criança débil-mental”.

Os demais “dias” continuam incluídos na programação: Dia da Raça, da Criança que trabalha, da Criança Asilada, do Lactente, da Criança que estuda, além do Dia das Mães e o da Elevação Espiritual (com missas na Catedral e em outras paróquias da cidade).

Os temas das palestras programadas têm, em sua maioria, abordagem relativas às deficiências infantis físicas, mentais ou morais (A criança desajustada; O problema dos menores; O problema da criança portadora de defeito físico; Higiene Mental da criança; Proteção e orientação pedagógica dos atrasados mentais) e ainda dois temas não tão diretamente relacionados ao problema das deficiências (A escola de hoje e o problema da alimentação dos escolares e A responsabilidade dos pais perante a escola).

Os avisos sobre o Concurso de Robustez daquele ano também foram devidamente anunciados em várias edições de diferentes jornais.

O jornal A Defesa, de Campinas, apresentou em outubro de 1946 uma daquelas matérias grandes, enaltecendo a Dispensário da Escola Bento Quirino. Mais uma vez, o nome de Passos Maia foi citado de maneira elogiosa pelo atual diretor, Domingos Boldrini. Ele disse que todo o sistema de organização e atendimento da instituição foi concebido por seu antecessor e que só lhe restava mantê-lo e ampliá-lo, na medida do possível.

Depois, a divulgação do número das crianças matriculadas teve o intuito de mostrar que a presença do novo pediatra já contribuiu significativamente para que o atendimento começasse a ser restaurado (após uma interrupção de quase um ano, problema este não referido na matéria).

Para se aquilatar a eficiência do Dispensário, basta saber que se acham ali atualmente matriculadas 642 crianças e desde a sua fundação passaram por fichas de matrículas, as quais estão otimamente arquivadas desde o n. 1, como podemos constatar 5.346 crianças.

Porém, evidenciava-se que o Lactário enfrentava dificuldades:

O Lactário acha-se em franco funcionamento diário, com fornecimento de mamadeiras para 25 crianças. O número poderá parecer pequeno, como realmente é, mas é o permitido pelas possibilidades econômicas da instalação e representa a quantidade de leite custeada pelo Departamento da Criança, seu fornecedor. Em uma instituição de tão avantajadas proporções, é lamentável que isso suceda. Foi o ponto fraco na nossa visita.

Os dados sobre o lactário foram mesmo bastante estarecedores. Basta comparar com a tabela que consta dos relatórios de 1933 e 1934. No início do funcionamento do Dispensário, em agosto de 1933, eram fornecidas 1.225 mamadeiras (frascos). Mesmo com pequenas flutuações no período de um ano, chegou-se a 8.125 frascos em julho de 1934. Portanto, 25 mamadeiras é uma quantidade irrisória e não representa de forma alguma, “franco funcionamento diário”. As tais possibilidades econômicas tornaram-se verdadeira impossibilidade. Por que a verba destinada pelo Departamento da Criança era tão exígua? Por que ignorar uma instituição que já vinha de longa data apresentando um trabalho largamente reconhecido e contando com equipamentos adequados e com profissionais preparados para a tarefa?

O terreno das contradições ganha ainda mais vulto, quando se lê o título bem evidenciado da publicação “A nutrição é a vida”, elaborado pelo Serviço de Divulgação do Departamento Estadual da Criança. O jornal não está identificado e a data é 12 de outubro de 1946.

O corpo do texto é precedido da seguinte frase de efeito: “A criança depende da alimentação mais do que qualquer outro ser humano; depende da alimentação como uma planta depende do sol e da água para viver”. Discorre sobre a necessidade de uma boa

alimentação, tanto na idade pré-escolar, como na etapa seguinte, acompanhada da máxima do homem de amanhã: “Será preciso notar que a criança é o material, que mais tarde constituirá o trabalhador do campo, o cientista, o intelectual, enfim, o cidadão do futuro.”

Continua afirmando que a alimentação sempre representou um fator cercado de dificuldades e que estas eram ainda maiores naquele momento. E então, caberia aos poderes públicos, por meio de seus órgãos competentes, orientar como a população pode aproveitar melhor seus recursos para elaborar um cardápio diário. Então, diante da premissa de que “plantando é que se obtém a alimentação correta”, foi sugerido que se estimule o cultivo de hortas caseiras e escolares, de onde sairia, legumes e verduras frescas, plenas de vitaminas.

Além da agricultura caseira, o texto sugere que se criem determinados tipos de animais. Crianças e adultos deveriam se mobilizar para cultivar e cuidar das tais hortas, pois as pessoas precisariam se conscientizar da importância da boa nutrição e da vantagem do aproveitamento de seus quintais. E finaliza, de forma apoteótica: “A nutrição é a vida. A boa alimentação é a vida melhorada, é a saúde no lar, é a beleza das crianças, é a satisfação das mestras e dos alunos, é a alegria dos pais. É para o Brasil, um penhor de grandeza e progresso.”

As 13 normas da alimentação do escolar

(Serviço de Divulgação do Departamento Estadual da Criança)

Aumentar nas crianças escolares, a capacidade de aprender, é uma dentre as várias finalidades da boa alimentação.

Isso somente poderá ser assegurado si tivermos presentes as normas da alimentação do escolar:

1 – Incluir, nas refeições habituais, alimentos de origem animal e vegetal, não repetindo todos os dias os mesmos pratos. Na escola não se aprende sempre a mesma coisa: na mesa não se deve também comer sempre a mesma coisa.

2 – Efetuar as refeições em horas rigorosamente certas, nada comendo entre uma refeição e outra. Variar o horário das refeições significa desorganizar uma função importantíssima – a digestão – e tem como resultado o mau aproveitamento dos alimentos.

3 – Realizar diariamente a merenda escolar. A merenda organizada adequadamente, representa um enriquecimento precioso à alimentação de casa.

4 – Beber leite todos os dias, pois o leite é um alimento que não deve faltar nunca a mesa do escolar. Pelo menos ½ litro por dia, quer no copo, ao fim das refeições, quer no preparo de mingaus, pirões e outros pratos.

5 – Comer um ovo pelo menos 3 vezes por semana, se não for possível comer todos os dias. Os ovos não são apenas gostosos: são uteis.

6 – Comer carne diariamente. A carne fornece elementos de primeira qualidade para a formação do corpo e uma das melhores maneiras de servi-la é sob a forma de bife grelhado, meio crú.

7 – Garantir uma boa quota de vitamina A. – que entre outras funções benéficas controla o crescimento do escolar e lhe dá bons olhos para bem estudar. Existe no agrião, alface, cenoura, espinafre, castanha do Pará, fígado, rins, miolos, óleo de fígado de cação, etc.

8 – Garantir uma boa quota de tiamina (vitamina B1) – que defende o apetite, favorece a boa digestão e protege o sistema nervoso. Existe no espinafre, no repolho, no apim, nas vagens, no tomate, aveia, milho, centeio, etc.

9 – Garantir uma boa quota de ácido ascórbico (vitamina C) – que defende contra várias doenças e protege o sangue, os dentes, os vasos sanguíneos. Ela existe no caju, no mamão, na laranja, na goiaba, no limão, na tangerina, uva, pera, alface, agrião, tomate, etc.

10 – Garantir uma boa quota de cálcio – ele fornece um arcabouço ósseo desenvolvido e bem feito, bons dentes, ossos fortes, boa saúde, bom crescimento. Existe no queijo, no leite, no caruru, couve, alface, chicória, etc.

11 – Garantir uma boa taxa de ferro – ele impede a anemia e dá boas cores, sangue rico ao escolar. Existe no tomate, espinafre, chicória, ovos, carne, fígado, na rapadura, etc.

12 – Eliminar as balas e os bombons, nocivos quase sempre, que ocupam, no estomago um lugar que deverá estar sempre reservado aos alimentos protetores.

13 – Amar o sol, os esportes, a educação física – que completam a ação dos alimentos e ajudados pela higiene preparam o corpo para plenitude da vida adulta.

Assim fazendo poderemos pretender:

“Dar ao País um povo forte, resistente à fadiga apto ao trabalho e ao progresso”.

Para Donzelot (1986), diante do crescente desenvolvimento industrial, o Estado acaba por controlar a população tanto sob o aspecto demográfico, quanto político, de modo a atingir seu propósito de progresso. No caso das famílias pobres, o controle se faz para precaver as inconvenientes consequências políticas desencadeadas pela miséria.

Em seu estudo sobre o Departamento Nacional da Criança, Gustamara Vieira (VIEIRA, s/d)⁴⁸ aponta que:

Através dos seus organismos educacionais e sanitários, o Estado começa a dividir com a sociedade o dever de criar hábitos sadios na população, de combater desvios morais e sociais, de promover a higidez dos indivíduos e de garantir a virtude da raça. Para isso, difunde, nas rádios, no jornais e no ambiente escolar, os princípios de eugenia e, como alvo principal de sua atuação, coloca a educação adequada das crianças e de suas mães.

A Educação e a Saúde agem como veículos de controle, regulação, integração e adaptação das crianças, futuras operárias, às mudanças e às novas formas de sociedade que se procura construir no Brasil.

(...) o DNCr procura corporificar essas ações estruturando políticas de combate à mortalidade infantil, de amparo pré-natal à mães, de formação e conscientização dos bons preceitos morais e higiênicos. (VIEIRA, s/d, p.6).

De qualquer forma, é difícil conter a indignação, quando se constata a distância incomensurável entre as espetaculares sugestões do Departamento da Criança e a realidade cruel enfrentada por crianças e suas famílias ou por crianças sem família, no campo ou na cidade, sobreviventes das causas medonhas que vinham mantendo as taxas de mortalidade infantil no país, tão absurdas e vergonhosas. Bastava-lhes terem feito hortas e criado galinhas, que não estariam na situação de miséria em que se encontravam. Foi porque mestras não queriam ver seus alunos dispostos e aptos para o estudo e muito menos os pais queriam seus filhos alegres. Preferiram o oposto. Talvez aquelas famílias moradoras no cortiço do bairro do Cambuí, em Campinas, que ficaram sem água por vários dias e sem luz por vários meses não tenham tido ideia de plantar seu próprio alimento no quintal fétido onde precisavam morar.

⁴⁸ O documento eletrônico não tem data definida, porém a autora informa que o trabalho é derivado de sua dissertação de Mestrado, defendida em maio de 2003.

E ainda, de acordo com o que sugeriam as orientações de texto do Departamento Estadual da Criança, aqueles matriculados no Dispensário deveriam levar, então, o leite obtido em sua propriedade para que se fizessem outras tantas mamadeiras, além das vinte e cinco possíveis naquele momento, por falta da matéria prima fornecida pelo órgão público.

E prosseguiram “com muita animação” as diversas festividades da Semana da Criança em 1946. Dentro da programação, estavam agendadas atividades nos dois Dispensários: o anexo à Escola Bento Quirino e o do Cambuí. Tratada com destaque pelo jornal (não identificado), a visita ao Berçário da Maternidade de Campinas, promovida pela Associação de Damas do Rotary, “foi uma magnífica manifestação de solidariedade humana”. Durante a cerimônia foram distribuídas roupas e alimentos e depois foi apresentada uma preleção educativa, em conformidade com o que as políticas públicas em Saúde e Educação apregoavam na época.

O encerramento solene da Semana aconteceu no Salão Nobre da Escola Bento Quirino, com a entrega dos prêmios aos vencedores do Concurso de Robustez, contando com presença do prefeito⁴⁹, de diversas autoridades, dos diretores da Escola Bento Quirino e do Dispensário, de representantes das entidades envolvidas nas festas e outros convidados. A Nestlé patrocinou prêmios aos três ganhadores da 1ª série (seis meses a um ano), respectivamente: 200, 150 e 100 cruzeiros. As crianças da 2ª série (mais de um ano a três anos) receberam prêmios doados pela Associação do Instituto Profissional Bento Quirino, de valores idênticos aos entregues aos bebês. A Nestlé também enviou “finíssimos caramelos e outros produtos de sua fabricação para serem doados aos participantes e distribuídos à assistência.”

Dois aspectos a se comentar: o local do encerramento voltou a ser o Salão Nobre da escola profissional e não o Teatro Municipal, o que indica a sensível redução de público. A Nestlé ampliou ainda mais o espaço de sua presença em um evento dessa natureza, oferecendo prêmios e produtos, como forma de propaganda.

Uma nota de poucos centímetros em jornal não identificado, com data de 29 de dezembro de 1946 aparece fechando o conjunto de recortes deste ano. O recorte foi colado isoladamente, no meio da página e de forma inclinada.

⁴⁹ O prefeito era Joaquim de Castro Tibiriçá, que governou de outubro de 1945 a dezembro de 1946.

Ela anuncia o Natal das crianças do Lactário do Dispensário, com a distribuição de lembranças. Convida as mães para comparecerem no local, às nove horas do dia 31 do mês para buscar o presente exclusivo aos atendidos no lactário e não a todos os matriculados no Dispensário. Assim é finalizada: “As lembranças constarão de brinquedos e de pacotes de aveia e cangica, **valiosa contribuição do Departamento Nacional da Criança**. [Grifo meu] E aí fica registrada mais uma daquelas ações de caráter compensatório voltada para a população carente de postos de trabalho, de salários dignos e de condições concretas de alimentar sua família.

Não foram encontrados recortes entre os anos de 1947 até 1953. O recorte temporal da pesquisa refere-se às décadas de 1930 e 1940.

Na Coletânea 1941-1946 há recortes até o ano de 1969, mas estes últimos traziam matérias ou notas sobre uma ou outra questão de saúde não apenas a infantil: a segunda dose da vacina Sabin; relaxamento (higiene mental) para reaprender a dormir bem. Também havia algo sobre questões educacionais: a desobediência infantil; como lidar com a “criança ressentida”; problemas psicológicos da educação infantil; sobre conferência⁵⁰ cujo tema foi “A educação da criança é uma questão de fé”.

Conforme comentário anterior, o cuidado com os registros foi sendo reduzido, talvez porque a pessoa encarregada da tarefa de arquivar o material jornalístico não visse a necessidade dos detalhes, inclusive da sequência cronológica. Com isso, datas e/ou nome do jornal referente às matérias ficaram perdidos em vários dos recortes. Os últimos, em pequeno número, da década de 1960, pareciam ter sido colados ali, por falta de lugar melhor ou para aproveitar folhas do livro.

Contudo, alguns poucos recortes de jornais de 1953 e 1956 revelaram algumas pistas do que foi acontecendo à instituição nos anos subsequentes.

As edições do Correio Popular de 17 e 21 de outubro de 1953 trouxeram informações sobre a Semana da Criança, festividades que, como sempre se anunciava, eram coroadas de pleno êxito. Em 1953 eram comemorados os 20 anos do Dispensário (aquele “benemérito Departamento de Assistência à Infância”).

⁵⁰ O evento ocorreu no auditório da Folha, em São Paulo, portanto, a notícia deve ter saído neste mesmo jornal, que não estava identificado. Deduzi que o ano era 1964, em função de informações sobre mercado agrícola, no verso da reportagem,

Presidindo a solenidade de encerramento da Semana da Criança, premiando os vencedores do Concurso de Robustez Infantil estavam alguns nomes novos e outros bem conhecidos de eventos anteriores: Antônio Mendonça de Barros, prefeito municipal; Otacílio Vilela, diretor da Escola Industrial; José Passos Maia, médico-chefe do Posto de Puericultura do Cambuí; Milton Telosa, delegado de ensino; João Auricchio, médico representante do Centro de Saúde; Geraldo Lemos Cruz, especialmente enviado pela Companhia de Produtos Nestlé. A equipe do Dispensário: Domingos Boldrini, diretor clínico; Joanina Seixas Martinelli e Antonieta Oliveira Vilela, educadoras sanitárias, Gioconda Fernandes Fazio, dietista e Maria Aparecida Siqueira Chaib, assistente social. Compareceram ainda as auxiliares do Posto do Cambuí, entre outros. Note-se que Passos Maia passou a chefiar o novo posto de Campinas. A equipe do Dispensário ganhou a colaboração de uma nova profissional: a assistente social.

Foi registrado pela reportagem que o prefeito, convidado a abrir a cerimônia, passou a palavra ao doutor Passos Maia, responsável pela direção daquele Dispensário por dez anos. Este fez referência elogiosa ao professor José Minervino, ex-diretor da Escola Bento Quirino e dedicado colaborador das causas do Dispensário.

A entrega de prêmios seguiu ritual semelhante ao de dezenove anos atrás. Os três primeiros colocados receberam prêmios de 300, 250 e 200 cruzeiros, respectivamente. Os da série 1, doados pela Escola Bento Quirino e os da série 2, por diferentes empresas da cidade. As menções honrosas ficaram por conta da Nestlé. Neste concurso, o estúdio Eurydes foi o responsável pelas fotografias das crianças participantes.

Em 2 de junho de 1955, o Correio Popular publica uma notícia bem impactante, bem no alto da página 6: “Na iminência de fechar o Pôsto de Puericultura anexo à Escola Industrial “Bento Quirino”. Acima da manchete, do lado esquerdo, está escrito: “Uma ameaça ao setor da assistência ao lactante”. Logo abaixo da chamada principal, os tópicos do conteúdo da matéria: “A remoção de funcionários pelo govêrno do Estado põe em perigo uma importante obra de assistência – Levem-se os anéis, mas que não se levem também os dedos... – Apêlo à Diretoria Geral do Departamento da Criança”

Ao abrir o texto, o autor escreve palavras de apoio às ações contentoras do governo, afirmando que toda a população do Estado de São Paulo vinha testemunhando o imenso esforço para reduzir despesas, eliminar supérfluos, descartando apadrinhados políticos, e

evitar desperdícios. “Nenhum adversário tem logrado atingir a honorabilidade da atual administração⁵¹. E no capítulo das compressões de despesas, nada mesmo tem sido possível levantar contra o critério hoje firmemente levado à prática por ela”.

No subitem intitulado “Levem-se os anéis, mas não se levem também os dedos...”, o autor alerta para que se evitassem exageros que incorressem em graves prejuízos à população, mesmo acreditando na lisura da administração da época: “não há dúvida de que o atual regime possui os unânimes louvores de quantos viviam indignados pela onda corruptora que engolia todos os recursos de nossos cofres públicos.”

E apresenta a denúncia sobre a situação do Posto de Puericultura da Escola Bento Quirino: “Devido à remoção de funcionários, aquele Pôsto, que tão largos e permanentes benefícios presta à população pobre da cidade, está na iminência de fechar as suas portas, - isto depois de vinte e dois anos de útil cooperação da Secretaria de Saúde na obra assistencial que ali se realiza.”

Crítica o fato de este tipo de economia ir de encontro à própria função social e assistencial do Estado, além de lesar profundamente a população, ou seja, descartarem os anéis e os dedos. Em seguida, o texto reproduz o **telegrama** que o presidente da Fundação Instituto Profissional Bento Quirino remeteu para o Diretor Geral do Departamento da Criança: “Remoção funcionários Posto Puericultura anexo Escola Industrial Bento Quirino funcionando há vinte e dois anos cooperação Secretarias Educação e Saúde causou profunda consternação população de Campinas. Pedimos V. Excia. revogação ato para evitar grandes prejuízos à infância desta terra com fechamento referido Pôsto”.

O apelo surtiu efeito porque algum tempo depois, o jornal A Gazeta anunciou que a fase difícil de falta de recursos financeiros do Dispensário estava sendo superada, graças ao empenho da diretoria da Escola. Teria início uma nova etapa de ampla atividade, em virtude do aumento da dotação do governo estadual e do recebimento de enorme estoque de leite em pó, fornecido pelo Departamento da Criança. Esclareceu também que todas as subvenções da prefeitura municipal tinham sido quitadas, normalizando grande parte dos serviços do Dispensário. Os atendidos pelo Lactário passariam ao número de trinta e os da seção de leite em pó, seriam agora cinquenta (sem dar referência dos números anteriores).

O quadro de funcionários de Dispensário apresentou modificações e, segundo a

⁵¹ Jânio da Silva Quadros – governou de Janeiro de 1955 a Janeiro de 1959.

matéria, estava assim constituído: José França Rodrigues, médico e diretor clínico; Joanina Seixas Martinelli, educadora sanitária, encarregada geral e orientadora dos trabalhos de higiene infantil, pré-escolar e escolar; Lucinda Valverde Queiroz de Barros, nutricionista e diretora do Lactário; Helena Lúcia Rizzi De Genova, assistente social; Gioconda Fernandes Sampaio, auxiliar de enfermagem.

Quanto à participação de diferentes profissionais no Dispensário, acrescento aqui um aparte sobre cada uma dessas três novas profissões, nutricionista, assistente social e auxiliar de enfermagem com breves informações sobre seu surgimento frente às novas demandas do mercado de trabalho da época. Note-se que a criação dos diferentes cursos é quase concomitante.

Em 24 de outubro de 1939, foi criado o primeiro curso de Nutrição do Brasil, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com duração de um ano, ministrado em tempo integral, dividido em quatro períodos. Em 1966, o período para a conclusão passou para três anos. Em 1972, o Ministério da Educação estabeleceu que tais cursos teriam a duração de quatro anos, divididos em oito semestres⁵².

A Igreja Católica, respondeu à questão social através das primeiras organizações, dentre estas, destacam-se, segundo Ana Maria R. Estevão (1999), a Associação de Senhoras Católicas (Rio de Janeiro – 1920); e a Liga das Senhoras Católicas (São Paulo – 1923), que executavam a tarefa de socializar o proletariado no capitalismo.

São as Ligas das Senhoras Católicas, em São Paulo, e a Associação das Senhoras Brasileiras, no Rio, que vão assumir a educação social dos trabalhadores urbanos brasileiros, dentro de uma perspectiva de assistência preventiva e do apostolado social (ESTEVÃO, 1999, p. 46).

Em 1936, foi fundada a escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do gênero no Brasil que, como era de se esperar, liga-se à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ESTEVÃO, 1999, p. 47).

De 1940 a 1956, foram criados 43 cursos de Auxiliares de Enfermagem. A ampliação do mercado de trabalho para a enfermagem, além de fazer crescer as escolas de enfermagem e de auxiliares, fez com que crescesse a população de enfermagem, de tal modo que o exercício da profissão precisou ser regulamentado novamente, o que ocorreu

⁵² Fonte: <<http://www.cfn.org.br>>. Último acesso em: 03.04.2014.

através da Lei nº 2.604/5521. Essa Lei reconhece oficialmente, pela primeira vez, o Auxiliar de Enfermagem como componente da equipe de enfermagem (COFEN, 1985). O exercício da Enfermagem nas Instituições de Saúde do Brasil, 1982/1983. Rio de Janeiro, 1985. 2 v.)

O jornal A Gazeta, de São Paulo, datado de 12 de dezembro de 1955, exibiu em sua página 28, um reportagem de página inteira, sob o título “A Escola Industrial “Bento Quirino” de Campinas”. Acima do título, no canto esquerdo, lê-se: “Estabelecimento Modelo no gênero”. Os tópicos da reportagem, abaixo do título são: “Desde 1942 equiparada às Escolas Federais. Principal objetivo: instruir a mocidade pobre no terreno da técnica. Frequentam os diversos cursos ali mantidos, no corrente ano, 420 alunos. Montada na própria Escola uma plaina limadora⁵³. Na direção do estabelecimento o prof. Rubens de Faria e Souza, recentemente removido de Jundiaí para Campinas.

Antecedendo o texto, foram dispostas quatro fotografias, arrumadas duas a duas. Acima e à esquerda, a fachada da Escola. Ao lado, imagem de uma das oficinas onde se veem cinco homens: um de terno, dois com avental branco e um com avental mais escuro, cinza, talvez. Abaixo, no mesmo alinhamento, duas fotografias: à esquerda, na cozinha do Dispensário, onde estão seis mulheres em atividade, com roupas e toucas brancas e um pouco atrás, aparecem dois homens de terno, observando os trabalhos. A outra imagem, mostra duas mulheres sentadas uma ao lado da outra, de frente para uma mesa, onde está uma balança. A imagem sugere que a mulher da direita pesa as crianças que chegam e a outra mulher anota os dados. Do lado oposto da mesa, há uma fila com seis mulheres, cada uma acompanhando uma criança, que será pesada. Ao fundo, no centro da foto, há um homem de terno. Talvez seja o diretor da escola. Esta é uma dependência do então chamado Posto de Puericultura. A condição precária deste recorte não permitiu que as fotografias fossem reproduzidas aqui.

A reportagem apresentou uma preleção histórica sobre a instituição em foco. Descreveu inclusive as alterações ocorridas entre os responsáveis por sua manutenção: a Associação Bento Quirino, de cunho particular, e que, depois de 1927, passou às mãos do

⁵³ O **aplainamento** é uma operação de **usinagem** que utiliza uma plaina, equipamento que corta o material usando uma ferramenta de corte com movimentos de alternativos montada sobre um torpedo. Sua principal função é remover irregularidades da superfície plana. Na plaina limadora é a ferramenta que faz o curso de corte e a peça tem apenas pequenos avanços transversais.

Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Aplainamento>>. Último acesso em: 05 fev. 2014.

governo do Estado⁵⁴. Mais tarde, em 1942, foi equiparada às escolas técnicas federais e passou a ser chamada Escola Industrial Bento Quirino. O texto prossegue, informando que seu primeiro diretor foi o professor José Minervino e também sobre os diversos cursos oferecidos em três períodos⁵⁵. Acrescenta comentário sobre a alta qualidade da escola, que conta com excelentes professores e mestres de ofício, mas deixa claro que o público alvo é a população pobre.

Lembrando que a reportagem jornalística foi publicada em 1955, são oportunas as palavras do Professor Osmar Salles de Figueiredo (o segundo diretor do Colégio Técnico da Unicamp), pois ajudam a esclarecer a afirmativa acima, a respeito do público alvo da Escola Técnica, conforme as políticas públicas educacionais em vigor naquela ocasião:

[O Ensino Profissional] era para sujar as mãos e o outro era para colarinho branco. A Constituição de 46 estabeleceu em um de seus itens, essa possibilidade do ensino prático-teórico, teórico-prático. Mas a Lei ficou 15 anos no Senado e só foi aprovada em 1961 — que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Foi aí que se instituiu o Ensino Industrial como elemento ao lado do ensino de Letras e Humanidades, que era a tradição brasileira. (PROF.OSMAR, entrevista em CRUZ, 2008, p. 157)

Um tópico curto tratou dos outros serviços ali existentes: um refeitório para os alunos que moram longe, sob orientação e controle do Serviço Médico do Ensino Profissional; um “moderno Serviço Dentário Escolar e um posto de Puericultura e Lactário, sob a orientação do Departamento Estadual da Criança.”

Para encerrar a reportagem sobre aquela que é “sem dúvida, uma das maiores e bem aparelhadas [escolas profissionais] do governo do Estado”, há informação sobre o nomes

⁵⁴ Para mais informações sobre a Escola Profissional Bento Quirino, ver: CRUZ, 2008.

⁵⁵ Cursos para mulheres: Corte e Costura e Educação Doméstica. Para homens: Mecânica de Máquinas, Fundição, Serralheria, Marcenaria, Tornearia e Entalhação. Conta ainda com um curso de Maestria, com duração de seis anos. No período noturno, havia cursos de aperfeiçoamento para adultos e Desenho Arquitetônico. Estava nos planos incluir neste período noturno um curso de Pintura para ambos os sexos e um Curso Rápido de Arte Culinária. Durante o governo de Lucas Nogueira Garcez, a Escola Industrial foi transformada em Escola Técnica, pela Lei 1154 de 25/06/51.

do atual diretor, professor Rubens de Faria Souza e do vice-diretor, professor Décio do Nascimento.

Pequena nota do Correio Popular de 25 de março de 1956 divulga palestras sobre Educação Sanitária e Poliomielite. As educadoras sanitárias Dulce Pires de Camargo (que atuou no Dispensário Bento Quirino), Amélia Correia e Maria do Carmo Andrade iriam apresentar os temas em algumas entidades: Parque Infantil do Cambuí, Escola da Sociedade Amiga dos Pobres; Parque Infantil da Vila Industrial e Grupo Escolar Cristiano Woltari. No Bento Quirino, a própria educadora sanitária da casa, Joanina Martinelli faria palestras educativas sobre os mesmos temas.

Observa-se que a metodologia de se educar a população carente permanece praticamente sem alterações desde a década de 1920. Ganham força outros problemas de saúde, como a poliomielite, mas os causadores da alta mortalidade infantil continuam sendo os distúrbios gastrintestinais, provocando diarreias e fatais desidratações.

A última divulgação encontrada nas Coletâneas de Notícias que se referiu ao Dispensário data de 04 de outubro de 1956. Trata-se de um Concurso de Robustez Infantil, promovido pelo jornal Diário do Povo. Foi o pediatra Domingos Boldrini (coordenador do certame) quem deu informações sobre os critérios do concurso. Como novidade está o fato de este ser um evento englobando outros postos, além do Bento Quirino. “Serão registradas as crianças [dez de cada posto] indicadas pelos seguintes postos de puericultura: Bento Quirino, São Roque, Dom Barreto, Nossa Senhora das Dôres, num total de quarenta crianças.” As inscrições deveriam ser feitas na sede do jornal e todas as crianças passariam, como sempre, pela avaliação de dois pediatras e um ortopedista. A entrega dos prêmios estava prevista para o dia 14 de outubro, no Ginásio do Clube Regatas.

Não havia outras notícias sobre as festividades ao longo de toda a Semana. O espaço utilizado para esta divulgação era bem reduzido em relação aos outros anos.

No conjunto de recortes de jornal que constituíram as Coletâneas de Notícias do Dispensário de Puericultura Bento Quirino, o tema predominante foi o dos concursos de robustez infantil. Durante um longo tempo, pelo menos entre 1934 (quando se registou o primeiro) e 1956 (o último registro encontrado), a divulgação era ampla e efetuada pelos meios de comunicação comuns na época: os jornais e o rádio⁵⁶. Segundo os registros

⁵⁶ Em 11 de novembro de 1933, foi registrada a primeira concessão de rádio de Campinas: PRC-9 Sociedade

encontrados, não aconteceram concursos em 1939, pelos conflitos que levaram à falta de pediatra e de atendimento e em 1941, muito provavelmente por carência de recursos.

A autora Jane Soares de Almeida (2007) estudando um concurso de robustez ocorrido em 1928, na cidade de São Paulo, trouxe contribuições interessantes para se compreender evento dessa natureza no cenário da época.

Ela comenta que as diferentes atribuições para homens e mulheres remontam desde a antiguidade. O espaço doméstico seria o lugar da permanência eterna para elas e efêmero para eles. Desse modo,

No plano simbólico, a imagem feminina sempre foi associada ao cuidado, à maternagem e ao desprendimento. No campo da religiosidade, o catolicismo foi emblemático ao imbricar com a figura feminina os contornos sacralizados da aproximação com o arquétipo da Virgem. Nessa visão, não desprovida de objetivos socioculturais, a imagem materna aglutina o duplo simbolismo da mulher-mãe. Essa imagética tem o poder de transitar no mundo social, e sua duplicidade incorpora a figura redentora, mantenedora, transmissora e veiculadora da moralidade, unificadora da família, disseminadora, no ambiente sagrado do lar, dos hábitos e costumes de uma sociedade que se quer sadia, educada e organizada. Como instituição normatizadora e disciplinadora de corpos e almas, a Igreja católica associou a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora, principalmente a prostituída seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira é o espírito e a santidade, a segunda é carnal e pecadora, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo (ALMEIDA, 2007, p. 159).

Margareth Rago (1984, p. 119) explica que vinham sendo propagados, desde a metade do século XIX, conceitos referentes à missão sagrada da mulher e à sua vocação natural à procriação e à maternidade. Diversos estudos e teses de doutoramento na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tratavam do tema. O objetivo era o de construir argumentos, principalmente os de caráter moralista, para convencer a mulher sobre “um novo modelo normativo de feminidade”, ao qual ela deveria se adaptar.

A mesma autora agrega outra consideração importante:

Rádio Educadora de Campinas, com a frequência de 1170 Khz. De acordo com pesquisa apresentada ao GT 5 - História da Mídia Sonora, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Cíee, São Paulo, 2007, por Ivete Cardoso do Carmo Roldão, Exceto esta, da PRC-9, em 1933, obtida por Antônio Tepedino Pagano, que era apenas um técnico apaixonado pelo rádio, as outras quatro foram obtidas por políticos ligados ao presidente da República ou ao partido em exercício. Fonte: <<http://goo.gl/xBjcuH>>. Último acesso em: 02 fev. 2014.

Para fundamentar a divulgação do mito do amor materno e do novo modelo feminino no Brasil, o poder médico busca respaldo no conceito da nova mulher definido, entre outros, pelo teórico iluminista francês, Jean-Jacques Rousseau. "Un inconvénient qui devrait ôter à toute femme sensible le courage de faire nourrir son enfant par une autre, c'est celui de partager de droit de mère ou plutôt de l'aliéner"⁵⁷. Buscava-se assim, endereçar à mulher um discurso filosófico que falava a linguagem da felicidade, do amor e da igualdade ao defender os cuidados que ela deveria ter com a criança, procurando convencê-la das vantagens do aleitamento natural e de sua missão como mãe (RAGO, 1984, p.126).

Por conseguinte, prossegue Rago, "Não amamentar e não ser esposa e mãe significaria desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo em que prejudicaria o futuro da nação" (Idem, p.127).

Nas décadas de 1920 e 1930, o movimento higienista incorporou tais concepções médicas e também as do campo da religiosidade e atribuiu às mulheres toda a responsabilidade pela criação e saúde dos filhos e, portanto, pelo futuro da nação.

Analisando a associação entre médicos e famílias francesas, Donzelot (1986, p. 25) a interpretou como tendo dupla vantagem. Isto porque a autoridade do médico, graças às ações da mãe, passou a se sobrepor à "hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica." Tal aliança foi tão significativa que chegou a "abalar a autoridade paterna, a partir do final do século XVIII". A mulher teve, portanto, uma elevação em seu status social, atuando como mãe e educadora auxiliar do médico.

Nas palavras de Maria Martha de Luna Freire (2009):

Uniam-se (...) em torno de um eixo comum: a valorização da infância como futuro da nação e a eleição da ciência como caminho para a construção da nacionalidade. Ao lado da proposição de medidas de proteção à gestação e ao parto, emergiu um movimento que preconizava a necessidade urgente e imperiosa de educação das mulheres para o exercício da maternidade. (...) esse movimento – caracterizado pela convergência identitária entre saúde, educação e nação – envolveu o conjunto da intelectualidade urbana em sua auto atribuída missão de guia para a modernidade e o progresso (FREIRE, 2009, p. 19).

No Brasil, Moncorvo Filho foi um precursor de ações que teriam por finalidade combater o "problema da infância" tendo por base medidas higienizadoras, que deveriam

⁵⁷ Tradução livre: "Uma dificuldade que deveria suprimir de toda mulher sensível a coragem de deixar nutrir seu filho por outra é a de compartilhar com ela seu direito de mãe ou, acima de tudo, o de abandoná-lo."

abranger tanto a assistência materno-infantil, quanto a educação das mulheres, principalmente as mais desfavorecidas economicamente.

Sobre a intencional educação da mulher para que ela viesse a exercer (bem) seu papel, Freire (2009) assinalou que:

A higienização da maternidade, ao agregar um atributo inato a socialmente valorizada dimensão de ciência, elevava-a a novo patamar, conferindo distinção tanto aos médicos que a supervisionaram quanto às mães que a praticavam. Assim qualificada, a maternidade científica não seria, portanto, acessível a qualquer mulher, mas apenas àquelas “capazes” e preparadas (FREIRE, 2009, p. 248).

A pesquisadora também comentou sobre o significado da maternidade científica para as mulheres das classes média e alta urbanas. Segundo ela, “o acesso ao espaço socialmente reconhecido da ciência – até então de domínio quase exclusivamente masculino –, constituiu caminho potencial de inserção no espaço público – via filantropia ou trabalho profissional, ou mesmo através de práticas de consumo” (p. 246). E conclui:

Assim, em que pese à sua complexidade, a relação entre médicos e mulheres das classes média e alta urbanas na década de 1920, mais que exclusivamente de poder e dominação, constituiu-se em aliança e parceria, resultando na formação de dois novos tipos sociais – a mãe moderna e o médico puericultor (FREIRE, 2009, p. 249).

A respeito da origem de competições que premiariam as mulheres que incorporassem da maneira mais eficaz a “educação” recebida, Margareth Rago (1984) esclarece:

O discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir “cientificamente” a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos. Além das teses publicadas e das campanhas empreendidas por higienistas, assistentes sociais, pedagogos e pediatras, o Dr. Moncorvo Filho imagina a realização de um concurso que funcionaria como incentivo às mães pobres para amamentarem seus próprios filhos, cumprindo então o papel social que a sociedade burguesa lhes destinou. Em 1902, este médico, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, instituiu o “Concurso de Robustez” (RAGO, 1984, p. 124).

No que se refere aos concursos de robustez, os médicos que atuavam nas primeiras décadas dos anos de 1930 entendiam que, para se lutar contra as doenças que se proliferavam por causa da falta de conhecimento sobre hábitos higiênicos e atingir o saneamento de corpos e de famílias, o melhor caminho a seguir seria “motivar, convencer e

premiar”. Criar eventos repletos de atrações e discursos imponentes, sob os auspícios dos meios de comunicação poderia, seguramente, mobilizar e atrair a atenção do povo. (ALMEIDA, 2007).

O concurso que serviu de base para o trabalho de Jane Almeida teve lugar em 25 de janeiro de 1928 e contou com o apoio da Revista “Brasil de Amanhã”, cujos textos de divulgação reafirmavam os preceitos cientificistas de urgente necessidade de se formar a consciência sanitária, por intermédio da instrução à mães. E o espaço mais adequado para que as instruções fossem ministradas seria o centro de saúde, onde atuavam as educadoras sanitárias, transmissoras de todo o conhecimento sobre higiene que estivesse disponível.

A rotina do concurso para crianças de um a três anos, devidamente matriculadas nos Centros de Saúde há, no mínimo três meses, era dada por etapas que envolviam inscrição e avaliação de condições de saúde. Todos os candidatos receberiam certificados de robustez infantil (equivalente às menções honrosas dos concursos do Dispensário) e os quatro primeiros colocados teriam seus prêmios em dinheiro (400, 200 e 100 mil réis, respectivamente). Distribuía também dois prêmios por assiduidade e fotografias para cada contemplado. Além disso, o jornal A Gazeta oferecia medalha de ouro ao primeiro classificado (ALMEIDA, 2007).

O sexo e a cor da criança não eram impedimentos para a inscrição no concurso de São Paulo, acima citado. Não deveria ser gorda, mas robusta. A esse respeito, as considerações tecidas pela pesquisadora coincidem com o que encontrei nos arquivos sobre o Dispensário:

(...) nas fotos estampadas na revista com as crianças selecionadas para participar do concurso, há bebês brancos e negros, há meninos e meninas de cabelos louros, pele clara e olhos azuis, denunciando sua origem europeia, e há meninos negros e mulatos, resultantes da exuberante miscigenação racial do País desde os primeiros tempos da colonização. A diversidade populacional não permitiria divisões étnicas no concurso – asseguravam seus organizadores –, e a condição precípua de participar estava na boa saúde, na robustez, o patrimônio biológico que a Nação queria fortalecer (ALMEIDA, 2007, p. 167).

No caso do concurso do Bento Quirino, é interessante a entrevista do médico Eduardo de Almeida ao jornal Diário do Povo de 04 de agosto de 1934, quando discutia as características que os inscritos deveriam apresentar e criticava os quesitos adotados pelo

jornal patrocinador do evento, o primeiro em Campinas, um ano depois da inauguração do Dispensário. Disse o entrevistado:

Nos moldes actuaes das coisas pediátricas, a belleza infantil do ponto de vista eugênico (que é o que unicamente deve interessar) é uma realidade quasi material, que até certo ponto, se méde e se pésa, de acordo com normas conhecidas e reconhecidas como as menos precarias. Adoptando como único criterio indispensavel para concorrer a relação entre o pêso e a idade, escolheu o seu jornal [Diário do Povo] um fundamento fragil para o que hoje se tem em mira, uma vez que hoje ninguém mais se esforça para cevar crianças. É mesmo geralmente sabido, que aqueles “encantos do quarteirão”, meninos sempre exageradamente gordos, muitas vezes francamente obésos e não raro inveja de todas as mães, não correspondem aos aneios da moderna pediatria e estão inteiramente fora das cogitações de qualquer sensato, interessado em puericultura. Por isso é que acho que não foram as melhores diretivas escolhidas. Melhor seria, si se desse ao seu empreendimento uma orientação mais moderna, o que quer dizer mais scientifica. Para tanto seria preciso exigir que o candidato apresentasse como condições indispensáveis (...) dados não só da boa relação entre idade e o peso, mas tambem de um desenvolvimento physico razoavel, de par com o progresso nervoso conveniente. Bem se vê que não é coisa para ser decidida por leigos, em votação popular; mas somente por técnicos no assunto, o qual realmente não é acessível para se aprender por simples intuição.

A declaração do clínico Eduardo de Almeida evidencia que o saber médico era o único a ser levado em conta em um processo envolvendo a área da saúde. A questão da obesidade indesejável teve como parâmetro os moldes da eugenia, que fundamentava a “moderna pediatria”. Isto porque a eugenia era entendida como a ciência dedicada à saúde e ao melhoramento da raça humana, assim como à reprodução e às condições mais favoráveis para que ela ocorresse, gerando bons frutos.

A pesquisadora Jane Almeida explica o conceito de robustez discutido pelo médico:

A robustez infantil é apresentada, no sentido médico, com todos os caracteres de vitalidade equilibrada, funções harmônicas e órgãos perfeitos. Não é a gordura, como pensam os leigos, desconhecedores das práticas higiênicas, que é representada por uma distrofia farinácea com excesso de tecido adiposo; isso é anti-higiênico, pois predis põe ao desequilíbrio das funções internas e contribui para males de saúde. A criança paulista deve ser a mais robusta, mais sadia, rica e feliz. Para isso é necessária a parceria feliz e benéfica das mães, das professoras, das educadoras sanitárias, dos médicos, dos intelectuais, unidos todos numa cruzada patriótica em defesa da raça e da Pátria (ALMEIDA, 2007, p. 168).

A título de esclarecimento, o Diário do Povo publicou uma nota logo abaixo da entrevista citada. Dizia que o concurso não seria decidido por leigos e sim, por uma

comissão de médicos, os quais levariam em conta outros fatores e não somente a relação entre a idade e o peso. O médico entrevistado foi um dos que constituiu a comissão.

A questão diretamente associada aos concursos de robustez é a preparação do corpo daquele que será o futuro trabalhador. O concurso buscava um padrão de corpo que, sendo mantido ao longo do desenvolvimento da criança, poderia vir a garantir o adulto desejado para a nação.

Alcir Lenharo (1986), quando discute o processo de Sacralização da Política, convida a reflexões para que se compreendam as relações de poder que tinham na metáfora do corpo, a base para o disciplinamento da população no período dos anos de 1930.

Diz o autor:

De volta aos anos 30, é preciso observar como um amplo projeto de reordenamento da sociedade – o corporativismo – se apoia inteiramente na imagem da organicidade do corpo humano. As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o relacionamento dos órgãos do corpo humano: integralmente e sem contradições. O objetivo do projeto, portanto, visava neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidárias umas com as outras. Ao lado dessa referência, uma outra também ganha ressonância: toda uma pedagogia do corpo foi sendo detalhada, de modo a colonizá-lo para a produtividade do trabalho. O que mais choca é o endereçamento religioso que esse tratamento recebe. Modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário. (...) A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas (LENHARO, 1986, p. 18).

O autor também evidencia o fato de não ser desprovido de intencionalidade o lançamento de várias publicações abordando saúde, higiene e educação física, no fim da década de 1930. “Médicos, educadores, engenheiros, professores” em conjunto com “o exército, a Igreja, a escola e os hospitais” tinham suas atenções direcionadas para o corpo, “pensado como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano”. O corpo é um transmissor de moralidade. “Só o corpo convenientemente educado favorece o desenvolvimento do espírito” (p.77).

Lenharo assinala ainda que, segundo os preceitos da época, a higiene da raça dependeria de se construir corpos fortes e dóceis em indivíduos submissos, produtivos, disciplinados e despolitizados.

Pontualmente, registrou-se a preocupação com o corpo enquanto instrumento de trabalho (...) o cuidado com a militarização do corpo que trabalha constitui o eixo das preocupações daqueles que desejavam a própria corporização da ordem social (...).

Particularmente, transformar o trabalhador em soldado do trabalho atendia aos objetivos de ampliação da produtividade (Idem, p. 83).

E a exemplo do que os jornais de Campinas exibiram até o final da década de 1950, divulgando sobre concursos, prêmios, vencedores (e outros nem tanto), Jane Almeida disse:

Os concursos de robustez infantil se tornariam extremamente concorridos durante algum tempo no território paulista e seriam imitados em outros Estados. Filhos e mães cuidadosas seriam premiados e teriam suas fotos estampadas nos diários que circulavam na capital paulista e, acima de tudo, eram exemplos a serem imitados. Não importava se a capital ainda convivia com a Roda dos Expostos, com a infância depauperada, com as epidemias e a mortalidade, principalmente entre os imigrantes pobres e a população negra. Por algum tempo se acalmariam os ânimos perante algum novo surto de febre, gripe ou cólera, e a opinião pública se emocionaria com tantas amenidades e promessas que se consolidariam num hipotético futuro. Outros concursos viriam, novos sonhos seriam edificados sobre as ilusões da República, e seus ideais de igualdade e democracia a iluminar o País no alvissareiro futuro em devir. E como sustentáculo dessa apoteose, a escola, templo do saber e da higiene, seria a panaceia para todos os males, em cujo esplendor a República seria consolidada e o Brasil triunfaria como Nação (ALMEIDA, 2007, p.169).

A partir das considerações trazidas pelos diferentes autores consultados a respeito das questões relacionadas ao corpo, à higiene da raça e dos critérios utilizados nos concursos de robustez infantil, foi possível notar certo silenciamento no que se refere à raça negra.

No caso deste estudo, as fotografias a que tivemos acesso não exibiam crianças negras conquistando os primeiros lugares nos concursos do Dispensário anexo à Escola Profissional Bento Quirino.

Nos exemplos apresentados pela imprensa escrita da época, nos quais as condições precárias da população da cidade de Campinas foram mais expostas (a prisão como recurso para controlar a crescente mendicância [p.41] e o cortiço abandonado na rua Major Sólón [p.141]) não foi feita alusão ao fato de estas pessoas serem brancas, negras ou de qualquer outra etnia.

Deixo aqui um convite à reflexão:

Os referidos silêncios, tanto na literatura quanto nesta investigação, permitiriam inferir que tais práticas estivessem relacionadas com a ideologia do processo de branqueamento da raça, apregoado pelas políticas públicas de educação e saúde daquele momento histórico?

PARTE III – MEMÓRIA FOTOGRÁFICA: ENCANTAMENTOS E QUESTIONAMENTOS

Diante do acervo de imagens que localizei no Centro de Memória da ETE Bento Quirino, optei por selecionar parte delas e apresentá-las neste segmento do trabalho. Encontrei assim, uma forma de fazê-las presentes, acompanhadas de comentários que possibilitem ao leitor alguma pista do(s) significado(s) que tiveram no momento em que foram elaboradas e depois, quando seguiram seus destinos. Desse modo, procurei escolher aquelas que tivessem maior qualidade de conservação.

Busquei o auxílio de estudiosos que procuraram discutir e esclarecer o papel da fotografia na construção do conhecimento histórico, assim como alertar para que o pesquisador não se deixe enlevar apenas pelo encantamento que uma imagem possa despertar e não venha a relegar para plano menor a análise das condições e dos interesses segundo os quais foi produzida.

O pesquisador Boris Kossoy (2001), em sua obra *Fotografia e História*, ao mesmo tempo em que apresenta discussões sobre a história da fotografia, também suscita reflexões sobre a utilização da fotografia na história.

O mundo tornou-se de certa forma “familiar” após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica (p. 26).

E continua, afirmando:

A descoberta da fotografia propiciaria, de outra parte, a inusitada possibilidade de autoconhecimento e recordação, de criação artística (e portanto de ampliação dos horizontes da arte), de documentação testemunhal (melhor dizendo, sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências). Justamente em função deste último aspecto ela se constituiria em arma temível, passível de toda sorte de manipulações, na medida em que os receptores nela viam, apenas, “a expressão da verdade”, posto que resultante da “imparcialidade” da objetiva fotográfica. A história contudo, ganhava um novo documento: uma verdadeira revolução estava a caminho (p.27). [Grifos originais do texto]

Meneses (2003) comenta sobre “as vantagens que poderiam beneficiar o conhecimento histórico, se a atenção dos historiadores se deslocasse do campo das fontes

visuais para o da visualidade como objeto detentor, ele também, de historicidade e como plataforma estratégica de elevado interesse cognitivo” (p. 11).

O autor também acrescenta:

o próprio projeto de pesquisa deve estabelecer uma relação dialética permanente entre documentos e problemática histórica, mas ao cabo é esta última que deve predominar [...] As imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas – já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas – com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. É necessário tomar a imagem como um enunciado, que só se aprende na fala, em situação (MENESES, 2003, p. 28).

Recorro mais uma vez a Gisèle Freund (1974) e seu trabalho em que discute o papel social da fotografia. A autora narra uma experiência que fez para dar subsídios à afirmação de que “Il suffit souvent de peu de choses pour donner à des fotos un sens diamétralement opposé à l’intention du reporter” (p. 154).⁵⁸ Conta que⁵⁹ no período que antecedeu a (Segunda) Guerra, a negociação de títulos da Bolsa de Paris acontecia ao ar livre. Decidiu então fazer uma série de fotografias de determinado corretor, cuja fisionomia variava entre sorridente e angustiada e que, enxugando o rosto redondo, exortava as pessoas com gestos largos. Enviou as fotos a diversos jornais europeus, com um título comum: “Instantâneos da Bolsa de Paris”. Algum tempo depois, qual não foi seu espanto, ao receber recortes de um jornal belga que publicara suas fotos sob a seguinte manchete: “Alta na Bolsa de Paris, as ações alcançaram um preço fabuloso.” Ela comenta que graças à legenda engenhosa, sua pequena e inocente reportagem adquiriu o sentido de um acontecimento financeiro. O espanto foi ainda mais intenso, quando dias mais tarde, ela encontrou as mesmas fotos em um jornal alemão, com a legenda: “Pânico na Bolsa de Paris, colapso nas fortunas, milhares de pessoas arruinadas” (p. 154-155).

As palavras de Meneses (2003, p. 29) corroboram as considerações de Freund:

Vivemos a imagem em nosso cotidiano, em várias dimensões, usos e funções. O emprego de imagens como fonte de informação é apenas um dentre tantos (inclusive simultaneamente a outros) e não altera a natureza da coisa, mas se realiza

⁵⁸ “Não raro, bastam poucas coisas para dar a fotos um sentido diametralmente oposto à intenção do repórter”. Tradução livre feita por mim.

⁵⁹ O texto original está escrito em 1ª pessoa do singular, pois a autora descreve sua ação. Elaborei uma tradução livre, descrevendo o que a autora narrou.

efetivamente em situações culturais específicas, entre várias outras. A mesma imagem, portanto, pode reciclar-se, assumir vários papéis, ressemantizar-se e produzir efeitos diversos.

As constatações descritas por Freund também me levaram de volta a Kossoy (2001), quando ele nos adverte para o fato de que em toda fotografia há uma trajetória a ser lembrada. O pesquisador demarca três estágios, a saber: a intenção que motivou o fotógrafo; o registro da imagem propriamente dito e as trilhas que a foto percorreu. Pelos caminhos – de porta-retratos a álbuns, passando pelas mãos dos que a contemplaram, porões e sótãos, ou ainda gavetas, acervos (como as que constam neste trabalho) – as fotografias devem ter provocado diversos tipos de emoções, como as vivenciadas por mim, quando abri gavetas e álbuns do acervo da Escola Técnica Bento Quirino e me vi extasiada diante daquelas histórias de vida e daqueles momentos que estavam ali perpetuados.

Além de seu valor estético, as fotografias têm portanto, um propósito, uma finalidade documental, um valor iconográfico. Mas o fotógrafo age como um filtro cultural, ou seja, deposita em seu registro uma determinada visão de mundo, seus valores, sua sensibilidade. “Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho” (KOSSOY, 2001, p. 50).

Em seus “Ensaio sobre a Fotografia”, Susan Sontag (1981) também tece apreciações a respeito da cautela a ser tomada por aquele que utiliza imagens. Em suas palavras:

A humanidade permanece irremediavelmente presa dentro da caverna de Platão, regalando-se ainda, como é seu velho hábito, com meras imagens da realidade (p. 3).

A fotografia fornece provas. Determinada coisa de que ouvimos falar, mas que nos suscita dúvidas parece-nos comprovada quando dela vemos uma fotografia (p. 5).

A fotografia pode constituir perfeitamente a prova irrefutável de que certo evento ocorreu. A fotografia pode distorcer – mas sempre permanece a suposição de que algo semelhante ao que mostra a fotografia existe ou existiu (p. 6).

Tudo que a programação realista da fotografia efetivamente implica é a crença de que a realidade está escondida. E o que está escondido deve ser descoberto. O que quer que a câmera registre é uma revelação – seja uma coisa imperceptível, partes fugazes do movimento, uma ordem que a visão natural é incapaz de perceber ou uma ‘realidade engrandecida’ (expressão de Moholy-Nagy) ou simplesmente uma maneira elíptica de ver as coisas (p. 116).

Portanto, as imagens a seguir são provenientes do acervo do Centro de Memória da ETE Bento Quirino. Algumas são fotografias avulsas, sem dados de identificação. Outras estão fixadas em álbum, não havendo possibilidade de se verificar alguma informação no verso.

A seleção dos locais onde as fotografias foram tomadas e cada enquadramento deixam subentendidos recortes e ocultações intencionais, planejados. Há uma narrativa visual em cada imagem capaz de propagar conceitos, valores estéticos e modos de vida, ainda que fundamentados na ilusão das aparências.

Figura 18



Esta imagem visual foi publicada no Correio Popular, em 12/10/1937.
A espaçosa escada serve de palco para a tradicional fotografia com os candidatos do Concurso de Robustez Infantil.

Comparando com outras fotos no mesmo local, pode-se observar que as pessoas foram acomodadas a partir do segundo lance de degraus e não preenchendo toda a escadaria. As crianças estão todas vestidas e pode-se ver, à direita, sentado no terceiro degrau, um homem segurando uma criança no colo, sendo que as demais crianças estão acompanhadas por mulheres apenas.

Na porta do meio, há uma menina (a segunda pessoa da esquerda para a direita) que está uniformizada.

Naquela época, a militarização da juventude fazia parte das políticas públicas de educação e as escolas técnicas apresentavam os chamados bandeirantes técnicos em desfiles cívicos e outras ocasiões festivas.

Figura 19



Cena de um desfile dos Bandeirantes Técnicos.

O Instituto Profissional Bento Quirino, criado com a finalidade de ministrar cursos técnicos para meninos pobres, foi inaugurado em 1918, sob a égide republicana da educação para o trabalho.

Durante a era Vargas, o processo de disciplinarização dos alunos abrangia não apenas as atitudes em sala de aula (ou oficinas), mas também manifestações de civismo e amor à pátria.

Sob a supervisão da Superintendência do Ensino Profissional, várias escolas técnicas formaram uma Organização dos Bandeirantes, que objetivava disseminar um conteúdo político e ideológico, modelando um tipo de cidadão de acordo com os interesses vigentes.

É interessante observar também a plateia que acompanhava o desfile: compartilhando o espaço da rua, homens vestidos com rigor e meninos descalços.

Figura 20



Entre várias fotografias avulsas e algumas repetidas, esta tem a data e o estúdio registrados: 23/10/1943. Estúdio Eurydes.

(Tomei uma das repetidas para exibir os dados da imagem marcados no verso)

O evento de comemoração do Dia das Crianças aconteceu no então Teatro Municipal de Campinas, conforme reportagem de jornal encontrada na Coletânea de Notícias de 1941 a 1946.

O espaço físico disponível na escola não era suficiente para abrigar as pessoas.

Figura 21



Neste ano de 1943, comemorou-se os dez anos de fundação do Dispensário. Embora esteja registrado nas duas fotos relativas ao evento, a data de 23/10/1943, no jornal (não identificado) estava escrita a mão a data de 19/10/1943. Porém, ao iniciar a cerimônia, o Tenente Joaquim de Almeida Grellet, oficial de gabinete do Prefeito disse: “Aos 17 dias do mês de outubro de 1943 (...)”. As solenidades incluíram a posse da Junta Municipal da Infância. “A mesa, instalada no palco, foi presidida pelo Dr. Perseu Leite de Barros, Prefeito Municipal, (...) a seu lado o prof. Antonio Villaça, diretor da E. Profissional Bento Quirino, e ainda (...) d. Francisquinha Leite de Barros, presidente da Legião Brasileira de Assistência; d. Elza Camargo Penicado, presidente das Damas Rotárias; dr. Renato Pereira, representante do diretor geral do Departamento de Saúde; prof. Milton de Tolosa, delegado regional do Ensino; sr. Adalberto Maia, presidente da Sociedade “Bento Quirino”. (...) os membros da Junta municipal da Infância, dd. Camila N. Omégna (?), Elvira Maia Penido Sales, d. Nair Valente Cunha e os drs. Passos Maia. Gabriel Porto, Roldão de Toledo e Plínio do Amaral.”

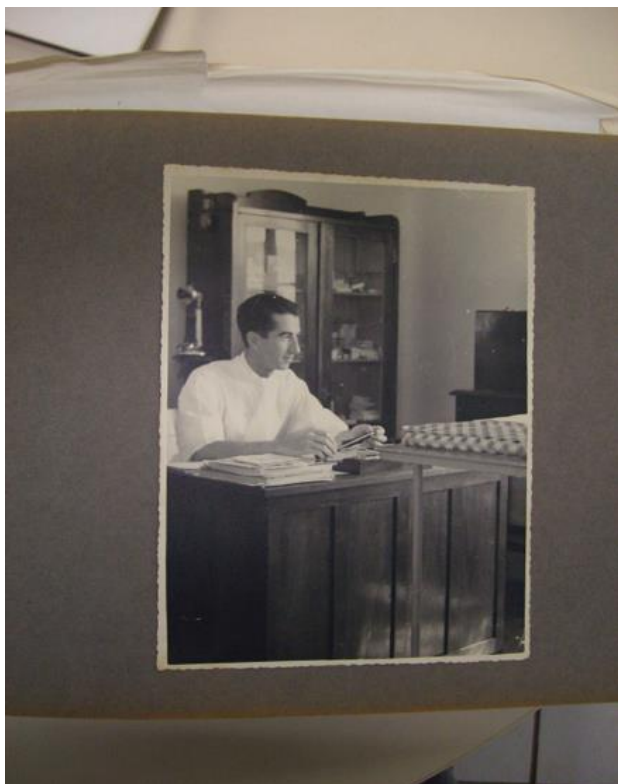
Figura 22



Foto avulsa e sem data, na qual se vê uma sala de espera no Dispensário. Chama a atenção a presença de dois homens com crianças no colo, o que era incomum, uma vez que a responsabilidade de criar e cuidar dos filhos era designada à mãe. É possível que esta fotografia tenha sido feita em um momento que precedeu a avaliação médica para o Concurso de Robustez, reunindo um número significativo de crianças de faixa etária similar. Predominam bebês com menos de um ano, uma das categorias dos concursos.

Das imagens visuais encontradas nos arquivos, poucas foram produzidas na parte interna do Dispensário (em geral nas escadas externas) e nesta é possível visualizar as linhas arquitetônicas do neoclássico de Ramos de Azevedo, arquiteto e engenheiro responsável pela construção do edifício no início dos anos de 1910, cumprindo o testamento de Bento Quirino, cujo desejo era que ali fosse erguida uma escola profissional para meninos pobres.

Figura 23



A sala de atendimento do Dr. Domingos Boldrini, com mobiliário, telefone, maca para apoio da criança consultada.

Nas imagens abaixo, mulher com um bebê que deverá ser atendido pelo médico.

A sequência parece ter sido produzida para divulgação das atividades do Dispensário.

Não há data ou identificação do autor das fotos

Figura 24



A fotografia tirada no interior de uma sala do Dispensário não exibe a data, mas traz um carimbo de identificação do estúdio responsável pela produção (Foto Studio Ricardo).

A foto posada sugere o objetivo de mostrar a equipe relacionada ao atendimento das crianças e as condições em que isso acontece.

As cores claras do vestuário das pessoas e das dependências remetem à higiene preconizada em ambientes saudáveis.

Figura 25



Imagem que data possivelmente de 1942.

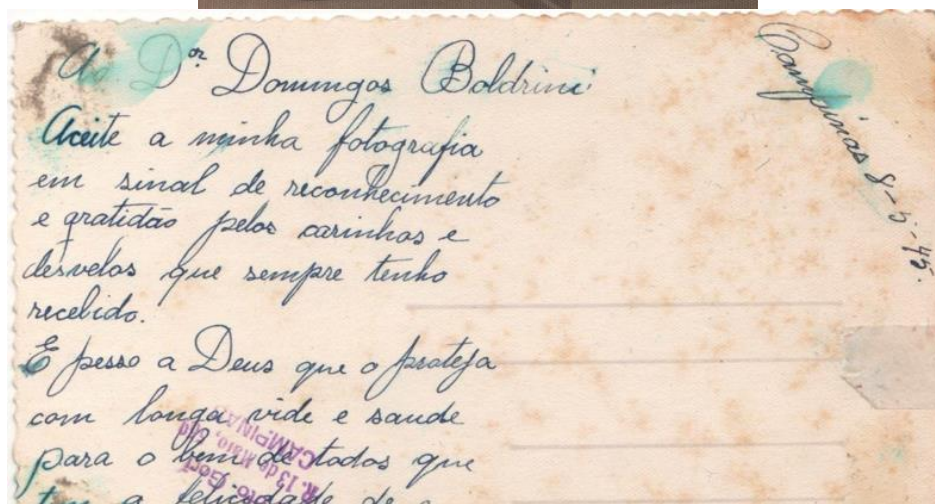
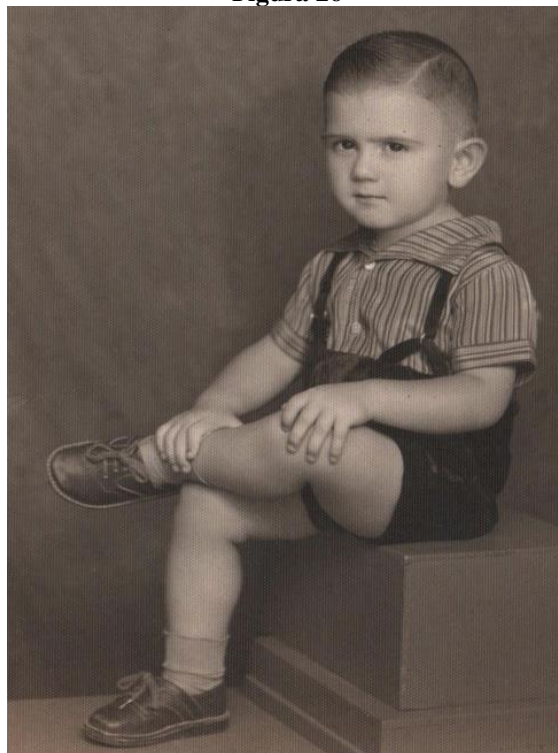
Reunidas na escadaria da entrada principal do Instituto Profissional Bento Quirino, moças uniformizadas.

Devem ser alunas dos cursos profissionalizantes endereçados à formação de futuras mães e esposas.

Em todos os cursos diurnos havia disciplinas como Economia Doméstica, Higiene, Puericultura, entre outras.

Nos cursos noturnos eram ministradas apenas as oficinas referentes ao respectivo curso (Chapéus, Bordados, Confecções e Corte).

Figura 26



A fotografia oferecida ao médico como forma de agradecimento.

Além das palavras, a pose e a fisionomia do menino revelam seu estado de saúde.

Robusto, bem vestido, bem penteado, sentado de maneira bastante disciplinada, sugerindo a boa educação. Em atitude pouco provável para uma criança de pouca idade, parece um homenzinho, exibindo expressão de seriedade.

Cabe ainda uma observação: em 08 de Maio de 1945 foi declarado o fim da II Guerra Mundial.

Figura 27



Aqui a vencedora do Concurso, em outra categoria (2ª série), já no início da década de 1950 (25 de outubro de 1952).

Diferente da menina da categoria até 1 ano de idade, fotografada nua, Elizabeth está muito bem vestida e penteada, além de exibir um sorriso.

Brincos, correntinha com berloque, pulseira e um grande laço de fita (usual na época) complementam o traje.

Embora tênue, ainda é possível identificar a procedência da foto no carimbo:
Estúdio Eurydes.

Figura 28



A fotografia é de 22 de outubro de 1953 e a data foi identificada pelos dados do verso.

Na Coletânea de Notícias, não havia reportagem na qual esta e a foto seguinte estivessem incluídas.

São os vinte anos do Dispensário e a festa do Dia da Criança retorna ao salão nobre da Escola Profissional, indicando a dimensão menor do evento, embora o espaço esteja lotado. Mães, pais, avós ocupam as cadeiras e ainda há várias pessoas em pé.

Há um ar de descontração, sorrisos e animação no ambiente.

Figura 29



À mesa, durante a solenidade de encerramento da Semana da Criança de 1953, estão presentes, segundo matéria no Correio Popular:

Antônio Mendonça de Barros, prefeito municipal; Otacílio Vilela, diretor da Escola Industrial; José Passos Maia, médico-chefe do Posto de Puericultura do Cambuí; Milton Telosa, delegado de ensino; João Auricchio, médico representante do Centro de Saúde; Geraldo Lemos Cruz, especialmente enviado pela Companhia de Produtos Nestlé.

A equipe do Dispensário: Domingos Boldrini, diretor clínico; Joanina Seixas Martinelli e Antonieta Oliveira Vilela, educadoras sanitárias, Gioconda Fernandes Fazio, dietista e Maria Aparecida Siqueira Chaib, assistente social.

Não foi possível identificar com segurança cada um dos componentes do grupo, mas o Dr. Boldrini parece ser o homem mais alto, em pé, do lado esquerdo.

PARTE IV – O DISPENSÁRIO DESATIVADO: O FIM DE UM SERVIÇO DE SAÚDE

Quando uma nova instituição pública é concebida e o projeto consegue se concretizar há um sem número de convergências, discrepâncias, acordos questionáveis, conflitos, brigas políticas, jogos de interesses, trapaças – algumas evidenciadas e outras escondidas durante o processo. Os fatores são múltiplos e estão atrelados a condições econômicas, sociais, históricas, geográficas, climáticas, culturais e este trabalho apresentou alguns exemplos.

O mesmo ocorre durante as desativações. Nesta etapa final do pesquisa, trouxe duas situações que, isoladas não explicam ou justificam o encerramento das atividades do Dispensário, mas se integradas a outros fatores podem contribuir para o entendimento do processo.

Primeira situação: As questões profissionais⁶⁰

A primeira se refere a embates entre grupos profissionais da área da saúde, como o caso das educadoras sanitárias e das enfermeiras.

Buscando compreender a ação desta primeira categoria, foram encontradas pistas que conduziram aos caminhos relacionados à história da Enfermagem no Brasil. As educadoras sanitárias desempenharam função de destaque na área da saúde pública, em um momento no qual o número de enfermeiras era muito reduzido, frente à demanda no país.

Procurei colocar em discussão os motivos para que fosse criado o Curso de Educadoras Sanitárias, em 1925, e a posterior e gradativa substituição dessas profissionais por enfermeiras, cujo primeiro curso, em São Paulo, data de 1942.

As preocupações com a higiene pública e medicalização dos espaços urbanos no Brasil remontam ao início do século XIX, quando a Família Real Portuguesa aqui chegou. O pesquisador Everardo Nunes (1989, p. 114) explica que, com a fundação da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia, em 1829, na cidade do Rio de Janeiro, teve início a chamada medicina social no país. Entre os objetivos da instituição estavam: implantar a

⁶⁰ Este trecho da tese foi apresentado no IV Simpósio Iberoamericano de Historia de la Enfermería, II Internacional de Historia del Cuidado y la Enfermería y III Nacional de Historia del Cuidado y la Enfermería en México, ocorrido na Cidade do México em outubro de 2013, sob o título de “Las Enfermeras y Las Educadoras Sanitarias: La Atención a Los Niños en los Años 1930 y 1940”.

educação física para crianças, coibir sepultamentos em igrejas e denunciar a carência de hospitais para o atendimento da população.

Cabe lembrar Foucault⁶¹, quando ele apresentou reflexões sobre a medicina social, área que ganhou destaque na França no século XVIII. Segundo o autor, ao longo do processo de urbanização das cidades, além da profilaxia do espaço urbano, considerado foco de doenças, também era necessária a higienização de corpos.

No Brasil, no início da década de 1910, quando as teorias eugenistas⁶² começavam a aflorar, as atividades dos médicos higienistas já exibiam preocupações para com as características do trabalhador – que deveria ser disciplinado e saudável – e com o melhoramento da raça, a ser desenvolvido o mais precocemente possível, por meio de cuidados com a saúde da criança, entre outras prescrições⁶³.

Ao mesmo tempo em que a economia baseada na cafeicultura tomava vulto – entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX – algumas iniciativas voltadas à atenção à infância começaram a surgir, como por exemplo, a criação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, em 1882, onde funcionava um consultório para atendimento de crianças. Ali também foram ministrados os primeiros cursos sobre doenças infantis, pelo médico Carlos Artur Moncorvo de Figueiredo (NOVAES, 1979).

Os especialistas que trabalhavam naquele período entendiam ainda que as crianças em idade escolar poderiam ser excelentes propagadoras de bons hábitos de higiene e de alimentação.

As palavras abaixo foram proferidas por José Lopes da Silva Trovão (MONCORVO FILHO, 1927, pp. 128-131)⁶⁴, formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Tornou-se depois diplomata e foi eleito deputado federal e, posteriormente, senador da República entre 1895 e 1902. Em um dos seus discursos no Senado, é possível observar a visibilidade que a infância adquiriu na ocasião:

(...) senhores, como recurso supremo, eu me volto para a infância – os pequeninos de hoje que serão os grandes de amanhã; é nela que ponho as esperanças da grandeza do atual regime pela regeneração da pátria.

⁶⁴ Discurso proferido por Lopes Trovão no dia 11 de setembro de 1896 no Senado Federal, Rio de Janeiro.

(...) Temos uma pátria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer... e para empreender essa tarefa, que elemento mais dúctil e moldável a trabalhar do que a infância?

Portanto, palestras instrutivas e encontros realizados com as mães representariam, no entender dos profissionais de saúde pública da época, o melhor caminho para se garantir um futuro mais saudável para a nação, constituindo uma preocupação com o binômio mãe-filho

As mulheres, consideradas as responsáveis por todos os cuidados do lar, se estivessem bem instruídas, poderiam garantir também a saúde do marido. O homem era o trabalhador, incumbido do sustento da família e deveria se manter sem doenças ou vícios. Ivonete Pereira (2006) assim comenta o fato:

Sobre a mulher recai a responsabilidade de um futuro promissor da nação, não apenas por suas funções geratrizes, mas também por ser ela o primeiro "agente" protetor e educativo da criança. Na medida em que crescia a responsabilidade da mulher em relação a quantidade e qualidade das pessoas que deveriam constituir o povo da nação moderna e civilizada que se almejava, era reforçada a imagem da maternidade como destino feminino; fato que justificava ações repressivas e profiláticas sobre as mulheres que não desempenhavam a contento suas funções de progenitoras, mãe e educadoras dos futuros cidadãos do país.

E nos dizeres de Jane Almeida:

Para atingir o objetivo do progresso biológico defendido pela higiene e pela eugenia, estava explícita e latente a ideia de que educando a mãe nos modernos preceitos de preservação da saúde se poderia amparar a criança para que tivesse mocidade robusta, preparando a Nação para ser forte e vitoriosa. A mãe é a figura central no processo da higiene da infância; de nada valeriam os cuidados médicos e a boa alimentação se a criança não estivesse rodeada dos inteligentes cuidados maternos. Contrapõe-se, pois, à ignorância materna, a sua educação: esta é a chave-mestra contra a mortalidade, e nela reside a responsabilidade da preservação da vida desde a mais tenra idade. As mães devem ser as aliadas do Estado e dos sanitaristas, cerrando fileiras para proteger a saúde da infância. Amparando-se a mãe e instruindo-a durante e após a gestação é o segredo do Estado para construir uma nação perfeita (ALMEIDA, 2007, p.167).

Desse modo, o exposto justifica uma vertente do trabalho de atenção materno-infantil da época, objetivando a propagação da consciência sanitária.

A questão da consciência sanitária

Para a pesquisadora Nelly Martins Ferreira Candeias (1988), as expressões *consciência sanitária*, assim como *educação higiênica*, utilizadas indistintamente, são polêmicas. Atribuía-se às pessoas a responsabilidade por suas condições de saúde, pois, na época, acreditava-se que as doenças eram disseminadas porque a população desconhecia cuidados básicos de higiene. Os higienistas achavam que, desde que os cuidados fossem ensinados, haveria reduções significativas nos quadros de mortalidade infantil e também diminuição dos casos de doenças contagiosas.

Ou, nas palavras de Patrícia Almeida e Tamires Paiva (2012):

Acreditava-se que pela higiene poderiam ser alcançados benefícios que a medicina ainda não proporcionara. A compulsão de leis e regulamentos sobre saúde pública, segundo a ótica de médicos higienistas, já não dava conta da complexa realidade que se configurava, sobretudo quando apenas davam tratamento às mazelas sociais depois de já muito deflagradas. Neste sentido, a educação higiênica da população se apresentara como um meio eficaz e econômico de conduzir a moral e temperar o caráter segundo os preceitos sanitários.

Candeias apresenta o trecho de um discurso proferido na Assembleia Legislativa, em 1925. O orador não está identificado, mas as palavras ilustram a mentalidade da época, sobre o tema (CANDEIAS, 1988, p. 349):

(...) E como conseguir essa consciência sanitária? Educando o povo. [...] Da educação higiênica depende incontestavelmente a elevação do nível moral e físico da nossa raça e a formação de um povo viril e são. E para tanto não se requer tanto sacrifício. Um pouco de boa vontade, escolha criteriosa de educadores adrede preparados – eis tudo. [...] O doente que possui a consciência sanitária, jamais será um foco de infecção e, procurando curas inteligentemente, evitará que sua moléstia se propague, pelas práticas de boa higiene que consequentemente adquiriu.

Conforme os preceitos daquele período, os próprios alunos deveriam se envolver diretamente na tarefa de divulgação, fixação e generalização das práticas de higiene e de saúde nos ambientes de que fizessem parte. De acordo com Rita de Cássia de Souza (2001):

No último ano do Curso Primário, os alunos formariam um Pelotão de Saúde, instituição complementar à escola, criada por Francisco Campos. O ensino de higiene saía das recomendações puras e tornava-se mais prático, buscando formar os alunos como verdadeiros defensores e promotores da saúde e da higiene em seu ambiente.

Além de iniciativas relacionadas à infância, Gilberto Hochman (1993, pp. 47-8) destaca algumas referentes à área da saúde pública em nível federal:

Na esfera federal, criou-se, em 1897, no Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Suas atribuições estavam voltadas para [...] a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia; os estudos sobre doenças infectocontagiosas; a organização de estatísticas demógrafa-sanitárias e o auxílio aos estados. Com o impacto da epidemia de febre amarela, e sob a direção de Oswaldo Cruz, o DGSP expandiu-se, priorizando uma legislação sanitária, que visava à profilaxia geral e à higiene domiciliária entre outras atividades.

Contudo, mesmo diante de modificações e ampliações anunciadas nos serviços de saúde e de assistência à infância, havia uma defasagem grande no preparo de profissionais que atendessem a população, uma vez que pouco foi feito na área de Enfermagem (OLIVEIRA, 1998).

Segundo estudos de Santos Filho (1991), até o século XIX, pessoas comuns, homens ou mulheres, escravos ou libertos que prestavam assistência a doentes ou feridos, eram chamados de enfermeiros ou práticos. Quando irmãs de caridade foram contratadas para gerenciar serviços hospitalares e de enfermagem nas unidades das Santas Casas de Misericórdia, lançavam mão do trabalho dos *práticos*, que exerciam funções gerais como: dar banhos nos enfermos, administrar-lhes medicação, fazer as camas e a limpeza de quartos e de enfermarias. Não possuíam qualquer formação específica, pois não havia escolas ou cursos preparatórios para este fim.

Assim, no início do século XX, com número insuficiente de escolas de Enfermagem no Brasil era preciso que se formassem profissionais que desempenhassem determinadas funções, como esta da educação sanitária. Foram criados cursos especiais para formar *educadoras sanitárias*, vindas, na maior parte das vezes das Escolas Normais (que formavam professoras para educação infantil).

O primeiro deles, de nível médio, foi oficializado por um artigo da Lei nº 2121, de 30 de dezembro de 1925. O curso tinha o objetivo explícito de transmitir conhecimentos teóricos e práticos de higiene para que estes professores, nos recém-criados Centros de Saúde e em escolas públicas, a partir de uma proposta eminentemente profilática.

Segundo Maria Antonieta de Castro (2011):

O primeiro curso, criado na Escola de Higiene de São Paulo, em 1925, tinha duração de um ano e meio e habilitava as professoras para difundir normas higiênicas nas escolas, nos dispensários ou em outros espaços educativos onde se fizesse necessário. Além dos cuidados dirigidos às crianças, eram difundidas orientações às mães, para que soubessem cuidar de seus filhos e evitar doenças. O objetivo era o de disseminar e implantar o que foi chamado de *consciência sanitária* da população em geral.

Do total de dezoito meses, nos doze primeiros havia aulas teóricas e práticas. Nos outros seis meses eram desenvolvidos exercícios práticos (MOTT, BYTON e ALVES, 2005, p. 41).

Nely Candeias ressalta (1988, p. 351) que o criador do Instituto de Higiene de São Paulo, Geraldo Horácio de Paula Souza⁶⁵, mostrou grande interesse pela implementação do curso, pois:

(...) Esta se concretizaria justamente no período em que, como diretor do Instituto de Higiene, passou, como já se disse, a responsabilizar-se pela direção geral do Serviço de Saúde Pública do Estado. Dois fatores fundamentaram esta iniciativa: o reconhecimento emergente, a nível internacional, da importância da educação em saúde na prática da saúde pública e a inexistência de enfermeiras na rede de serviços do Estado, nesta País. Note-se que a Escola de Enfermagem foi criada pelo Decreto-Lei 13.040, em 31 de dezembro de 1942, portanto, dezessete anos após a criação do curso de Educação Sanitária.

Em documento elaborado pelos médicos Geraldo de Paula Souza e Borges Vieira, citado por Heloísa Rocha (2003, p. 155), fica explícito o papel de destaque das educadoras sanitárias na reforma dos serviços de saúde pública. A escolha de professores para assumir as atividades foi considerada um grande acerto, pois sua formação pedagógica favoreceu a tarefa de transmitir as noções higienistas, em vista do traquejo da prática no ensino público. O trecho abaixo data de 1936 e foi mantida a grafia da época:

A ausência de uma escola de enfermagem eficiente em S. Paulo, em 1925, fez com que se buscasse sanar essa falta [de enfermeiras] aproveitando professores diplomados que, após um curso de especialização sanitária na Escola de Hygiene do Estado (Instituto de Hygiene) pudessem ser encarregados de serviços de assistência social, serviços que em outros logares são feitos pelas enfermeiras visitadoras de saúde publica. O resultado foi tão bom que mesmo que se venha a fundar uma

⁶⁵ Geraldo de Paula Souza foi diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo de 1922 a 1927. Médico sanitário, ex-bolsista da Fundação Rockefeller. Diretor do Instituto de Higiene de São Paulo; Diretor da Faculdade de Saúde Pública e representante do Brasil na ONU em 1945, quando apresentou proposta para a criação da Organização Mundial de Saúde.

escola de enfermagem, as suas diplomadas poucas vezes poderão ser tão eficientes como as actuaes educadoras já imbuídas da noção educativa, antes que da medica.

Inicialmente, o curso de Educação Sanitária compreendia nove cadeiras: 1) Noções de Bacteriologia aplicada à Higiene; 2) Noções de Parasitologia e Entomologia aplicada à Higiene; 3) Noções de Estatística Vital e de Epidemiologia; 4) Higiene Pessoal, Nutrição e Dietética; 5) Higiene Infantil; 6) Higiene Mental, Social e do Trabalho; 7) Higiene Municipal e das Habitações; 8) Ética, Educação e Administração Sanitária; 9) Princípios e Processos de Enfermagem em Saúde Pública (CANDEIAS, 1988, p. 351).

Foram registradas modificações no currículo do curso nos anos de 1934, 1939 e 1946. A ênfase inicial nas ciências biológicas e físicas foi deslocada para a higiene materno-infantil, métodos de educação e ciências sociais. As aulas práticas eram realizadas principalmente em laboratórios e depois passaram a acontecer em escolas e centros de saúde, os chamados campos de estágio.

Em 1948, seis anos após ter sido criado o curso de Enfermagem em São Paulo, Borges Vieira escreve (CANDEIAS, 1988, p. 353) a Paula Souza o seguinte:

No início foi pensamento de V. Excia., creio eu, destinar essas auxiliares para o campo de educação sanitária, mas logo depois V. Excia. houve por bem confiar-lhes outras funções, que incluem muitas das atividades de enfermagem de saúde pública, por não dispor de elementos outros para tal fim... No futuro, quando tivermos enfermeiras de saúde pública em número suficiente, então poder-se-ão delimitar as funções das duas atividades, ficando as educadoras sanitárias na educação sanitária de grupos de população e as enfermeiras nos serviços de enfermagem de saúde pública"...

Quando o Dispensário de Puericultura foi inaugurado oficialmente na cidade de Campinas, em outubro de 1933, contava com uma equipe formada pelo pediatra e também diretor médico da instituição José Passos Maia; pela educadora sanitária Angelita Moreira Gomes; pela visitadora sanitária Dulce Pires de Camargo. Existia ainda a participação de alunas da Escola Profissional Bento Quirino, nas dependências da qual o dispensário funcionava. Este era o campo de estágio para as alunas da escola, onde disciplinas como Economia Doméstica e Puericultura e Higiene compunham o currículo. Não há registros de enfermeiras na equipe.

Transcrevi a seguir, trecho de uma reportagem de página inteira, da edição de 09 de agosto de 1933, quando uma equipe de jornal (não identificado) visitou a instituição, que já estava em funcionamento antes da inauguração oficial. Foi mantida a grafia original.

Com a mortalidade infantil que é hoje cousa assombrosa em todo país, em São Paulo, aqui mesmo em Campinas, todas as iniciativas, todas as idéias para reduzi-la, merecem do publico a maior correspondencia. Uma das causas desse mal é a pouca instrução que a mulher possui no tocante a essa tarefa sublime de mãe. A senhorinha Angelita Moreira Gomes, educadora sanitaria, dirige os trabalhos internos das jovens alunas dessa digna, comquanto notavel entidade.

A visitadora sanitaria acompanha as alumnas fóra da Escola, quando fazem o serviço de procurarem crianças para o Dispensario. No Dispensario de Puericultura as moças aprendem a crear crianças, o que é de inestimavel valor para nossa sociedade, pois, que sem exaggero algum há ainda hoje moças que não sabem nem mesmo dar um simples banho numa criança.

É possível observar no texto qual o papel atribuído à educadora e à visitadora sanitária, respectivamente.

Durante um período de sete a oito meses não havia o pediatra no Dispensário – entre a saída do doutor Passos Maia e a contratação de Domingos Boldrini. No entanto, o atendimento às mães e crianças foi mantido, mesmo com restrições, sob comando da educadora sanitária.

Os trechos a seguir foram extraídos do relatório escrito a mão e assinado pela educadora sanitária Angelita Moreira Gomes. A transcrição é fiel à grafia da época.

Iniciados os trabalhos no Dispensario de Puericultura em agosto de 1933, tivemos ensejo de ver pelo relatório deste mesmo anno, os apreciáveis resultados apresentados por esse serviço de educação sanitaria e assistencia à infância pobre de Campinas. De então para cá maiores teem sido os esforços no sentido de ampliar todas as atividades, preenchendo cabalmente os fins a que se destina essa instituição. [...]

Nota (1º) Chamamos a atenção para o fato de na distribuição por idade (graphico nº 2) haver uma porcentagem de matriculas de creanças menores de 6 meses muito maior sobre as outras idades. É ella de 74,2% sobre 15,5% e 10,3% (creanças se 6 meses a 1 anno e maiores de 1 anno, respectivamente). Isto vem demonstrar que o efeito da educação sanitária já se faz sentir em nosso meio, levando a mãe a procurar o Dispensario, em busca do exame medico periódico, da pesagem sistemática e conselhos educativos tanto mais eficazes quanto + tenra a idade da creança.

[...] Em Maio iniciaram-se as palestras educativas semanais, às mães e as aulas de Puericultura às alumnas que fazem pratica no Dispensario.

Considerações sobre primeiro curso de Enfermagem em São Paulo

Uma série de dificuldades, desencontros e descontinuidades marcaram a sistematização e a institucionalização dos cursos de Enfermagem no Brasil. Passando pelos leigos práticos que se dispunham a auxiliar enfermos, pelas irmãs de caridade que reproduziam procedimentos transmitidos por médicos ou aprendidos, a duras penas, na lida do cotidiano, não havia qualquer tipo de programa formal. Conforme os estudos da professora Amália Corrêa de Carvalho (CARVALHO, 1980), as tarefas com cuidado e higiene do doente e das dependências onde ele ficava eram consideradas preponderantes, enquanto o desenvolvimento técnico, intelectual da cuidadora eram relegados para segundo plano. A luta para que os enfermeiros alcançassem autonomia como profissionais da área da saúde foi intensa, diante de desafios trazidos, não apenas pelas políticas públicas das área da saúde e da educação.

Medeiros; Tipple e Munari (1999) explicam que: “A expansão do ensino da enfermagem nas décadas de 30, 40 e 50 aconteceu a partir de uma realidade social definida, num contexto de acelerados processos de urbanização e industrialização, das quais as políticas educacionais de saúde eram reflexos”.

Segundo Lina Faria (2006, p. 185):

O auxílio pedagógico, financeiro e humano da Fundação Rockefeller para a montagem do ensino federal de enfermagem marcou uma nova fase no desenvolvimento médico e hospitalar e de saúde pública no país. A política de concessão de bolsas de estudos logo se ampliou para a área de enfermagem de saúde pública, considerada uma pedra-de-toque da educação sanitária nos países assistidos pela Fundação.

Sobre a primeira escola de Enfermagem consolidada, oficialmente, na cidade de São Paulo, Taka Oguisso e Genival Fernandes de Freitas (2005, p. 81) informam que:

A moderna enfermagem profissional, criada por Florence Nightingale, na Inglaterra, em 1860, foi estabelecida oficialmente no Brasil, em 1923, com a fundação da Escola de Enfermagem Anna Nery. Em São Paulo, enfermeiras inglesas haviam implantado no Hospital Samaritano, um curso de enfermagem, dentro do modelo moderno ou também chamado sistema nightingaleano, em 1894. Mas, a implantação oficial do ensino de enfermagem, de fato, ocorreu apenas em

1942, com a criação da Escola de Enfermagem de São Paulo, anexa à Faculdade de Medicina da USP.

Embora inicialmente fundamentada no modelo americano, a Escola de Enfermagem (EEUSP) inseriu gradativas modificações em seu currículo e foi “uma das primeiras a incluir em seu programa a teoria e prática de administração, com o fim de preparar enfermeiros para as posições de chefia” (OGUISSO e FREITAS, 2005, p. 82).

Um desfecho para os conflitos profissionais?

Frente a uma expansão na criação de cursos de enfermagem, havia quem acreditasse que as educadoras sanitárias e as enfermeiras pudessem compartilhar espaços e atribuições, enquanto outros entendiam que tal convivência não seria possível.

A chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, enfermeira Izaura Barbosa Lima (RENOVATO e BAGNATO, 2011, p. 50), achava que as atividades da enfermeira e da professora eram complementares e, portanto, não deveriam trabalhar separadamente. “(...) quando isso acontecer, desaparecerá o espírito de que tal ou qual profissão é mais nobre e a situação física e mental do povo será atendida mais a tempo”.

Contudo, o curso para formar educadoras sanitárias foi extinto, em São Paulo, em 1961. É provável que entre os múltiplos fatores que tivessem levado a tal desfecho, um deles tenha sido o conflito profissional existente entre a Enfermagem e a Educação Sanitária.

Renovato; Bagnato (2011, p. 70) consideram que:

(...) as educadoras sanitárias podem ter contribuído na capilarização dos saberes da higiene nos espaços escolares e centros de saúde, intervindo no cotidiano dos sujeitos, seus modos de vida, bem como o estímulo para a adoção de hábitos saudáveis. Em detrimento das dimensões sociais, a educação sanitária transmitida pelas educadoras nesses micro espaços produziu e reproduziu significados de saúde restritos às dimensões individuais, sem, no entanto, atentar para as limitações dessas práticas com possibilidade de aumentar a vulnerabilidade daqueles sujeitos, objetos dessas intervenções.

Retomo as informações contidas em uma nota publicada em jornal no ano de 1955, comentando sobre os serviços dedicados à comunidade e ainda sobre as dificuldades pelas quais o Dispensário vinha passando, incluindo o risco de fechamento. Aparecem entre as

pessoas da equipe, a educadora sanitária Joanina Seixas Martinelli, além de uma nutricionista, uma assistente social e uma auxiliar de enfermagem.

Talvez a convivência entre as diferentes profissões da área da saúde, incluindo as educadoras sanitárias, desde que apoiadas por políticas públicas de saúde e de educação que levassem em conta as questões sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas que perpassam a sociedade, tivesse havido mais ganhos e melhor qualidade de vida para toda a população.

Segunda situação: Os problemas estruturais e financeiros

O segundo ponto relacionado ao encerramento das atividades do Dispensário de Puericultura foram problemas detectados na estrutura do edifício, com risco até mesmo de desabamento em alguns locais.

Quando li esta informação pela primeira vez, durante as pesquisas para o Mestrado, fiquei muito intrigada pois eu achava absurdo uma construção de Ramos de Azevedo apresentar risco de desabamento, em virtude de algum erro.

A resposta veio quando entrevistei o Professor Osmar Salles de Figueiredo (em 11 de outubro de 2007), ex-diretor do Colégio Técnico da Unicamp, instituição que se instalou naquele edifício de 1918 (e ainda permanece ali). Ele, diretor do COTICAP⁶⁶ na ocasião e com larga experiência no Ensino Profissional do Estado de São Paulo, contou que foi procurado por Zeferino Vaz, no ano de 1966, para ajudar a avaliar a situação, pois existia grande interesse em ocupar o local com a nova escola. A conclusão foi a seguinte:

[...] eu ficaria aqui, porque este prédio não vai cair. Eu sei, porque foi Ramos de Azevedo que construiu; e quem fez pressão para inclinar, foi um ex-diretor daqui, que mandou tirar uma parede lá no fundo, na cozinha e isso desequilibrou o prédio. De modo que é só reforçar e ele não vai cair. Portanto, em minha opinião, o Colégio deve vir para cá. Como também a Reitoria foi para lá.

Algumas das situações que ocorreram anteriormente envolvendo os tais problemas e desencadearam a desocupação do espaço pela Escola Bento Quirino apareceram nas Atas de reuniões da Associação Profissional Bento Quirino, reunidas em um livro que serviu de fonte para as pesquisas do Mestrado.

⁶⁶ COTICAP – Colégio Técnico Industrial Conselheiro Antônio Prado. Hoje é ETECAP, vinculado ao Centro Paula Souza.

As assembleias dos membros da Associação não aconteciam em intervalos regulares. Depois do registro de 1930, só houve outro encontro, em 21 de fevereiro de 1937, quando, entre outros temas, foram apresentados balancetes de 1934, 1935, 1936 e dos meses de janeiro e fevereiro de 1937. Nesta reunião, também ocorreu a eleição da diretoria para o triênio de 1937 até o final de 1939. Embora fizessem parte destes encontros os dados sobre o patrimônio da Associação, não houve referência sobre o Dispensário, que já funcionava há quase quatro anos. Pode ser que estes estivessem presentes nos balancetes. O que estava declarado era que a questão financeira estava bem administrada e que a diretoria anterior merecia louvor por conseguir aumentar o patrimônio no período (CRUZ, 2008).

Em assembleias realizadas em 17 de março de 1938 e 10 de março de 1939 também não houve registro sobre o Dispensário nas Atas. Lembrando que, naquele ano, quando Campinas completava duzentos anos de existência, não houve festividades da Semana da Criança no Dispensário, entre outros motivos, porque não havia pediatra atendendo as crianças, depois da saída de Passos Maia.

A reunião de 1940, além da eleição para os membros do novo triênio (1940-1942), apresentou dados sobre a Escola Profissional, mas nada especificamente sobre o Dispensário, assim como em 1941, 1942 e 1943 (CRUZ, 2008).

Somente no ano seguinte, é que durante a prestação de contas da assembleia, aparece despesa relativa ao Dispensário:

Em 20 de abril de 1944, nas dependências do mesmo Clube Campineiro, a reunião limitou-se a apresentação de balancete e prestação de contas do período. Patrimônio de 1.789.577,42 cruzeiros; Imposto de Renda — 140,80 cruzeiros; “entre as despesas para o Dispensário de Puericultura auxílio de 4.200,00 cruzeiros” (CRUZ, 2008, p.74).

O Dispensário aparece na prestação de contas de 1945:

O relatório dos balancetes apresentados no encontro do dia 07 de maio de 1945 trouxe as seguintes informações, quanto às despesas: Auxílio ao Dispensário de Puericultura: 2.400,00 cruzeiros; ao Prato Escolar: 6.000,00 cruzeiros; doação à Escola Bento Quirino: 1.000,00 cruzeiros; Imposto de Renda: 522,80.

Chama a atenção o fato de a verba destinada ao Dispensário ter sido reduzida à metade, comparando-se ao ano anterior. Revendo os recortes de jornal colados na Coletânea 1941-1946, existe a publicação do Correio Popular sobre a visita de surpresa que

a Junta Municipal da Infância de Campinas, acompanhada pelo prefeito Perseu de Barros, fez ao Dispensário. Contaram que tudo estava muito em ordem e que o médico Domingos Boldrini havia indicado melhora no atendimento. Mas os números estavam muito abaixo do que se oferecia antes, com a quantidade quase desprezível de dezesseis mamadeiras distribuídas. E logo na edição do dia seguinte (16 de outubro de 1944) ao da visita consta um apelo enfático para que o Dispensário, em especial o Lactário, recebesse verbas suficientes para não interromper seus serviços à comunidade.

A diretoria eleita para o triênio 1946-1948, durante a assembleia realizada em 20 de fevereiro de 1946 teve poucas modificações em relação ao quadro anterior, reduzindo-se a remanejamento de cargos. Aparecem neste documento (a Ata) algumas informações referentes às despesas do ano anterior. Foram destinados 6.000,00 cruzeiros para o Dispensário de Puericultura que atendeu a 5.660 crianças, o Lactário atendeu a 410 crianças, num total de 55.707 mamadeiras. Isto significa que o apelo surtiu efeito e a Junta Municipal deve ter acionado instâncias superiores para que voltassem os olhos para a instituição.

Não fazia muito sentido alardearem a construção e inauguração do novo Posto do Cambuí e destituírem de recursos este que, de alguma forma, vinha atendendo a cidade desde 1933.

Em 3 de junho de 1947, foi lançado no Livro de Atas um conjunto de informações sobre os serviços do Dispensário que, até então, não constavam neste documento. Eram os seguintes dados do ano de 1947:

- Comparecimento de crianças durante o ano – 4.256
- Crianças matriculadas – 412
- Crianças pesadas – 7.078
- Crianças que receberam consulta médica – 3.366
- Receitas médicas – 2.701
- Receitas aviadas – 201
- Regime e demonstrações teóricas – 932
- Palestras educativas para mães – 54
- Aulas práticas às alunas – 275
- Remédios distribuídos – 331

Sobre o movimento do Lactário:

- Mamadeiras distribuídas – 38.714
- Leite de vaca consumido – 4.298 litros
- Leite em pó distribuído – 1.011 latas

Além disso, dizia que o Gabinete Dentário havia atendido 97 alunos.

Portanto, segundo os dados informados em assembleia de diretoria, a injeção de recursos financeiros, produziu algum resultado, embora se observe uma queda quanto ao número de atendimentos e de mamadeiras distribuídas, em relação ao ano de 1946⁶⁷. Em valores absolutos temos uma redução de 30,51% no número de mamadeiras distribuídas e 24,80% no total de atendimentos.

Em 1948 não houve assembleia. Na reunião de 24 de maio de 1949, entre as deliberações estava a proposta para a revisão dos Estatutos da Associação criada em 1915, com a finalidade de gerir a doação de Bento Quirino dos Santos e construir a Escola Profissional. Nada sobre o Dispensário.

Uma reunião extraordinária da Associação em 27 de junho de 1949 registrou entre as atividades, a leitura e apreciação do Projeto de Estatutos de Fundação do Instituto Profissional Bento Quirino.

“(…) um dos aspectos que aparece discriminado nos artigos nº. 33 e 34, refere-se ao destino do patrimônio, em caso de dissolução da Associação criada em 1915. Diz o artigo 33: “Resolvida a dissolução, nos termos destes estatutos, ou da lei, o patrimônio ficará pertencendo ao Estado ou ao Município, de preferência a este, sob a condição, em qualquer dos casos, de continuar a manter a fundação e os seus fins. Artigo 34º - Qualquer alteração do contrato mantido atualmente com o govêrno do Estado para a manutenção do Instituto Profissional “Bento Quirino”, deverá ser obrigatoriamente aprovada pela assembleia geral”. Tal cuidado sugere que se vislumbra a possibilidade da associação deixar de existir (CRUZ, 2008, p. 93).

A reunião de 30 de abril de 1951 além de votar nova diretoria, definiu que esta teria autorização para resgatar e/ou adquirir títulos do Estado. Até então, nenhuma referência ao Dispensário.

⁶⁷ Nos documentos consultados por mim, não encontrei os dados sobre o movimento do Dispensário disponíveis de maneira mais sistemática, a não ser nos relatórios de 1933 e 1934, aos quais já me referi neste trabalho. É possível que nos arquivos do Centro de Memória do Bento Quirino existam outros relatórios completos, porém não foram localizados no período de coleta de dados.

Quase dois anos depois, em 17 de março de 1953, os associados se reúnem para a deliberação da proposta do Governo do Estado (governador Lucas Nogueira Garcez) para aumentar o prédio e construir novos pavilhões, a fim de ampliar o ensino técnico profissional ministrado no Instituto. Mas para que o governo estadual autorizasse as obras, o imóvel teria de ser doado a ele, “sem prejuízo da finalidade da Fundação, cujo nome também será mantido” (CRUZ, 2008).

A prioridade para receber a doação do edifício seria da Prefeitura de Campinas, segundo estabelecido nos estatutos da Associação. Porém, o prefeito Antonio Mendonça de Barros enviou um ofício desistindo da prioridade em favor do governo estadual. A doação foi aceita no dia 26 de março de 1953 e concluída seis anos mais tarde, em 1959.

As duas assembleias ocorridas em 1956 (8 de fevereiro e 8 de novembro) e registradas nas atas tratavam de eleição de diretoria e do andamento do processo de doação do edifício. Questões sobre o Dispensário, se tratadas, não foram registradas nas atas.

No dia 30 de dezembro de 1959 foi anunciada e documentada em ata a conclusão do processo de transferência do imóvel. Mas o balanço de contas apontou um déficit no valor de Cr\$ 30.904,00.

O triênio da diretoria anterior venceu em 1962 porém, somente em 25 de setembro de 1963, houve uma assembleia para prestação de contas e eleição do novo grupo diretor. Com as contas deficitárias lançou-se a proposta de cada membro diretor contribuir com a quantia de Cr\$ 1.000,00 por ano.

Já em 1965, o presidente José Minervino (que tinha sido o primeiro diretor do Instituto Profissional), em uma tentativa de preservar a Associação sugere que se faça uma parceria com a Federação de Entidades Campineiras (FEAC) — Fundação Odila e Lafayette Álvaro de Souza Camargo, filiando-se àquela entidade beneficente de assistência social que começou a funcionar em abril de 1964.

O senhor José Minervino procura, mais uma vez, deixar bem claro que a escola se destina à população carente, daí a importância de serem mantidos os prêmios em dinheiro aos que mais se destacam. Procura, dessa forma, reiterar os objetivos primeiros do mentor da escola, o senhor Bento Quirino dos Santos. Destaca também que a retirada do valor dos prêmios é feita de modo a não abalar o patrimônio da entidade (CRUZ, 2008, p. 102).

Não existem registros no livro de Atas de outras reuniões depois da ocorrida em novembro de 1965 e não foi encontrada qualquer outra informação nesses documentos, sobre as atividades do Dispensário.

Em sua nova sede, o antigo Instituto Profissional passou por algumas alterações, frente às mudanças nas políticas públicas educacionais. “Em 1977, são fechados os cursos de aprendizagem e profissionalização. Surge a *Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Bento Quirino”*⁶⁸, oferecendo apenas cursos técnicos de Economia Doméstica, Mecânica, Marcenaria, Desenho Industrial, Eletrotécnica e, posteriormente, Contabilidade” (MORAES; ALVES, 2002b, p. 95, *apud* CRUZ, 2008).

Nos arquivos do SIARQ⁶⁹, existe uma cópia do Diário Oficial, publicado em 28 de janeiro de 1967 e que trata da ocupação legal do prédio onde estava o Ginásio Industrial Bento Quirino. Eis um trecho do texto original:

Êsse prédio foi doado à Fazenda do Estado de São Paulo, pela Associação Instituto Profissional Bento Quirino, para o *expresso fim* [grifo meu] de ser mantido ali, em funcionamento, uma escola profissional.

[...] autorizou a Universidade de Campinas a instalar e manter o seu Colégio Técnico, até que pudesse transferi-lo para os prédios a serem construídos na Cidade Universitária.

⁶⁸ A atual Escola Técnica Estadual Bento Quirino faz parte do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza.

⁶⁹ SIARQ - Arquivo Central da Unicamp.

E FINALMENTE...

... retorno às perguntas elaboradas quando encontrei a fotografia que me instigou a produzir esta investigação.

Nos anos de 1934, 1935 e 1936, eram organizados dois concursos de robustez infantil no Dispensário: um exclusivo para matriculados na instituição e outro reservado para os chamados “externos”, isto é, para as crianças da cidade de Campinas que não precisavam dos serviços assistenciais, por serem filhos de famílias dotadas de recursos. Isto explica o motivo de aparecerem fotos com mulheres bem vestidas e outras onde as mulheres mais simples carregavam seus filhos.

Algumas das imagens visuais tomadas nas escadarias da Escola Profissional mostravam as mães com as crianças nuas, porque tinham acabado de sair do exame de inspeção que antecedia as premiações.

A fotografia utilizada para divulgar a inauguração do Dispensário em 15 de outubro de 1933 trazia mães com seus bebês vestidos, porque ainda não ocorria o concurso. O atendimento no Dispensário já havia começado em julho e, não por acaso, a inauguração foi prevista para outubro. Foi necessário um tempo para que houvesse suficientes inscrições dos interessados nos serviços. Como toda imagem que tem a finalidade explícita de divulgar um (bom) serviço de órgãos públicos, esta foi muito bem planejada.

Em várias declarações e discursos proferidos ao longo do tempo, firmava-se insistentemente que o Dispensário era também um local de aprendizado. Ali as alunas da Escola Profissional Bento Quirino teriam a oportunidade de praticar e aplicar os conhecimentos adquiridos de como deveriam cuidar de crianças, inclusive do preparo de sua alimentação, pois as meninas seriam as mães dos futuros trabalhadores do Brasil e, como tal, tinham o dever de cumprir sua missão a contento. O Dispensário proporcionava esta chance. No período em que frequentavam os cursos na Escola, auxiliavam nos serviços da instituição anexa.

Quando examinei a fotografia pela primeira vez, achei que o homem que aparece ao fundo poderia ser o doutor Boldrini. O que eu vim a descobrir depois é que não poderia ser ele. Sua contratação aconteceu em 1944, depois de uma crise seríssima, desencadeada por

fatores que culminaram na saída do médico que organizou todo o serviço de atendimento, o doutor Passos Maia. É bastante provável que o homem na fotografia seja José Minervino, diretor da Escola Profissional na época.

Iniciativas como a do Dispensário trouxeram, sem dúvida, algum conforto e possibilidade de um atendimento digno às crianças que dele precisaram. Afinal, a equipe que ali trabalhava era formada por profissionais com a melhor formação possível na época, fosse por parte das educadoras sanitárias, do médico ou das moças da Escola. Há de se considerar que a Escola tinha suas qualidades reconhecidas fora do âmbito da cidade, pois seus cursos eram ministrados por excelente equipe de professores, desde sua inauguração, em 1918.

Os múltiplos jogos de interesses escoltam toda e qualquer decisão para se criar ou se manter todo e qualquer tipo de serviço público (e privado também, naturalmente).

Se as políticas públicas de saúde e de educação deliberavam, na época, que o pobre é o trabalhador braçal, necessário e útil apenas se em boas condições físicas ou que normas e prescrições difundidas, a qualquer custo, trarão soluções para os graves problemas enfrentados pela população e atingir objetivos imediatistas, isso só vai tomando novas formas e recebendo outras denominações. Pois o que temos hoje, são carências, falhas, falcaturas a perder de vista, mentiras à vontade, permeando os serviços públicos, que deveriam sim, ser exemplares, dignos e acessíveis!

Porém, eu creio que não se pode ignorar os gestos de benevolência, solidariedade, amor ao próximo e dedicação imensa de que tantas pessoas são capazes. O que não é possível é deixar que tais manifestações humanitárias fiquem ofuscadas e até sejam esquecidas, porque o “outro lado” parece prevalecer.

Muitas das pessoas que foram emergindo nesta pesquisa, anonimamente com ou não, tentaram, por meio de seus serviços, gratuitos ou mal remunerados em boa parte das vezes, fazer alguma diferença e oferecer uma contribuição para que houvesse alívio ou melhora na precariedade de tantos.

Penso que esta tese permitiu que se elaborasse uma versão da trajetória do Dispensário de Puericultura, anexo à Escola Profissional Bento Quirino. A pesquisa apontou que a história da enfermaria criada nas dependências da Escola com o fito de

socorrer os soldados da Revolução de 1932 foi simplesmente “transformada” no Dispensário depois que o conflito armado terminou, mostrou-se tênue.

As “transformações” não são simples, pois envolvem sujeitos nem sempre regidos pelos mesmos preceitos, constantes jogos de oposição de forças, além da disponibilidade financeira e das condições políticas e sociais do momento.

A análise das fontes, dos vestígios recuperados no processo de escavação, desenvolvida a partir do diálogo com os aportes teóricos, trouxe à tona possibilidades para entender o processo de desativação daquele serviço.

Para completar essas considerações, trago um episódio curioso e muito interessante que ocorreu no dia de uma de minhas visitas aos arquivos do jornal Correio Popular.

Enquanto o senhor Boscolo colocava mais um rolo de microfilmes para eu examinar, conversávamos sobre a importância da preservação de arquivos e da necessidade tão urgente de se digitalizar este jornal campineiro.

Num dado momento, ele, que não sabia qual era o tema de minha pesquisa, me diz que há não muito tempo atrás, um senhor e a esposa procuraram o arquivo em busca de notícias de uma época em que aquele senhor tinha ganho um certo concurso em Campinas, quando pequeno. Eu disse: “O concurso de robustez do Bento Quirino?” Senhor Antonio falou: É! Este mesmo. Ele queria ver a edição da época! Eu expliquei que o concurso era o tema que eu pesquisava nos jornais. Ele disse que não se lembrava do nome do homem, mas disse que ele foi o vencedor em 1935 – exatamente o ano do rolo que eu me preparava para ver. Num instante, o senhor Boscolo me mostra a fotografia que a pessoa havia deixado lá para ajudar na localização da reportagem. O belo menino segurava um gato no colo. Quando comecei a rodar o microfilme, me deparei com a foto do garoto na reportagem sobre o concurso. Era Cícero Freire, com dois anos de idade, na ocasião. A reportagem constava na Coletânea 1933-1940 mas, a foto do menino havia sido retirada, talvez, por não caber na folha do livro de recortes.

Minha surpresa só não for maior, do que a que tive quando fiquei sabendo que o senhor Boscolo havia sugerido que o jornal fizesse uma reportagem com o “Cícero”, que lhe despertou curiosidade por causa de outros tipos de concurso que ganhou pela vida. E eis que me chega às mãos a reportagem publicada em 07 de julho de 2013, na seção Baú de Histórias do Correio Popular. Lá estava o senhor Cícero com seus 80 anos, segurando as

notícias da época em uma das mãos e a fotografia na outra. Ao lado, em destaque, o menino Cícero, com seu gato.

A reportagem se intitula: A infância robusta e feliz na Campinas do passado: Cícero Freire guarda com carinho registros de quando venceu concurso para crianças “fortinhas”. Os pais de Cícero eram professores da Escola Normal de Campinas e ele disse na entrevista que, pela pouca idade na época, não se lembrava nem do concurso e nem do que seus pais fizeram com o prêmio de cem mil réis. Ele se recordava de uma “Campinas segura, com pessoas unidas e entrosadas (...) dos guardas civis vestidos de polainas e respeitados por todos”. Pelo descrito e pela fisionomia de Cícero, ele deve ter participado do concurso como “externo” ao Dispensário.

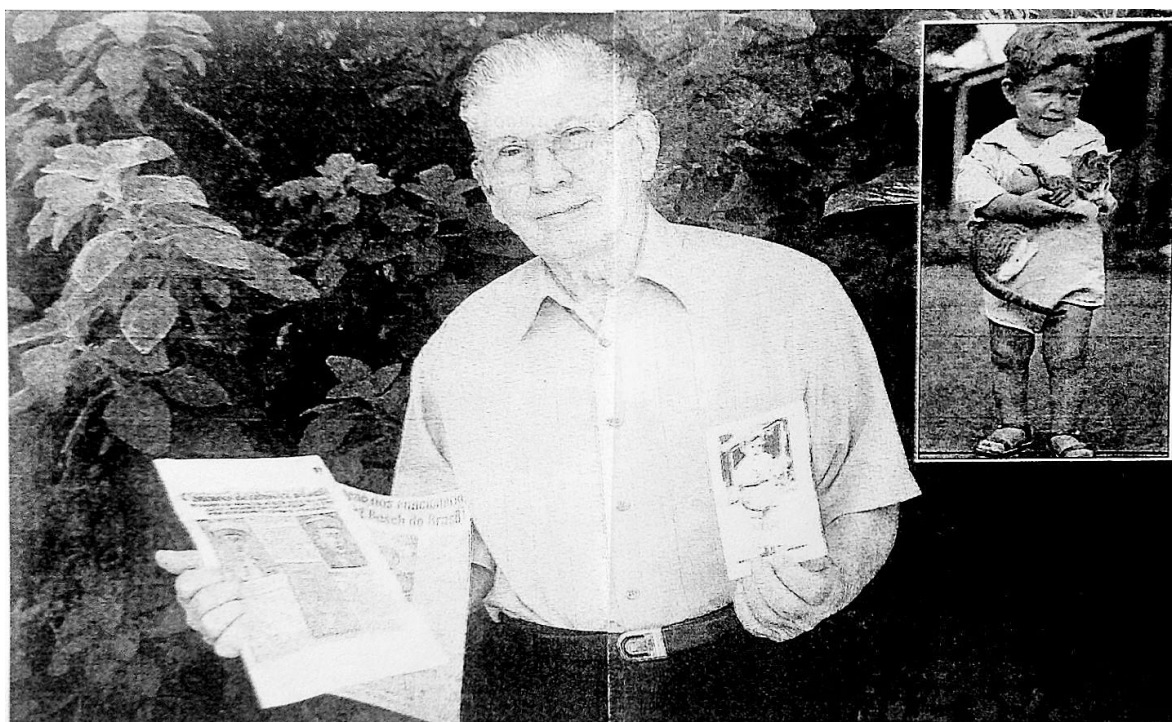
De qualquer forma, foi uma feliz coincidência. E de repente, diante desta outra fotografia, eu me vi instigada a pensar em mais perguntas...

Para Walter Benjamin (1997, p. 223), “O passado traz consigo um índice secreto pelo qual ele se refere à redenção.”

Existe no passado, portanto, algo desconhecido, uma potencialidade latente, misturas de cores que não foram feitas. E o momento em que o historiador reconhece no presente uma paleta de cores próxima a do passado, este lhe comunica uma possibilidade de cores nunca dantes experimentadas (FURMANN, 2012, p. 202).

Com a imagem em preto e branco, porém plena de cores, apresentada na página seguinte, encerro este trabalho.

Figura 30



Cícero Freire com notícias do *Correio* sobre o concurso de robustez infantil, em 1935, e aos 2 anos, quando venceu a competição (no detalhe)

A imagem acompanhou a matéria acima referida, publicada em 07/07/2013.

Ganhei do senhor Boscolo a cópia xerox da reportagem e fiz o escaneamento para mostrá-la aqui.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. **Imprensa: Fonte de Estudo para Construção e Reconstrução a História**. In: X Encontro Estadual de História. ANPUHRS. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 26 a 30 de julho de 2010. Santa Maria – RS. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Disponível em: <<http://bit.ly/1hQGvzR>>. Último acesso em: 22 out 2012.

AGUIAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp. Campinas, 2011.

ALMEIDA, Jane Soares. **Imagem feminina e maternidade: o concurso de robustez infantil em São Paulo (1928)**. Rev. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 88, n. 218, p. 157-170, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/FCLdGF>>. Último acesso em: 07 nov. 2013.

ALMEIDA, Patrícia Vianna L. de; PAIVA, Tamires Farias de. “Gerando uma infância saudável, pensando o Brasil: representações da Escola primária nos anos 1920.” IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade E Educação No Brasil. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos. pp. 3314-3329.

ANANIAS, Mauricéia. **As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889. Origens, Ideário e Contexto**. Dissertação de Mestrado. Campinas; UNICAMP, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo. Moderna. 1996.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. **Infância, higiene e educação**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-97--Int.doc>. Último acesso em: 30/7/2008.

BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett. **La mise en place des hôpitaux pour enfants malades à Paris (fin XVIIIe-début XIXe siècle)**. In: Histoire, économie et société. 2003, 22e année, n°4. *Enfant malade, enfant souffrant*. pp. 487-498. Disponível em: <<http://goo.gl/R4XEf7>> . Último acesso em: 30 mar. 2014.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades Ed. 34, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia, Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas v. I**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única. Obras Escolhidas v. II**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BERTUCCI, Liane Maria. **Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891/1925**. Campinas: Área de Publicações. CMU/UNICAMP, 1997.

BEZERRILL, Simone da Silva. **Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão**. In: II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista Disputas Políticas e Práticas de Poder. 07 a 10 de junho de 2011. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>>. Último acesso em: 22 out. 2012.

BLOCH, MARC. **Ofício de historiador** (ou Apologia da História). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BONILHA, Luís R.C.M.; RIVORÊDO, Carlos R.S.F. **Puericultura: duas concepções distintas**. *Jornal de Pediatria*. Vol.81 (1):7-13, 2005.

CAMARA, Sonia. **Sementeira do amanhã: O Primeiro Congresso Brasileiro de proteção à infância e sua perspectiva educativa e regenerada da criança**. s/d. pp. 757 – 769. Disponível em: <<http://goo.gl/EyflT7>>. Último acesso em: 20 out. 2012.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. “Evolução histórica da educação em saúde como disciplina de ensino na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - 1925 a 1967”. *Rev. Saúde Pública, São Paulo*. V. 22. N. 4, ago. 1988.

CANGUILHEM, Georges. **Claude Bernard e a Patologia Experimental p. 33-57 em O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CARR, Edward. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Desenvolvimento de la ciudadanía em Brasil**. México: Fideicomiso Historia de las Américas. El Colegio de México, 1995.

CARVALHO, Maria Amália Corrêa. **Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo: resumo histórico – 1942-1980**. São Paulo: EEUSP, 1980.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação: (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF. 1998.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **O Jornal como fonte privilegiada de Pesquisa Histórica no Campo Educacional**. Faced/UFC. s/d. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf>. Último acesso em: 22 out. 2012.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS). **Dispensário de Puericultura. Coletânea de Notícias 1941 – 1946**. Centro de Memória. Campinas. ETE BENTO QUIRINO.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS). **Revista de Ciências, Letras e Artes de Campinas. 18 de dezembro de 1938**. Centro de Memória. Campinas. ETE BENTO QUIRINO.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS). **Relatório dos Trabalhos de 1933: Escola Profissional Secundária “Bento Quirino”**. Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada). São Paulo. Caieiras. Rio. 1934.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

COFEN. **O exercício da Enfermagem nas Instituições de Saúde do Brasil, 1982/1983**. Rio de Janeiro, 1985. 2 v.

CORDERO VALDIVIA, Dilberth. **Reflexiones sobre la pediatría y la puericultura**. *Rev. bol. ped.*, jun. 2008, vol.47, no.2, pp. 70-71.

CORRÊA, Ana Maria Ferro. **A identidade institucional da escola técnica pública paulista como espaço organizacional e cultural**. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro. Edições Graal. 2004.

CRUZ; Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

CRUZ, Lúcia Pedroso da. **Bento Quirino e Cotuca: os passos do Ensino Profissional em Campinas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Unicamp. Campinas, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio C. R. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, maio-agosto, n. 014 p. 89-107, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501406.pdf>>. Último acesso em: 02 ago. 2008.

CUNHA, Luiz Antonio C. R. **Política educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As Instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ e Editora FGV, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/LDKqUL>>. Último acesso em: 10 jan. 2012.

DIAS, Patricia Fortunato. **Da higiene à eugenia: um percurso de salubridade francesa**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

DIAS, Patrícia Fortunato. **A importância da mulher no combate ao despovoamento na França nos séculos XIX e XX.** In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. Disponível em: <<http://goo.gl/IOjmvk>>. Último acesso em: 22 out. 2012.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro; PEREIRA, Luiz. **Saúde e Sociedade.** São Paulo: Duas Cidades, 1976.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed. 1986.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

FARIA, Lina. “Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde Pública: identidades profissionais em construção.” Cad. Pagu [online]. 2006, n.27, pp. 173-212. Disponível em: <<http://goo.gl/Xxjjj0>>. Último acesso em: 30 jul. 2013.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, Mães e Médicos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREUND, Gisèle. **Photographie et Société.** Éditions du Soleil, 1974.

FURMANN, Ivan. As alegorias da história de Walter Benjamin e as possibilidades de uma história do direito. **Panóptica**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 186-210, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/154/168>>. Último acesso em: 02 Abr. 2014.

GALZERANI, Maria Carolina B. **O Almanaque, a locomotiva da literatura moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880.** Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia, e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1998.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; co-ed: Universidade São Francisco, 2000.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento: as bases da política brasileira de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec. ANPOCS. 1998.

HOCHMAN, Gilberto. **Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, 2012 . Disponível em: <<http://goo.gl/HZYvra>>. Último acesso em: 01 dez. 2011.

HOCHMAN, Gilberto. “Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.6, n.11, pp. 40-61, 1993.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina e COSTA, Maria Conceição da. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. Sociologias [online]. 2009, n. 22 [citado 2012-10-16], pp. 314-35. Disponível em: <<http://goo.gl/hi6SV7>>. Último acesso em: 30 mar. 2014.

KONDER, Leandro. **Benjamin e o marxismo**. Alea, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Dec. 2003. Disponível em: < <http://goo.gl/F1cMds>>. Último acesso em: 05 Jan. 2010. doi: 10.1590/S1517-106X2003000200002.

KOSSOY, Boris. **A fotografia como fonte histórica**. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia. 1980.

KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê, 1999.

KUENZER, A. **A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural.** In: Trabalho e Educação, Campinas: Papirus/Cedes, 1997.

KUENZER, A. **Ensino médio e profissional: as políticas no Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, A. **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2007.

KUHLMANN Jr., Moysés; MAGALHÃES, Maria das Graças Sandi. **A Infância nos Almanques: Nacionalismo, Saúde e Educação (1920-1940).** In: Educação em Revista. v. 26 n.01 p.327-350 Belo Horizonte, abr. 2010.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** Campinas-SP: Papirus; Editora da Unicamp, 1986.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Pedagogia Escolanovista.** Disponível em: <<http://goo.gl/RcCPME>> Último acesso em: 20/7/2008.

LAPA, José Roberto Amaral. **A cidade: Os cantos e os antros – Campinas 1850-1900.** São Paulo: Edusp, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

LOBATO, Monteiro. **A Chave do Tamanho.** São Paulo: Globo, 2008.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio.** São Paulo: Boitempo Editorial. 2005.

LUCA, Tania Regina de. **A grande imprensa na primeira metade do século XX.** In: Ana Luíza Martins; Tania Regina De Luca. História da Imprensa no Brasil (org.). São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Madel Therezinha. **As Instituições Médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos Médicos sobre Seres Frágeis**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de; MORAES, Mirtes. **Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940)**. *ArtCultura*, v. 9, n. 14, p. 23-37, Uberlândia jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://is.gd/gQS6pg>> Último acesso em: 01 out. 2011.

MEDEIROS, M.; TIPPLE, A.C.V.; MUNARI, D.B. “A expansão das escolas de enfermagem no Brasil na primeira metade do século XX”. *Revista Eletrônica de Enfermagem* (online), Goiânia, v.1, n.1, out-dez. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/index>>. Último acesso em: 17 jul. 2013.

MELBY, José Carlos Sebe; BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História Social da Saúde: Opinião Pública versus poder, a Campanha da Vacina 1904**. Estudos CEDHAL, nº 5, São Paulo, 1990.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da Protecção à Infância no Brasil: 1500-1922**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Paulo Pongetti, 1927.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução “Popular” e Ensino Profissional: uma perspectiva histórica: *In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.). Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2002.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, 2001.

MOTT, Maria Lúcia; BYINTON, Maria Elisa B.; ALVES; Olga Sofia F., 2005. **O gesto que salva. Pérola Byington e a Cruzada Pró-infância**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh. **A Puericultura em questão**. Dissertação de Mestrado. Área de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1979.

NOVELLI, Giseli. **Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da “Escola Profissional Feminina” nas décadas de 1910, 1920 e 1930**. GT: Trabalho e Educação/nº. 9 s/d. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t0910.pdf>>. Último acesso em: 03/7/2008.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da Educação e Fontes**. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NUNES, Everardo Duarte. “A Medicina Social no Brasil: um estudo de sua trajetória”. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza; MERHY, Emerson Elias; NUNES, Everardo Duarte. **Planejamento sem normas**. São Paulo, HUCITEC, 1989. pp.113-134.

OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes. “Ensino e pesquisa sobre história da Enfermagem na graduação e pós-graduação da Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo.” R. de Pesq.: Cuidado é fundamental. Rio de Janeiro, ano 9, n. 1/2, p. 79-91, 1º/2º sem. 2005. Disponível em: <<http://www.unirio.br/repef/arquivos/2005/09.pdf>>. Último acesso em: 02 ago. 2013. (pp. 81)

OLIVEIRA, Isabel Cristina dos Santos. **Da mãe substituta à Enfermeira Pediátrica**. Rio de Janeiro: Editora Anna Nery/UFRJ, 1998.

OTTE, Georg; VOLPE, Miriam L. **Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin**. Disponível em: <<http://goo.gl/f9475o>>. Último acesso em: 03 dez. 2008.

PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. Estudos Avançados, v. 13, n. 35, p. 167-198, São Paulo,

1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n35/v13n35a17.pdf>>. Último acesso em: 12 dez. 2011.

PENA, Sérgio D.J. **Raça, Genética, Identidades e Saúde**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v. 12, n. 2, p. 321-46, maio-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/05.pdf>>. Último acesso: 06 ago. 2012.

PEREIRA, Ivonete. **O Mundo infanto-juvenil e as relações de gênero: olhares ampliados**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. p. 1-7 (p. 6). 28, 29 e 30 de 2006. – ST 8.

PRADO, Antonio Arnoni. **Imprensa, Cultura e Anarquismo**. In: Ana Luíza Martins; Tania Regina De Luca. História da Imprensa no Brasil (org.). São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Luzia Margareth. **Sem fé, sem lei, sem rei: Liberalismo e experiência anarquista na República**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp. Campinas, 1984.

RENOVATO, Rogério Dias; BAGNATO, Maria Helena Salgado. “A educação sanitária nos centros de saúde de São Paulo (1925-1930): práticas e sujeitos.” Rev Eletrônica - HERE. 2011; 2:61-72. Disponível em <<http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol2num2artigo5.pdf>>. Último acesso em: 03 jul. 2013.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Uma História sem fim: inventário da Saúde Pública. São Paulo – 1880-1930**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, Heloísa H. Pimenta. **A higienização dos costumes: Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel M. *et al.* (orgs.) **Instituições Escolares no Brasil**. Campinas: autores Associados, 2007.

SANTOS, Júlio Cesar Paixão. **Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)**. Dissertação (Mestrado). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: HUCITEC/Universidade de São Paulo, 1991, v. 1.

SARDELICH, Maria Emília. **Leitura de Imagens, Cultura Visual e Prática Educativa**. Cadernos de Pesquisa, v.36, n.128, p. 451-472, maio/ago. 2006.

SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; ALMEIDA, Jane. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 -1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo da miscigenação**. Estudos avançados [online]. 1994, vol.8, n.20, pp. 137-152. Disponível em: <<http://goo.gl/7pVDdz>>. Último acesso em: 30 mar. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Kleber Pinto. **A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde e da urbanização em Campinas-SP**. Campinas-SP: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1996.

SOUZA, Érica Mello de. **As práticas educativas em saúde: o Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011. pp. 1-13.

SOUZA, Rita de Cássia de. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares: Uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação da UFMG, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/1Z6LTo>>. Último acesso em: 01 ago. 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como projeto: A “Eugenia Negativa” e a Construção da Nacionalidade na trajetória De Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação (Mestrado) Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

THANE PAT, Belliard Corinne. **Genre et protection sociale. La protection maternelle et infantile en Grande-Bretagne, 1860-1918**. In: *Genèses*, 6, 1991. Femmes, genre, histoire. pp. 73-97.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVAS, Cynthia (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 3^a. Ed., 2003.

VIEIRA, Gustamara Freitas. **Educação, Saúde e Assistência no Estado Novo: O Departamento Nacional da Criança**. Disponível em: <<http://www.capemisasocial.org.br/capemisasocial/Documents/082.pdf>>. Último acesso em: 28 out. 2013.

WARLICH, Beatriz M, de Souza. **Reforma Administrativa na Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

APÊNDICE

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1933 a 1940

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
1	09/08/1933				x			
2	05/09/1933			x				
3	05/07/1934				x			
4	03/09/1933				x			
5	09/10/1933			x				
6	05/10/1933				x			
7	15/10/1933				x			
8	16/10/1933			x				
9	17/10/1933				x			
10	17/10/1933			x				
11	16/10/1933				x			
12	17/10/1933				x			
13	17/10/1933				x			
14	17/10/1933				x			
15	09/11/1933				x			
16	??/??/????			x				
17	12/12/1933				x			
18	13/01/1934				x			
19	??/??/????		x					
20	22/01/1934				x			
21	04/08/1934		x					
22	29/08/1934							x
23	??/??/????			x				
24	??/??/????			x				
25	??/??/????			x				
26	??/??/????				x			
27	??/??/????			x				
28	??/??/????					x		
29	??/??/????					x		

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1933 a 1940

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
30	12/09/1934					x		
31	15/09/1934					x		
32	??/??/????					x		
33	??/??/????			x				
34	20/09/1934					x		
35	22/09/1934							x
36	??/??/????					x		
37	??/??/????							x
38	??/??/????							x
39	??/??/????		x					
40	??/??/????		x					
41	14/10/1934		x					
42	??/??/????		x					
43	09/10/1935		x					
44	10/10/1935		x					
45	10/10/1935			x				
46	12/10/1935		x					
47	??/??/????		x					
48	??/??/????		x					
49	??/??/????		x					
50	19/10/????		x					
51	20/10/1935		x					
52	??/??/????			x				
53	??/??/????			x				
54	??/??/????			x				
55	??/??/????		x					
56	??/??/????		x					
57	??/??/????			x				
58	??/??/????			x				
59	??/??/????		x					
Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1933 a 1940

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
60	??/??/????				x			
61	??/??/????			x				
62	??/??/????				x			
63	??/??/????			x				
64	??/??/????		x					
65	??/??/????		x					
66	??/??/????		x					
67	20/09/????						x	
68	??/??/????						x	
69	??/??/????						x	
70	??/??/????			x				
71	??/??/????			x				
72	??/??/????						x	
73	??/??/????						x	
74	??/??/????						x	
75	??/??/????						x	
76	??/??/????						x	
77	06/10/1936		x					
78	??/??/????		x					
79	??/??/????		x					
80	??/??/????		x					
81	??/??/????		x					
82	??/??/????		x					
83	10/10/193?		x					
84	06/10/????		x					
85	07/10/1937		x					
86	10/10/????		x					
87	12/10/1937						x	
88	14/10/1937		x					
89	14/10/????		x					
Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1941 a 1946

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
1	15/10/1941	x			x			
2	28/11/1942			x				
3	26/11/1942			x				
4	20/09/1942		x					
5	09/09/1942		x					
6	04/10/1942						x	
7	04/10/1942			x				
8	20/09/1942		x					
9	06/10/1942			x				
10	09/10/1942			x				
11	07/10/1942		x					
12	07/10/1942			x				
13	08/10/1942		x					
14	09/10/1942		x					
15	04/10/1942			x				
16	10/10/1942			x				
17	16/10/1942		x					
18	10/10/1946			x				
19	18/10/1946			x				
20	11/10/1946			x				
21	??/??/????			x				
22	17/10/1942						x	
23	18/10/1942			x				
24	18/10/1942			x				
25	20/10/1942						x	
26	??/??/????			x				
27	12/09/1943			x				
28	15/09/1942		x					
29	01/10/1942		x					
Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1941 a 1946

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
30	19/11/1942		x					
31	12/09/1943		x					
32	12/09/1943		x					
33	01/10/1943		x					
34	15/11/1943		x					
35	19/11/1943		x					
36	30/09/1943		x					
37	01/10/1943		x					
38	06/11/1943		x					
39	??/??/1943			x				
40	??/??/????		x					
41	03/10/1943			x				
42	04/11/1943		x					
43	09/11/1943		x					
44	??/??/????			x				
45	10/10/1943						x	
46	08/10/1943		x					
47	??/??/????			x				
48	09/10/1943			x				
49	10/10/1943		x					
50	12/10/1943						x	
51	12/10/1943			x				
52	12/10/1943					x		
53	??/??/????		x					
54	??/??/????						x	
55	??/??/????			x				
56	??/??/????			x				
57	??/10/1943			x				
58	??/??/????			x				
59	??/??/????			x				
Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1941 a 1946

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
60	??/10/1943			x				
61	15/10/1943			x				
62	15/10/1943			x				
63	01/09/1943			x				
64	15/10/1943		x					
65	15/10/1943						x	
66	15/10/1943			x				
67	16/10/1943			x				
68	17/10/1943						x	
69	17/10/1943						x	
70	??/??/????			x				
71	14/10/1943						x	
72	16/10/1943						x	
73	17/10/1943		x					
74	??/??/????						x	
75	19/10/1943						x	
76	19/10/1943						x	
77	19/10/1943						x	
78	??/??/????			x				
79	??/??/????			x				
80	19/09/1944			x				
81	09/10/1944				x			
82	??/??/????			x				
83	??/??/????			x				
84	??/??/????			x				
85	26/09/1944			x				
86	24/11/1944			x				
87	28/09/1944			x				
88	05/10/1944			x				
89	20/07/1944			x				
Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1941 a 1946

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
90	26/11/1944			x				
91	??/10/1944			x				
92	??/??/????			x				
93	??/??/????			x				
94	??/??/????			x				
95	07/08/1944			x				
96	10/10/1944						x	
97	11/10/1944						x	
98	11/10/1944			x				
99	??/??/????			x				
100	15/10/1944			x				
101	??/??/????			x				
102	11/10/1944			x				
103	??/??/????			x				
104	15/10/1944		x					
105	18/10/1944						x	
106	18/10/1944			x				
107	29/10/1944			x				
108	16/10/1944			x				
109	18/10/1944			x				
110	15/11/1944			x				
111	06/05/1945	x		x				
112	??/??/????			x				
113	20/10/1945		x					
114	19/08/1945		x					
115	30/08/1945		x					
116	12/09/1945			x				
117	16/09/1945			x				
118	17/10/1945		x					
119	29/08/1945		x					
Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula

Tabela descritiva dos recortes dos jornais referente ao período de 1941 a 1946

Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula
120	??/??/????			x				
121	23/09/1945			x				
122	28/09/1945	x					x	
123	22/09/1945			x				
124	??/??/????			x				
125	??/??/????						x	
126	18/09/1945			x				
127	10/09/1945			x				
128	07/10/1945		x					
129	07/10/1945		x					
130	07/10/1945				x			
131	13/10/1945			x				
132	11/10/1945						x	
133	12/10/1945			x				
134	??/??/????			x				
135	11/10/1945						x	
136	??/??/????			x				
137	??/??/????			x				
138	11/10/1945			x				
139	17/10/1945		x					
140	??/10/1945			x				
141	14/10/1945		x					
142	??/??/????						x	
143	16/10/1946	x			x			
144	??/??/????			x				
145	01/09/1945		x					
146	17/08/1945		x					
147	??/??/????						x	
148	29/09/1946		x					
149	05/01/1946				x			
Imagem	Data	Destaque	Concurso	Nota	Sobre	Palestra	Evento	Aula

Legenda

- Imagem: número da imagem correspondente ao recorte, em ordem cronológica.
- Data: data de publicação do recorte.
- Destaque: o recorte está inserido na primeira ou última página do jornal, sugerindo a importância da notícia.
- Concurso: o recorte faz referência ao Concurso de Robustez, evento incorporado às comemorações da Semana da Criança.
- Nota: pequeno recorte, com cerca de 10 ou 15 linhas, cujo conteúdo traz alguma breves informações sobre o Dispensário ou algum aviso.
- Sobre: notícia específica sobre o Dispensário, não referente a eventos e/ou comemorações nos quais estivesse inserido.
- Palestras: artigos explicando algum assunto em foco nas palestras ministradas no Dispensário.
- Evento: notícias em que o dispensário figura como participante de eventos, geralmente externos e comemorativos.
- Aulas: recorte com informação sobre aulas ministradas no Dispensário.
- Tot: total de recortes analisados

ANEXO

CD-ROM ACOMPANHA O EXEMPLAR IMPRESSO